APRESENTAÇÃO	TÍTULO	INTRODUÇÃO	EXPOSITOR PRINCIPAL	DEMAIS EXPOSITORES
Oral	Projeto de desenvolvimento de um equipamento para a reutilização de óleo de cozinha.	<p>Projeto de desenvolvimento de um equipamento para a reutilização de óleo de cozinha. Com o desenvolvimento da sociedade e o aumento de recursos tecnológicos e industriais ocorre também o aumento na geração de resíduos. Muitos desses resíduos podem ser reintroduzidos ao ciclo produtivo, graças à reciclagem ou reaproveitamento, possibilitando a redução no volume de resíduos gerados, conservação dos recursos naturais, diminuição da poluição da água, ar e solo. A reciclagem é uma maneira de realizar o tratamento de resíduos, ou de material usado, de forma a possibilitar sua reutilização. Em âmbito federal, a Lei 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, considera resíduo como todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade cuja destinação final se procede no estado sólido ou semissólido, além de gases em recipientes e líquidos com particularidades que tornam inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou em corpos d'água (Lei 12.305/2010). O consumo de óleo faz parte do dia-a-dia das famílias, restaurantes, indústrias e com ele o descarte incorreto do óleo de cozinha usado se torna um grave problema ambiental. Quando despejado no lixo comum impermeabiliza e contamina o solo, na rede de esgoto compromete as tubulações das residências e das cidades e ao atingir os rios forma uma película na água que impede a passagem de luz e oxigênio a flora e a fauna aquática. Este trabalho tem como objetivo desenvolver um equipamento prático, que facilite o armazenamento e a reutilização de óleo de cozinha transformando-o em sabão ecológico, visando facilitar o manuseio e o descarte correto deste resíduo. Será estudado e analisado o impacto ambiental proveniente do descarte incorreto deste resíduo, e com isso, pretende-se também desenvolver uma forma menos agressiva, ao meio ambiente, de reutilizar o óleo de cozinha na produção de sabão ecológico, o sabão produzido a partir do óleo reciclado é menos agressivo para o meio ambiente, já que possui origem orgânica e por isso se decompõe com mais facilidade (TIEGHI, 2012). A produção deste produto poderá reduzir gastos domésticos na compra de sabão, gerar uma renda extra para donas de casa, uma vez que com um equipamento que possa auxiliar na produção de sabão, as mesmas possam coletar óleo utilizado em sua comunidade, produzir sabão, e comercializá-lo. Por fim, estudaremos a melhor forma de implantar tal equipamento em residências e pequenos restaurantes, dimensionando uma capacidade ideal de armazenamento de óleo, montando uma receita para a produção de uma certa quantidade de sabão, além de incentivar a reutilização deste resíduo bem como seu descarte correto.</p>	ADHEMAR DE CARVALHO MONTEIRO JUNIOR	Renann Pereira Gama

Oral	FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PESQUISA INTERVENÇÃO	<p>FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA PESQUISA INTERVENÇÃO A proposta do presente trabalho consiste em apresentar uma pesquisa intervenção interdisciplinar em andamento entre as ciências psicológica e pedagógica, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão do Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Trata-se de um pesquisa teórica empírica, qualitativa, de caráter descritivo, que tem como objetivo realizar uma intervenção visando a formação do(a) professor(a) de educação básica no processo de construção para uma educação inclusiva. A pesquisa-intervenção está em desenvolvimento em uma escola de Ensino Fundamental municipal da cidade do interior de São Paulo. Essa proposta justifica-se pelas pesquisas na área que apontam (SILVA, 2017) que os(as) professores demandam formação e suporte, por se sentirem desamparados, para atuar de forma mais eficaz no seu fazer docente frente a necessidade de incluir os(as) alunos(as) com deficiência. A partir da teoria histórico-cultural (VIGOTSKI, 1962) é possível vislumbrar caminhos possíveis da educação inclusiva, por meio do entendimento sobre o desenvolvimento humano, sendo cultural e essencialmente relacional, que precisa de estratégias específicas a fim de atender as necessidades educacionais de alunos e professores. Conforme a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, o desenvolvimento social e psicológico de uma criança só é possível através do desenvolvimento psicológico e social dos adultos a partir de um relação de mediação. Portanto, a pesquisa está sendo desenvolvida em duas etapas fundamentais, a princípio foi realizado um análise de entrevista por pautas dos(as) professores(as) para compreender como esses atores sociais percebem o processo de inclusão e como são as práticas docentes adotadas por eles/elas e seus desafios frente esse fenômeno. Depois, com base nessa análise, está sendo realizada a fase de intervenção, por meio de oficinas, com a finalidade de discutir e possibilitar um construção coletiva de um novo conhecimento a partir da teoria e da prática. Trabalhos como este, de pesquisa intervenção no âmbito educacional são fundamentais, pois estes embasam possíveis transformações nas relações que culminam em reflexões sobre na prática docente, que podem promover a construção de novos paradigmas que correspondam aos desafios que envolve o debate sobre a inclusão escolar.</p>	AFONSO NOGUEIRA DA CRUZ	Gisele Karina leal da silva, MARTINS XAVIER, JÉSSICA TOLEDO, THAISA GALVÃO MARQUES ESPINDOLA
------	---	---	-------------------------	--

Oral	<p>CONSTRUINDO ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS: UM OLHAR SOBRE O DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE A PARTIR DO PROJETO DE EXTENSÃO “LAPA”</p>	<p>A universidade, entre as diversas qualificações, é compreendida pela dinâmica da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse processo busca referendar a possibilidade de pautar o projeto formativo para atender às finalidades da educação, contempladas nas proposições de sua regulação, que são o pleno desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho. Com o objetivo de dar efetividade a essas finalidades educativas existem diversas possibilidades, mas aquela que tem sido predominante é o processo de ensino e aprendizagem. Essa atividade pode, por sua vez, ser concretizada por distintas maneiras, mas a aprendizagem por meio de projetos tem se revelado de fundamental importância nos contextos universitários, principalmente quando são considerados os projetos de pesquisa e extensão. O ensino rompe as barreiras da sala de aula e sai do ambiente fechado da Universidade, para que haja a troca de informações provenientes do ambiente primordial. Assim, o conteúdo passa a ser multidisciplinar e compartilhado se tornando a verdadeira meta da extensão: compartilhar e transformar. O presente projeto visa descrever as ações de pesquisa e extensão desenvolvidas no Laboratório de Portas Abertas (LAPA) que facilitem o acesso livre à informação científica e tecnológica e, ao mesmo tempo, promovam a integração Universidade e Sociedade. O projeto justifica-se, ainda, por contribuir com a formação inicial dos estudantes (Bolsista/voluntários) que compõem a equipe executora das ações, futuros profissionais da Engenharia Civil, inserindo-os em seus futuros ambientes de trabalho, a escola, de modo a permitir uma capacitação que aprimora seus estudos na academia por meio de uma vinculação efetiva com a prática pedagógica. Além disso, esta proposta constitui-se como fonte de consulta que persiste ao longo do tempo, permitindo a interatividade entre os discentes do curso de Engenharia Civil com a comunidade ao entorno. A metodologia para a realização deste projeto consiste na realização de oficinas educativas que serão realizadas no Laboratório de Engenharia Civil do campus São José. As oficinas serão realizadas englobando conhecimentos práticos da área de Engenharia Civil compartilhado pelos discentes participantes aqui denominados de facilitadores. Como resultado desse movimento, os participantes podem, ao construir novos saberes, criticar e incorporar à sua vida escolar e comunitária os saberes científicos e assim tornar significativo o que produziram durante as oficinas. Desse modo, há uma preocupação no sentido de discutir com educandos e educadores conceitos e práticas que são utilizados pela Engenharia Civil no dia a dia</p>	ALAN JACOB	ÉMERSON BERGANTON JUNIOR DIEGO LUIS DE SOUZA BAIÃO LEANDRO DA SILVA ALONSO VINÍCIUS RAFAEL DE ARAÚJO NOGUEIRA, Aparecida Silva Carbone
------	--	---	------------	---

Oral

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE POPULAR COMO MECANISMO DE CRESCIMENTO E EFETIVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

A Administração Pública só é possível com a participação e controle popular, de modo a trazer maior clareza dos atos da Administração, que tem como principal papel de administrar o bem do povo. Ao passo que muitas vezes a sociedade não se sente assistida e representada pelos gestores públicos, a constituição e o ordenamento jurídico, fez com que o povo pudesse participar e controlar diretamente. Como problemática deste estudo, questiona-se se a sociedade tem se utilizado e buscado manifestar suas ideias através das vias fornecidas pelo ordenamento jurídico, desde a Constituição Federal até as Leis ordinárias que fixam mecanismos de participação e controle, de forma direta e indireta. Há nas mãos da sociedade um enorme poder de controlar e verificar os atos da Administração, de modo a contribuir para seu crescimento e ainda combate a corrupção e retrocesso da sociedade. Necessário é o controle dos atos administrativos, uma vez que os mesmo tem a necessidade de seguir princípios, como legalidade, transparência e tantos outros, e de modo a não haver nenhum ato em contrario ao que é pregado em nosso sistema jurídico. Para tanto a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica. Sempre quando noticiado fato ou ato da administração pública em via de regra sempre causa especulações, levantando sempre o questionamento se aquele determinado ato tem legalidade, e se foi o mais adequado tomado pela administração. É de suma importância ressaltar que os princípios são nortes que devem obrigatoriamente ser observados e estar presente em todas as atividades relacionadas à administração. Necessário se faz, trazer a clareza de que o tema inspira sempre sucessivos estudos e pesquisa, tendo em vista o amplo grau de repercussão e necessidade relacionado ao assunto, não sendo possível esgotá-lo com facilidade. O Caminho trilhado até aqui, é carente de análises ainda mais profundas e reformulações, visto ainda a sempre manutenção do ordenamento jurídico. Necessário é para a Administração Pública a participação social, pois sem esta não conseguimos pensar em sociedade, crescimento e evolução, uma vez que todo trabalho é constituído para atender o interesse e a vontade do povo, de modo que se torna importante com os atos da administração o controle permanente, verificação constante dos atos, evitando possíveis fraudes e atitudes que não atendam a vontade da população. Cabe aos cidadãos se empenharem para obter maiores resultados, pois ao passo que nosso ordenamento jurídico foi evoluindo no sentido de trazer maior publicidade conhecimento sobre seus atos oficiais, para que possam ter eficácia, uma Administração sem a participação social não poderá ser considerada uma Administração completa e eficaz

ALESSANDER MOREIRA BATISTA

Oral

O ESTATUTO DO DESARMAMENTO E SEUS REFLEXOS NA SEGURANÇA PÚBLICA

O Estatuto do Desarmamento e seus reflexos na Segurança Pública A Legítima Defesa tem como condão impedir, por força, através de meios moderados, a violação injusta e iminente do direito próprio ou alheio. Antes mesmo de vir consagrado na Constituição Federal e no Código Penal, já era inerente por natureza ao ser humano o direito a defender-se. É a constituição da própria natureza do “ser” que o homem recebe em seu íntimo, antes de se estabelecer em uma sociedade, o da defesa de sua vida, de seus entes e do seu patrimônio. Mediante a crescente criminalidade e o alto índice de mortes por armas de fogo no Brasil, o Congresso Nacional, no intuito de conter a escalada da violência no país, decidiu seguir pelo desarmamento da população. Após a promulgação da Lei nº 10.826/03, mais conhecida como “Estatuto do Desarmamento”, se estabeleceu novas normas para registro, posse, porte e comercialização de armas de fogo e munição no país, efetivando o controle estatal sobre o direito à legítima defesa, com o intuito de desarmar por completo toda a população. Porém, a principal polêmica recaiu sobre o artigo 35 do estatuto, que determinava a proibição da comercialização de armas de fogo e munições em todo o país, se tornando, a pedido da população, objeto de consulta popular. Em 2005, após realização do referendo, com resultado esmagador de 63,94% dos votos contrários à proibição, o artigo 35 não sofreu alteração e passou a vigorar em caráter de discricionariedade pelos agentes governamentais. Após mais de quinze anos de vigência do Estatuto, o número de mortes por armas de fogo saiu de controle, chegando ao alarmante número de 65.602 mortes em 2017, um índice de 31,6 para cada 100 mil habitantes. Diante da ineficácia do Estatuto do Desarmamento e da sobrecarga na segurança pública, o governo se dispôs a buscar novas alternativas para conter a escalada da violência. Uma delas, veio do Deputado Federal, Rogério Peninha Mendonça, que propôs um Projeto de Lei, de nº 3722, sugerindo a revogação do Estatuto do desarmamento. O mesmo justifica que somente a população de bem foi desarmada e, que devolver o direito de defesa à população criará um equilíbrio na segurança pública, contribuindo para redução do atual índice. Desse modo, o intuito do presente trabalho é analisar de que forma o projeto de Lei n. 3722/12 possibilitará ao Estado manter o controle das armas e ao mesmo tempo o equilíbrio da segurança pública, já que, a mensuração de valor do bem tutelado é feito pelo direito, e respondendo a vítima na proporção adequada à provocação ou agressão dentro dos meios moderados e legais, poderá, de certa forma, também contribuir para com a segurança pública. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos na realização deste trabalho.

Alexandre

Oral	A evolução do papel da mulher na família	<p>1. Introdução 1.1. Apresentação do tema e delimitação do problema: O tema a ser explorado nesse trabalho tem por escopo analisar o papel da mulher nas famílias ao decorrer dos anos, observar a evolução, comparar os tempos antigos aos modernos e, quando assim for necessário, criticar os pontos que ainda precisam ser abordados, aqueles que não recebem a devida atenção. Na sociedade moderna, a mulher tem começado a conquistar mais espaço na família, no mercado de trabalho, no meio acadêmico, porém, para algumas conquistas básicas foram demandados anos, para ter o direito de votar, de trabalhar, de estudar; mulher não podia ter senso de independência. Contudo, os tempos mudaram, mesmo tendo muito a ser alcançado, as pequenas vitórias já devem ser comemoradas. Este trabalho irá abranger como era, como é e como devem ser tratados o papel e direitos das mulheres. 1.2. Objetivos: 1.2.1 Objetivo Geral: A Monografia a ser desenvolvida tem por objetivo expor como o papel da mulher na família foi alterado através dos anos, como era em décadas anteriores, como tem sido na atualidade, e o que ainda deveria mudar. Com o intuito de trazer à tona um assunto para ser refletido e debatido. 1.2.2 Objetivos Específicos: É pretendido com essa Monografia apresentar uma comparação do papel da mulher na família entre os tempos antigos e os tempos modernos; apontar os direitos adquiridos ao decorrer dos anos e os ainda não conquistados; analisar a influência da cultura; questionar pontos relevantes e, algumas vezes, polêmicos. 1.3. Justificativa: O papel da mulher modificou-se de forma drástica, porém, não o suficiente. Muito tem influenciado nessas mudanças, leis, conscientização da população, compreensão do valor da mulher na família e, até mesmo, na sociedade. Com isso, o motivo dessa pesquisa é justamente “abrir os olhos” daqueles que a lerão para a importância da mulher na família, na sociedade, no mercado de trabalho e em todas as outras áreas. É preciso que haja esse alerta, tendo em vista que, mesmo estando em pleno século XXI, as pessoas ainda têm uma visão antiga e ultrapassada de qual deve ser o papel da mulher. O intuito desse trabalho é buscar mostrar que o papel da mulher é aquele que ela escolher, assim como o de qualquer outra pessoa. O gênero não pode ser determinante, necessariamente, de escolhas de carreira, de assuntos estudados, da área em que irá trabalhar.</p>	ALICE DE MIRANDA CALTABIANO	ELISA CRUZ OLIVEIRA, ANA VIEIRA AQUINO DE ALMEIDA, Helena Lellis Andrade de Siqueira, Toledo, Paulo Sérgio Araújo, Tavares
------	--	--	-----------------------------	--

Oral

A construção da identidade: a subjetividade dos adolescentes em conflito com a Lei através da capacidade simbólica

O projeto-intervenção intitulado "a construção da identidade: a subjetividade dos adolescentes em conflito com a Lei através da capacidade simbólica" é desenvolvido pelas estagiárias do Curso de Psicologia (UNISAL) numa unidade da Fundação CASA. A intervenção parte dos pressupostos teóricos pautados no Estatuto da Criança e do Adolescente, autores que versam sobre a compreensão da problemática das instituições de privação de liberdade e a construção histórica-social do "menor", além de buscar compreender a adolescência à luz da teoria de Winnicott. Este trabalho surge da necessidade pontuada pela assistente social das medidas socioeducativas, tendo em vista o alto índice do descumprimento das medidas de liberdade assistida, sendo assim, surge a demanda de consolidar vínculos com os adolescentes antes deles saírem da internação para cumprimento da liberdade assistida. Através de grupos terapêuticos realizados quinzenalmente pretende-se proporcionar a reflexão e comunicação dos participantes de forma simbólica e lúdica através de temas que perpassam a construção de identidade e ações no mundo destes jovens, permitindo criar um espaço, no qual possam ressignificar e pensar as suas histórias de vida. Torna-se importante destacar que através do contato com os adolescentes na Fundação Casa, identificou-se nas atividades grupais, a dificuldade em proporcionar um espaço efetivo para se colocarem como protagonistas de suas vidas. Salienta-se a construção do olhar social para estes jovens, perpassando a escola, família e sociedade, observa-se que suas falas e ideias não são legitimadas, de forma que não são incentivados a pensarem sobre seus papéis e ações na sociedade. Muitas vezes estes adolescentes utilizam da violência e delitos para se colocar e impor no mundo (postura de poder). A imaturidade é vista como uma parte inestimável da adolescência, pois essa fase engloba os aspectos mais excitantes do pensamento criador, sentimentos novos e diferentes, ideias de um novo viver, logo, "A sociedade precisa ser abalada pelas aspirações daqueles que não são responsáveis". (WINNICOTT, 1975, p. 288). Relevância Social e Conclusão: O projeto- intervenção torna-se válido na atualidade, pois permite discutir temas relacionados à adolescência em um espaço grupal, sendo esta uma das principais formas de promoção do diálogo, análise e reflexões críticas, cabendo à psicóloga acolher, deslumbrar o bem-estar e potencialidades dos jovens, permitindo se expressarem, gerando vínculo e confiança. Escutar o que esses jovens estão querendo nos dizer é de suma importância para que possamos utilizar desse momento para construir e elaborar abordagens diferentes para o trabalho interdisciplinar com a infância e juventude, e claramente aprender com eles. WINNICOTT, D.W. Morte e assassinato no processo adolescente. In: __. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ALICE GIMENES ALVES

PRISCILA APARECIDA MORAES BORGES

Pôster

CAIXA DE BRINQUEDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUÇÃO A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DE MERLEAU-PONTY

CAIXA DE BRINQUEDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUÇÃO A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DE MERLEAU-PONTY O presente estudo tem como objetivo apresentar o processo de construção de Caixa de Brinquedos que ocorreram no curso de Pedagogia do UNISAL – Liceu de Campinas, especificamente, na disciplina de Filosofia da Educação, tendo como referencial teórico Merleau-Ponty e suas contribuições para educação. Esse filósofo francês, centraliza seus estudos na perspectiva fenomenológica e, nessa percepção, se entende que o ser humano só compreende o outro e ao mundo por meio da ação do corpo e pelos sentidos. Também nessa concepção diz que em nós não há separação, somos um todo, um corpo que detém os sentidos, a consciência e o pensamento. Esse corpo se relaciona com mundo e o afeta, e o mundo se relaciona com o nosso corpo e, também, nos afeta. A criança é introduzida nesse mundo pelo adulto, porém o mundo somente será percebido por ela por meio de seu próprio corpo, portanto a participação dela, no processo de aprendizagem é crucial, seja desenhando, brincando ou dramatizando. Uma estudiosa do filósofo em questão, Marina Marcondes Machado, em sua pesquisa contribui com um diagrama denominado “Flor da Vida”, no qual o cabo da flor tem a legenda de mundaneidade e as pétalas são os âmbitos existenciais, isto é, outridade, corporalidade, linguisticidade, temporalidade, espacialidade e culpabilidade. A Caixa de Brinquedos ora apresentada propõe o trabalho de todos esses aspectos, sempre tendo a criança como foco central, como participante ativa em todos esses processos e considera que, por eles se desenvolverá. O estudo realizado em sala de aula, promoveu a reflexão sobre os pressupostos teóricos desse brilhante filósofo da contemporaneidade, que valoriza a linguagem no processo de aprendizagem da criança e trouxe à baila possibilidades de propostas práticas pedagógicas centralizadas na corporeidade, o que de certa forma, atende alguns campos de experiências propostos pela Base Nacional Curricular Comum para educação infantil, tais como: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. O estudo nasceu de uma pesquisa bibliográfica sobre os pressupostos de Merleau-Ponty, em artigos, dissertações e teses; elaboração da Caixa de Brinquedos a partir das categorias definidas como referencial do estudo realizado (Mundo, existência, outro, sujeito enquanto corpo, corporeidade, linguagem, tempo, espaço, entre outros); apresentação do trabalho em sala de aula com vivências dos brinquedos e relato de experiência a partir da prática educativa fruto da exposição da Caixa de Brinquedos para os/as colegas de classe. O estudo aponta para a relevância desse autor para educação infantil, uma vez que ele valoriza a linguagem na aquisição de conhecimentos ou campos de experiências como diz a Base Nacional Curricular Comum.

ALINE RODRIGUES LIMA

ROBERTA CORTEZ GAIO

Pôster

A guarda compartilhada e a alienação parental

A GUARDA COMPARTILHADA E A ALIENAÇÃO PARENTAL O presente trabalho abordará o instituto da guarda compartilhada como meio para a atenuação da alienação parental, visando à igualdade entre os pais no exercício do poder familiar, tratando da diferença entre alienação parental e a Síndrome da Alienação Parental e as consequências que poderão advir desta conduta para o menor. A família é base da sociedade brasileira e apesar do Estado não intervir em sua formação são assegurados a seus membros o direito ao convívio familiar, reconhecido constitucionalmente pelo art. 227, e assegurado no plano infraconstitucional pelo art. 19 do ECA. A alienação parental, prevista na Lei Nº 12.318/2010, é exercida por um dos genitores ou por indivíduos que possuam relações interpessoais com o menor dentro do ambiente familiar, de modo que esse se negue a manter contato com o genitor alienado sem justificativa aparente, buscando, assim, afastá-lo da vida do cônjuge que não possui sua guarda, interferindo na convivência entre eles, ferindo, desta maneira, o dever de cuidado assegurado ao menor pela Constituição. Decorrente da alienação parental surge a Síndrome da Alienação Parental, identificada pelo professor de Psiquiatria Infantil da Universidade de Columbia (EUA), Doutor Richard A. Gardner. Estas não se confundem, pois a Síndrome é resultante da alienação parental e está relacionada aos efeitos desencadeados na vítima do processo de alienação parental, como, por exemplo, a depressão, podendo ser considerada do ponto de vista psiquiátrico como uma forma de abuso emocional. A guarda compartilhada, prevista na Lei Nº 13.058/2014, apresenta-se como meio para a atenuação da alienação parental, conseqüentemente ajudando na prevenção da síndrome ligada a ela, pois a guarda compartilhada se mostra como garantia para a igualdade na proteção dos filhos, visto que visa ao melhor benefício para o infante, fundamentando-se na convivência e na responsabilidade compartilhada e igualitária entre os pais. O trabalho está em andamento, mas pretende demonstrar, através de pesquisa bibliográfica e documental, que a guarda compartilhada é a modalidade de guarda mais indicada para a atenuação da alienação parental, pois os outros modelos existentes no atual ordenamento jurídico beneficiam apenas um dos pais em detrimento do outro e essa possui o mesmo nível de responsabilidade para que haja uma equidade na convivência do menor com seus genitores, garantindo desta maneira o exercício do poder familiar a ambos os pais. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COLTRO, Antônio Carlos Mathias; DELGADO, Mário Luiz. Guarda compartilhada. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. GARDNER, Richard A. O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?. Disponível em: <http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>. Acesso em: 18 de agosto de 2019. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direito de família. 18. ed. v.5. São Paulo: Atlas, 2018.

Aline Santos Rosa

JOÃO GUILHERME VASCO
DE SOUZA LACERDA DA C
JÚLIA DOS SANTOS SOARE
OLIVEIRA, Luiza Helena Le
Andrade de Sá Sodero Tol

Pôster	FASHION LAW E PROPRIEDADE INTELECTUAL	<p>Não é novidade que o mundo da moda entrou com tudo no Brasil. Fusões de marcas, aquisições e a chegada de gigantes internacionais, a moda vem crescendo cada vez mais, e já é possível analisar isso na seara jurídica. Além do grande destaque da moda na vida de todas as pessoas, inúmeros eventos ocorridos nas grandes metrópoles demonstram a importância da moda na nossa sociedade. A título de exemplo, a cidade de São Paulo, realiza um evento de suma importância para o mundo da moda, o Fashion Week, conhecido pela apresentação de várias marcas, com seus respectivos produtos e novidades. Com o crescimento de marcas e inovações, alguns problemas começaram a surgir, ligados a estilistas, desing, direitos autorais, propriedade industrial, concorrência, entre outros. Com a ocorrência desses problemas, foi se apresentado ao direito o chamado "Fashion Law", sendo a área responsável pela soluções de conflito referentes a moda. O Fashion Law surgiu nos Estados Unidos e passou a ser difundido no mundo devido a competitividade agressiva desse ramo de atividade. Para que possamos entender de forma clara o instituto do fashion law e seus efeitos, é importante saber alguns conceitos como o chamado "trade dress", é um conceito criado em solo norte-americano que já está presente na doutrina de Propriedade Intelectual Brasileira, sendo assim, um conjunto de elementos, distintivos de serviços e produtos, determinando cada qual com sua individualidade, até mesmo sem a presença da marca ou logo, como exemplo, temos a famosa marca Christian Louboutin, conhecida pela famosa sola vermelho em seus sapatos, a mesma processou a marca Saint Laurent, em 2011, por usar a cor nas solas de quatro modelos, o qual infringiu a individualização de seu produto, afetando o trade dress, em outros exemplos também temos o monograma da Louis Vuitton, sendo também várias vezes alvo de inúmeras falsificações. Nesse caso, podemos ver como uma simples reprodução de uma marca, logo ou monograma pode surtir efeitos no mundo jurídico e nos direitos que as respectivas marcas possuem, por isso a importância da criação desse instituto, a importância de observar o direito de propriedade intelectual, não apenas para as marcas, mas sim para blogueiras, youtubers, modelos, entre outros para que tenham uma acessoria jurídica e tenham assim a proteção para suas criações, imagem, nome, ou meios que envolvam sua marca pessoal. No âmbito do Poder Legislativo, é buscado pelo Fashion Law, um regulamento adequado para as criações da indústria da moda, com um trâmite administrativo mais fácil, já no âmbito judicial é dada uma importância para o aumento de competências, das varas judiciais e das Câmaras de julgamento, especializadas em propriedade intelectual. Referências: ESTEVÃO, Ilca Maria. Fashion Law: direito de moda ganha espaço no Brasil. Disponível em: https://www.metropoles.com/colunas-blogs/ilca-maria-estevao/fashion-law-direito-de-moda-ganha-espaco-no-brasil/amp. Acesso em 28.08.2019.</p>
--------	---------------------------------------	--

ALINE SATO REZENDE

ANDRÉ DE ALMEIDA VAZ
NASCIMENTO, GUILHERME
AUGUSTO MARIANO GAR
OLIVEIRA

Oral

A atuação do Educador Social: Uma reflexão a partir da vivência no Projeto Girassol.

Pensar a atuação do profissional da Educação Social é, assim como em tantas as outras profissões, pensar seus desafios e possibilidades. O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma pequena parte deste extenso campo de atuação. O serviço prestado pelo educador social relatado neste trabalho refere-se diretamente ao serviço de fortalecimento de vínculo realizado no Projeto Girassol, o qual atende algo em cerca de 50 crianças e adolescentes, entre 06 e 15 anos idade. Junto a este trabalho há a atuação indireta com a família, escola e comunidade, com o objetivo de proporcionar maior qualidade de vida e esclarecimento dos direitos e deveres que cada um possui. De modo geral o trabalho do educador social pode ser entendido como uma educação para a cidadania, onde este deve empenhar-se para desenvolver ou oferecer meios para que o público atendido possa se integrar e se desenvolver na sociedade, não se deixando limitar pela realidade posta como única possível a ele.

Alisson Rafael Lorenço dos Santos

Oral

ANÁLISE DE DESEMPENHO DA
INSERÇÃO DO GEOSSINTÉTICO EM
MISTURA ASFÁLTICA

ANÁLISE DE DESEMPENHO DA INSERÇÃO DO GEOSSINTÉTICO EM MISTURA ASFÁLTICA O investimento na infraestrutura em rodovias tem sido precário com o passar dos anos, tornando a malha viária em péssimo estado de conservação. Tal fato acarreta prejuízos em relação à própria estrutura do pavimento, como: afundamento da trilha de roda, ondulações, escorregamento do revestimento, exsudação do ligante e, em especial, formação de trincas. Consequentemente a esses problemas, ocorre aumento da manutenção, tempo de viagem, aumento de combustível, e maiores emissões de CO₂. Desta forma, a recuperação das condições estruturais e funcionais de um pavimento é necessária para manter ou elevar os níveis de desempenho da rodovia, evitando esses problemas, promovendo o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental. Atualmente diversos métodos têm sido utilizados para melhorar o desempenho do reforço das camadas de revestimento de pavimentos asfálticos, com a finalidade de propiciar um meio mais seguro para o transporte de pessoas e cargas. Como exemplo, podemos citar as geogrelhas, produzidas a partir de fios de poliéster fixada em um não tecido ultraleve, com uma estrutura de alta resistência à tração, que atuam principalmente pela absorção de tensões de tração nas partes inferiores das camadas. Essas funções resultam em um pavimento com vida útil mais longa que o habitual, que através de estudos, relatam sua eficácia, reduzindo a propagação de trincas refletivas e posteriores patologias. Como contribuição nesta área, foram realizados testes de tração e cisalhamento em amostras usando o protocolo de teste de Marshall, procedimento mais utilizado no Brasil, em que se utiliza a compactação por impacto. Diferentes situações reais foram utilizadas, tais como: mistura padrão de asfalto, interface limpa com e sem geogrelha, interface suja com e sem geogrelha, e assim, incluindo a emulsão asfáltica entre camadas do tipo RR-2C. As amostras, quatro de cada tipo, foram realizadas em pequena escala, com diâmetro de 10 cm e altura de 6,60 cm, colocadas no equipamento a uma força total de 5.000 kgf. Os aspectos comportamentais avaliados foram identificados pela maior aderência e resistência entre as amostras estudadas. A partir dos resultados obtidos, concluiu-se, em relação ao ensaio de cisalhamento e tração, que a resistência não apresentou melhora apreciável como esperado. No entanto, em relação à adesão, os reforçados demonstraram desempenho significativo. Após os testes, foi possível verificar que as amostras reforçadas não mostraram a separação das peças, diferentemente das amostras sem reforço. Portanto, pode-se concluir que o desempenho da mistura de asfalto modificada pela geogrelha não pode ser bem avaliado a partir de amostras feitas pelo protocolo de teste de Marshall.

AMANDA APARECIDA HONORATA
PINTO

Oral

Súmula nº13: legitimação ao nepotismo e violação de Princípios da Administração Pública

O Brasil pratica o nepotismo desde o período colonial, como quando Pero Vaz de Caminhas, enviou uma carta ao rei de Portugal, requerendo um cargo para o seu genro trabalhar com um ex-governador do Maranhão. Após breve alusão histórica, faz-se necessário conceituar o nepotismo, que segundo a Controladoria-Geral da União é a prática de Agentes Públicos, nomeando parentes, com grau de parentesco de até 3º grau em linha reta ou colateral, a cargos da Administração Pública. Porém, mediante interpretação do STF, este conceito se enquadra unicamente a cargos administrativos excluindo cargos políticos. Assim, objetiva-se demonstrar que a interpretação, expressa por meio da Súmula vinculante nº13 do STF viola diretamente os seguintes princípios basilares da Administração Pública: da Moralidade, Impessoalidade e Eficiência. Ademais, busca demonstrar como referida Súmula assegurou estabilidade jurídica e legalidade para atos como a indicação do filho do Presidente Jair Bolsonaro para embaixador nos EUA. Visto isso, é necessário compreender o conceito dos princípios administrativos e porque eles estão sendo violados. O princípio da Moralidade evita que a Administração Pública se distancie da moral e obriga que a atividade administrativa seja pautada não só pela Lei, mas também pela boa-fé, lealdade e probidade. Em relação ao Princípio da Eficiência, sua aplicação é ferida pois ele define que todos os atos públicos devem ser realizados com base em critérios técnicos, buscando resultados que prezem pela melhor qualidade do serviço com o menor ônus econômico para os cofres públicos. Dessa forma, uma vez nomeado um indivíduo por questões de afeto ou parentesco ignora-se o mérito e a análise objetiva de critérios técnicos. Por fim, o Princípio da Impessoalidade, para Maria Di Pietro, tem desdobramento em dois prismas: em relação a igualdade de atuação em face dos administrados, por meio da qual busca-se a satisfação do interesse público e o segundo com referência a própria Administração, de modo que os atos não são atribuídos aos seus agentes, mas ao Órgão responsável, não cabendo àqueles promoção pessoal. Após análise dos aspectos principiológicos é válido questionar a fundamentação jurídica do STF ao legitimar e oferecer legalidade para atos políticos, por meio da Súmula vinculante nº13. Como o caso em tela, afinal, não há justificativa plausível para permitir juridicamente que um político possa visar e privilegiar o interesse pessoal em detrimento do público. Diante de todo o exposto, afirma-se que referida interpretação do STF viola gravemente os Princípios Administrativos da Moralidade, Impessoalidade e Eficiência. E conclui-se que é necessária uma reforma da interpretação e definição das hipóteses de ocorrência de nepotismo, abrangendo inclusive atos políticos, para que dessa forma, proteja-se a garantia de funcionamento eficiente das atividades políticas que devem possuir como única finalidade a primazia do interesse público.

AMANDA CÚRCIO ROMÃO MEDINA

JOSÉ MATIAS DA CONCEIÇÃO NETO, MIKE PRETER ALVES, VINÍCIUS LAMIM DA FONSECA

Oral	Psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS)	<p>Psicologia no Sistema Único de Saúde (SUS) O presente trabalho tem como ponto central analisar a atuação do psicólogo na área de saúde pública, em específico no Sistema Único de Saúde (SUS), no qual são abrangidos programas como Atenção Básica (AB), Estratégia da Saúde da Família (ESF), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Ambulatórios de Saúde Mental (ASM), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Programa de Saúde da Família (PSF), e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). O instrumento da pesquisa denomina-se como estudo de caso de caráter exploratório e descritivo, tendo como enfoque na importância do envolvimento do papel do psicólogo na saúde pública e explorando mais estratégias de atuação, na busca de tornar os atendimentos mais acessíveis. A pesquisa associada as entrevistas realizadas com profissionais atuantes na área na procura por constatar se a previsibilidade legal está sendo cumprida e, assim visualizar os percalços práticos enfrentados pelos profissionais. Diante desse contexto, desenvolvem-se os questionamentos: “Quais e como são os atendimentos?”, “As principais dificuldades de atuação?” e “Por meio das estratégias de atuação, como o psicólogo pode promover acessibilidade e inclusão no SUS?” A discussão aponta para a importância de um serviço de saúde pública de qualidade, o qual possa oferecer uma equipe com atuação na lógica interdisciplinar como descrita na legislação. Através da prática descrita pelos psicólogos entrevistados, percebe-se que a demanda dos atendimentos pelo SUS é desproporcional ao que pode ser feito pelos profissionais, o que gera uma necessidade de atendimentos em grupo, uma tarefa que os psicólogos podem realizar e promover, assim, a saúde pública. Além disso, tem-se o desafio de envolver a concepção de saúde nas instituições de SUS no âmbito da Psicologia, há o questionamento de como os profissionais desta área podem contribuir com seus conhecimentos e saberes no campo da saúde pública. Nesse contexto, os resultados analisados buscam a compreensão da necessidade de ajustar as técnicas das abordagens escolhidas pelos psicólogos para contribuir no planejamento de estratégias interventivas, sendo mais compatíveis com o contexto de saúde pública. O profissional pode compreender e refletir melhor a realidade da população usuária dos serviços públicos, tendo maior participação nas formulações políticas e nos programas, buscando assim a valorização da atuação adaptada e o ingresso dos psicólogos nas áreas de saúde pública, havendo conseqüentemente, mais engajamento na construção e na melhoria na rede de serviços públicos.</p>	AMANDA FERRARI SILVA	JÚLIA MARTINS DE SÁ ROCHA DENIS YUKIO FUCUDA, WAGNER Castilho de Araujo, ALINE DA SILVA
------	--	---	----------------------	--

Oral	Psicopatologia na Infância e na Adolescência: Transtorno de Ansiedade Social (TAS) ou Fobia Social	<p>Psicopatologia na Infância e na Adolescência: Transtorno de Ansiedade Social (TAS) ou Fobia Social (FS) O presente trabalho tem como intuito o levantamento de dados teóricos referentes à Fobia Social ou ao Transtorno de Ansiedade Social, sob olhar da ciência e do indivíduo, ao discorrer sobre suas estruturas, seus critérios e seu desenvolvimento, especificamente no período da infância e da adolescência, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica. Nesta revisão de literatura, apresentam-se pesquisas sobre o histórico do transtorno, o diagnóstico e seus critérios, as comorbidades, a etiologia, a epidemiologia e entre outros, com a utilização do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – V), da Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID – 10 e outras fontes. O transtorno pode ser determinante na infância e na adolescência, ainda mais se não tratado, e conseqüentemente pode ocasionar diversos prejuízos para os indivíduos, desde problemas de socialização, rendimento acadêmico e sofrimento emocional, afetando significativamente na qualidade de vida. Além disso, o uso de instrumentos é válido para o diagnóstico do transtorno, porém para ser fidedigno, deve-se haver um acompanhamento profissional de um psicólogo ou psiquiatra, concomitantemente. Há também a questão da comorbidade, os transtornos que o indivíduo pode desenvolver concomitantemente a Fobia Social. Por isso, é importante considerar os fatores que influenciam no desenvolvimento do transtorno, os quais podem ser genéticos (herança genética do indivíduo), neurobiológicos (relacionado ao desequilíbrio das substâncias químicas), cognitivos (processos cognitivos interligados às interações sociais) e sociais (experiências). É crucial o papel do psicólogo a fim de proporcionar os recursos terapêuticos para o indivíduo, com intuito de fornecer uma melhor qualidade de vida e bem estar no desempenho das atividades desenvolvidas da criança ou do adolescente. Ademais, é imprescindível ressaltar a importância da atenção por parte da família ao fóbico-social, já que esta pode ser um fator de risco ou de proteção, considerando ou não a hereditariedade associada à ansiedade para criança ou adolescente, como também a identificação dos comportamentos retraídos dos jovens, que podem ser confundidos com mera timidez. Portanto, percebe-se a importância da ampliação do conhecimento sobre as características e desenvolvimento do Transtorno de Ansiedade Social, especificamente no período da infância e adolescência. Através da consciência da existência da Fobia Social, pode-se haver maior cuidado e atenção aos sintomas manifestados pelo transtorno e maior procura pelos tratamentos, evitando que este se torne crônico e atinja a vida adulta.</p>	AMANDA FERRARI SILVA	<p>JÚLIA MARTINS DE SÁ RO DENIS YUKIO FUCUDA, MA LAURA DA CUNHA CUSTÓ GUILHERME FARIA DE SIQ PALOMA DE MELLO SILVA Walcylen Castilho de Ara</p>
------	--	--	----------------------	---

Oral

O ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A RELEVÂNCIA DOS CONSELHOS DE DIREITO NO DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

O ATENDIMENTO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: A RELEVÂNCIA DOS CONSELHOS DE DIREITO NO DIAGNÓSTICO DA REALIDADE Promulgada em 1988, a atual Constituição Federal do Brasil, no que tange à criança e ao adolescente, é estritamente categórica em seu artigo 227: conclama não só o Estado, como também a família e a sociedade a assumirem o dever de garantir os direitos básicos de toda e qualquer criança e adolescente, mantendo-os a salvo de tudo o que venha a prejudicar seus direitos fundamentais. Para tanto, a Constituição Cidadã e as legislações pertinentes – sobretudo a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – estabelecem toda uma rede de órgãos e instrumentos que vão desde as orientações nas políticas públicas até as medidas de proteção em caso de violação de direitos. Neste sentido, é mister observar o papel dos denominados Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e controladores de ações em todos os níveis, instituições sobre as quais repousa uma prerrogativa de participação popular desde a esfera municipal até a federal. Os chamados “conselhos de direito” representam as forças governamentais em sintonia com a sociedade civil de modo a tornar possível o exercício do controle popular sobre as ações políticas. Dentre tantas funções, tal órgão detém o múnus público de se debruçar sobre a realidade do atendimento aos direitos da criança e do adolescente e, através de diagnósticos, reuniões e avaliações, ditar as prioridades das ações e políticas públicas. Abordando a relevância desses conselhos na construção do Estado de Direito, o presente trabalho intentou analisar mediante pesquisa bibliográfica as funções de um conselho de direito à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e suas implicações na atualidade. O estudo termina por observar que, na prática, tal órgão representativo não tem sido valorizado conforme o seu múnus público, uma vez se constatando que em muitos municípios os referidos conselhos não funcionam conforme preconizado pelo ECA, por não cumprirem o mínimo de suas atribuições, quais sejam, orientar as políticas públicas e garantir com eficácia os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, não contemplando devidamente a realidade de cada município. Não obstante o esforço do legislador, seja através da Carta Magna, seja através do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que se observa é uma constante insuficiência do alcance das políticas públicas, uma ineficiência da concretização dos direitos daqueles que seriam os mais vulneráveis da sociedade brasileira. Torna-se urgente uma oportunidade de se renovar o diálogo com e sobre as crianças e os adolescentes vulneráveis, com a reflexão e conscientização de uma sociedade ainda marcada pelo preconceito, temor, indiferença, descompromisso e, por fim, políticas públicas nem sempre concretizadas.

AMÓS SANTIAGO DE CARVALHO
MENDES

Oral	Responsabilidade do Poder Público na Assistência Farmacêutica	<p>O direito à saúde, além de direito fundamental, é indissociável do direito à vida. Para a vertente de “natureza positiva, fomenta-se um Estado prestacionista para implementar o direito social” (LENZA, 2018, p. 1233). A garantia está prevista, entretanto a sua aplicabilidade deficiente leva muitas vezes à busca pela tutela jurisdicional. É sabido que, os obstáculos financeiros afetam a prestação, que se estende desde o atendimento ao fornecimento farmacêutico. Surgindo como consequência, inúmeras demandas judiciais que solicitam ao Poder Público medicamentos de alto custo, especializados, que não estão incorporados ao SUS, ou sequer foram registrados pela ANVISA. O judiciário garante o privilégio daqueles que lhe solicitam, em detrimento de outros, ainda que garantindo o direito. Tais demandas oneram o Estado, desviando recursos, lesando o interesse coletivo levando-se em conta o princípio da reserva do possível, o qual busca analisar se a razoabilidade do pedido. Dessarte, o intuito desse trabalho é compreender o alcance da tutela assistencial por parte do Estado. É dever do Estado, contudo, com o orçamento limitado, deve-se buscar a maior efetividade, ou seja, prestar auxílio à população, sem prejudicá-la em detrimento de demandas individuais. Visando assim, garantir a todos o mínimo existencial, ainda que nem todos tenham seus anseios contemplados. Em suma, caberia ao Poder Público realizar escolhas, baseadas na reserva do possível, que pudesse por meio de políticas públicas atingir com maior efetividade seus tutelados. Buscando dar ênfase em políticas públicas preventivas, buscando garantir a manutenção da saúde e do bem estar. Para tanto, serão utilizados como método a pesquisa bibliográfica e documental.</p> <p>REFERÊNCIAS FACHINELLO, Jackson Paulo. O direito ao fornecimento de medicamentos não disponibilizados pela Administração Pública Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 28 abr. 2015. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/44127/o-direito-ao-fornecimento-de-medicamentos-nao-disponibilizados-pela-administracao-publica. Acesso em: 9 ago 2019. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado 22. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p 1233 ORDACGY, André da Silva O Direito humano fundamental à saúde pública. Disponível em Acesso em: de ago. 2019 PASSOS, Leticia. Veja. STF: medicações para doenças raras devem ser fornecidas pelo Estado 22 mai. 2019 acesso em 9 de ago. 2019 PRETEL, Mariana. O direito constitucional da saúde e o dever do Estado de fornecer medicamentos e tratamentos Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 22 mar. 2010. Disponível em: < https://conteudojuridico.com.br/coluna/548/o-direito-constitucional-da-saude-e-o-dever-do-estado-de-fornecer-medicamentos-e-tratamentos. Acesso em: 9 ago 2019.></p>	ANA BEATRIZ SANTOS RANGEL ANTICO	ANA ANGÉLICA COELHO D MASSOPUST, LETICIA VIEIRA FÁBIO CARVALHO STOCK
------	---	--	----------------------------------	--

Oral

O Direito Constitucional da Educação Ambiental e o Sexto Panorama Global do PNUMA

A Carta Magna consagrou os valores ambientais como direitos difusos, transcendendo a tradicional concepção dos direitos ortodoxos, aponta Fiorillo. Restou expressamente previsto no Art.225, § 1º, VI, o direito à Educação Ambiental, esta conceituada como processos por meio dos quais a sociedade constrói valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências dirigidas a conservação do meio ambiente, bem difuso, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, preceitua o Art.1º da Lei 9.795/99. Segundo Fiorillo, a Política Nacional da Educação Ambiental reforça a premissa de que a conscientização ecológica do povo, titular do direito ao meio ambiente, permitirá sua aplicação concreta, por meio da implementação da educação ambiental. No entanto, em razão de seu caráter principiológico programático, sua eficácia está limitada a validação legislativa, traduzindo-se, por vezes, em “leis vazias, como se não fossem verdadeiros direitos”, ensina Bianchi. Em março de 2019, a ONU publicou o sexto Panorama Ambiental Global (GEO-6) com conclusões preocupantes. A educação ambiental apresenta-se como direito basilar que deverá pautar políticas públicas que alicerces o Estado Democrático de Direito, para estabelecer “justiça ambiental”, na busca da proteção do meio ambiente e dos direitos humanos fundamentais, consoante Bianchi. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançou um relatório de 740 páginas, produzido por 250 cientistas de mais de 70 países, trazendo um estudo da situação do mundo atual e projeções para guiar os governos, com metas estabelecidas para 2030 e 2050, buscando “frear a perda da biodiversidade e a poluição do ar, melhorar a gestão da água e dos recursos, e mitigar as mudanças climáticas”. Os riscos dessa degradação ambiental e das mudanças climáticas afetarão mais profundamente as pessoas em situação de vulnerabilidade, sobretudo os países em desenvolvimento, e grande parte, serão irreversíveis. O relatório mostra que já existem políticas e tecnologias para traçar novos caminhos de desenvolvimento que evitarão esses riscos e levarão saúde e prosperidade para a humanidade; o que falta atualmente é vontade política de implementá-las a uma velocidade e escala suficientes, afirmaram Joyeeta Gupta e Paul Ekins, copresidentes do GEO-6. Em síntese, o direito ao meio ambiente reporta-se aos destinatários da norma constitucional, que somos todos nós. A compreensão do bem ambiental fundamental alude ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, matriz da tutela do direito à vida, à educação, à saúde, à alimentação e aos demais dispostos no Art.6º, sendo a educação ambiental um dos alicerces para a efetivação desse princípio. O presente trabalho buscou demonstrar a relevância do direito à Educação Ambiental diante do atual cenário global, e utilizou-se de fonte primária (legislação) e fonte secundária (doutrina, ONU).

ANA CAROLINE RODRIGUES DE SOUZA

Oral

GUERRA HÍBRIDA NO BRASIL UMA EXPRESSÃO POSSÍVEL DA VERDADE

Os últimos fatos políticos e as medidas tomadas pelo governo atual no Brasil evidenciam que de uma potência econômica emergente, o país está sendo colocado num processo de desestruturação de suas bases, transformando-se num país impotente no sentido de administrar suas riquezas naturais, econômicas e financeiras e manter-se em crescimento. Além disso, em vista da expressiva diminuição dos investimentos na seguridade social e algumas medidas que estão sendo tomadas na direção do desmonte do Estado, configurado no projeto de nação estabelecido na Constituição Federal de 1988, verifica-se um conjunto de perdas de direitos e garantias do cidadão brasileiro. Dada a imensa complexidade deste cenário brasileiro, e com o objetivo de "puxar um fio desse novelo", um emaranhado confuso, necessário identificar os interesses e suas forças que compõem esse embate. Além dos aspectos de necessária abordagem referentes a História, Geopolítica, Direito, Economia, importante identificar a estratégia utilizada pelas potências mundiais que têm o imperialismo como ideologia e prática nas relações internacionais. Para implantar o neoliberalismo, os Estados Unidos da América estruturam nos países que pretendem dominar uma rede de instituições capaz de fortalecer os ideais que fundamentam o capitalismo na sua atual expressão, o capitalismo financeiro, objetivando o enriquecimento de uma parcela mínima da população mundial em detrimento da expressiva maioria, mesmo produzindo guerra, miséria, doença e morte como consequência da imensa desigualdade de distribuição da riqueza e dos recursos para uma vida digna. Através das denominadas revoluções coloridas, utilizam os meios de comunicação, as escolas, as religiões, os aparelhos ideológicos do Estado, cooptando as instituições que possibilitam o exercício da democracia como forma de governo. Uma nação alvo de Guerra Híbrida, no primeiro momento é bombardeada pela ideologia que quer dominar e tornar-se hegemônica, e caso encontre resistências, então será atacada através da guerra não convencional, estratégias de guerrilhas e grupos armados paraestatais com a finalidade de combater internamente o Estado que potencializa crescimento econômico e desenvolvimento social. A desestruturação é realizada por dentro das sociedades. Os meios de comunicação se valem de notícias falsas, fake news, veiculando informações que não correspondem com a realidade e que visam confundir e manipular. A implantação de instituições educacionais e religiosas, os think tank, tanques para pensar, construindo ideologias e influenciando decisivamente nas opiniões e no comportamento político da sociedade. A perseguição e criminalização de políticos e líderes ativistas, law fare, para impedir as ações revolucionárias, fragilizando partidos políticos, sindicatos e desregulamentado práticas que garantem direitos, muito deles expressamente gravados na Constituição Federal de 1988.

ANA LUCIA STIEBLER CALTABIANO

Oral

AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO AOS
POBRES: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE LORENA

O artigo 6º da Constituição Federal, traz os direitos sociais que são considerados de segunda dimensão. Assim, segundo o professor Pedro Lenza, apresentam-se como prestações positivas do Estado afim de concretizar a perspectiva de isonomia e tentativa de melhorar as condições de vida. Diante o exposto, percebe-se que uma grande parcela da população, enfrenta uma grave violação a esses direitos, que são inerentes à dignidade da pessoa humana. No que tange à população pobre, o país passa por um processo de garantir os direitos e no mesmo momento, o modo como eles serão estruturados, aplicados e efetivados. Assim, até que esse problema venha a ter uma solução, esta parcela, alocam-se à margem da sociedade. Por fim, a definição de Amartya Sen, de que a “capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela”, pode entender-se pobreza como a impossibilidade de uma pessoa, ou grupo de pessoas, transformar essas capacidades em oportunidades para viverem a vida de acordo com seus objetivos e vontades, ou ainda, a incapacidade de alcançar o bem-estar devido à falta de meios econômicos e à impossibilidade de converter rendimentos e recursos escassos em capacidade de funcionar. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE, este afirma que 54,8 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza, em 2019. Como os indivíduos que sofrem deste problema exposto, tornou-se um caso de questão Nacional, envolvendo questões sociais, econômicas e política, o intuito deste projeto de Iniciação Científica é buscar possíveis alternativas para solucionar este impasse, enfatizando a cidade de Lorena/SP. Levando-se em conta as principais consequências que afetam as pessoas em condição de pobreza, visa-se expor os programas ofertados pelo poder público e a forma de ressocializar esses indivíduos que vivem em situações vulneráveis, visto que os mesmos não possuem proteção dos direitos a eles conferidos, como os direitos básicos previstos na Constituição Federal de 1988. A Constituição Federal elenca os direitos básicos de todo o ser humano. Assim, o poder público é responsável por assegurar esses direitos. Entretanto, as políticas públicas não são efetivas. Com isso, foi escolhido dentre os direitos, as questões relacionadas a pobreza. Com isso, realizar-se-á um breve estudo para verificar a eficiência do poder público juntamente das políticas públicas, as quais são oferecidas aos indivíduos de baixa renda. Dessa forma, busca-se elucidar se às assistências oferecidas pelo município, são de fato eficientes. Espera-se, com este projeto de pesquisa que a parcela da população esquecida, objeto de estudo desta pesquisa, tenha conhecimento dos direitos que os cercam. Além disso, nivelar a desigualdade existente, com a aplicação da frase: tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”. (NERY JUNIOR, 1999, p. 42).

ANA LUÍSA SANTOS DIAMANTINO

<p>Oral</p>	<p>PESSOAS COM DEFICIENCIA MENTAL EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE LORENA: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS (LEI 10.216/01)</p>	<p>Em primeira análise, é importante conceituar a saúde como uma somatória entre a qualidade de fatores como alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, lazer, acesso eficiente aos serviços. Devido a essa importância, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em seu artigo 25, garante o direito à saúde. De modo reflexo, esse direito foi resguardado pela Constituição Federal, sendo dever do Estado, através de políticas públicas, garanti-lo. Entretanto, no caso das pessoas em situação de rua, tema central deste trabalho, há uma carência no quesito saúde. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos, os denomina como “sociedade incivil”, pois seus direitos são absolutamente negados, gerando a exclusão do convívio social. A situação se agrava ainda mais quando as pessoas em situação de rua possuem alguma deficiência mental. Dentre as pesquisas realizadas sobre os órgãos públicos responsáveis pela assistência destes seres considerados invisíveis, foi encontrada a Casa da Acolhida, na cidade de Lorena-SP. Foi levantado que os serviços fornecidos são: leito, higiene pessoal e alimentação. Sendo que, os assistidos podem permanecer lá em até quatro dias. Além disso, sempre há a presença de uma assistente social para acompanhar a história de cada um que passa pelo local, seja com condução ou encaminhamento. A estrutura do local é bem ampla, com quartos, banheiros, leitos e uma varanda. O município faz o atendimento através do CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), através deles é que são realizadas as abordagens, entrevistas, documentação, localização da família e a oferta de serviço de saúde. Escolheu-se esse tema por afetar diretamente a cidade de Lorena, sendo as pessoas com deficiência mental em situação de rua uma questão nacional, esse trabalho visa buscar alternativas efetivas para a tutela dessas. Estudos mostram que entre os motivos que levam as pessoas às ruas estão desemprego, falta de recursos, oportunidades, crise familiar e mesmo para ter liberdade. Conforme afirma o médico especialista em psiquiatria Uriel Heckert: “A rua não é só mazela, ela oferece também algumas oportunidades e algumas pessoas se acomodam nisso”. As pessoas em situação de rua têm ainda, como agravante, a rara procura aos serviços de saúde, recorrendo à rede ambulatorial em último caso, fazendo com que haja uma acumulação de problemas de saúde. No município de Lorena, a Prefeitura tem um programa de abordagem à população em situação de rua, cuja finalidade é facilitar o acesso à rede de saúde e assistência social para os marginalizados. O programa recebe o nome de Serviço de Abordagem à População em Situação de Rua. Conclui-se que as pessoas em situação de rua, em geral, representam uma falha do estado em proporcionar moradia digna e acesso a serviços básicos. Esse problema se intensifica ainda mais quando essas pessoas tem problemas mentais, uma vez que falta também capacidade de discernimento em alguns casos.</p>	<p>ANA LUÍSA SANTOS DIAMANTINO</p>	<p>THAMIRES TEIXEIRA FERREIRA POLIANA REGINA DIAS SOARES BEATRIZ NOGUEIRA MOTA</p>
-------------	--	---	------------------------------------	--

Pôster

Esporte, Corpo e Qualidade de Vida

RESUMO O UNISAL participa do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) oferecido pela CAPES que é realizado com 28 bolsistas em 3 escolas públicas de Ensino Fundamental. Uma das escolas com alunos bolsistas é a Escola Estadual Arnaldo de Azevedo que se localiza no bairro da Cidade Industrial em Lorena. No 2º semestre de 2018 o objetivo dos 9 alunos bolsistas do curso de Educação Física do UNISAL foi realizar o levantamento de dados para o desenvolvimento das propostas do projeto no ano de 2019. O objetivo geral do projeto é trabalhar e aprimorar o desenvolvimento de competências e habilidades dos adolescentes deste nível de ensino e também dos futuros professores. Participaram da pesquisa 39 alunos dos 8º anos A e B que responderam a um questionário confeccionado pelos bolsistas. No questionário constavam informações sobre assuntos de interesse dos alunos, interesse nas práticas esportivas, comportamento dos alunos na escola, rendimento escolar, disciplinas de interesse. Foram obtidos alguns resultados, um deles foi sobre os interesses dos alunos que mostrou maior prevalência nas atividades em ambiente não acadêmico, como “sair com os amigos”, “sair com a família”, “dormir” entre outros. Em relação a prática esportiva fora da escola foi observado que 33% dos alunos gostam e praticam esportes em ambiente não acadêmico. Em relação ao conhecimento e a vivência dos discentes pode-se perceber que quase a totalidade dos alunos tem o conhecimento sobre os esportes coletivos ou esportes individuais, mas uma grande parcela, gosta e até mesmo pratica ou praticou algum tipo de esporte em sua vida. Como o tema do Projeto está relacionado a qualidade de vida o objetivo é desenvolver novas habilidades e competências nos alunos com eficiência, planejar e propor aulas inovadoras nas práticas com os alunos de forma que desperte o interesse de todos os alunos e conscientizem da importância da prática de exercícios físicos na melhoria da qualidade da vida das pessoas. Pois se a prática de exercícios físicos for cultivado nas fases iniciais como na infância e adolescência, onde possa criar afinidade com alguma modalidade esportiva de forma saudável e se tornar um hábito, há uma grande possibilidade de manter nas fases posteriores de sua vida. O objetivo é que utilizando as práticas pedagógicas, os alunos entendam o funcionamento do corpo humano deles (funcionamento do sistema cardiovascular como a pressão arterial e a frequência cardíaca) e como funcionam as patologias ocasionadas pelo sedentarismo e como evitá-las para que se possa viver com mais saúde.

ANA LUIZA ANDRADE DA ROCHA

Eduardo Yoshinori Nagata
JONATHAS WILLIANS GIAN
SILVA, MARIANA COELHO
MARTINS

Pôster

Questões controversas na Execução Provisória da Pena, após segundo grau de Jurisdição.

O objetivo deste trabalho é buscar demonstrar à luz da Constituição Federal da República e da Ordem Jurídica, o caminho mais acertado, para compatibilização da decisão do STF que permitiu a Execução Provisória da Pena nos termos do HC nº126.292-SP. Neste sentido este trabalho é referencia preambular para o aprofundamento, objeto de Artigo Científico. O cumprimento de pena privativa de liberdade após sentença penal condenatória prolatada em segundo grau de jurisdição possível após entendimento do Supremo Tribunal Federal através do julgamento do HC nº126.292 em 17 de fevereiro de 2016, de relatoria do saudoso Ministro Teori Zavascki, que cassou posição ascendente daquela Suprema Corte, suscita algumas controversas sob o prisma do direito. A primeira delas é o conceito de “transito em julgado” não tratado pela Constituição Federal; e a segunda, a observação do Principio Constitucional da “não Culpabilidade” ou “estado de Inocência”. Quanto a este, em tese se esgotaria após o decurso do transito em julgado, matéria que exige maior aprofundamento. A CF /88 assegura em seu art. 5º, LVII que “ninguém será considerado culpado até o transito em julgado de sentença penal condenatória. A decisão assentada em Acórdão pelo STF ainda que substancialmente correta, contraria os princípios fundamentais e invioláveis extensivo às clausulas pétreas. No Brasil, diferentemente de outras Nações, adotou-se de forma restrita um sistema jurídico consagrado pela Constituição Federal que torna esgotado o estado de inocência apenas com o transito em julgado, ou seja, com o esgotamento de todos os recursos previstos no direito brasileiro, contrapondo-se portanto, ao entendimento da Suprema Corte, o que nos leva a examinar a antinomia de princípios aqui insurgente. Neste contexto, sabemos que nenhum princípio guarda em si um valor absoluto, a não ser pelas garantias fundamentais nele expressas. Portanto entendemos que não é possível que o posicionamento da Corte Suprema acordado no HC nº126.292, seja observado “erga omnis” ou de imediato. Assiste a manutenção do entendimento da Corte, na edição de Emenda constitucional que seja com ela coerente, e inove no conceito do Transito em Julgado. É de relevante importância abordagem deste tema, uma vez que sua repercussão se faz ecoar entre os juristas, os Magistrados, os Tribunais de Justiça, e ambientes acadêmicos. O estudo da preposição é fundamental a estável segurança jurídica e a adequada estruturação do Estado, que deve garantir a dignidade e ressocialização efetiva dos apenados. O grande aporte de encarcerados advindos a partir deste entendimento da Suprema Corte poderia contribuir para um eventual colapso do sistema prisional.

André Luís Alves

SAMUEL MORAES DA SILVA

Oral

DEPOIMENTO ESPECIAL COMO MECANISMO DE COMBATE À REVITIMIZAÇÃO

O abuso sexual em crianças e adolescentes é de difícil constatação, tendo em vista que, na maioria das vezes, ocorre dentro da própria família, formando-se um pacto de silêncio entre a vítima e o agressor, pautado no medo, inferioridade e exploração (COSTA, 2018). Nesse contexto, a vítima lança mão do silêncio para não denunciar o abusador, já que este a faz pensar que ela é a principal culpada pelo abuso, bem como acredita que denunciá-lo causaria danos a família, tendo em vista que ele, em muitos casos, é aquele que provém o sustento da casa (COSTA, 2018). Nessa etapa, a vítima passa por três tipos de vitimização: a vitimização primária, que consiste no próprio crime sexual em si; vitimização secundária, que consiste nos danos que a criança/adolescente sofre ao ter que expor novamente o abuso perante às Autoridades Públicas e; vitimização terciária, que consiste nos danos que a criança sofre perante a sociedade (COSTA, 2018). Desta feita, para evitar tal malefício, foi promulgada a Lei nº 13. 431/17, que criou mecanismos de proteção à criança e ao adolescente, vítima ou testemunha de violência sexual, destacando-se o depoimento especial. O objetivo geral desse trabalho é abordar métodos de evitar a revitimização da criança ou adolescente vítima de crime sexual, e o objetivo principal desse estudo é analisar a novidade jurídica do depoimento especial. O depoimento especial permite que a criança ou adolescente seja ouvida por um técnico Psicólogo ou Assistente Social, o qual irá reformular as perguntas feitas pelo juiz, promotor ou advogado para melhor compreensão da vítima (COSTA, 2018). Tal depoimento será colhido em sede de produção antecipada de provas, o mais rápido possível, a fim de evitar que a vítima se esqueça do ocorrido e que não se submeta a uma nova vitimização, respeitando os princípios do contraditório e a ampla defesa. A respeito da matéria, segundo dados do instituto Childhood Brasil, as salas de depoimento especial foram implantadas em 55% na Região Sul do país, 17% na região Sudeste, 15% na Região Nordeste, 8% na Região Centro-Oeste e 5% na Região Norte, contanto com um total de 107 salas de depoimento especial, divididas em 12 estados brasileiros. O mesmo instituto apurou que os casos em que utilizou-se o depoimento especial condenaram 60% mais do que nos métodos tradicionais, mostrando a relevância desse importante mecanismo processual, tanto para evitar a revitimização do ofendido, quando para possibilitar uma melhor constatação dos fatos (COSTA, 2018). Referências: COSTA, Ana Lúcia Evangelista da. Depoimento sem dano: uma forma de amenizar a revitimização de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65073/depoimento-sem-dano-uma-forma-de-amenizar-a-revitimizacao-de-criancas-e-adolescentes-vitimas-de-abuso-sexual/2>. Acesso em 15.08.2019; BRASIL. Lei 13.431/17. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm.

ANDRÉ DE ALMEIDA VAZ
NASCIMENTO

ARIES MARIOTO FERREIRA

Oral

ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E SUAS
DIFERENÇAS QUANTO AO MERO
CONCURSO DE PESSOAS

Associação para o tráfico é a união estável e permanente de 02 (duas) ou mais pessoas, para o fim de praticar, reiteradamente ou não, um ou mais crimes do art. 33, caput, e §1º e 34 da Lei 11.343 (tráfico de drogas. Nesse sentido, a associação para o tráfico é crime formal, que se consuma com a mera união dos envolvidos. Assim, ainda que os agentes sejam detidos antes da prática do tráfico de entorpecentes, já estarão incurso no crime previsto no artigo 35, caput, da Lei 11.343/06. Logicamente, se os integrantes da associação para o tráfico cometerem, de fato, crime de tráfico de drogas, responderam pelo artigo 35 e 33 em concurso material (GONÇALVES; BALTAZAR JÚNIOR, 2017). Entretanto, existe uma linha tênue entre a formação de associação voltada para o tráfico e a mera coautoria de agentes, diferenças essas que serão objetos desse estudo. Sendo assim, o objetivo geral desse estudo é analisar o delito de associação para o tráfico e suas peculiaridades, enquanto o objetivo específico desse estudo é abordar suas diferenças quanto ao simples concurso de pessoas. Com efeito, o crime de associação para o tráfico requer a união estável e permanente dos envolvidos. Assim, se a união entre os agentes para o cometimento de tráfico de drogas for meramente eventual, não haverá crime de associação para o tráfico, mas tão somente tráfico de drogas sob a regra do concurso de pessoas. Assim decidiram nossos Tribunais, ao afirmar a necessidade de comprovação da associação estável e permanente dos envolvidos visando o tráfico de drogas (STF. RHC 103.736, rel. min. Rosa Weber, j. 26-6-2012, 1ª T, DJE de 15-8-2012 e STJ. HC 166.979/SP, 5ª Turma, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 15/08/2012). Nesse contexto, o crime de associação para o tráfico tem prévia deliberação criminosa, os agentes se ajustam com antecedência para cometer crime de tráfico; enquanto na coautoria, os agentes se unem ocasionalmente, para cometer determinado delito. Sendo assim, é necessário comprovar a união permanente entre os envolvidos para o cometimento de crimes de tráfico de drogas. Tal prova poderá ser realizada através de escutas telefônicas, anotações do tráfico, indícios que comprovem a associação (mesma embalagem do entorpecente, p. ex.), entre outros. Referências: GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Legislação penal especial esquematizado. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2017. BRASIL. Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004_2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em 15.08.2019. STF. RHC 103.736, rel. min. Rosa Weber, j. 26-6-2012, 1ª T, DJE de 15-8-2012. STJ. HC 166.979/SP, 5ª Turma, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe 15/08/2012

ANDRÉ DE ALMEIDA VAZ
NASCIMENTO

ARIES MARIOTO FERREIRA

Pôster

A Investigação criminal a Luz da Lei 12.830/13.

A presente Lei 12.830/13 aborda os aspectos inerentes à investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia, estabelecendo as funções relativas ao Delegado, sua autonomia funcional, a natureza jurídica da investigação criminal, que é essencial e exclusiva do Estado, o modo de investigação conduzido pelo Delegado, instrumentalizado através do inquérito policial e/ou outro procedimento previsto em Lei. Abordar ainda o seu poder requisitório, sua autonomia funcional, a independência técnico-jurídica e o princípio do delegado de polícia natural. Outro aspecto relevante a ser abordado é o indiciamento, ato privativo do Delegado de Polícia; suas espécies: material, formal, coercitivo, indireto e complexo. A participação da defesa na investigação criminal, os limites desta participação, tendo ressaltado o sigilo do inquérito policial. Dentre outros atos privativos do Delegado de Polícia, submetidos ao texto legal que comportam condutas protocolares e legítimas a serem observadas pelo Delegado, após investidura em concurso público e cumprido os requisitos formais, em detrimento da função. À vista dos preceitos legais, que é instrumento de aprimoramento e garantia de uma investigação regular e satisfatória, são imprescindíveis ao alcance de resultados efetivos, compatíveis com a ordem jurídica. O projeto pretende apresentar uma abordagem sobre a investigação criminal feita pelo Delegado de Polícia a luz da Lei 12.830/13. Pretende ainda demonstrar a carreira de Delegado de Polícia e a sua importância na sociedade e na realização do dever punitivo do estado. Justifica-se a abordagem do tema frente os questionamentos suscitados a este processo inquisitivo pelo qual repousa a investigação criminal e legítima atuação do Delegado de Polícia no caso concreto. São muitos os questionamentos neste campo a vista do sistema processual adotado no Brasil e neste caso específico no que tange o Inquérito Policial, conduzido pelo Delegado de Polícia de forma inquisitiva, fato este que esbarra nas garantias fundamentais prestigiadas pela Carta Magna, e que para alguns doutrinadores e juristas vai de encontro ao Estado de Democrático de Direito que embora o sistema brasileiro se denomine como acusatório, este se dá de forma mitiga ao crivo da Lei e da Ordem. Basta observar que de acordo com o modelo investigatório em vigor, algumas arbitrariedades poderiam estar ocorrendo, abusos ou a utilização de meios ilícitos aplicados à obtenção de provas, o que acabaria por macular o processo. O devido processo legal e o direito de defesa aqui subtraído não podem ensejar num processo viciado e que não cumpra com a devida dignidade. Nesta seara o que se busca efetivamente é a análise do texto legal. Propondo nesta análise apontamento que indiquem alguma forma de violação a regras previstas na Constituição Federal a despeito da dignidade da pessoa humana, as garantias do devido processo legal, ainda que em fase investigatória que não pode ser condizida ao revés da legalidade.

André Luís Alves

SAMUEL MORAES DA SILVA

Oral

A sociedade do desamparo e as primeiras relações objetais

A sociedade do desamparo, designação essa para a qual serve como matriz ao presente estudo, configura-se por uma série de comportamentos e características dos indivíduos em sua correlação com o meio – nas relações de objeto – e na forma como se sentem ante as vicissitudes da vida, a levá-los a se sentirem destituídos de recursos internos para mobilizar energia e direcioná-la à resolução de suas angústias, frustrações e ansiedades (KLEIN, 1975) que as ocorrências do próprio fato de estarem vivos, naturalmente, podem trazer. Neste sentido, o trabalho aponta para as possíveis origens na infância das configurações dos indivíduos contemporâneos e suas formas de experimentar as frustrações. No que concerne aos primeiros momentos de vida extrauterina, Dias (2017, p. 110) afirma que “o ambiente – que, no início, é a mãe, ou melhor, os modos de ser da mãe – é parte do bebê, indistinguível dele. Não há, aqui, dois indivíduos, mas uma relação *sui generis* que pode ser chamada dois-em-um”. O ambiente, então, se adapta nas solicitações que surgem do bebê e de seus processos maturacionais. O ódio e a agressividade na fase adulta derivam-se da experiência original, bem como da necessidade de superá-la, com escopo à obtenção de prazer na vida. Tais sentimentos e emoções dotados de qualidades destrutivas, se outrora – nos primeiros anos de vida – não puderam ser contidos e validados ante à figura de autoridade saudável, no instante das primeiras experiências triangulares da infância, se repetirão como tentativa de elaboração da lacuna deixada por tal e, via de regra, tendem a atuar na relação entre pares. Nessas falhas iniciais em que o reparo não foi suficientemente apaziguador, infere-se que a personalidade da mãe e posteriormente do pai atuam como um agente originador de padecimentos emocionais (SPITZ, 1979). A assimilação de objetos bons e/ou maus – provenientes da figura materna e paterna –, assim como a projeção ao externo, no que compete aos adultos, aponta para relações iniciais ruidosas inaptas a assegurar que esses mesmos adultos tornem-se maduros, não somente à idade cronológica, pois isso a própria biologia natural trata de se encarregar, mas tão mais à suas experiências subjetivas maturacionais, ou seja, ao ato de sentir-se amadurecido. Klein (1975, p. 46) certifica que “se encaramos nosso mundo adulto do ponto de vista de suas raízes na infância, ganhamos uma compreensão interna (insite) da maneira pela qual nossa mente, nossos hábitos e nossos conceitos se estruturam a partir das fantasias e emoções da mais tenra infância até as manifestações adultas mais complexas e elaboradas. Há mais uma conclusão a ser inferida, ou seja, de que nada que alguma vez existiu no inconsciente perde inteiramente sua influência sobre a personalidade”. Por conseguinte decorre a epidemia de indivíduos que relatam constante sentimento de solidão e desamparo frente aos desafios do cotidiano.

ANDRÉ LUIZ MONTEIRO DE SOUZA
NETTO

Pôster

INVENTÁRIO FRENTE A NOVAS
FORMAÇÕES FAMILIARES

INTRODUÇÃO Atualmente, o conceito de que famílias são formadas apenas no modo tradicional patriarcal está cada vez se esvaindo, a sociedade está cada vez mais desconstruída e aberta para aceitar novos padrões familiares. Desse modo, é necessário que a legislação, de alguma forma se adeque a cada formação familiar de maneira que os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal sejam respaldados, principalmente, o princípio da dignidade da pessoa humana. Ocorre que, alguns novos padrões familiares embora já existam, não estão de acordo com a Legislação vigente no Brasil, como mencionado acima, o Direito respalda o casamento como a união de duas pessoas, destarte, já há inúmeros registros de uniões poliafetivas e casamentos simultâneos ou paralelos. E isso causa um enorme transtorno, não só para a legislação, mas principalmente para tais pessoas, que por um lado estão exercendo seu direito de relacionar-se com quem deseja, que inclui o direito a liberdade, à dignidade e por outro lado, estão descumprindo não só a lei civil, mas a penal também, que é o caso das famílias paralelas, pois não se pode celebrar um novo casamento enquanto se está casado. Nesse sentido, afirmam Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho “é forçoso convir que existe um número incalculável de pessoas, no Brasil e no mundo, que participam de relações paralelas de afeto. [...] todos nós conhecemos ou sabemos de alguém, às vezes até parente ou amigo próximo, que mantém relação de concubinato.” Desta forma, o presente trabalho, tem o intuito de discutir e abarcar tais divergências do cotidiano, relacionando possíveis soluções para problemas que poderão surgir no decorrer destas novas formações familiares, dando maior ênfase para o inventário. **JUSTIFICATIVA** O presente trabalho apresenta grande importância para o Direito civil, pois, o direito deve acompanhar todos os fatos novos, evoluções do Ser Humano e respaldar o máximo de pessoas possível, de maneira que seja garantido o direito fundamental da dignidade da pessoa humana. **OBJETIVO** O objetivo deste trabalho é delinear as possíveis soluções jurídicas para elaborar inventário e partilha das novas formações familiares não previstas em Lei, mas que existem e não podem ter seu direito negado ou omissos. Traçar uma possível solução para a divisão de uma possível herança do cantor Mr. Catra que recentemente faleceu e deixou 3 (três) esposas e 32 filhos. **METODOLOGIA** O trabalho será realizado com base em pesquisas teóricas, buscando informações em livros, sites e jurisprudências, pelo método hipotético, uma possível solução. **DISCUSSÃO E CONCLUSÃO** É imperioso dizer que seria justo a legislação abarcar em seus moldes de casamento e união estável, apenas famílias tradicionais ou união de duas pessoas, na realidade não é assim que acontece, concluindo que é mais importante preservar as relações de afeto, a dignidade e a liberdade a ter que se moldar num padrão jurídico arcaico ou que não se molda aos novos tempos.

ANDRE RIBEIRO MORAIS

FRANCIELI STEFANIA PEREIRA

Oral

Desenvolvimento De Uma Armação De Berço Hospitalar Fundamentado Nos Aspectos Ergonômicos: Um Estudo De Caso Focado Na "FEA"

O berço hospitalar é um mobiliário multifuncional de finalidade terapêutica utilizado em diversos setores hospitalar, como: sala de observação, enfermaria, berçário e unidades de terapia intensiva (UTI). Além de proporcionar conforto ao recém-nascido (RN) e auxiliar na recuperação, é um equipamento de auxílio nos cuidados ao paciente pelos profissionais da saúde. O termo que se refere a utilização de equipamentos tecnológicos em áreas que visam a reabilitação das funções humanas é Tecnologia Assistiva (TA). De domínio multidisciplinar, a TA envolve pesquisa e desenvolvimento, fabricação, uso de dispositivos e processos estratégicos para melhora da habilidade funcional de um indivíduo (ASSAD, 2013). Considerando os aspectos ergonômicos, este trabalho relata o desenvolvimento de um berço acessível as diversas características antropométricas dos profissionais da saúde, visando a prevenção de riscos ocupacionais, tendo por efeito a segurança e a qualidade da assistência ao RN. A estrutura foi definida sob os aspectos mecânicos fundamentada na resistência dos materiais, utilizando o recurso FEA (Análise dos Elementos Finitos) no ambiente CAD. A aplicação da FEA abrange análises dinâmica, linear e não linear, de tensão e deflexão; vibrações livres e forçadas; transferência de calor; instabilidade elástica (flambagem); acústica, eletrostática e magnética (BUDYNAS, 2011). Para a qualificação e desenvolvimento do produto o projeto foi dividido em duas fases, na qual na primeira fase destaca-se o planejamento e a objetividade do produto, o referencial teórico, e o escopo do projeto. Na segunda fase, pertinente ao relatório final, o escopo do produto e o resultado. O resultado da análise pelo método dos elementos finitos demonstrou que a armação do berço submetida a uma carga de 17 kg, proporcionou um deslocamento máximo de 0,12 mm considerando toda a estrutura e gerou tensões máximas de 11,98 MPa distribuídas nas juntas da estrutura e nos suportes posterior da estrutura. Dado que o material Al 6061-76 admite tensões na faixa limite de escoamento de 276 MPa, conclui-se que o resultado da FEA satisfaz a uma margem de segurança de 95,6 %, em relação a tensão de escoamento definida. A porcentagem de alongamento obtida no ensaio de deslocamento foi de 12%, assegurando a ductilidade do material. Fundamentado nos resultados concluiu-se que, para a carga estipulada não há necessidade de otimização da armação e a mesma suporta com segurança os acessórios, a exemplo, a estrutura de suporte da cuba.

ANDRELIZA CRISTINA MURBACH DA SILVA
MAGDA VIEIRA DA SILVA

Oral	ESTUDO DA EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS SOB O VIÉS DO SISTEMA PRISIONAL	<p>ESTUDO DA EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS SOB O VIÉS DO SISTEMA PRISIONAL A sociedade brasileira vive uma crise política, econômica, financeira e social que afeta diretamente as camadas menos favorecidas e cria desrespeitos contínuos a dignidade humana e como consequência os direitos humanos preconizados na constituição (BRASIL, 1988) e amparada por legislações defendidas pela ONU em todo mundo. A falta de educação, formação continuada e o modelo prisional adotado pelos órgãos públicos são fatores que aprofundam as crises e problemas enfrentados para a reinserção dos infratores ao convívio social. A falta de projetos políticos de longo prazo influenciados pelas trocas constantes de lideranças partidárias, impedem que ações públicas ou privadas possam ser aplicadas nas instituições correccionais diminuindo o exercício de cidadania e maiores possibilidades de recuperação. Nesta questão, existe a necessidade de estudos aprofundados sobre a origem e manutenção do atual sistema prisional brasileiro, o perfil dos presos e alternativas para recuperar a dignidade humana, o resgate dos direitos e a prática de atividades educacionais (AGEPEN, 2017) e profissionalizantes proporcionando garantias futuras de retorno a sociedade. Recorrer a educação de jovens e adultos dentro do sistema prisional, remete ao resgate de direitos humanos fundamentais (OLIVEIRA, 2013), muitas vezes perdidos pelas condições adversas e imprevistos que atingem grande parte da população brasileira nas diversas regiões do país durante o período de formação. Vemos constantemente crianças, jovens e mesmo adultos sofrendo discriminação e sendo afastados das condições ideais de desenvolvimento e sendo alienados dos processos de crescimento e desenvolvimento econômico. A sociedade atual preocupada com necessidades pessoais, prioridades de status e crescimento social e em algumas situações a própria subsistência acabam por deixar em segundo plano uma parcela considerável da sociedade. Pensamentos extremistas e conformistas levam a maior parcela da sociedade considerarem irrecuperáveis pessoas que por inúmeros motivos tiveram a privação de suas liberdades individuais. A educação de jovens e adultos, a reestruturação do sistema prisional e capacitação profissional é que se pretende elaborar este projeto, com objetivos práticos, legais e aplicáveis. Como objetivo inicial da proposta deste projeto de pesquisa, se pretende analisar a estrutura atual das instituições prisionais brasileiras (G1, 2017) e suas adequações aos conceitos propostos pela Rede Latino-Americana de Educação em Prisões (UNESCO, 2017), para a educação de jovens e adultos e características que compõem o atual perfil dos presos. A educação é considerada como um dos direitos humanos primordiais e deve ser objeto de discussão ampla e projetos passíveis de serem implementados com as condições existentes.</p>	ANDRESSA PATRICIA DA SILVA ZAMORA BRAVO	GABRIEL PEREIRA DA SILVA REBECA FRAGA E SILVA RAIMONDO, BIANCA GUIDI CONSTANTINO, Vagner Ca Ribeiro
------	---	---	--	---

Oral	ODS: UTOPIA OU REALIDADES FUTURAS?	<p>Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) começaram a ser desenvolvidos no ano de 2015, com o propósito de países adotarem uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para chegar em um acordo global sobre a mudança climática. Tais países se basearam nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram estabelecidos no ano de 2000, com oito objetivos que deveriam ser cumpridos até 2015. Assim, as Nações Unidas implantaram as ODS a fim de dar continuidade aos propósitos estabelecidos pela ODM, já que os mesmos fizeram uma verdadeira diferença na vida das pessoas, e esse progresso pode ser expandindo na maioria dos países com forte liderança e responsabilidade. Os 193 países-membros das Nações Unidas adotaram oficialmente a nova agenda de desenvolvimento sustentável, criando a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nela incluso 17 objetivos e 169 metas, os quais são: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Assim como os ODM, que haviam um cronograma de 15 anos para o cumprimento dos Objetivos Globais, o cronograma para o cumprimento dos ODS é até 2030. E a questão do presente trabalho, é saber se serão possíveis cumprir esses objetivos tão importantes para uma sociedade ou se isso só ficará no papel.</p>	ANNA JULIA NOGUEIRA LUIZ FERREIRA	MELISSA MATIOLE CAMBRAGES GOMES, Paulo Sérgio Araujo TAVARES, THIAGO GOMES PAULA
Pôster	IMPLEMENTACIÓN DE SMART GRID EN USO RESIDENCIAL.	<p>el proyecto consiste en realizar instalación y diseño y evaluación de una red eléctrica de ámbito domestico con el uso de tecnologías smart grid para usos residenciales y domésticos implementando paneles solares</p>	ANTONIO JOSE BARRAZA DE LA HOZ	

Oral	Planejamento e Organização no Desenvolvimento de Projetos e Uso de Materiais Alternativos para facilitar a construção de residências no universo das cidades inteligentes.	Este Plano de Trabalho busca a eficiência e eficácia da Construção Sustentável amparada pela conscientização e comprometimento da Construção Civil e seus processos construtivos de preservação e sustentabilidade ambiental. Estes, quando não fiscalizados, facilitam procedimentos desenfreados que provocam efeitos catastróficos e fortalecem o caos através da cultura do despreparo na sociedade empresarial no que diz respeito a produção e consumos sem critérios de uma sustentável construção. Como projeto, sob a égide da Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão, tem-se como parceiros __professores, alunos da da Universidade Salesiana (UNISAL/São Jose) e_Centro de Integração da Cidadania, - CIC, no Bairro Vida Nova, Campinas SP.. O objetivo do Plano é conscientizar e compreender a eficácia do uso de materiais alternativos, da energia radiante, da construção de casa de baixo custo, da arquitetura bioclimática ciente dos recursos em escassez e elementos essenciais para a efetivação da casa econômica. Na Metodologia os procedimentos de aprendizagem serão desenvolvidos através de oficinas socioeducativas com o foco no uso/reuso, descarte de materiais/resíduos, estudo da eclíptica solar, predominância dos ventos, cisternas e o uso de cisternas, uso inadequado dos recursos naturais e artificiais, folders impressos, quizzes, visitas técnicas a canteiros de obras, palestras, interações dialógicas e facilitação da participação do público alvo. Realiza-se um estudo bibliográfico que facilite, também, o entendimento dos trabalhadores no aprimoramento da capacitação profissional e sua prestação de serviços no mercado de trabalho. Nas oficinas, usa-se os recursos midiáticos para facilitar a aprendizagem, a criatividade e buscar a inovação para a sustentabilidade ambiental. Espera-se que este Trabalho, ganhe a confiança e motivação do público alvo participante direto e indireto, permitindo os participantes desenvolvam suas habilidades profissionais, essenciais à sustentável construção. Assim, consolida-se a tecnologia limpa e factível a qual será avaliada para que este Plano de Trabalho esteja apto a identificar e adequar as aplicações dos recursos naturais/artificiais utilizando as diretrizes e as principais características de uma edificação da casa econômica de baixo custo.	Aparecido Fujimoto	Aparecida Silva Santos Car ALAN JACOB, LEANDRO D ALONSO, DIEGO LUIS DE S BARATO, VINÍCIUS RAFAE ARAUJO NOGUEIRA, ÉMEI BERGANTON JÚNIOR, Nay Messias de Lima, Flávio H Policarpo Oliveira, NAYAR CRISTINA DO AMARAL LIM
------	--	--	--------------------	--

Oral	<p>Know-how nos Contratos de Franchising: breve análise da lei nº 8.955/94 e mecanismos práticos adotados para salvaguardar os segredos.</p>	<p>Assim como o registro de uma patente, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é competente para viabilizar e averbar o know-how, leia-se a transmissão contratual de conhecimento, técnicas originais – exceto médicas – e tecnologia mediante contrato e royalty para a consecução de um produto em seu processo químico ou mecânico, tais quais – necessariamente – correm em sigilo. De acordo com a lei nº 8.955/94 o contrato de franquia também poderá apoiar-se no direito de uso de tecnologia e deverá estar previsto expressamente as obrigações – na maioria das vezes de não fazer – do franqueado após a dissolução do contrato de franquia em relação ao know-how que tenha tomado conhecimento em virtude da franquia, previsto pelo Art. 3º XIV, “a”. Destarte, a cessão de know-how nos contratos de franquia seja essencial para o fiel cumprimento do contrato do uso da marca, pois julga-se por necessário para a produção nos parâmetros do franqueado, não obstante há de se ressaltar que trata de uma cessão, portanto goza de proteção, não podendo o franqueado ceder o objeto para terceiros, sem a anuência do cedente, isto porque, houve um dispêndio do cedente para o desenvolvimento da franquia ante a vantagem concorrencial. Todavia, a legislação brasileira encontra-se, ainda, desnutrida ante os mais variados instrumentos que poderiam ser adotados como forma de mitigar práticas com escopo desleal comercial. Face a omissão legislativa, de acordo com Denis Barbosa, a proteção do know-how norteia-se por três principais pilares: a preservação do segredo; a adequação do know-how ao processo industrial para feitura do produto; e as medidas repressivas – principalmente pecuniárias – contra aqueles que utilizam de forma indevida e desleal, para tanto, há a necessidade de adotar medidas conservativas, leia-se contratuais, para salvaguardar as prerrogativas da vantagem comercial fruto do know-how. Sendo assim, é necessário que anteriormente a celebração do contrato – nas tratativas – não seja exposto o know-how de maneira detalhada, mas apenas demonstrar ao celebrar o contrato, os requisitos impostos por lei, a título de exemplo o Art. 3º, II da respectiva lei “balanços e demonstrações financeiras da empresa franqueadora relativos aos dois últimos exercícios;”, já na elaboração contratual, faz mister a inserção de cláusulas de não concorrência, para que o franqueado, não venha ferir a boa-fé de forma simulada, dificultando a prova e a concorrência de maneira desleal – assim como cláusula de sigilo absoluto com o objetivo de salvaguardar-se do franqueado espalhar os segredos a ele transmitidos e compeli-lo a celebrar com cujos funcionários cláusulas de sigilo e não concorrência, também!</p> <p>Referências: BARBOSA, Denis Borges. Tratado da propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 124-125. BRASIL. Lei de Franquias. Disponível em: . Acesso em: 18 ago. 2019</p>	ARIES MARIOTO FERREIRA	ANDRÉ DE ALMEIDA VAZ NASCIMENTO, CARLA ARA ABREU, LARISSA FERREIRA VILLALTA
------	--	---	------------------------	---

<p>Oral</p>	<p>Aspectos Jurídicos do Desaparecimento de Pessoas.</p>	<p>Considera-se desaparecida a pessoa que deixa de ser encontrada nos lugares que costuma frequentar sem comunicar os familiares ou terceiros. As causas mais comuns de desaparecimento são: desentendimentos familiares, transtornos mentais (alzheimer) ou em razão de crime. O primeiro passo ao constatar o desaparecimento de um ente querido é registrar Boletim de Ocorrência, ocasião em que a Autoridade Policial irá instaurar, via de regra, Procedimento de Investigação de Desaparecido (PID). Ao contrário do senso comum, não é necessário esperar 24 horas do desaparecimento da pessoa para registrar Boletim de Ocorrência (Portaria nº 18/1998 do Delegado Geral de Polícia, artigo 4º). Além disso, o familiar e/ou interessado pelo encontro da pessoa desaparecida deve procurá-la no Instituto Médico Legal (IML). Dentro do IML, os corpos das pessoas que não puderam ser identificadas (“não reclamadas”) permanecem na unidade durante 03 (três) dias e, após esse prazo o corpo é encaminhado para um cemitério municipal, onde será enterrada como “não reclamado” (vulgo “indigente”). Durante esse período, o familiar pode comparecer a unidade do IML e verificar se o corpo de seu ente querido desaparecido não foi recolhido. A Lei nº 15292/14 define diretrizes para a Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas, responsável por criar o banco de dados de pessoas desaparecidas. No tocante a seara cível, instalar-se-á o procedimento de ausência, cujo objetivo é proteger o patrimônio do ausente, o crédito dos credores e até mesmo o Estado. O procedimento de ausência é composto por de três fases: Curadoria de Bens, Sucessão Provisória e Sucessão Definitiva. Na curadoria de bens, o ministério público irá arrecadar os bens e nomeará um curador, que ficará responsável pelos bens por um ano, publicando em edital de dois em dois meses por igual período, ou se o ausente deixou representante, ficará na curadoria dos bens por três anos. Passados um ano de curadoria nomeada ou três anos de representação, os interessados irão requerer a sucessão provisória, caso em que bens serão entregues aos herdeiros testamentários e colateral de 4º grau mediante caução, e aos demais herdeiros, sem qualquer garantia. Após dez anos na posse dos bens será aberta a sucessão definitiva, bem como se o ausente tiver 80 anos e forem 5 anos da sua última aparição. A sucessão definitiva consiste na espécie de morte declarada com procedimento de ausência, aqui o ausente é considerado morto e os bens gozam de livre fruição, porém, caso do ausente retorne dentro de dez anos da sucessão definitiva, terá direito ao que encontrar de seu bem, porém após os dez anos não terá direito a mais nada. Referências: PREFEITURA DE SÃO PAULO. Cartilha de enfrentamento ao desaparecimento: orientações e direitos na busca de uma pessoa desaparecida. Prefeitura de São Paulo: São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/EnfrentamentoDesaparecimento.pdf. Acesso em 07 de agosto de 2019.</p>	<p>ARIES MARIOTO FERREIRA</p>	<p>ANDRÉ DE ALMEIDA VAZ NASCIMENTO, CARLA ARA ABREU, LARISSA FERREIRA VILLALTA</p>
-------------	--	--	-------------------------------	--

Póster

Diseño de un modelo de control contable y financiero para pequeños y medianos restaurantes

El control interno en toda empresa es de vital importancia, éste busca salvaguardar los recursos de todo ente económico sin importar su tamaño, igualmente se entiende como un factor clave en el logro de los objetivos de las organizaciones, éste debe ser oportuno, seguir una estructura orgánica, igualmente revelar tendencias y situaciones que reflejen la verdadera situación financiera de todo ente económico. En toda empresa es necesario que se tengan controles sobre aquellas áreas que son más susceptibles, toda vez que su vulnerabilidad podría estar ocasionando pérdidas a las compañías si no se tiene un mayor control sobre ellas y se podría no tener la situación real de las mismas (Vergara, 2017) El gran crecimiento que tuvo la industria gastronómica en el país en los últimos años, pero en especial en la Ciudad de Cartagena de Indias, hizo que el número de restaurantes aumentara cada día. Lo anterior tiene su sustento en el número de visitantes que llegaron a la ciudad en cualquier época del año ya sea propios o extranjeros. Paralelo al crecimiento de restaurantes, se vio el cierre de los mismos. Esto último, hizo pensar que éstos no operaban en debida forma o no estaban cumpliendo las metas y/u objetivos propuestos. Lo anterior se fundamenta en que en toda empresa es necesario que se tengan controles sobre aquellas áreas que son más vulnerables, toda vez que su vulnerabilidad podría estar ocasionando pérdidas a las compañías; si no se tiene un mayor control sobre ellas y no tener la situación real de las mismas En Colombia existen 2.5 millones de micros, pequeñas y medianas empresas que según el DANE aportan un 67% en la generación de empleo en el país, aportando así el 28% al producto interno bruto De acuerdo a (Alvarez Fernández & Bermúdez Laguna, 2011) la importancia de tener un buen sistema de control interno en las empresas se ha incrementado en los últimos años debido a lo práctico que resulta medir la eficiencia y productividad, pues de ello depende su permanencia en el mercado. La ausencia de control interno en las empresas puede llevarlos a insolvencia económica toda vez que no se controlan las áreas de mayor vulnerabilidad al fraude. Con el presente proyecto se busca Identificar los métodos y controles de los procesos, que en la actualidad realizan este tipo de empresas, realizar un diagnóstico de los controles de los procesos que se llevan a cabo y Diseñar la estructura de control interno adecuado para la empresa. La investigación a realizar es de tipo proyectivo, es decir, se indagará una realidad problema y se diseñará un modelo que permita dar solución a la misma

BALVINA MESA BALLESTEROS

Oral

Educação Sociocomunitária – educação não formal suas limitações e benefícios sociais.

A educação e a aprendizagem dos sujeitos em desenvolvimento são entendidas como algo que acontece no ambiente escolar sistematizado, bem como suas necessidades sociais relacionadas a sua formação. O objetivo principal desta pesquisa é descrever e analisar a educação sociocomunitaria, na educação não formal em um Projeto Social, que se apresenta como uma possibilidade muito interessante na vida de muitos jovens. A principal proposta é entender um pouco mais desse tema pouco abordado, mas revolucionário, por consequência quais as dificuldades em gerir e dar mais visibilidade a um sistema de educação sociocomunitária e o que os indivíduos que passaram por esse sistema de educação vai cultivar na sociedade. Programas de educação sociocomunitaria podem mudar a vida de pessoas, assim como as escolas salesianas que é implementada a estratégia de educação social, incluindo as obras sociais que refletem as práticas de Dom Bosco na criação de oratórios, que busca dar aos setores excluídos uma melhor qualidade de vida, o que refletia na sua ideologia que temos como exemplo até hoje, nos fazendo lembrar primordialmente de seus ensinamentos “Deus nos colocou no mundo para os outros”. Conseqüentemente preparando da melhor forma, não só um profissional ou estudante, mas um cidadão que se importa com outro. Se torna, portanto, um investimento em um lugar melhor, pois é a comunidade através da experiência da educação sociocomunitária que vai mudar o lugar onde vive. O homem é um ser político, ou seja, vive em relação com a comunidade, conseqüentemente a educação, qual seja sua forma, nasce em conjunto. Pode-se afirmar que se vive na era da informação, e o que se aprende passa ser uma parcela restrita de tudo que está em nossa volta, buscar conhecimento além da educação formal permite que a comodidade se transforme em cultura, política, religião e diálogo. A educação sociocomunitaria constrói o ser humano sendo de tamanha importância sua busca, pois é dela que descobrimos o mundo fora da sala de aulas, por sua vez não qualifica, mas capacita, e a educação é o instrumento principal para mudança da sociedade, que para estar inseridos nela nos cobra conhecimentos e práticas que precisam ser desenvolvidas ao longo da formação da criança e do jovem e isso se torna necessário por toda a vida. Sua proposta no campo da formação é a partir da interação com a coletividade. A educação não formal tem baixo grau de estruturação, não diminuindo a sua notoriedade, há uma intencionalidade que visa o exercício da cidadania. Esse sistema se torna uma base de apoio para os jovens principalmente na fase de construção crítica, mesmo sendo de cunho religioso, especificamente nessa circunstância, não tira a característica social, no cenário que é quase impossível pensar em uma educação individual. Palavras-chave: Educação; Educação Social; Educação Comunitária; Educação Sociocomunitária.

BEATRIZ BATISTA CORDEIRO

POLIANA REGINA DIAS SO

Pôster

JUDITH BUTLER E DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO

JUDITH BUTLER E DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO Judith faz reflexões sobre a desconstrução do gênero ligado ao sexo e sim na construção do gênero como uma discussão social e cultural do lugar do homem e da mulher, seus processos práticos e suas relações sociais. É considerada uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, filosofia política e ética, considerada uma filósofa pós-estruturalista. Movimento nascido na década de 60 que permaneceu influenciando áreas da literatura, política, arte, críticas culturais e sociologia. Com as teorias da autora, pode-se dizer que seus pressupostos dizem a respeito do brinquedo e ao brincar na educação infantil, onde devemos desconstruir a ideia do sexíssimo imposto pela sociedade tradicionalista. Suas reflexões dizem que não existe um brinquedo específico para cada gênero pois essa é uma percepção imposta e construída pelos adultos sobre a criança. Ela sugere uma educação sem paradigmas onde a criança é livre para escolher seu brinquedo, pois, para ela este modelo de educação dá a criança a chance de aprender mais de modo que ela cresça e se torne um cidadão sem preconceitos e sem diferenças nas relações sociais. Formar um educador livre do paradigma de gênero imposto é permitir que os alunos/crianças sejam livres para explorar o universo das brincadeiras permitindo que eles criem suas próprias percepções. Com isto, ampliamos nossos conhecimentos sobre a dinâmica da desconstrução do paradigma imposto do gênero, e pensamos na ideia de quatro brinquedos que serão trabalhados na educação infantil. Os brinquedos são: carrinho, jogo de cozinha, fantasias de heróis e lousa. O carrinho foi pensado para envolver meninas e meninos em uma brincadeira lúdica, no qual ambos brincarão consertando o carro utilizando ferramentas. O jogo de cozinha é uma forma de unir as crianças para mostrar que cozinhar pode ser uma brincadeira desenvolvida pelos dois sexos. As fantasias de heróis têm a intenção de estimular a criatividade e imaginação da criança, na qual ambos os sexos possam se mostrar fortes e corajosos como todos os super-heróis. A lousa tem o objetivo de realizar uma brincadeira coletiva desenvolvendo o papel dos professores e dos alunos quebrando a ideia de que esta é uma brincadeira somente de meninas. Os brinquedos foram criados para auxiliar nesta desconstrução mostrando que estas brincadeiras podem englobar meninos e meninas sem diferenças. Pensamos na mediação da relação professor-aluno com os brinquedos como introduções lúdicas, brincadeiras de faz de conta na qual cada brinquedo tem seu enredo.

BEATRIZ DE LIMA SOUZA

MILENA MIATTO BERNARDI
LETÍCIA GIRÃO DE GODOY
JHENNIFFER KENNIA MARINHO
EUNICE AGOSTINHO DE SA

Pôster

SUICÍDIO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: ESTUDO DA INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA DO CONSUMO E PADRÕES MUDIÁTICOS INALCANÇÁVEIS

RESUMO: SUICÍDIO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: ESTUDO DA INFLUÊNCIA DA INDÚSTRIA DO CONSUMO E PADRÕES MUDIÁTICOS INALCANÇÁVEIS Múltiplos são os fatores que levam o indivíduo ir além da construção da ideia suicida, até o ato em si. Estando ele, consciente ou não de seus atos. Objetivamos com este estudo, de caráter integralmente bibliográfico e documental a compreensão do que a literatura apresenta acerca de tais fatores restringindo-se especialmente a um triste fato, crescente em nossos dias: o suicídio infantil. Quais são os fatores tão dolorosos que podem eliminar o desejo de vida inerente aos seres vivos levando a um sentimento de que a morte pode ser a única alternativa para a eliminação do sofrimento para uma criança? Delimita o presente estudo, como eixo norteador, a necessidade de se investigar os aspectos multifatoriais relacionados ao suicídio infantil, a partir de duas categorias- consumismo e bullying- tendo sob égide a pertença da criança a uma sociedade marcada pelo consumo indiscriminado e o bullying como agente de sofrimento e exclusão. Os padrões estéticos e de bens de consumo inscrevem e aceitam a criança em um determinado grupo distanciando, excluindo e ridicularizando quem não faz parte da imagem que é forjada como o ideal da sociedade capitalista. Segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), no Brasil em 2016, foram registradas 14.945 mortes por suicídio, aproximadamente 35 mortes por dia. Com um aumento de 10,4% entre 2013 e 2016, e dentre esta porcentagem, 30% desse aumento ocorreu entre jovens (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA, 2017). Tais dados comprovam que o suicídio aumentou significativamente na última década envolvendo vários contextos socioeconômicos e a faixa etária que compreende a infância e a pré-adolescência. Segundo a OMS (2014 apud BOTEGA, 2016), o suicídio está classificado entre as três principais causas de morte no mundo, e conforme apontam recentes pesquisas, tem maior ocorrência nos grupos de adolescentes e crianças a partir dos 5 anos de idade. É um dado assustador e que não pode ser mais silenciado. Os estudos realizados até o momento nos permitem afirmar que o suicídio é um fenômeno complexo, multifatorial e não decorre de uma causa única. A mídia desempenha um papel significativo para determinar percepções do público sobre o tema visto que influencia atitudes, crenças, visão de mundo, potencializa comportamentos, gerando impactos na sociedade. Assim, a partir de múltiplos e interdisciplinares olhares, construímos trilhas e pistas dos alcances das ações profissionais da Pedagogia, da Administração e do Direito na construção de uma sociedade em que valores humanos possam ser a bússola condutora do viver e do conviver.

BIAFRA CICILIN

Regiane Rossi Hilckner, KAROLINA
ROBERTA DE SOUZA MIAMI
ARTHUR PEREIRA BORGES
GABRIELA LOPES DOS SANTOS

O presente projeto parte das novas modalidades de famílias, as quais têm como objetivo principal buscar o afeto entre os indivíduos, independentemente de serem duas mães, dois pais, mãe e padrasto, avó e avô, avó e tia, entre outras, superando as barreiras dos julgamentos e rejeição da sociedade no contexto geral. Destarte, não deve ser considerada família apenas a união entre um homem e uma mulher (pai e mãe) que geram filhos, conforme entendimento da maioria da sociedade, que presume somente a existência da chamada família tradicional, também conhecida como nuclear ou elementar. Desse modo, revela-se o preconceito e a desinformação do povo, além de extensa intolerância ao direito de liberdade do indivíduo. Vislumbra-se, atualmente, diversas modalidades reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, uma vez comprovado o afeto entre a entidade familiar, quais sejam, família homoafetiva (composta por pessoas do mesmo sexo), família anaparental (que não se faz necessária a presença de mãe e pai, mas tão somente a de avós, tios, irmãos), família pluriparental ou “família mosaico” (constituída pela presença de madrasta ou padrasto), família paralela, também identificada pelo “concubinato” (relacionamento extraconjugal, ou seja, duas famílias existentes, porém sem o consentimento de ambas) e, por último, a família poliafetiva (configurada por duas famílias sabedoras do enlace familiar, isto é, duas mulheres, ou dois maridos e filhos em ambos os relacionamentos). Impende ressaltar que as inúmeras modalidades de famílias são abordadas pela Constituição federal de 1988, a qual dispõe sobre as famílias matrimoniais, convencionais e entidade familiar. A pesquisa objetiva analisar as funções das novas famílias, e, conseqüentemente, examinar a receptividade do tema supramencionado no âmbito social, isto é, a aceitação dos novos modelos de famílias. Com efeito, partindo da ideia de que não há direito absoluto no ordenamento jurídico brasileiro, apresentar assuntos de relevante questionamento e conflitos principiológicos geram diferentes entendimentos. Além disso, devido à significância do tema, o aprofundamento sobre o estudo das famílias e suas aceitações faz jus ao comentário em um Projeto de Mostra de Produção Científica. Derradeiramente, devido à notoriedade que o instituto vem ganhando perante a sociedade, e com a pluralidade de espécies de famílias, é justificável a abordagem de tal tema por este se tratar de relacionamentos. Nesta senda, apesar de tratar-se de matéria moderna na ciência do Direito, tem seus efeitos visíveis na relação familiar, estando em constante mudança, sendo adaptada de acordo com cada indivíduo, devendo sempre o afeto estar acima de qualquer preconceito. Por fim, resta clarividente o entendimento dos tribunais superiores acerca do assunto, que têm se posicionado pela aceitação das novas famílias. Assim, por se tratar de um tema de bastante repercussão e novo ao direito, o assunto merece destaque e análise.

Pôster

A importância do investimento do setor público e privado na pesquisa científica

A pesquisa científica tem sido ao longo dos anos a principal fonte de estudo para as diversas áreas do conhecimento existente “é uma atividade voltada para a solução de problemas por meio de processos do método científico”. De fato, tudo o que consumimos possui como fonte a ciência, em razão disto, constata-se a importância do emprego de capital na pesquisa e no método científico, tendo em vista que, nada é produzido sem que haja um estudo prévio. Portanto é necessário que tanto o setor público, que no Brasil é o maior financiador e comprador de pesquisas científicas; quanto o setor privado, que atualmente mantém uma distância relevante da ciência básica (ciência pura ou ciência fundamental), invista seus recursos nas pesquisas que, podem facilitar suas respectivas atividades futuramente, além de contribuir para que mais pessoas se interessem pela carreira da pesquisa e ciência. Os recursos destinados à pesquisa no país são insuficientes, já que segundo o Governo Federal foi destinado apenas 1,24% do PIB para pesquisa e desenvolvimento em 2013, enquanto em países desenvolvidos o percentual chega a 3,5%, e em relação às empresas, o investimento equivale a 0,55%, e apesar de números ruins, muitos programas de pesquisa são financiados sobretudo na formação de recursos humanos e de desenvolvimento do ensino de pós-graduação. No país, um grande investimento do setor público é na pesquisa agropecuária e meio ambiente, todavia, esse investimento se dá de forma desigual. Já por parte do setor privado, há uma distância da ciência básica, e o mundo empresarial prefere investir seus recursos na pesquisa da ciência aplicada, aquela que irá dar algum retorno, porém os pesquisadores majoritariamente se encontram dentro das universidades onde nem sempre as instituições privadas conseguem adentrar “se os recursos financeiros para os programas de pesquisa se concentram nas áreas aplicadas, os recursos humanos se concentram nas instituições acadêmicas”. Sendo assim, a problemática se estabelece na dificuldade do poder público com a distribuição entre as áreas do conhecimento, e com a distância entre as instituições de ensino, onde estão os pesquisadores, e o setor privado, que possui o capital. O que se deve pensar agora é uma forma de se reinventar a estrutura dos investimentos e financiamentos, mostrando uma variedade maior para o serviço público para que possa usufruir na sociedade assim como formas de distribuição linear dos recursos, e uma abertura da comunidade científica para os grupos empresariais para que haja uma maior comunicação entre eles, e assim se possa haver o desenvolvimento por meio da pesquisa já que o seu propósito é a resolução de conflitos por meio do método científico.

BIANKA LARISSA RIBEIRO
FERNANDES DE SOUZA

LAVINSKY VIANA BEZERRA
Sérgio Araújo Tavares, EN
HENRIQUE SANTOS VIEIRA
ABREU

Pôster

O teste do “Bafômetro” na atualidade e sua interpretação à luz do processo penal garantista.

O Presente trabalho tem por objeto a discussão sobre o teste do “Bafômetro” na atualidade e sua interpretação à luz do processo penal garantista. O processo penal garantista é uma nova expressão utilizada para alertar acerca da necessidade e importância de se analisar e interpretar o direito processual penal, a luz dos princípios e garantias constitucionais, devido a promulgação do código de processo penal ter se dado na década de 40, em plena ditadura Vargas. O trânsito é um direito de todos, em condições seguras, cabendo ao Sistema Nacional de Trânsito a competência de adotar medidas destinadas a assegurar este direito. O trânsito brasileiro é marcado pela violência e pelas mortes, sendo necessário o estado apresentar medidas administrativas para controlar tais dados. Certo que grande parte dos acidentes no trânsito são causados por condutores embriagados. Com a sanção da Lei nº 11.705/2008, denominada de “Lei Seca”, algumas alterações no Código de Trânsito Brasileiro trouxeram maior rigor na fiscalização de alcoolemia. Em decorrência da nova redação dada ao artigo 277 do CTB, a qual ampliou o poder estatal de fiscalização, devendo o condutor sob suspeita de dirigir sob efeito de álcool submeter-se a exames de alcoolemia (sangue) ou teste em aparelho de ar alveolar pulmonar, vulgarmente conhecido por “bafômetro”, que permitam certificar seu estado, sob pena de sofrer sanções administrativas. Ocorre que a partir da Carta de 1988, diversos tratados internacionais de direitos humanos foram ratificados pelo Brasil, sendo diversos os direitos estabelecidos em defesa da pessoa, como a Convenção Americana de Direitos Humanos, que estabelece que toda pessoa acusada de um delito possui o direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, e nem confessar-se culpada. Diante disso, fica claro que o teste do bafômetro viola tratados e princípios previsto na Constituição Federal, na hipótese de conflito entre as regras internacionais e internas, em matéria de direitos humanos, há de prevalecer sempre a regra mais favorável ao sujeito de direito, pois cabe a proteção da dignidade da pessoa humana. Assim exposto, o presente estudo se propõe analisar a seguinte questão: O teste do “Bafômetro” na atualidade e sua interpretação à luz do processo penal garantista, e sobre a importância de se analisar e interpretar o Código de Trânsito Brasileiro respeitando os princípios constitucionais em decorrência de um Estado de Direito democrático.

BRENDA CARVALHO COSTA DA SILVA

FELIPE CAVALHEIRO DA SILVA
GABRIEL MIGAILIDES MENDES
MARINS, ISABELA DE ANDRADE
PEIXOTO, Thalita Silveira

<p>Oral</p>	<p>ESTUDO MULTIDISCIPLINAR SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E INTRAFAMILIAR: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO ACERCA DO FENÔMENO.</p>	<p>Este projeto de pesquisa, está vinculado a temática desenvolvida pelo Observatório de Violências nas Escolas (UNISAL/Lorena). O estudo tem como objetivos: a) Mapear a percepção da experiência de violência doméstica e intrafamiliar por adolescentes matriculados numa escola municipal do Vale do Paraíba/SP e b) Desenvolver a potencialidade do ambiente escolar de prevenção contra os diferentes tipos de violência doméstica e intrafamiliar que podem ser perpetradas contra os jovens. O problema procura investigar: Como os adolescentes percebem e reconhecem a existência da violência doméstica e intrafamiliar no cotidiano de suas vidas? Que experiências já vivenciaram com os diferentes tipos de violências? Desenvolvimento: O tema envolve as diferentes facetas das violências com direcionamento para as violações dos direitos da criança e do adolescente no meio doméstico e intrafamiliar, as suas possíveis consequências para a vida e para a saúde mental, assim como as leis que protegem a infância e a adolescência, o papel da escola e dos docentes. De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos (2018), a violência doméstica é toda ação ou omissão, agressão ou coerção praticada por pais, parentes ou responsáveis contra a criança ou adolescente. Violência intrafamiliar é entendida como uma ação que ocorre na família, envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, pode ocorrer na casa da criança ou do adolescente ou na casa de algum parente ou familiar, basta que haja relação familiar. Tanto a violência doméstica como a intrafamiliar se revelam de várias formas e em diferentes graus de intensidade, como a violência física, a violência sexual, violência psicológica, negligência, incesto, estupro, sedução, atentado violento ao pudor, assédio ou exploração sexual. A criança ou adolescente que sofreu algum tipo de violência tende a demonstrar mudanças comportamentais, que podem se manifestar de forma psicossomática e até mesmo o surgimento de comorbidades. Alguns sintomas decorrentes, por exemplo, são a enurese, encoprese, dores abdominais, perturbação do sono, isolamento, pesadelos, náuseas, depressão, ansiedade entre outros (GABEL, 1997). Trata-se de uma pesquisa Survey (BABBIE, 1999) E também se caracteriza como descritiva pois o tratamento dos dados definirá melhor a opinião, atitude e o comportamento do grupo pesquisado sobre o fenômeno da violência doméstica e intrafamiliar. Será utilizado um questionário com duas partes:1) Caracterização dos participantes e 2) dezoito questões fechadas e uma aberta sobre violência doméstica e intrafamiliar. Relevância Social e conclusão: o projeto tem finalidade educacional e a promoção da saúde mental, pois contribui com a informação e a aprendizagem para que os participantes aprendam sobre os diferentes tipos de violências e a buscar ajuda na rede de proteção da Infância e Juventude.</p>	<p>BRENDA MARIA ESPÍNDOLA</p>	<p>MARIA DE CARVALHO FERREIRA MARCOS PAULO DA SILVA LETÍCIA DA SILVA PASSOS, de Sousa Villela, Sonia Maria Freire Koehler</p>
-------------	---	--	-------------------------------	---

Oral

A REPARAÇÃO DO DANO MORAL DA
PESSOA JURÍDICA

O ordenamento jurídico brasileiro vem adotando a cada vez mais o posicionamento neoconstitucionalista, no qual todas as esferas do direito, inclusive aquelas antes conceituadas como ramos de direito privado, sofrem influência da carta magna. Nesse sentido, visando à proteção dos direitos e garantias fundamentais foi dedicada tutela específica aos direitos da personalidade, bem como expressa previsão a respeito da possibilidade de reparação de danos acaso violados tais direitos. Partindo dessa premissa surgiu o art. 52 do CC estabelecendo que a tutela dos direitos da personalidade merece ser aplicada a pessoa jurídica no que forem compatíveis, de tal sorte que, foi atribuída a doutrina e jurisprudência a tarefa de relacionar quais dos direitos são compatíveis com a estrutura desses entes dotados de personalidade jurídica. Nessa esteira, doutrinadores e aplicadores do direito discutiram de forma acirrada sobre a possibilidade de ser a pessoa jurídica passível de sofrer danos morais. O dispositivo inicialmente referido juntamente com a jurisprudência deram origem a tão comentada Súmula 227 do Superior Tribunal, que reconheceu essa possibilidade. De outro lado, cabe destacar que as controvérsias acerca da matéria não foram encerradas, ousa-se dizer que até aumentaram, já que foi atribuída à jurisprudência a tarefa de verificar quais ofensas tem o condão de ensejar o dano moral da pessoa jurídica. Ora, é óbvio que a pessoa jurídica não tem os mesmos direitos da personalidade que a pessoa física possui, contudo, em observância a codificação ao sistema civilista não há como deixar esse grupo de pessoas a margem de danos não indenizáveis, já que com certeza esta sofre abalos econômicos em decorrência de ofensas ao seu bom nome. Ainda nessa esteira, ressalte-se que tendo o próprio código civil previsto de forma expressa que os direitos da personalidade podem ser aplicados a pessoa jurídica, integrantes como a honra objetiva, a imagem da empresa são aceitadamente compatíveis com esta, consoante entendimento jurisprudencial. Outrossim, elementos da empresa como o nome empresarial, marca, e o trade dress são considerados desdobramentos dos direitos da personalidade sendo protegidos pelo direito empresarial e pela Lei de Propriedade Industrial. No mais, vale lembrar que a tendência moderna é conceituar o dano moral como ofensa aos direitos da personalidade, de modo que sendo estes compatíveis com a pessoa jurídica por extensão expressa dada pelo legislador, vê-se que não há óbice para a aplicação da Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça pelos tribunais. Por fim, destacamos que a reparabilidade dos danos morais vem ganhando cada vez mais adeptos, o que é possível notar através do Enunciado 189 do Conselho de Justiça Federal aprovado na III Jornada de Direito Civil.

BRUNA DA ROCHA SILVA

ÉVELYN ANA DA SILVA RO

Oral

Dança e jogos cooperativos: Interface da Psicologia e Educação Física na OSSJB

RESUMO Este trabalho é vinculado ao programa institucional de extensão universitária e ação social (BEXT-SAL) do UNISAL, iniciado em março deste ano e conclusão prevista em novembro de 2019. A instituição de realização do projeto está localizada no bairro Parque Oziel em Campinas, SP, e configura-se como um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, cofinanciada pela prefeitura da cidade. O contexto em que a instituição está inserida é de vulnerabilidade social e não muito raro, também de diversas formas de violências. A partir do contato com a instituição previamente iniciada no semestre anterior, os dados qualitativos levantados deram base para a proposta desse projeto. Por seu caráter multidisciplinar, este trabalho conta o referencial teórico-metodológico de oficinas de jogos cooperativos e dança (BROTTO, 2001), como ferramentas da área da Educação Física, enquanto a Psicologia usa o recurso metodológico de roda de conversa (SAMPAIO, et al 2014) aliada à teoria da Psicologia Social (LIMA, ALMEIDA & CIAMPA, 2009). O objetivo deste trabalho é a promoção da cidadania, ressignificação de vivências de violência e exclusão social através da expressão corporal e jogos cooperativos; e construção com as crianças da realidade social, cultural, política, de identidade, linguagem, valores, baseado no universo da cultura e da arte. O grupo de trabalho conta com onze participantes, de onze a treze anos e até o momento foram realizados sete encontros. O primeiro encontro reuniu as mães e responsáveis para apresentação do projeto e coleta de assinaturas no termo de consentimento. Os demais encontros com as crianças tiveram por objetivo a construção das regras do grupo e foram trabalhados os temas de comunicação; convivência; confiança e limites. Os encontros ocorrem todas as sextas-feiras, com duração de 2 horas e consistem em uma primeira parte de atividade com o apoio da educação física, em que são trabalhados a cooperação, confiança, trabalho em equipe, e identidade do grupo. Posteriormente são feitas rodas de conversa para discussão em grupo. Os resultados parciais apontam para necessidade de flexibilização das atividades propostas, a fim de engajar todas os participantes. O trabalho tem se desenvolvido com muitos desafios, dado os perfis heterogêneos das crianças do grupo, desde a sua percepção enquanto sujeito; vivências na família e na comunidade; modos de se relacionar no grupo e interesses pessoais. Identificou-se muitas dificuldades em relação a cooperação do grupo entre si, havendo conflitos entre as próprias crianças. Até o presente momento, conclui-se que o contexto de vulnerabilidade em que a instituição está inserida têm efeitos diretos na forma que as crianças se expressam, assim como o contexto sociopolítico do país têm se apresentado como fator relevante na constituição das relações consigo mesmo e com o mundo pelas crianças, família e demais atores dessa instituição.

BRUNA TAISLAINE PINGE

LEONARDO DOS REIS SILVA
RAYANE RIBAS MARTUCHO
WILLIAMS OSWALDO BENEFILHO,
Valéria Maria Fuschini

Pôster	DESENVOLVIMENTO DE PROTÓTIPO DE CONTROLE REMOTO UNIVERSAL DE TELEVISÃO COMANDADO POR VOZ	<p>PROBLEMA A acessibilidade às pessoas com algum tipo de deficiência e as que sofreram queimaduras que as impossibilitam de forma temporária ou definitiva de exercer algum movimento ainda é um grande gargalo da sociedade brasileira, que necessita de inovações tecnológicas para melhorar tal situação. Devido aos altos custos do desenvolvimento de tecnologias que facilitariam a vida dessas pessoas, países em desenvolvimento, como o Brasil, necessitam de soluções inovadoras de baixo custo. Com o advento da tecnologia, televisores sofisticados que possibilitam o comando de voz entre suas funções são muito caros e não são acessíveis nos dias atuais para grande maioria da população brasileira, e com a falta de investimento na saúde mais distante dos leitos dos hospitais, fica a solução de executar comandos por voz, para pacientes impossibilitados de realizar movimentos, como é o caso de grandes queimados. Portanto, com o propósito de solucionar tal problema, o projeto visa desenvolver um protótipo de controle remoto universal comandado por voz de baixo custo.</p> <p>OBJETIVOS O projeto visa desenvolver um protótipo de controle remoto universal comandado por voz de baixo custo com viés social e sustentável. O projeto irá disponibilizar um conforto as pessoas impossibilitadas de utilizar um controle remoto de televisão convencional e a utilização de materiais recicláveis e componentes eletrônicos com menor custo no mercado reduzirá o custo de implementação.</p> <p>METODOLOGIA Primeiramente foi desenvolvido o esquema de ligação e conectividade dos elementos do projeto, para que fosse possível dar continuidade e chegar as fases de desenvolvimento individual do módulo e da programação do Arduino. Em seguida, foram gravados os comandos no Módulo de Voz e verificados o funcionamento de forma prática e foi realizada a comunicação entre o Arduino e o módulo de voz. Nessa fase foi verificada e comprovada a execução dos comandos de forma adequada e que atendeu as expectativas do planejamento do projeto. Após o procedimento supracitado, o projeto realizou com sucesso a fase de gravação dos comandos de voz. O projeto consiste em utilizar o Arduino e um módulo de reconhecimento de voz, que se comunicam através de porta serial. Com isso, em paralelo aos testes de reconhecimento de voz, a programação do Arduino foi estruturada para receber cada comando do Módulo de Reconhecimento de Voz. Basicamente o módulo de voz interpreta o comando pré-programado e envia para o Arduino e o mesmo gera a saída de acordo com o comando de entrada. Foram realizados os testes de validação de todos os comandos com sucesso. Com isso o projeto encontra-se na fase de desenvolvimento do invólucro de proteção do Arduino e seu circuito de alimentação.</p> <p>CONSIDERAÇÕES FINAIS O projeto encontra-se na fase final e obteve um grande sucesso nos teste dos comandos por voz. A finalização está prevista para outubro/novembro de acordo com o cronograma enviado na proposta de projeto. (BIT-SAL)</p>	BRUNO FELIPE AMERICO COMMODO	COLT DOS SANTOS FRAZÃO LARISSA CRISTINA PALMEIRA SANTOS, CHARLES ALECIO DOMINGOS JUNIOR
--------	--	---	---------------------------------	--

Oral

A CONTRIBUIÇÃO DA VIRTUDE DA JUSTIÇA ARISTOTÉLICA NA FORMAÇÃO DA EQUIDADE

Esse trabalho apresenta a contribuição da virtude da justiça aristotélica na formação da equidade. Tem por objetivo mostrar a virtude da justiça e como esta nos conduz à equidade na vida cotidiana. De início, é apresentado o conceito de virtude para melhor compreendermos a mais perfeita de todas que seria a virtude da justiça, posteriormente, adentramos a conhecer a justiça proposta pelo filósofo e como ela é fundamental no seio da sociedade, já que precisa do aspecto comunitário, por fim é abordada a equidade como forma de solucionar aqueles casos em que a justiça não consegue devido a sua universalidade e como ela deve ser aplicada na sociedade por meio das políticas públicas. No livro V de Ética a Nicômaco, Aristóteles aborda a temática da justiça, atestando que todos os homens compreendem a justiça como uma ordenação de caráter que inclina as pessoas a exercer o que é correto, agindo corretamente e desejando o que é correto. Explícita, também, que a lei existe e que ela é universal, e que devido a sua universalidade pode se mostrar falível em casos particulares. As diversas condições desumanas de vida, a falta de meios para se manter o alto índice de miséria são provas concretas que o sentido de equidade ainda precisa ser aprofundado em nosso meio. É preciso aceitar, assumir e analisar nossas diferenças, para assim construirmos políticas públicas que se adaptem a cada situação, pessoa e que acima de tudo garantam sua dignidade. As práticas destas políticas públicas devem garantir que não exista justiça sem equidade, para só assim conseguirmos vencer o vasto processo de discriminações. Outrossim, se observada e aplicada da maneira correta, a equidade vai garantir que cada indivíduo seja visto a partir das suas particularidades e nisto a justiça e as políticas públicas devem gerar métodos que promovam e cuidem destas carências. Então, se faria da equidade a salvaguarda dos direitos que preveem nossa constituição e, portanto, base concreta para uma sociedade fraterna e justa. Aristóteles nos diz que o meio para se chegar a essa vida feliz é a prática da virtude, que seria o meio-termo entre os excessos. Portanto, seria a virtude uma maneira de agir em um determinado contexto, devendo ser vivida e praticada a cada dia. A partir disto, com a aplicação cotidiana, passaremos ao hábito que possibilita ao homem as condições para uma vida feliz. Existem, na concepção de Aristóteles, duas espécies de virtudes: as morais e intelectuais, em que ambas ajudam o homem a alcançar a felicidade.

Bruno Paiva

PEDRO VINICIUS CORREIA
SILVA, José Leandro de Q

Pôster

Estrutura interna do Inventário de Satisfação no Trabalho (IST)

O presente estudo teve como objetivo verificar a estrutura interna do Inventário de Satisfação no Trabalho (IST), por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Desta forma, buscou-se entender quais são as características psicométricas do IST, aprimorando-o por meio dos resultados disponíveis até o momento. O IST é composto por 44 itens agrupados em 2 fatores, os motivadores e higiênicos, baseados na teoria dos dois fatores de Herzberg. Participaram deste estudo 459 colaboradores de 4 organizações, sendo 24,8% de uma obra social, 19,6 % de uma loja de departamento, 10,5% de uma instituição do ramo de atacado e varejo de peças automotivas e 45,1% de uma indústria têxtil que também atua no comércio (atacado e varejo) de suas mercadorias, todas localizadas em cidades do interior de São Paulo. A idade variou de 18 a 70 anos ($M=36,8$; $DP=12,25$), sendo 72,8% do sexo feminino. A escolaridade variou de ensino fundamental completo, sendo a maior ocorrência (43,1%) ensino médio completo, seguido por superior completo (19,2%). Os itens do banco de dados das quatro instituições foram submetidos ao modelo de Rasch para verificar seu ajuste, observou-se uma média de ajuste de itens e de pessoas dentro de limites adequados (abaixo de 1,5) apesar das pessoas terem apresentado cerca de 24% de desajustes ao modelo e os itens cerca de 10%. A precisão também foi alta para as pessoas (0,87) e para os itens (0,99). A partir dos resultados deste estudo, percebeu-se que o Inventário de Satisfação no Trabalho (IST) apresenta bons índices de consistência interna (0,89), indicando com isso, ser uma ferramenta indicada para a pesquisa de clima organizacional no contexto de trabalho. Palavras-chaves: Psicologia organizacional; Psicometria; Motivação no trabalho.

BRYAN BRINQUE

Oral	<p>BEM-ESTAR SUBJETIVO E JUVENTUDE: um estudo sobre relações interpessoais, jovens e redes sociais on-line</p>	<p>Este projeto de pesquisa tem por objetivo investigar o sentido das redes sociais on-line para o público jovem e mapear suas implicações no processo das relações interpessoais, auto estima e bem-estar subjetivo, bem como verificar se o uso das redes compromete o convívio social e influencia em comportamentos de risco por parte dos jovens. Isto posto, problematizamos com as seguintes indagações: “Como as redes sociais on-line são experienciadas pelo jovem da atualidade? São os relacionamentos virtuais promotores de bem-estar subjetivo, alta estima e felicidade genuína?” Desenvolvimento: Vivemos, conforme aponta Andrade (2003), na era da cibernética, ou, da cibercultura, onde se sobressaem os imperativos de virtualidade. As comunidades virtuais surgem como uma nova forma de sociabilidade e relacionamento, própria de uma época pautada no advento tecnológico, visto que vivemos cercados por estas comunidades, compreendidas como redes sociais. Por se tratar de um estudo que investiga os fenômenos on-line, adotaremos o método etnográfico virtual, que, segundo Kozinets (2014), corresponde a uma metodologia de pesquisa qualitativa adaptada das técnicas de pesquisa etnográfica para o estudo de comunidades que utilizam o computador. Serão convidados jovens de 18 a 29 anos de uma instituição de Ensino Superior do Vale do Paraíba. Um questionário online está sendo estruturado a partir da escala Likert 5 pontos, com alternativas que possam identificar sentimentos e ideologias presentes na vivência dos jovens dentro das redes sociais on-line. A pesquisa será realizada em três etapas:1ª) Revisão bibliográfica dos temas da pesquisa; Solicitação de autorização para o desenvolvimento na instituição participante; Desenvolvimento do instrumento, um questionário on-line para investigar a percepção dos jovens sobre as redes sociais; submissão ao comitê de ética, 2ª) Fase de convite para os jovens participarem da pesquisa e responderem ao instrumento on-line. Serão convidados a participar de forma voluntária, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes poderão responder ao questionário em qualquer dispositivo: Computadores, notebooks, tablets ou smartphones e 3ª) Tratamento e análise dos dados à luz dos teóricos que tratam sobre relações interpessoais on e off-line, bem-estar subjetivo e auto estima: Briggs, Fritzen, Bauman, Freud, Lévy, dentre outros. Relevância Social e Conclusão: Portanto, espera-se poder oferecer a oportunidade para os jovens elaborarem significados para suas relações tanto on-line, quanto off-line, refletir sobre relações interpessoais reais e virtuais, a fim de compreender de que forma eles são afetados por estas e conscientizá-los sobre a importância de ambas para sua constituição, bem como identificar os aspectos tanto positivos quanto negativos das redes e, assim, proporcionar intervenções eficazes, de conscientização social acerca dos fenômenos.</p>	CAIQUE FELIPE DE SOUZA CORREA	Sonia Maria Ferreira Koeh Jéssica de Sousa Villela
------	--	--	-------------------------------	---

Pôster

Estação meteorológica automática para captação e transmissão de parâmetros climáticos: um projeto extensionista internacional em Madagascar

A Fraternidade sem Fronteiras (FSF), uma Organização Não Governamental (ONG) brasileira de ajuda humanitária internacional, desenvolve o projeto Ação Madagascar em Ambovombe na província de Toliara, localizada ao sul da ilha de Madagascar. O projeto abrange moradias, perfuração de poço artesiano, cuidados com a saúde básica da população, alimentação das famílias, oficinas de trabalho e cultivo sustentável através da agrofloresta. O propósito da FSF é incentivar a comunidade a compreender sua própria capacidade para a conquista da autoestima e a vivenciar valores que semeiam a paz. O presente trabalho tem por objetivo desenvolver uma estação meteorológica automática (EMA) para captar e transmitir de forma automatizada, parâmetros meteorológicos da Cidade da Fraternidade por meio da Internet. Essas informações serão utilizadas para auxiliar no trabalho de reflorestamento e agricultura na Cidade da Fraternidade. A EMA é um instrumento de coleta automatizada de parâmetros meteorológicos locais. Para sua construção foram utilizados materiais de baixo custo de acordo com os requisitos de projeto da FSF. Além desses materiais, alguns componentes da estação foram desenvolvidos pela própria equipe responsável pelo desenvolvimento do projeto, como: abrigo para o sensor (BME280) integrado de temperatura, pressão atmosférica e umidade relativa do ar; fonte de alimentação chaveada; medidor de tensão (voltímetro); estrutura mecânica para fixação dos sensores; e o aplicativo de smartphone para visualização dos dados. A iniciativa gerou uma redução de custos de compra dos materiais para a construção da EMA, de modo que não foi necessário comprar os mesmos manufaturados, já que apresentam um elevado custo. A estação meteorológica possui um sistema autônomo de energia que inclui um painel fotovoltaico, controlador de carga e bateria que permitirá a independência de fontes de energia elétrica externa. Ela também conta com uma unidade de memória própria de armazenamento dos parâmetros meteorológicos medidos e calculados. Além da possibilidade de se exibir os dados através de um computador conectado à própria estação, os parâmetros meteorológicos podem ser visualizados em uma webpage através da plataforma ThingSpeak, no cartão microSD, pelo aplicativo e no display LCD instalado no painel de comando. O projeto possibilita a integração de diversas áreas do conhecimento, como: Ciências Exatas e da Terra, da Saúde, Biológicas, Agrárias e Engenharia/Tecnologia. A estação meteorológica também pode ser aplicada em outras regiões assistidas pela FSF, uma vez que as necessidades encontradas nestas regiões são semelhantes à realidade da Cidade da Fraternidade.

CAIQUE SANTOS LIMA

GUILHERME TURINA TEODORO
ANDRES KUAJARA FERRAZ
CAMARGO, RAONY UZAE
VINICIUS MUNIZ DE SOUZA

Pôster

Estação meteorológica automática para captação e transmissão de parâmetros climáticos: um projeto extensionista internacional em Madagascar

A Fraternidade sem Fronteiras (FSF), uma Organização Não Governamental (ONG) brasileira de ajuda humanitária internacional, desenvolve o projeto Ação Madagascar em Ambovombe na província de Toliara, localizada ao sul da ilha de Madagascar. O projeto abrange moradias, perfuração de poço artesiano, cuidados com a saúde básica da população, alimentação das famílias, oficinas de trabalho e cultivo sustentável através da agrofloresta. O propósito da FSF é incentivar a comunidade a compreender sua própria capacidade para a conquista da autoestima e a vivenciar valores que semeiam a paz. O presente trabalho tem por objetivo desenvolver uma estação meteorológica automática (EMA) para captar e transmitir de forma automatizada, parâmetros meteorológicos da Cidade da Fraternidade por meio da Internet. Essas informações serão utilizadas para auxiliar no trabalho de reflorestamento e agricultura na Cidade da Fraternidade. A EMA é um instrumento de coleta automatizada de parâmetros meteorológicos locais. Para sua construção foram utilizados materiais de baixo custo de acordo com os requisitos de projeto da FSF. Além desses materiais, alguns componentes da estação foram desenvolvidos pela própria equipe responsável pelo desenvolvimento do projeto, como: abrigo para o sensor (BME280) integrado de temperatura, pressão atmosférica e umidade relativa do ar; fonte de alimentação chaveada; medidor de tensão (voltímetro); estrutura mecânica para fixação dos sensores; e o aplicativo de smartphone para visualização dos dados. A iniciativa gerou uma redução de custos de compra dos materiais para a construção da EMA, de modo que não foi necessário comprar os mesmos manufaturados, já que apresentam um elevado custo. A estação meteorológica possui um sistema autônomo de energia que inclui um painel fotovoltaico, controlador de carga e bateria que permitirá a independência de fontes de energia elétrica externa. Ela também conta com uma unidade de memória própria de armazenamento dos parâmetros meteorológicos medidos e calculados. Além da possibilidade de se exibir os dados através de um computador conectado à própria estação, os parâmetros meteorológicos podem ser visualizados em uma webpage através da plataforma ThingSpeak, no cartão microSD, pelo aplicativo e no display LCD instalado no painel de comando. O projeto possibilita a integração de diversas áreas do conhecimento, como: Ciências Exatas e da Terra, da Saúde, Biológicas, Agrárias e Engenharia/Tecnologia. A estação meteorológica também pode ser aplicada em outras regiões assistidas pela FSF, uma vez que as necessidades encontradas nestas regiões são semelhantes à realidade da Cidade da Fraternidade.

CAIQUE SANTOS LIMA

GUILHERME TURINA TEODORO
RAONY UZAE ROSSO, ANDRÉ
KUAJARA FERRAZ DE CAMARGO
VINICIUS MUNIZ DE SOUZA
Marcelo Martins, Werner
Vieira

Oral	Direitos Humanos: Um discurso inerente à Educação	<p>A atual pesquisa visa contribuir para a formação política e social do jovem a partir e pelos de seus Direitos Humanos. O trabalho tem como principal objetivo o levantamento de dados da comunidade escolar do último ano do ensino fundamental e do ensino médio de uma escola pública estadual (discentes, docentes e direção pedagógica) para análise de impactos que substanciam lapsos na unidade refletidos no IDEB que foram levantados preliminarmente. O público-alvo da atividade extensionista foi definido a partir da demanda apresentada pela própria unidade escolar, sendo jovens de 13 a 18 anos. Em atividades organizadas com apoio da direção, os jovens discursaram livremente sobre a presença dos Direitos Humanos como processo naturalizado, porém banalizado pelas instituições sociais, sejam a família e/ou escola. O projeto de pesquisa e de extensão encontra-se em processo de levantamento de dados junto aos os jovens e foi baseado no PNDEH (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos), Declaração Universal dos Direitos Humanos, Constituição Federal e PNE (Plano Nacional de Educação). Apesar de referenciais teóricos corroborarem para a construção da prática do projeto, constata-se uma necessidade descomunal de exemplificação da prática com o público-alvo, em razão de associação e a perpetração dos conteúdos legais apresentados. A metodologia da etapa de pesquisa do trabalho denota caráter qualitativo, e sua intervenção baseia-se em processos pedagógicos de aquisição do conhecimento sobre os Direitos Humanos e sua transdisciplinaridade na sociedade, além dos documentos normativos da unidade escolar. Os pesquisadores realizaram, de acordo com a disponibilidade da escola, encontros mensais que, até o momento, resultaram ponderações profundas a respeito da Educação e da visão superficializada e, por vezes distorcida, sobre os Direitos Humanos que norteiam ações de educadores e estudantes. Na escola a temática em alguns casos se limita à preleções apenas sobre somente cidadania e igualdade. A demonstração de interesse docente e da direção pedagógica da escola indica que os resultados do trabalho podem contribuir significativamente para a melhoria da formação em Direitos Humanos de todos os atores envolvidos no processo pedagógico da unidade escolar. Deste modo, potencializa-se a Educação em Direitos Humanos como base de um processo de formação filosófico-política do estudante. Espera-se ao término da atividade melhorias dentro da unidade escolar de caráter normativo e ético, que abranjam e atinjam a todos os frequentadores da unidade, transformando e formando seres humanos ainda mais dignos, libertos e iguais.</p>	CAMILA DE LIMA ANCEM	FELIPE VEIGA FILHO, CÍNTIA SOUZA SOARES DE ALMEIDA, LARISSA VASCONCELOS PEREIRA
------	---	---	----------------------	---

Oral

O PARADOXO ENTRE A DEFESA DA VIDA E O HOMICÍDIO: UMA PERSPECTIVA TOMASIANA SOBRE A LEGÍTIMA DEFESA E A PENA DE MORTE

A vida, como primeiro direito fundamental da pessoa humana, encontra-se positivada na maioria das constituições estatais, já que sem ela, obviamente, é impossível aceder a outros direitos. A lei divina, no quinto mandamento, expressara a proibição de matar. Paradoxalmente, hoje ainda existem homicídios e execuções por pena de morte. Diante disso, mostra-se como Santo Tomás de Aquino, um filósofo cristão da época medieval (1225-1274), compilou fundamentos sobre a dignidade da vida do homem que orientaram discussões antropológicas ao longo dos séculos. Tem-se como objetivo discutir sobre as circunstâncias que podem justificar ou não a licitude da interrupção da vida humana. O ponto de partida da reflexão é a segunda seção da segunda parte da Suma Teológica, no assunto dedicado à virtude da justiça, em que aparece a questão 64 que plantea o homicídio como vício oposto à justiça comutativa. Também se baseia em alguns aspectos jurídicos; em textos do magistério da Igreja Católica, especificamente, na encíclica *Evangelium vitae* de São João Paulo II e em dois discursos do Papa Francisco. Divide-se em três tópicos, os dois primeiros oferecem uma chave de leitura para a compreensão do último, nesta sequência: homicídio, legítima defesa, e pena de morte. Considera-se a ilicitude do assassinato de um inocente e como a legítima defesa se torna lícita como consequência inevitável em defesa da própria vida. Apela-se pela abolição total da pena de morte em todos os Estados, devido ao valor absoluto da vida e às contribuições das novas tecnologias na obtenção de formas de punição em concordância com a dignidade do homem. Assim, o homicídio, um ato contrário à virtude da justiça, é o pior dano que se pode fazer a um ser humano, pois Aquino considerava uma hierarquia dos seres no qual homem tem o direito de decidir pela vida ou morte apenas dos seres inferiores a ele e não pela de seus iguais. Por outro lado, na concepção tomasiana, defende-se a licitude da pena de morte em função do bem comum, porém, esse pensamento parece ser igualmente limitado à realidade atual em alguns países. Portanto, a Igreja, no ensinamento do Papa Francisco, prega hoje a total abolição de toda pena que atente contra a dignidade da pessoa humana: cadeia perpétua, pena de morte ou cárceres em condições de insalubridade e superlotação. E acredita-se que o avanço científico, em um diálogo com a ética, pode oferecer ferramentas oportunas para garantir o direito fundamental à vida humana. Palavras-chave: Legítima Defesa. Pena de Morte. Perspectiva Tomasiana.

CARLOS GIOVANNI SOSA AMARILLA

Pôster	Linguagem Corporal, Identidade Regional e Qualidade de Vida	<p>Carolina Maria Motta Cassiano dos Santos Denise Collucci Julio Cesar Pereira Prof. Dr. Eduardo Yoshinori Nagata O UNISAL integra o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e é realizado com 28 bolsistas em 3 escolas públicas de Ensino Fundamental. Uma das escolas com alunos bolsistas é a Escola Estadual Aroldo de Azevedo que se localiza no bairro da Vila Brito em Lorena. No 2º semestre de 2018, 9 alunos bolsistas do curso de História do UNISAL desenvolveram jogos para a compreensão da história e para a construção da identidade do aluno com seu local de estudo e região. Após a aplicação de um questionário para o levantamento dos dados e de como funcionam o dia a dia dos alunos, foram elaboradas atividades que culminaram em uma apresentação no final do ano com os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental II. As atividades foram realizadas durante uma tarde, onde inicialmente apresentou-se o patrono da escola e em seguida as três atividades foram executadas: um jogo de palavras sobre Aroldo de Azevedo, um quebra-cabeça do mapa do Vale do Paraíba e um jogo geográfico do mapa do Brasil com perguntas referentes às suas regiões (música, culinária, história e geografia). Essas práticas foram realizadas em forma de gincana e tiveram como objetivos aproximar os alunos de sua história e identidade regional, assim como ampliar os conhecimentos geográficos, seus raciocínios lógicos e trabalho em equipe. Todo material foi confeccionado pelos bolsistas e doadas à escola. A primeira atividade foi composta por um painel que apresentava lacunas sobre alguns tópicos, como data de nascimento, profissão, quantidade de livros publicados, e palavras diversas referentes à resposta, cabendo aos alunos localizarem a resposta correta e a fixarem no painel, venceu a equipe com maior número de respostas corretas. A segunda por sua vez, tratou-se de uma imagem do Vale do Paraíba plastificada e cortada em peças menores, ganhou a equipe que finalizou a montagem do quebra cabeça primeiro. Por fim, a terceira atividade apresentava o mapa do Brasil em que cada região era representada por um número no dado. A cada rodada, um aluno da equipe jogava o dado, cujo resultado selecionava a região. O aluno jogava novamente o dado, desta vez para selecionar no questionário uma pergunta específica da região sorteada anteriormente. Ganhou a equipe que acertou o maior número de questões. A partir destas competições lúdicas foi possível observar um resultado satisfatório, onde os alunos demonstraram interesse e cooperação. Foi possível observar que todos aprenderam o conteúdo proposto e se situam no ambiente geográfico que Aroldo de Azevedo se comprometeu a estudar durante toda sua vida. Não houveram grandes imprevistos, já que os alunos se propuseram a participar de todos os jogos. As atividades foram encerradas com o sentimento de que foram cumpridos os objetivos, não apenas ensinando o conteúdo programático, mas também compreendendo sobre a realidade dos alunos.</p>	CAROLINA MARIA MOTTA CASSIANO DOS SANTOS	JULIO CESAR PEREIRA, DE COLLUCCI, Eduardo Yoshinori Nagata
--------	---	---	---	--

Pôster

A RELEVÂNCIA DO MOVIMENTO
NEGRO PARA EDUCAÇÃO ÉTNICO-
RACIAL

O presente trabalho tem como finalidade destacar a importância dos movimentos negros, enfatizando o papel fundamental destes para a formulação de políticas afirmativas no Brasil, além de evidenciar sua influência na Educação Étnico-Racial do país na busca para desconstruir o racismo existente e profundamente enraizado na sociedade. O mesmo, como afirma Oswaldo de Oliveira Santos (Coordenador do Núcleo de Formação Cidadã da Universidade Metodista de São Paulo): “não é apenas um desvio de caráter, mas uma ideologia, cuja a função é aprofundar os processos de exploração de classes”. Apesar da normatização e obrigatoriedade do estudo da luta dos afro-brasileiros e sua relevância na formação e estruturação da sociedade nacional (evidenciando suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil), observa-se uma inflexão na postura do Estado ao pôr em prática as ações afirmativas na educação básica brasileira, entendidas como uma forma de correção de desigualdades históricas que incidem sobre a população negra no país, que agravam a situação dessa parcela da sociedade. Dentre os relevantes movimentos em prol de direitos destinados à população afro-brasileira, que, novamente, destacam-se pela importância e contribuição para a construção de uma perspectiva plural no sistema educacional étnico-racial, ressalte-se, a título de amostragem, a “Marcha Zumbi”. Realizada em 20 de novembro de 1995 (no aniversário de morte do eterno símbolo da resistência escravocrata e da consciência negra no Brasil, Zumbi dos Palmares). A caminhada reuniu, em Brasília, cerca de trinta mil pessoas para denunciar a ausência e ineficácia de políticas públicas para a população negra. A partir dessa movimentação, conquistas como o sistema de cotas, o qual tornou-se conhecido em meados dos anos 2000, inicialmente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), fizeram-se possíveis. Porém, ainda que a Educação Étnico-Racial esteja normatizada, é ingenuidade afirmar que a importância e a figura do afro-brasileiro estão afirmadas e solidificadas em nossa sociedade. Ainda há muito que se discutir sobre seu papel no corpo social, principalmente porque este se encontra inserido em uma coletividade constituída sobre a égide do mito da democracia racial, o qual precisa ser diariamente combatido. Assim, há de se enfatizar a importância de movimentos como o anteriormente citado, uma vez que a participação destes é imprescindível para exigir do Estado medidas capazes de combater as desigualdades raciais arraigadas no país. É amplamente válido discutir a questão da Educação Étnico-Racial, para que no futuro seja possível enxergar o mundo sob um viés não eurocêntrico, mas multicultural, buscando valorizar a cultura afro-brasileira como um elemento nacional e estrutural de suma importância, e não apenas uma obrigação prevista em lei, além de compreender e dar voz às lutas dos movimentos pela igualdade racial e pelo combate ao racismo no Brasil.

CAROLINA MARQUES
QUINTANILHA

Pôster Trade Dress e sua proteção jurídica no Brasil

TRADE DRESS E SUA PROTEÇÃO JURÍDICA NO BRASIL Um dos temas mais atuais no que diz respeito à propriedade industrial é o chamado Trade Dress, numa tradução do inglês, significa conjunto imagem. Trata-se, na verdade do conjunto de elementos distintivos de produtos, serviços ou estabelecimentos comerciais, que fazem com que o público os identifique no mercado consumidor. Em seu livro, “Curso de Direito Empresarial”, o professor Suhel Sarhan Júnior nos dá um exemplo bem ilustrativo do que seria o chamado Trade Dress. Por exemplo, uma lanchonete do Mac Donalds’s, mesmo que não exista nenhuma marca nela empregada, a arquitetura do local, a mistura de cores e as imagens o levam a acreditar estar dentro de uma lanchonete da rede. A Trade Dress, portanto, é o conjunto de arquitetura, imagens, cores, misturas que levam a uma identificação de seu estabelecimento ou da embalagem de determinado produto. Ocorre a violação do Trade Dress quando o concorrente não copia exatamente a marca ou desenho industrial de outra empresa, mas imita sutilmente uma série de características do produto ou até mesmo o “know-how” da prestação de um serviço. No Direito Norte Americano, o assunto é bastante conhecido e tem a proteção de uma lei específica, o Lanham Act. No Brasil, não há nada na Lei de Propriedade Industrial que regulamente o assunto, mas tem merecido atenção da doutrina especializada e já embasou decisões judiciais importantes e polêmicas. Caso recente citado por Suhel Sarhan Júnior foi o da rede de postos 13R que precisou mudar seu conjunto imagem, pois a fachada do estabelecimento imitava o conjunto da rede de postos BR. Outros casos conhecidos em que discutia a violação do Trade Dress na esfera judicial foram os que envolveram a Mr Cat contra a Mr Food por causa das embalagens e arquitetura das lojas e o Spoletto contra o Gepeto, sendo que este último teve que repaginar seu estabelecimento por ser acusado de imitar o layout do seu concorrente. Também houve o caso das fabricantes Danone e Nestle, em que esta acusava aquela de estar imitando suas embalagens, mas o Tribunal de Justiça de São Paulo não reconheceu existência de violação do Trade Dress por falta de prova. Assim, percebe-se que embora o Trade Dress não tenha previsão legal em nosso país, a devida proteção tem se dado por via indireta, através de nossos Tribunais que vem entendendo que sua violação enseja concorrência desleal, o que é proibido pela legislação brasileira pelo art.170 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), pelo art 209 da Lei 9279/96 e também pelo art. 12529/96.

CAROLINA NEPOMUCENO DOS SANTOS

POLIANA DE ARAÚJO AND

Pôster

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOB
O ASPECTO DO DIREITO CIVIL

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOB O ASPECTO DO DIREITO CIVIL O presente trabalho tem como proposta trazer uma discussão e reflexão acerca de um do assunto muito comentado no meio jurídico e presente no cenário contemporâneo brasileiro, que é a violência contra a mulher e paralelo a isso, a discussão em torno da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 - que mesmo com o esforço do Estado, ao criar essa lei protetiva específica, muitas vezes sem mesmo saber o porquê, são agredidas de diversas formas dentro de suas próprias casas. Além disso, importante tratar, também, quanto às formas de rebatimento concreto proposto para de fato proporcionar auxílio para as mulheres. Historicamente, o sistema patriarcal pela qual a sociedade organiza-se estabeleceu uma hierarquia entre homens e mulheres, atribuindo a estas últimas um papel social de inferioridade, admitindo, assim, a dominação e exploração das mulheres pelos homens, dando origem à opressão feminina. Este modelo de organização social acabou impregnando a sociedade. A violência, quando praticada pelo cônjuge ou companheiro, acaba por ferir os deveres e obrigações do casal previstas no Código Civil, tais como fidelidade recíproca, mútua assistência, respeito e consideração mútuos (artigo 1.566, I a V do Código Civil). No espectro desta violência, a que se encontra no ponto mais extremo é o feminicídio. A Lei Maria da Penha busca criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Dito isto, o Direito das Famílias tem como parâmetro os princípios constitucionais sendo o direito a constituição da família um ato fundamental, para que a pessoa concretize a sua dignidade, pois o afeto é o principal fundamento das relações familiares. Um princípio muito importante é a igualdade jurídica dos cônjuges, no qual há o desaparecimento do poder marital, onde as decisões devem ser tomadas de comum acordo entre o marido e a mulher ou conviventes. Hoje, a mulher ainda sofre com a violência, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, mas nada justifica aplicar tal tratamento a qualquer ser humano deste planeta. Mesmo o Brasil tendo em vigor há treze anos a Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência contra as mulheres, o problema ainda persiste e não se resolve por completo. O presente trabalho busca compreender as bases de sustentação da violência contra a mulher, observando os aspectos históricos dessa violência no Brasil, refletir sobre as diferentes manifestações de violência, discutir sobre as variadas formas de soluções tomadas pelo Estado afim de proteger as mulheres contra situações de preconceito e violência, refletir sobre normas sociais de gênero que reforçam a ideia de naturalização da violência doméstica e familiar, e, por fim mas não menos importante, encorajar a mulher a reconhecer seu potencial de proteger a si mesma e buscar seus direitos. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos na realização deste trabalho

CAROLINE COUTO MENDES

CAIO VINICIUS ALVIM DE O
TAINÁ RAISSA DE AQUINO

Pôster	DIREITOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	DIREITOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO O objetivo deste trabalho é observar se a população tem consciência ou não de seus direitos, seja por falta de conhecimento e ou por serem mal informados e analisar a civilidade sobre direitos humanos nos sistemas de educação básica e nas instituições de ensino técnico e superior. Um problema importante a ser tratado é: será que uma sociedade desinformada está segura para fazer questionamentos sobre o que são e para que servem os direitos humanos? Para desenvolvimento é preciso antes saber que a educação é o processo de socialização dos indivíduos em constante desenvolvimento do conhecimento. Sendo um direito fundamental consagrado pela Constituição Federal, Declaração Universal de Direitos Humanos, Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, entre outros, é essencial para formação de uma cultura de acesso a dignidade humana, promovendo valores de igualdade, solidariedade, cooperação e o cumprimento de direitos e deveres. Muitos dos cidadãos desconhecem os direitos humanos e possuem uma ideia equivocada de que apenas “bandidos” são beneficiados, não sabem como e quando utilizar esses direitos, pois não tiveram um meio de edificação, uma criação cultural para a prática da conscientização de seus direitos e deveres para o exercício da sua dignidade e cidadania. Contudo, pautando a relevância social que será um reconhecimento ao qual beneficiará aqueles que não tendo noção do que seja o seu direito para sua aplicação no cotidiano, sendo levado para dentro das instituições de ensino para uma ampliação de melhorias para uma sociedade de pleno direito, ao implantar novas conformações para a cidadania. Tendo em concepção, ao aplicar na vida social dessas pessoas se aprimorará no âmbito da nação um crescimento ao qual o povo terá uma acepção de direitos e deveres na entidade, elevando está ao nível de uma federação de absoluto desenvolvimento da capacidade jurídica. Em função do exposto, concluímos que é preciso um replanejamento das estratégias de ensino, ao qual necessita a aplicação de novos processos de aprendizagem. A sociedade almeja em saber e conhecer os direitos humanos, onde a ética, moral e os princípios sejam eficientes na implementação de diretrizes no Plano Nacional de Educação. Uma solução mais imediatista seria a inclusão da disciplina de educação moral e cívica nos diferentes níveis de ensino, adicionados aos debates, oficinas e palestras como complemento dos ensinamentos que serão ministrados por um profissional capacitado formado em uma instituição de ensino superior de direito, visando a busca da pacificação social, da erradicação da desigualdade social e promoção dos direitos humanos.	CLÁUDIA HELENA LOURENÇO DE ALMEIDA	BRENDON DA SILVA SANTO Paulo Sérgio Araújo Tavares
--------	---	--	------------------------------------	---

Oral

O FORTALECIMENTO DO VÍNCULO FAMILIAR POR MEIO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES VOLTADAS AO RESGATE DA DIGNIDADE HUMANA EM UMA COMUNIDADE EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM AMERICANA

A vulnerabilidade social a que está submetida a população que reside em regiões onde a ausência do Estado é evidente, é caracterizada principalmente pela atuação do poder paralelo, que se aproveita da falta de políticas públicas e precariedade nos serviços públicos prestados. A região do bairro Mathiesen na cidade de Americana abriga uma grande área onde tais características são marcantes. A condição de vulnerabilidade desta região leva em conta não somente a renda dos moradores do referido espaço, mas também as condições insuficientes de prestação de serviços pelo Estado, o que implica na redução do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, tornando-se terreno fértil para que a marginalidade avance. Nessas condições, a fragmentação do núcleo familiar acaba por tornar-se inevitável. É nesse contexto que está inserida a Casa de Dom Bosco, com o lema: "Casa que acolhe, ambiente que evangeliza", onde a tônica do trabalho desenvolvido é o fortalecimento do vínculo familiar e, em decorrência, o fortalecimento da sociedade local como um todo. No entanto, a referida obra social permite ainda uma ampliação das ações a serem implementadas e ofertadas à comunidade local. Podemos citar como exemplos de novas ações, seguindo a linha da educação Sociocomunitária, a reedição do "Casinha Fashion Week", onde crianças da Casa e seus familiares desfilarão sua própria moda, promovendo elevação da autoestima e confiança; realização de oficinas de empreendedorismo familiar e comunitário; vinculação da Entidade ao projeto Pé de Letra, atividade voltada à literatura e ao letramento, culminando na publicação do livro e apresentação em tarde/noite de convívio familiar. Além disso, em conformidade com as outras linhas de educação, como a educação ambiental, o projeto idealizou a construção de um espaço que abrigará uma horta convencional e uma horta vertical, onde poderão ser realizadas atividades educativas, ensinando as técnicas deste tipo de cultivo e criando a possibilidade de, em ambiente familiar, desenvolvê-las. Famílias fragmentadas constroem sociedades instáveis. As crianças e adolescentes frequentadoras da Casa de Dom Bosco estão inseridas em ambiente socialmente vulnerável, em composição familiar extremamente fragilizada e, como sabemos, a família é a célula mater da sociedade. Mediante o exposto, podemos inferir que investir na solidez do núcleo familiar é investir em uma sociedade mais justa e equilibrada. É propiciar oportunidades, novos horizontes àqueles cuja visão muito se ofusca pela realidade sombria em que se encontram. A educação é um caminho que pode e conduz pessoas a novas oportunidades. Propiciar a esse público experiências acolhedoras, humanas e empreendedoras pode ser a chave para a conquista de uma nova realidade, transformadora de vidas e da sociedade em que estão inseridos.

CLAUDIA MARIA PASTOR

GUSTAVO FAUSTINO DA S
LUCAS DA SILVA, flavio ce

Oral

A Relevância da Educação Ambiental no Brasil: Análise da Educação Ambiental no Ensino Fundamental e no Ensino Superior

A Relevância da Educação Ambiental no Brasil: Análise da Educação ambiental no Ensino Fundamental e no Ensino Superior Sabe-se que a questão ambiental levou demasiado tempo para ocupar o cenário de debates ao redor do mundo, sendo a Conferência de Estocolmo (1972) seu ponto inicial para ocupar a agenda internacional. Atualmente, o mundo se volta cada vez mais para as problemáticas ambientais, tanto para a preservação do meio ambiente como para a educação voltada para a temática supramencionada. O Brasil, apenas em 1999, preocupou-se em editar uma lei que versasse sobre as questões ambientais e, dessa forma, entrou em vigor a Lei 9.795/99, mais conhecida como a “lei do meio ambiente”. A referida lei preocupa-se em criar uma Política Nacional de Educação Ambiental, bem como conceituar o termo “educação ambiental”. Embora o país tenha se esforçado para garantir parâmetros para a educação voltada ao meio ambiente, ainda hoje é possível observar a falta de aplicação destes em sala de aula, seja no ensino fundamental ou no ensino superior, resultando em um aprendizado final pífio dos alunos e um despreparo cívico e profissional sobre o tópico citado anteriormente. Soma-se tudo isso ao descaso governamental pelo meio ambiente, a falta de políticas públicas e desastres ambientais que só crescem no decorrer dos anos no Brasil, causando danos ambientais e sociais, imensuráveis e irreversíveis. Devido a atual conjuntura, indaga-se: as escolas e universidades brasileiras possuem e aplicam um projeto eficaz para preparar adequadamente seus alunos para as questões ambientais? Sendo assim, o objetivo deste trabalho é apresentar e demonstrar a importância de uma educação socioambiental não somente no ensino fundamental, como também no ensino superior brasileiro, buscando gerar cidadãos preocupados em preservar o meio ambiente e preparar os futuros profissionais para os desafios relacionados aos assuntos ambientais no mercado de trabalho, que gradativamente exige tal habilidade. Portanto, é indiscutível a grande relevância do tema para debater, educar e informar a sociedade sobre a matéria ambiental e exigir melhorias em todas as áreas necessárias para que a educação ambiental esteja não só presente em sala de aula, mas também repassada de forma didática e eficaz, colocando indivíduos ambientalmente responsáveis na comunidade e em todo o ambiente laboral. O trabalho em questão trata-se de um estudo de caráter qualitativo, do tipo revisão bibliográfica que se apoiará em artigos e livros de autores reconhecidos nacionalmente.

DALLINE CRISTINE LIGABO MARTON

Oral

Direitos Humanos e Brasil: A necessidade da educação humanitária nas escolas e universidades brasileiras

Sabe-se que os Direitos Humanos foram alcançados gradativamente durante a história mundial, com base em muitas lutas e conflitos, prosperando até encontrarem sua efetivação a nível internacional e estando presentes de igual modo no ordenamento jurídico do Brasil, mais precisamente na Constituição Federal de 1988. Parafraseando Flávia Piovesan (2009), os Direitos Humanos visam prevenir o sofrimento humano, garantindo Direitos Fundamentais a todos, sendo extremamente essenciais para assegurar a dignidade da pessoa humana. Apesar dos fatos acima narrados, ainda hoje grande parcela da sociedade brasileira reserva desconfiança para com os Direitos Humanos, resultado da insuficiência e escassez de informação e educação sobre o tema. A desinformação e as notícias falsas são o estopim e a origem dos ataques infundados e discursos de ódio contra os Direitos Humanos e seus defensores, situação cada vez mais presente no Brasil, manifestada principalmente nos meios digitais. O comportamento supramencionado acaba gerando, inclusive, ameaças para com os ativistas que, de acordo com a Global Witness (2018) cinquenta e sete foram vítimas de homicídio somente no ano de 2017. Devido a atual conjuntura, indaga-se: as escolas e universidades brasileiras possuem e aplicam um projeto eficaz para preparar adequadamente seus alunos para as questões referentes aos Direitos Humanos? Sendo assim, o objetivo deste trabalho é apresentar e demonstrar a importância de uma educação voltada aos Direitos Humanos não somente no ensino fundamental, como também no ensino superior brasileiro, buscando gerar cidadãos que reconheçam a importância dos Direitos Humanos, se reconheçam como detentores destes e estejam preocupados em lutar pelos mesmos, bem como preparar os futuros profissionais para os desafios relacionados aos assuntos humanitários no mercado de trabalho, que progressivamente exige tamanha habilidade. Portanto, é notório e indiscutível a grande relevância e importância do tema para debater, educar e informar a sociedade sobre os Direitos Humanos, exigindo as providências necessárias em todas as áreas para que a educação aos Direitos Humanos esteja não só meramente presente em sala de aula, mas também seja repassada de forma didática e eficaz, colocando indivíduos humanamente responsáveis na comunidade e em todo o ambiente trabalhista. A obra em questão trata-se de um estudo de caráter qualitativo, do tipo revisão bibliográfica que se apoiará em artigos e livros de autores reconhecidos nacionalmente.

DALLINE CRISTINE LIGABO MARTON

Oral

Potencial Criativo na Terceira Idade:
Uma comparação entre Avaliação e
História de Vida

A pesquisa “Potencial Criativo na terceira idade: uma comparação entre avaliação e história de vida” parte do interesse pessoal e profissional da pesquisadora vivenciado ao longo de alguns anos com grupos de pessoas de diversas idades em sala de aula e em atendimento arteterapêutico, fazendo-se uso das linguagens artísticas como a dança e o teatro. Todavia, a criatividade utilizada para a elaboração de materiais, fossem eles obras de artes ou coreografias, despertavam uma curiosidade em compreender de onde vinham os elementos necessários para o reconhecimento e autenticação de indivíduos como seres criativos. Desse modo, ao observar diversos estudos realizados nessa área, percebe-se pouca pesquisa voltada especificamente para a terceira idade. Assim, destaca-se essa investigação como relevante, por permitir a possibilidade de oferecer um levantamento de dados de como se dá a criatividade em pessoas na maturidade e idosas, logo, optou-se por avaliar o potencial criativo dos participantes da pesquisa e comparar com seus históricos de vida. Por meio do levantamento desses dados, tem-se o intuito de contribuir com os idosos submetidos a essa investigação, no sentido de levá-los a se reconhecer quanto pessoas criativas. Para isso, após a aplicação do teste de criatividade por figuras, os resultados individuais serão fornecidos aos participantes, para que estes possam se reconhecer quanto pessoas criativas, e até mesmo, fazer um melhor uso desse potencial em suas atividades rotineiras. A partir do levantamento da história de vida dos idosos frente suas respostas nas situações adversas que venham a se deparar ao longo da vida, será possível relacionar o potencial criativo e a situações de vida em que essa habilidade foi utilizada. Para compreender melhor a criatividade na terceira idade, é importante conhecer a posição atual do desenvolvimento do país em relação ao idoso. Sabe-se que o Brasil se encontra na posição de quinta maior população idosa do mundo, chegando aproximadamente a 28 milhões pessoas com 60 anos ou mais. Destacando-se expressivamente o crescimento de idosos longevos, com 80 anos ou mais. Desse modo, ainda de acordo com dados do governo, o país está caminhando de maneira acelerada. Há estimativas que em 2030 o número de brasileiros com 60 anos ou mais, irá ultrapassar o número de crianças de zero a 14 anos de idade. Portanto, o desenvolvimento do potencial criativo como habilidade possibilita que o senso de controle pessoal seja ampliado, contribuindo com sentimentos de satisfação, que quanto mais baixo, maior é a possibilidade de sensações como depressão, preocupação e desamparo. O despertar da criatividade no idoso permite que haja um maior equilíbrio das emoções e, conseqüentemente, um envelhecimento mais bem-sucedido. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, e o delineamento é de levantamento descritivo.

Daniele Pereira Schnorrenberger

Oral	Ansiedade no contexto universitário: ênfase nas engenharias da cidade de Lorena	<p>ANSIEDADE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: ÊNFASE NAS ENGENHARIAS DA CIDADE DE LORENA A ansiedade, segundo Prado, Silva e Silva (2008), é uma reação que podemos desenvolver ao sentir que há um risco futuro a caminho, entretanto o que muitos desconhecem é que há uma diferença entre a ansiedade e o transtorno de ansiedade, sendo o primeiro considerado natural do ser humano e o segundo patológico, tal transtorno é visto como patologia quando o mesmo vem acarretar sérios riscos para a vida do indivíduo, vindo a prejudica-lo tanto em questões sociais, psicológicas, ambientais e outras posteriormente. Observa-se um alto índice de ansiedade nos universitários, fazendo com que esta pesquisa desenvolva nos estudantes uma autopercepção propiciada a partir das escalas apresentadas, com o intuito de analisar a relação entre suporte social e ansiedade entre os mesmos, perfil sociodemográfico e socioeconômico, e relações grupais, identificar possíveis fatores de risco e proteção na vida do universitário e interpretar as relações entre condições ambientais e a vida universitária. O projeto visa estudar se o contexto universitário poderia ser um fator desencadeante para um quadro de transtorno de ansiedade. A pesquisa contará com uma amostra de 250 participantes do ensino superior de faculdades de âmbito público e privado, de ambos os sexos com a idade igual ou superior a 18 anos dos cursos de engenharias da cidade de Lorena – São Paulo. A aplicação será feita de forma presencial nas instituições em dias e horários previamente agendados sob autorização das mesmas. O projeto foi submetido à apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Unisal. Os instrumentos utilizados serão Escala Baptista de Depressão - versão adulto (EBADEP – A), um instrumento de rastreio de sintomatologia depressiva para aplicação em população psiquiátrica e não-psiquiátrica; Escala Cognitiva de Ansiedade (ECOGA), que tem a finalidade de rastreamento de quadros de ansiedade e é baseada na Teoria Cognitiva de Ansiedade (FALCONE et al., 2016); Escala de Percepção de Suporte Social – Adulto (EPSUS – A) que tem por objetivo avaliar o quanto as pessoas percebem as relações sociais em termos de afetividade, interações sociais, auxílio na tomada de decisões e enfrentamento de problemas (CARDOSO; BAPTISTA, 2016) e Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), visto que os alunos serão voluntários à pesquisa. Os dados serão analisados pelos softwares estatísticos como o SPSS e MPlus e, posteriormente, o comportamento de variáveis por meio de correlações de Pearson, análises de variância e procedimentos de análises fatoriais confirmatórias. Os resultados e discussão ainda estão em andamento visto que o projeto encontra-se em fase de coleta e análise de dados.</p>	DARA LARISSA PEREIRA ALVES	MIRELY MEDEIROS DA SILVA PEIXOTO DE SOUZA, MARILIA OLIVEIRA SAPUCCI
------	---	--	----------------------------	---

<p>Oral</p>	<p>Preconceito Racial e Educação: um estudo sobre a discriminação racial na compreensão e vivência de professores do ensino médio.</p>	<p>O presente trabalho intitulado “Preconceito Racial e Educação: um estudo sobre a discriminação racial na compreensão e vivência de professores do ensino médio”, contemplado pelo Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC – CNPq) está vinculado ao Observatório de Violências nas Escolas (UCB/UNESCO/UNISAL). O preconceito fere a dignidade humana e, quando ocorre na escola, coloca também em risco a efetivação do direito à educação, garantido por lei. O trabalho se desdobra de uma pesquisa sobre preconceito racial em estudantes de licenciatura, na qual foi possível a identificação do preconceito racial flagrante e sutil dentre os futuros professores. Assim, observando a existência do preconceito racial nos mais diversos ambientes, incluindo a formação de professores, reconhecendo a vulnerabilidade como fator inerente à adolescência, e a influência do ambiente escolar na formação humana dos estudantes, percebeu-se a necessidade de estudar o racismo entre os professores de ensino médio. Problema: O racismo contra negros aparece de forma flagrante ou sutil numa população de professores da rede pública? Os professores tiveram espaço institucional na sua formação para refletir de forma crítica sobre o preconceito racial? Objetivos: Levantar o preconceito racial flagrante e sutil contra pessoas negras de uma amostra de professores; Compreender como os professores percebem o tema do racismo na sua formação profissional e na sua prática docente; Apresentar e discutir os resultados da pesquisa com os professores e com a instituição participante. Desenvolvimento: para alcançar os objetivos delineados, utilizaremos um questionário com enunciados em escala Likert como instrumento de pesquisa, trata-se de uma adaptação do estudo de Pettigrew e Meerten (1995), que desenvolveram a Escala de preconceito sutil e flagrante. Pretendemos identificar o possível racismo, sutil e flagrante dentre os professores, e assim pensar alternativas e soluções, para enfrentamento ao possível racismo e conscientização dos alunos e docentes, como a inserção e valorização de discussões referentes, por exemplo, a cultura afro-brasileira, além de apresentar os dados a instituição participante, assim construir um pensamento coletivo de igualdade e respeito as diversidades para que a dignidade humana possa ser proporcionada e os direitos humanos efetivados. Relevância social e conclusão: Além de preconceito, por si só, é necessário estar atento para identificar e perceber o racismo sutil, em que ações excludentes ocorrem de forma velada, causam danos aos atingidos, porém não são reprimidos ou sequer identificados pela sociedade, sua manifestação pode ser vista como normal, uma simples piada ou apenas uma brincadeira. Portanto, o projeto estuda a manifestação, consequência da formação, do preconceito racial entre os professores de ensino médio, uma exposição, muitas vezes, sutil, porém relevante e urgente, que afeta diretamente a educação e a essência da dignidade humana.</p>	<p>DAVI DIAS RIBEIRO ARANTES</p>	<p>MARCILENE RODRIGUES P BUENO</p>
-------------	--	---	----------------------------------	--

Póster

ELABORACIÓN DE UNA HERRAMIENTA QUE OPTIMICE EL PROCESO DE TESTEO DE MUESTRAS DEL LABORATORIO SENSORIAL DE UNISINU

Actualmente, en el laboratorio de pruebas sensoriales de la Universidad del Sinú - Sede Cartagena, se realizan las pruebas de manera manual, es decir, se les entregan unos formatos a los panelistas y una vez finalizada la prueba, los monitores de la prueba proceden a verificar la información, sin embargo, en varios casos se ha detectado formatos incompletos o mal diligenciados, lo que genera un desperdicio de tiempo y de recursos. Un laboratorio sensorial cuenta con un panel analítico seleccionado y entrenado según normativa ISO, con personal técnico de apoyo y equipamiento para llevar a cabo en una gran variedad de producto una serie de pruebas sensoriales tales como: Desarrollo de perfiles sensoriales, Análisis Descriptivo Cuantitativo, Pruebas de diferencia, Clasificación de productos por categorías, Estudios de vida útil y Estudios de consumidores entre otros. Debido a lo anterior se emplean recursos considerables que deben ser administrados apropiadamente. No obstante, el proceso actual es manual lo que conlleva a preguntarse lo siguiente: ¿Cómo elaborar una herramienta que optimice el proceso de realización de testeo de muestras? Para los estudiantes de Tecnología en Sistemas de Tecnar es pertinente la realización de este tipo de trabajos porque dentro de la carrera, se aprende a utilizar los conocimientos para la construcción de herramientas que solucionen problemas.

DORIAN LOPEZ OROZCO

Oral

QUANDO O HOMEM SE TORNA UM ANIMAL: ACERCA DA DISPOSIÇÃO BESTIAL EM ARISTÓTELES

A presente pesquisa teve por objetivo discutir acerca de uma disposição moral que não constitui um vício nem uma virtude, mas é classificada por Aristóteles como bestial. Pretendeu-se examinar o comportamento humano de acordo com suas disposições, apresentando casos atípicos e refletindo sobre os limites do controle racional. Este estudo foi realizado através de leituras pertinentes ao tema, principalmente a obra *Ética a Nicômaco*. No livro VII desta, investigam-se as profundas motivações internas que levam alguns homens a terem atitudes semelhantes a animais. Consultou-se estudiosos como Inara Zanuzzi, Tiago Souza Monteiro de Andrade e Luana Neres de Souza, além do Código Internacional de Doenças (CID). Na obra supracitada, o filósofo de Estagira discorre sobre o prazer e o sofrimento e de que modo o homem se relaciona com eles, esclarece as causas que tornam agradáveis prazeres contrários à natureza e cita alguns exemplos. Além do canibalismo, do sadismo e da ingestão de alimentos não nutritivos, o filósofo em questão inclui na incontinência mórbida, uma subclassificação da disposição bestial, a paiderastia e suscita assim uma discussão sobre o relacionamento homoerótico. É mister ressaltar que o prazer é definido como um bem e distingue os prazeres em sentido absoluto, ou seja, necessários do corpo, a saber, a alimentação e a conjunção sexual, daqueles dignos de serem buscados como a vitória, a honra e a riqueza. Analisando o raciocínio distorcido gerado por esta disposição, chega-se ao entendimento que tais indivíduos não têm responsabilidade direta sobre seu estado, pois lhes escapa qualquer tentativa de deliberação e carecem, portanto, da compreensão da sociedade. Como a ética aristotélica é teleológica, infere-se que o prazer obtido através do coito homossexual não é natural, assim como o ato de ingerir substâncias não nutritivas, pois ambos não satisfazem a finalidade da reprodução e da alimentação, respectivamente. Ademais, reprovava o excesso na busca pelos prazeres, pois afirma que todo estado excessivo é brutal ou mórbido e salienta que a natureza que necessita de mudança é má e viciosa. Ingerir carvão e deleitar-se com o sofrimento alheio são exemplos de raciocínios distorcidos difíceis de alterar, porém o filósofo de Estagira salienta que é possível ter tal disposição e não ceder a ela. Em suma, devido a equívocos e preconceitos suscitados por esse tema, faz-se necessário esclarecer sua gênese a fim de promover uma consciência mais tolerante e inclusiva.

ELIAS JARDIM NOGUEIRA COBRA

Oral	A impenhorabilidade do bem de família	<p>Ante a célere modificação dos formatos de famílias sofridas desde os primórdios da civilização até o mundo contemporâneo, há certa necessidade da conceituação e rompimento de barreiras quanto aos novos modelos familiares e os preconceitos que essas ainda sofrem, à luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, da Liberdade e da Igualdade. Bem como, com foco no direito contemporâneo, há de se delimitar o que é e quais são os bens considerados de família, tendo em vista que houve evolução no regime familiar, o que antes era enrijecido pelo modelo patriarcal, hoje, se molda pela modernidade, ainda com influência do Direito Canônico. É de extrema importância explicar a proteção que se deve manter aos bens de família sob a ótica dos Princípios Fundamentais do Direito e o desenvolvimento familiar, desde o patriarcal até a modernidade. Por ser um direito social adquirido, o intuito é proteger o núcleo familiar, tanto de maneira voluntária quanto legal. Diante da Lei 8009/90 que dispõe sobre a impenhorabilidade, pretende-se, contrapor ao novo Projeto de Lei nº 470/13 e as possíveis alterações que o acompanham. O matrimônio, antigamente, apresentava-se apenas pelo interesse patrimonial, e com forte intervenção do Direito Canônico. Contudo, com a evolução social, temos novos conceitos de família e matrimônio, portanto, o tema escolhido é de grande interesse e repercussão à sociedade, sendo que também garante de interesse jurídico. Ademais, deve-se discutir a destinação dos bens constituídos por esses novos grupos familiares, já que juridicamente, diante de uma eventual partilha de bens ou dívida adquirida, deve-se observar a destinação ou proteção que recairá sobre estes. O regime familiar adotado na antiguidade era o modelo matrimonial regido pelo patriarca que delimitava o âmbito familiar, com a inovação no mundo moderno e o pós-modernismo, trouxe novos tipos familiares, compostos por diferentes estruturas. Com isso, há de se questionar quanto aos bens de famílias constituídos sob uma nova perspectiva, por tanto, necessário se faz o estudo a fundo quanto a este tópico.</p>	ELISA CRUZ OLIVEIRA	ALICE DE MIRANDA CALTA ANA JÚLIA VIEIRA AQUINO ALMEIDA, Luiza Helena Le Andrade de Sá Sodero Tol FELIPE CAVALHEIRO DA SI
Pôster	IDENTIFICACIÓN DE FALLAS EN ESTRUCTURAS DE HORMIGÓN PARA OBRAS VIALES EN CARTAGENA	NOMBRE DEL PROYECTO A EXPONER: IDENTIFICACIÓN DE FALLAS EN ESTRUCTURAS DE HORMIGÓN PARA OBRAS VIALES EN CARTAGENA (Caso diagonal 30 entre calle 30d y transversal 50; ruta crítica de la construcción de la vía en la calle cope del corregimiento de tierra bomba.)	EMANUEL AYOS MERCADO	

Pôster IDENTIFICACIÓN DE FALLAS EN ESTRUCTURAS DE HORMIGÓN PARA OBRAS VIALES EN CARTAGENA

En la presente investigación se han identificado las fallas de unas placas de pavimento de hormigón en la ciudad de Cartagena. Se ha tomado un tramo de vía en estudio en el barrio Zaragocilla (Frente CEDESARROLLO), sobre la DIAGONAL 30 ENTRE LA CALLE 30ª Y LA TRANSVERSAL 50. Se llevó a cabo un buen trabajo de campo en el cual se identificaron las fallas más importantes de la vía. En general la vía se encuentra en un estado de regular a MALO, con baches, desgaste superficial (Agregados expuestos) hundimientos y múltiples agrietamientos.

EMANUEL AYOS MERCADO

Pôster Robot Submarino Explorador

Este proyecto se basa en diseñar y construir un prototipo de un submarino fabricado con tubos PVC que pueda ser operado remotamente a través de un cableado para poder ver, tomar imágenes en tiempo real mediante una cámara de video y recorrer las profundidades de cualquier cuerpo de agua con un alcance máximo de 20 metros de profundidad, ya sea para monitorear cualquier proceso o simplemente de uso recreativo. El alcance, no pretende exclusivamente establecer y argumentar la necesidad de estos equipos, si no que desde el conocimiento adquirido a partir de las investigaciones y la documentación teórica, poder desarrollar el diseño mecatrónico desde la programación, manejo de software, hardware para llevarlos a la práctica, de esta manera fortalecer las competencias profesionales ante las situaciones que requiera la intervención de una persona y reemplazarla por una máquina para minimizar riesgo a la vida humana.

EMERSON BORNACELLY
ALMARALES

Pôster	"Balbúrdia" nas universidades - os contingenciamentos à luz da Psicologia Institucional	<p>O MEC anunciou em Abril bloqueio de cerca de 25% de gastos não obrigatórios, discricionários, incluindo bolsas de iniciações científicas, do orçamento de 63 universidades e 38 institutos federais de ensino. O ministro da Educação associou os cortes ao baixo desempenho das universidades e à "balburdia". Segundo o próprio ministro, isso significa no ambiente universitário, eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas, 'sem-terra e gente pelada dentro do campus'. Associamos o posicionamento do governo sobre o assunto à fala do Presidente Bolsonaro de que cursos que devem ser priorizados são que proporcionam resultados mais imediatos para a sociedade, excluindo dessa ideia cursos de áreas críticas e humanas. Propõe-se como objetivo analisar, à luz da Psicologia Institucional, atual posicionamento do governo com respeito aos cortes de verbas para as entidades públicas de ensino superior, bem como as motivações ideológicas latentes que jazem por trás dos discursos expressos e determinar o papel e postura ética do psicólogo frente a tais contextos. Kaes aponta como riscos psíquicos em nossa relação com as instituições "massividade dos afetos, discussão obnubilante e repetitiva de ideias fixas e paralisia da capacidade de pensamento". Discursos imperativos e de grande carga ideológica associando manifestações, alunos e práticas profissionais dentro das universidades à ideologias contrárias ao atual governo são sintomas do mal funcionamento das políticas com relação às instituições sociais, pondo em frente de combate no campo de guerra ideológico, o desenvolvimento científico e bom funcionamento da educação superior. Segundo Kaes (p.21) "as ciências humanas nascem do questionamento de que o homem não é mais a medida de tudo, mas se vê tomado e manipulado por forças de maior envergadura". É consequência de tais ciências tirar o homem de seu posicionamento soberano sobre o entendimento de si e da sociedade. No intuito de manter sua base eleitoral e poderio ideológico o governo tenta reverter tal ferida por provocar um sucateamento no desenvolvimento científico, colocando ciências críticas em posicionamento desfavorável. Bleger diz que a atuação do psicólogo deve ter "abrangência social, transcendência e significação" (p. 40), sendo função ser um técnico das relações interpessoais, de vínculos humanos, e fazer a conscientização do que é implícito; ajudando na compreensão dos fatores psicológicos que estão em jogo nas instituições e sendo agente de mudança e promovendo a maior autonomia aos integrantes. Conclui-se que existe uma lógica perversa latente sob discursos ideológicos manifestos, que são sintomáticos dos maus funcionamentos das instituições sociais, provocadas e manejadas pelos detentores do poder e lógica dominante e que a prática psicológica tem implicância ética e de promoção do bem estar individual e coletivo por desvelar os mecanismos implícitos dos fatores psicológicos determinantes em questão.</p>
--------	---	---

EMERSON GONÇALVES DUTRA
FILHO

TIAGO DE SOUSA MEDEIR

Pôster

A judicialização em saúde e a desigualdade causada na assistência prestada pelo SUS

O escopo deste trabalho será analisar a situação da liberação dos tratamentos por via judicial, em contraste com o direito à saúde e os impactos à saúde pública, proclamado na Constituição e legislação do Brasil. O Direito à saúde surge ligado à melhoria da qualidade de vida do ser humano e, ao ser positivado na Constituição Federal, tornou-se um direito fundamental, assegurado pelo Estado, gozando de tutela jurídica. A Constituição Brasileira de 1988, por sua vez, no seu artigo 196, declara ser a saúde direito de todos e dever do Estado. A operacionalização ocorreu a partir da Lei n. 8.080/1990 (Lei do SUS). Quando um paciente tem indicação para utilizar um tratamento específico, e ele não está disponível no SUS, a única forma de obtê-lo é através de litígio contra o Estado. Porém, esta judicialização não produz igualdade no acesso ao tratamento, uma vez que nem todos os pacientes podem recorrer a este recurso. Como não é possível prever o montante do orçamento que será realocado ao atendimento de ações judiciais, os gestores públicos enfrentam desafios para manter um serviço de saúde funcional e eficiente para a população. O SUS é o meio para a efetivação do direito à saúde. Esta depende de políticas públicas, direcionadas à superação das desigualdades sociais. A saúde deve ser alvo de políticas que objetivem o tratamento de doenças em fase curativa e preventiva (POPULIM; MOCHI, 2016). Se por um lado existe o direito à vida digna e por outro, se há escassez de recursos públicos, surge um conflito e para a solução deste, deve prevalecer a regra da ponderação dos valores constitucionais. Em tal ponderação, em razão da concretização do direito à vida digna, quando um tratamento for comprovadamente apto a restabelecer a saúde de um cidadão, o Estado terá o dever de fornecê-lo. Atualmente, a saúde pública brasileira não atende adequadamente as necessidades da população e a judicialização da saúde explicita ainda mais os problemas de um setor defasado por falta de recursos públicos. Diante do exposto, assevera-se que o setor saúde irá refletir todas as mazelas das más políticas sociais e econômicas. Neste sentido, como bem explicitou o Oecd health data, grande parte do PIB americano, no ano de 2010, foi gasto em saúde, para financiar o avanço da tecnologia médica, e esta crescente vinha sendo constatada desde o ano de 1970, demonstrando assim que, até mesmo em nível mundial, o avanço da medicina e o desenvolvimento de novos tratamentos estão acompanhados da elevação dos custos. Logo, é imprescindível que se determine a eficácia desses novos tratamentos, através de estudos clínicos e diretrizes implementadas pelo Ministério da Saúde, antes de onerar o SUS com decisões judiciais que favorecem uma minoria da população. Frente à insuficiência econômica, as prioridades sociais da maioria devem ser estabelecidas.

EMILY DE OLIVEIRA SALES

ELIZABETH TROMBINI GÓ

Oral

DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÃO

O presente trabalho de pesquisa busca compreender a intensificação dos fluxos migratórios internacionais bem como a identificação de políticas públicas migratórias existentes no país que auxiliam no atendimento de necessidades como recepção, adaptação e integração dos migrantes na realidade brasileira (bem como o reconhecimento da dignidade humana destes grupos, questão tratada nacionalmente por meio da Lei da Imigração). O trabalho visa também analisar os aspectos jurídicos sobre a imigração e o conceito da noção de direitos humanos relacionados com a Constituição Federal de 1988, e sua interrelação com a política social. A pesquisa está em processo de análise de algumas normas como o estatuto do estrangeiro, a Lei de Imigração, Decretos, Portarias, Declarações e o Pacto Global da Imigração. A metodologia do trabalho tem se valido, de forma quantitativa, de pesquisas junto aos órgãos de educação, saúde e assistência social para levantamento de dados, e qualitativa por meio de entrevistas, buscando conhecer a realidade do município de Americana e as políticas públicas locais que atendam os imigrantes garantindo-lhes a inclusão social e os demais direitos decorrentes da dignidade da pessoa humana. Por meio de uma abordagem pluridisciplinar, em particular na interrelação entre o Direito e o Serviço Social a pesquisa avalia as políticas de Assistência Social; o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a tipificação dos serviços socioassistenciais como proteção social básica e especial para o atendimento e garantia dos direitos sociais básicos de existência humana voltada ao migrante, que têm o objetivo de amparar as famílias por meio dos serviços, programas e projetos oferecidos. As pesquisadoras realizaram, ainda, visita no Serviço de Referência ao imigrante, Refugiado e Apátrida da Cidade de Campinas e a Missão Paz em São Paulo para obter melhor compreensão de como os trabalhos assistenciais do imigrante ocorrem de fato e a importância das ações governamentais e de organizações sociais. No presente momento já foi possível constatar que na cidade de Americana não existe um órgão responsável por políticas específicas de atendimento e acolhimento desta demanda e que estas pessoas acabam se utilizando das políticas públicas amplas. Ao final da pesquisa espera-se que seja possível apresentar ao poder público municipal uma relação de ações que possam contribuir para a melhora da vida das pessoas que vieram de longe e buscam na região de Americana um lugar para viver de modo digno.

EMILY SILVA DE LIMA

CAROLINE CRISTINE DE LIMA
ARDRIM, MARCIA CRISTINA
SANTOS BACCHIEGA, Thiana
Fernando Cardoso nalessandro

Oral	The breakfast club: O clube dos cinco	<p>THE BREAKFAST CLUB: O Clube dos Cinco O presente trabalho tem como objetivo analisar a obra cinematográfica The Breakfast Club (O Clube dos Cinco) na perspectiva da Teoria de Aprendizagem Cognitiva de Albert Bandura, e ainda, fazendo uso de conceitos da Teoria de Aprendizagem Social de Julian Rotter e, de Habilidades Sociais dos autores Almir Del Prette e Zilda Del Prette para complementar a análise. Desta forma, a partir da pesquisa bibliográfica, obtêm-se as interpretações associadas à metragem, sejam referentes aos personagens ou aos eventos apresentados. O filme retrata sobre os cinco alunos com personalidades distintas, os quais comparecem no colégio em um sábado, para cumprir a detenção que receberam. Este grupo já em um primeiro momento se mostra aparentemente estereotipado devido à presença de um nerd, um atleta, uma patricinha, uma estranha e um delinquente. Porém, após a análise da metragem, observa-se a distinção no comportamento de cada personagem, entende-se que a convivência proporcionou um ambiente confortável ao ponto de se identificarem uns com os outros, mostrando assim, que as personalidades cristalizadas se tratavam de mecanismos de defesa. Diante desse contexto, ressalta-se a relevância de explorar as cenas, as características dos personagens e o diálogo que possuem com o outro, e assim, associar ao que está presente nas teorias de Bandura, sobre a aprendizagem por meio de observação, interação com o grupo, salientando a individualidade dos personagens, os estereótipos que são atribuídos a eles e também a influência que vivenciam tanto pelo grupo de jovens, quanto pelos pais e amigos. Ademais é viável estudar as teorias de Rotter, em específico as necessidades dos indivíduos, que também são apresentadas pelos personagens. E por fim, as convicções dos autores Del Prette e Del Prette, para compreender as teorias de habilidades sociais, as quais também são vinculadas aos jovens da metragem. Logo, esta pesquisa aborda conceitos, sobre o homem e a interação com o outro, assim como a aprendizagem por meio de observação e também pelo convívio com os demais, considerando os determinantes comportamentais, ambientais e cognitivos, os quais estão presentes nos personagens e no modo como reagem às influências do meio. Portanto, é imprescindível afirmar que com a revisão de literatura e a análise do filme, pode-se promover melhor entendimento sobre as abordagens dos autores e relacionar essas com elementos relevantes da obra cinematográfica e, subsequentemente abranger a criatividade e auxiliar a aprendizagem da disciplina Teoria das Personalidades no curso de Psicologia, para os alunos universitários. Além disso, com o aprendizado e o conhecimento teórico, pode-se desenvolver a aplicação dos conceitos propostos pelos autores em qualquer manifestação cultural, sendo filme, música, poesia e entre outros.</p>	ERICA LEITE VIEIRA MACIEL	JÚLIA MARTINS DE SÁ RO CAIO LUIS PIMENTEL DE A MARIA LAURA DA CUNHA CUSTÓDIO, PALOMA DE M SILVA, Walcylen Castilho Araujo
------	---------------------------------------	---	---------------------------	--

Oral

O poder de polícia em matéria ambiental

O presente trabalho aborda a análise da necessidade de realização de um efetivo poder de polícia, que deve ser feito pela Administração Pública, para evitar a ocorrência das inúmeras catástrofes ambientais que têm ocorrido. Nota-se que diversas são as situações que causaram danos ao meio ambiente nos últimos tempos, como incêndios, vazamento de óleo no mar, rompimento de barragens, queimadas, lixos nos mares, entre outros. Evidente que tais situações causam desequilíbrio ao meio ambiente, afetando tanto a flora quanto a fauna, como no caso dos canudos jogados no mar que causaram a morte de diversas tartarugas. Além disso, a saúde dos seres humanos também é drasticamente afetada com esses desastres ambientais, uma vez que todo o sistema ecológico sofre impacto. Observa-se que muitas das catástrofes que ocorrem se dão em decorrência da utilização e exploração dos recursos ambientais, que devem ser fiscalizados pelo Estado por meio de seu poder de polícia. Evidente que o poder de polícia tem como objetivo garantir que os direitos fundamentais e coletivos sejam preservados, devendo zelar para que a coletividade não seja prejudicada pelo descumprimento das normas legais que dispõem sobre a necessidade de manutenção de um meio ambiente equilibrado. Ainda, em que pese a necessidade de desenvolvimento econômico do país, notório que este deve atender ao princípio do desenvolvimento sustentável e ao direito fundamental ao meio ambiente equilibrado. Destaque-se que o Estado pode utilizar diversos instrumentos para uma regulação ambiental, como intensificar regras de responsabilidade civil por tais danos, punindo de maneira mais severa as condutas que prejudicam o ecossistema. Nota-se, que o Código Tributário Nacional, em seu artigo 78, define o que seria poder de polícia, dispondo se tratar de atividade que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, regulando a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente aos direitos individuais ou coletivos, dentre outros. Assim, evidente a obrigação do Estado em atuar com seu poder de polícia ambiental, prevenindo as práticas que possam causar danos ao meio ambiente, bem como reprimindo, de maneira eficaz, as condutas que causarem tais danos, conscientizando toda a população de que há punição severa àqueles que não seguem os ditames estabelecidos na legislação ambiental. Por fim, ressalte-se que a Constituição Federal, em seu artigo 225, é clara ao dispor que todos possuem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo, ao Poder Público, bem como à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo, vez que essencial à sadia qualidade de vida. Assim, o intuito do presente trabalho é analisar o poder de polícia que é conferido ao Estado e sua aplicação no direito ambiental, sendo utilizadas pesquisas bibliográficas e legislações.

FABIANA MANCILHA BERNARDES

Póster

AUTOMATIZACION DE UNA VIVIENDA MEDIANTE ARDUINO Y RASPBERRY PI

Hasta hace poco este tipo de vivienda sólo aparecía en la cinematografía americana, hoy va más allá de la imaginación y se ha convertido en una realidad, ahora son cada vez más las personas que apuestan por este tipo de hogares. Una casa inteligente simultáneamente usa la electricidad, la electrónica y la informática, para crear un diseño arquitectónico propio, de tal manera que las personas que la habitan disfruten de mayores comodidades. El principio real de este tipo de viviendas se dio hace algunos años, cuando Estados Unidos y Japón comenzaron a utilizar la domótica, tecnología que permite controlar los aparatos y electrodomésticos del hogar a distancia. La tecnología avanzada, uno de los elementos que las caracterizan se puede aplicar tanto a casas habitación como a departamentos, en las grandes ciudades o en las zonas rurales. Aunque el costo es la mayor desventaja a la hora de implementarlo, es menester del investigador encontrar formas un poco más económicas para el usuario. Dada así las cosas hoy en día es común encontrar dispositivos que se complementan en una vivienda para dar mayor seguridad y control a sus usuarios. Durante el transcurso de la nuestra carrera se elaboran muchas herramientas y/o dispositivos individuales que no interactúan entre sí, esto va en contravía con la tendencia actual de un mundo conectado. Aunque el costo es la mayor desventaja a la hora de implementarlo, es menester del investigador encontrar formas un poco más económicas para el usuario. Y para lograr el cometido este cometido, los estudiantes de Tecnología en Sistemas y Tecnología en Electrónica de la fundación tecnológica Antonio de Arévalo - Tecnar, deciden aprovechar el espacio del semillero para realizar un proyecto que permita combinar ambas disciplinas. Para ello se realizan la siguiente pregunta: ¿Como automatizar de una vivienda mediante Arduino y Raspberry Pi? La principal razón de este proyecto es aprovechar la constitución de un equipo multidisciplinar, el cual se define, como un conjunto de personas, con diferentes formaciones académicas y experiencias profesionales, que operan en conjunto, durante un tiempo determinado, abocados a resolver un problema complejo, es decir tienen un objetivo común. En otras palabras, se pretende expandir la barrera del conocimiento de cada uno de sus integrantes de manera eficiente, estimulando sus habilidades y competencias individuales, lo anterior sin dejar de lado que se fomenta la responsabilidad grupal e individual, así como el intercambio de información, sentido de unidad y lo más importante, incentiva a la innovación, pues distintos puntos de vista permiten tener un mayor panorama del problema.

FEDER ANTONIO ORTIZ MEJÍA

Oral	MP 881/2019: UMA PORTA PARA A LIBERDADE ECONÔMICA BRASILEIRA	<p>Para abrir uma empresa no Brasil é necessária muita coragem, atualmente, leva-se cerca de 79 dias, em média, para alguém abrir seu próprio negócio, tudo por conta da enorme burocracia para se fazer algo simples: trabalhar e empregar. Hoje o Brasil ocupa a 109ª posição (de 180 países) no ranking de facilidade para abrir novos empreendimentos, conforme dados do estudo da consultoria McKinsey, de 2019. Para mudar esse cenário, veio a MP nº 881/2019, ou simplesmente: MP da Liberdade Econômica, visando desburocratizar o mercado brasileiro, a fim de que empreender se torne algo fácil, encarregando o Estado da simples tarefa de considerar o empreendedor como alguém que está agindo de boa-fé, até que se prove o contrário. A MP traz princípios norteadores como a presunção de liberdade no exercício de atividades econômicas, presunção de boa-fé do particular e a menor intervenção do Estado, deste modo proibindo que surjam barreiras que atrapalhem o empreendedor. Outrossim, um dos erros mais comuns do indivíduo médio é achar que empreendedor é apenas o grande empresário que fatura milhões todo mês, quando na verdade o maior número de empresas são de pequeno e médio porte, sendo essas, também, as que mais empregam, (representam 70% dos postos de trabalho no Brasil), e que mais encontram barreiras burocráticas. Pensando nisso, o legislador estabeleceu no artigo 3º, I da MP, que não há necessidade de atos públicos de liberação da atividade econômica (como alvarás) para aquelas que forem de baixo risco, que segundo a Resolução CGSIM nº 51/2019, são mais de duzentas. Como exemplo de atividades de baixo risco que estão listadas nessa resolução, temos: supermercados, padarias, lojas de varejo e atacado, entre muitas outras que sempre sofreram com a intervenção estatal para seu funcionamento. Duas coisas boas nascem com essa medida: A rapidez para o início da atividade econômica, resultando em geração de empregos; e o fim da corrupção no licenciamento de estabelecimentos comerciais – a mais comum é a máfia dos alvarás. Ao solicitar a abertura de uma empresa, o particular é forçado a esperar vários dias até a aprovação ou não. Mas com a MP, a Administração deve dar ao potencial empreendedor um prazo para resposta, ao fim desse prazo, caso não tenha se manifestado, ocorrerá a aprovação tácita, prezando, destarte, pela celeridade. Esta MP exige do Estado, em qualquer nível, a fundamentação de suas medidas que visarem restringir a liberdade econômica do particular. Sendo assim, as empresas poderão abrir em feriados, fins de semana a qualquer horário, desde que respeitem normas de meio ambiente e direitos alheios. O Brasil necessita de crescimento, com essa medida, excluindo outros projetos que correm no Brasil atual e, excluindo também, o que ocorre no mercado externo, a Secretaria de Política Econômica estima que em 15 anos haverá a geração de 3,7 milhões de empregos, com aumento do PIB de 0,7% per capita por ano.</p>	FELIPE DE SOUSA ALENCAR	JOSÉ MATIAS DA CONCEIÇÃO NETO, VINÍCIUS LAMIM D. FONSECA, ISABELA DERRICHI STUCHI
------	--	---	-------------------------	---

<p>Oral</p>	<p>CIÊNCIA DE DADOS: DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO PREDITIVO DE FRAUDES DENTRO DO AMBIENTE EMPRESARIAL.</p>	<p>O objetivo do presente estudo é realizar uma análise de padrões das atividades fraudulentas nas organizações por meio de métodos de ciência de dados e criando ao fim do projeto, um modelo preditivo que automatizará o processo de auditoria de fraudes dentro das organizações empresariais. Também será incluído no projeto métodos simples de captura de atividades fraudulentas, baseadas nas melhores práticas de mercado. O desenvolvimento desse projeto é baseado na compreensão do problema de que atualmente o conhecimento de análise e mitigação de riscos e fraudes dentro das organizações restringe-se àquelas de grande porte. Isto é, as grandes empresas possuem o potencial para contratar consultorias, auditorias, e solução em tecnologia da informação para conseguir identificar seus riscos e atenuá-los de forma rápida. O problema é que as organizações de menor porte muitas vezes não têm sequer o conhecimento dos seus riscos, e por essa razão, muitas empresas acabam falindo diante de um cenário que poderia ser evitado se os controles mínimos fossem executados rotineiramente. Dessa forma a criação de um sistema que auxiliasse no processo seria imprescindível. Até o presente momento, sete testes foram desenvolvidos e todas as planilhas modelo, que os usuários irão atualizar estarão elaboradas. Os testes são: Teste 01 (verifica se as contas de débito e crédito dos lançamentos possuem o mesmo valor); Teste 02 (busca valores duplicados dentro dos lançamentos); Teste 03 (objetiva selecionar as notas com valores que necessitam de aprovação dentro das políticas da empresa); Teste 04 (encontra valores que estejam desviando-se em uma determinada porcentagem definida em relação ao desvio padrão); Teste 05 (encontra lançamentos que foram realizados em sábados ou domingos, isto é, fora de horário de trabalho); Teste 06 (compara a correlação entre as contas do balanço patrimonial, buscando os períodos e valores que apresentaram as maiores divergências do padrão); Teste 07: (consulta a correlação entre a receita e o custo de mercadoria vendida, e caso, baseando-se no histórico, ela se apresente baixa, o script apresentará o período em que possa ter ocorrido o problema). Dessa maneira, resta apenas o modelo preditivo. No tocante à relevância social do projeto, almeja-se auxiliar o segmento de auditoria interna no âmbito de automatização e continuidade de verificação de dados, auxiliando empresas e auditores a identificar pontos fraudulentos instantaneamente, evitando assim que os problemas sejam descobertos de maneira tardia, podendo causar ainda maior impacto. Em conclusão, o projeto em si já está em geral pronto, faltando apenas o desenvolvimento do modelo preditivo. Entretanto, somente com os teste desenvolvidos até agora, as pequenas empresas já conseguem melhorar muito seu ambiente de controles internos. O grupo portanto conclui que o trabalho, apesar de ainda incompleto, está de acordo com seus objetivos iniciais, e se desdobrará para uma finalização com maestria.</p>	<p>FELIPE FASSI PINTO</p>	<p>GABRIELA SPOLARICKI PAS WESLEY JOSE DA COSTA, J Antonio Padoveze, ALLAN RODRIGUES DE SOUZA GC</p>
-------------	--	--	---------------------------	--

Oral

Parentesco por afinidade e casamento – filhos de conviventes podem ser casar entre si?

O conceito de família, no direito brasileiro, foi amplamente transformado ao longo do tempo. Na sua percepção inicial e tradicional, família era a entidade formada por um casal, homem e mulher, casados e com filhos. Nos dias de hoje, essa realidade se alterou devido as mudanças de pensamentos e comportamento da sociedade, existindo diversas espécies reconhecidas de família como, por exemplo, a formada por união estável, a homoafetiva, a monoparental e a mosaico. A dissolução do casamento ocorre em alta incidência no Brasil, fazendo com que novas famílias sejam construídas após o rompimento do matrimônio, sendo caso, às vezes, de um ou ambos os integrantes da nova relação tenham filhos. A Constituição de 1988 teve grande importância na consolidação da família mosaico, pois ao instituir o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana em seu artigo 1º, inciso III, instaurou-se oportunidade para que modalidades de famílias não constitucionalizadas fossem concretizadas e aceitas juridicamente. Esses novos tipos de família, como por exemplo a mosaico, trouxeram uma valoração dos vínculos afetivos, tornando-se este um fator mais importante do que o aspecto consanguíneo. Sendo assim, ao surgiram novos vínculos, apareceu também o questionamento sobre a possibilidade de casamento entre determinadas pessoas, como por exemplo, do ensejo de casamento entre filhos de conviventes. O parentesco por afinidade é criado, por intermédio legal, através do casamento, entre o cônjuge ou companheiro e os ascendentes, descendentes e irmãos do outro. Sendo que há extrema importância para o Estado definir suas regras matrimoniais, pois dessas relações surgem efeitos em outros institutos de interesse estatal como na definição de alimentos e na sucessão. De acordo com o artigo 1521 do Código Civil, há impedimento para o casamento entre parentes por afinidade em linha reta, não podendo se casar, por exemplo, um cônjuge com o filho do outro. Ressaltando que a afinidade é criada somente entre os parentes do consorte com seu cônjuge, não havendo, assim, parentesco entre os filhos de um consorte com os filhos do outro. Portanto, conclui-se que filhos e enteados não se tornam parentes, sendo assim não possuem nenhum impedimento legal para adquirirem matrimônio. Ou seja, pode existir o casamento ou união estável entre o filho de um convivente com o filho do outro convivente.

FERNANDA RIBEIRO

<p>Oral</p>	<p>CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL: ANÁLISE DE DADOS PARA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO HORÁRIO DE VERÃO BRASILEIRO E PROPOSTAS DE AÇÕES PARA O CONSUMO CONSCIENTE DA ENERGIA ELÉTRICA NA UNIDADE</p>	<p>Empregando ferramentas de Ciência de Dados e tendo como base dados históricos do país, este projeto tem o objetivo de poder evidenciar, compreender e interpretar as informações acerca da não mais efetividade do horário nacional de verão. Mais do que isso, analisar, também considerando as séries históricas de dados, o custo associado à implementação do período e estabelecer uma previsão de até quando seria viável a implementação no país. Após o entendimento de forma mais abrangente da situação do consumo de energia elétrica no Brasil, realizar pesquisas nas empresas/indústrias que são nacionalmente reconhecidas pelas atividades sustentáveis para levantamento de possíveis ações que poderiam ser implementadas na Unidade em relação à prática do consumo consciente da energia elétrica. Ampliar tal pesquisa para os locais de trabalho dos integrantes e na própria instituição para levantamento de possíveis ações que poderiam ser implementadas e/ou reforçadas e na Unidade em relação à prática do consumo consciente da energia elétrica pela comunidade acadêmica, visando a redução do consumo e, também, a divulgação das iniciativas junto aos alunos e círculos, colaboradores e vizinhanças. No que se refere ao primeiro objetivo, estando o projeto já em andamento, foi divulgada a notícia de que o horário de verão não seria mais aplicado ao Brasil em 2019, segundo o Decreto Presidencial de 25 de abril de 2019. Tendo como base esse novo fato, o grupo passou a desenvolver as pesquisas, as declarações e as informações que levaram a tal decisão pelo governo. É importante salientar que as pesquisas e os comentários que constam nesse relatório não têm viés político e, simplesmente, ilustram as análises e pesquisas do grupo sobre o tema do projeto. Em relação à pesquisa de propostas para melhorias e práticas para o consumo mais consciente da energia elétrica na própria instituição, estudos de viabilidade econômica realizados neste primeiro semestre de 2019 apontam respostas consideráveis para a substituição de modelos de ar-condicionado tradicionais, por modelos com tecnologias atuais que, assim, permitam uma eficiência energética mais positiva, além de propostas para substituição da iluminação do campus analisado, por lâmpadas de tecnologia LED. A segunda análise de viabilidade tem por objetivo estudar a implementação de um sistema de iluminação autônomo nos estacionamentos da instituição, para assim gerar o máximo possível de economia no local.</p>	<p>FILIPE LIRA FANTINI</p>	<p>CAROLINE DA SILVA, CESA HENRIQUE RONCADA MEI GUSTAVO VICENTIN, Wan Carla Gazzoni</p>
-------------	--	--	----------------------------	---

Oral

Direito das Famílias: o instituto da alienação parental

O tema da alienação parental é um instituto com incidência no ramo do Direito das Famílias e trata de realidade triste e frequente no seio de muitas famílias brasileiras. O intuito de realizar pesquisa sobre o tema em voga ocorre em razão da inquietude diante da tamanha abrangência que esse possui, e dada a sua incidência corriqueira, bem como por ser um tema instigante. A criança e o adolescente são considerados pelo ordenamento jurídico pátrio como seres em desenvolvimento biopsicossocial, o que aduz dizer que possuem direito ao pleno desenvolvimento físico e psicológico saudável o que, por consequência, abrange o convívio familiar harmônico. Todavia, nem sempre a relação familiar possui uma convivência harmônica, não exercendo o caráter de permanência, originando o divórcio. A alienação parental é o que antecede o desenvolvimento da Síndrome da Alienação Parental, que é a atitude do pai ou da mãe de induzir o filho a romper laços afetivos com o outro genitor, inculcando nesse pensamentos negativos, sem uma justificativa fundada. É denominado de alienador o pai/mãe que pratica a alienação parental, enquanto o alienado é a outra figura do genitor e do filho. São diversas as formas de manifestação da alienação parental: inculcar na criança falsas memórias em seu inconsciente, acusações que o outro genitor pratica atos de violência e abuso sexual, omitir ao outro genitor acontecimentos e tomadas de decisões atinentes ao filho, crítica à imagem do outro genitor, impedir o contato com o filho. Verifica-se que os principais prejudicados com a alienação parental são a criança e adolescente e esses apresentam sinais de que estão sendo afetados, tais como, ansiedade, agressividade, depressão, alteração na forma de se relacionar, visto que o genitor alienador transfere a essa a carga emocional da lealdade, e no caso manter convívio e vínculo com o genitor alienado é quebra de confiança. Por consequência, a criança e o adolescente não entendem que devem manter convívio saudável com ambos os pais, mas sim que um deles traz malefícios à sua vida. Complexos são os efeitos prejudiciais causados à criança/adolescente, já que esses têm afeto ambivalente aos seus pais, ao passo que quando da alienação parental são induzidos à hostilidade ao genitor alienado, e no momento em que se tornam adultos ou advém a maturidade, e entendem que foram alienados e retirado de si o laço afetivo, passam então a se esquivarem do genitor alienador. O parâmetro inicial que se deve ter ao tratar da previsão da declaração da alienação parental, é de expor e debater tal tema, e antes de tudo visar à preservação da criança e do adolescente quanto ao direito fundamental de convivência familiar saudável, mantendo preservado o afeto nas relações entre pais e filhos, sendo esse o cerne, o substrato da relação familiar.

FLÁVIA TATIELE PAULINA DE JESUS
ALMEIDA

Pôster

REPARAÇÃO AO DANO AMBIENTAL, NO DIREITO INTERNACIONAL .

O surgimento das Convenções Internacionais sobre o tema meio ambiente se deram a partir do século XX, com finalidade preservacionista e com a tônica de um dever-ser oponível até contra uma política oficial de desenvolvimento. As Convenções Internacionais do meio ambiente eram eminentemente utilitárias e diziam respeito ao comércio mundial de certas espécies de animais, que eram exploradas para fins econômicos, onde na ocasião foi assinada a Convenção de 1883 em Paris, garantindo a preservação das espécies. Um dos marcos mais importante foi a Declaração de Estocolmo em 1972, é considerada uma das normas fundamentais do Direito Internacional do Meio Ambiente, nesta data foi realizado a Conferência das Nações Unidas abordando temas sobre o meio ambiente humano, onde várias Convenções Internacionais afirmaram a pujança do direito que emergia . No Rio de Janeiro em 1992, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde foi discutido assuntos importantes sobre a globalidade e descentralização dos assuntos relativos a políticas públicas que cada Estado deveria adotar para preservação do meio ambiente entre outros temas relacionados. A principal função de todo esse movimento Internacional, é garantir a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, desta forma quando existe uma violação de normas estabelecidas o indivíduo infrator deve arcar com a responsabilidade de reparar o dano ambiental. É um assunto de extrema complexidade e importância, e tem uma análise especial. O instituto da Responsabilidade no Direito Internacional é regulamentado, e classifica o regime em dois sistemas: o sistema tradicional da responsabilidade subjetiva, consiste no fato de que o dever de reparar é tido como uma obrigação secundária, nasce de um ato ilícito, por ato ou omissão, e o sistema de responsabilidade objetiva, institui a obrigação reparatória independente de qualquer consideração sobre a natureza lícita do ato ou omissão causadora dele, havendo o dano automaticamente já existe o dever de reparar, independente da licitude ou ilicitude . Com as frequentes degradações do meio ambiente, desastres e litígios em âmbito regional e internacional, qualquer um desses atos que causar dano a outro Estado, daria ensejo a duas situações: legitimar ações de represália contra o violador ou dar causa a obrigação de reparar, que deve ser declarada e executada pelas formas tradicionais da diplomacia. Na atualidade o dever de reparar o dano pode emergir tanto da violação de uma obrigação Internacional, quanto de um ato perfeitamente lícito porém de consequências danosas. A competência para julgar crimes ambientais em regra é a Justiça Estadual, somente é da Justiça Federal se a situação se enquadrarem uma das hipóteses previstas nos incisos dos artigos 108 e 109 da Constituição Federal de 1988. É de extrema importância observar o juízo competente antes de legitimar ações contra o violador.

FLAVIANE MACIEL GONÇALVES

<p>Oral</p>	<p>VIABILIDADE ECONÔMICA E SUSTENTÁVEL NA CONSTRUÇÃO EM AÇO PARA UM SHOPPING CENTER NO VALE DO PARAÍBA</p>	<p>XIX MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA VIABILIDADE ECONÔMICA E SUSTENTÁVEL NA CONSTRUÇÃO EM AÇO PARA UM SHOPPING CENTER NO VALE DO PARAÍBA Gabriel Emboaba de Souza Batista; souzaemboaba@gmail.com Regina Elaine Santos Cabette; regina.cabette@unisal.br MODALIDADE: ORAL 7. OUTRAS Em todas as áreas da Educação deve-se incluir as dimensões social e comunitária, levando à formação integral do aluno. O homem vive em sociedade e não se deve esquivar dos problemas, mas sim, propor soluções para essas demandas individuais, comunitárias e sociais do meio em que vive. Assim a Educação deve trilhar com o educando sobre as diversas perspectivas da realidade, contribuindo para que reflita e opere como profissional competente, atualizado e humano. O ensino em Engenharia deve ter como ação educativa a interferência na forma de agir e pensar sobre a realidade social, econômica, cultural e ambiental em que vive relacionando Ciência, Tecnologia e Sociedade. No âmbito da engenharia civil o desenvolvimento sustentável é de grande importância e implica em consequências em diversos setores da sociedade. Mais especificamente falando, a indústria da construção civil tem características fundamentais em relação ao desenvolvimento sustentável, seja com relação a economia do país, ao meio ambiente ou ao desenvolvimento. Ao tratar-se da importância da construção em aço em obras da engenharia, pode-se dizer que tais estruturas se tornaram um método versátil para ser utilizado em grandes obras, trazendo liberdade ao construtor desde o planejamento, minimizando o tempo e aumentando a utilidade até o fim das atividades nas obras e suas entregas, devido a tecnologia empregada no sistema de produção e montagem de estruturas, vedações e demais componentes. A contribuição desse trabalho é descrever as etapas de uma obra de grande porte, utilizando estruturas metálicas em aço, método este, que vem ganhando proporções no Brasil e apresenta diversas vantagens econômicas e sustentáveis. O objetivo é determinar as vantagens e desvantagens dessas estruturas utilizadas como elementos que sustentam a primeira fase de um shopping center, empreendimento comercial de grande porte. O presente estudo tem formato qualitativo, sendo possível observar a realização dos controles durante as execuções da obra civil, acompanhado de um cronograma físico e financeiro de todo trabalho referente as estruturas em aço do empreendimento, o qual contempla todas informações técnicas necessárias, a fim de comparar através dos levantamentos em campo, a existência de possíveis economias, vantagens e desvantagens com relação aos planejamentos preliminares.</p>	<p>GABRIEL EMBOABA DE SOUZA BATISTA</p>	<p>Regina Elaine Santos Cabette</p>
-------------	--	--	---	-------------------------------------

Pôster	ANÁLISE DINÂMICA EM ESTRUTURAS METÁLICAS. ESTUDO DE CASO:	<p>XIX MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA ANÁLISE DINÂMICA EM ESTRUTURAS METÁLICAS. ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA RODA GIGANTE NO VALE DO PARAÍBA Gabriel Emboaba de Souza Batista¹; souzaemboaba@gmail.com¹ Regina Elaine Santos Cabette¹; regina.cabette@unisal.br¹ MODALIDADE: POSTER EMPREENDEDORISMO E TECNOLOGIA SOCIAL Neste trabalho serão analisados os efeitos dinâmicos numa estrutura para parques de diversões, de procedência importada. Trata-se de uma roda gigante com 88,00 metros de diâmetro, ancorada em fundações compostas por 08 (oito) blocos de coroamento em concreto armado e submetidas a carregamentos de vento estimadas previamente de acordo com as recomendações da ABNT - NBR 6123 (1998), acrescidas de carregamentos estáticos de peso próprio e cargas acidentais referentes aos componentes metálicos do equipamento. Tendo como objetivo as verificações de segurança e estabilidade durante a operação do equipamento (ELS) , utilizando o software Ansys para análise do modelo analítico das estruturas e seus efeitos. O estudo foi fundamentado através das normas nacionais de vigência para validação ABNT – NBR 8800, suplementadas pelo padrão internacional da American Society for Testing and Materials (ASTM), a norma americana que padroniza os materiais e seus ensaios para posterior obtenção dos gamas referentes aos mesmos, empregados nas execuções dos projetos de engenharia. Devido as prescrições nacionais de segurança em edificações, equipamentos e obras de arte de engenharia, sabe-se que há necessidade de uma validação dos dados de projeto para veracidade dos dados, visto que o equipamento proveniente de produções industriais estrangeiras podiam não atender as conformidades das normas brasileiras exigidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo, o que implicou diretamente em toda análise do equipamento em território brasileiro, de acordo com as normas regulamentadoras. Foi desenvolvido o plano para análise estrutural através do software Ansys, a fim de obter o modelo analítico e as principais influências de efeitos dinâmicos na estrutura, onde as informações podem ser acopladas ao memorial descritivo, memorial de cálculos, sendo considerados os resultados durante a formulação das verificações de estabilidade global do equipamento. Em virtude de todo o planejamento do estudo, conclui-se que ao realizar as devidas verificações de estabilidade em estruturas esbeltas e efeitos dinâmicos, é possível que o profissional responsável pelo dimensionamento e/ou responsável técnico, tenha maior segurança em suas considerações de cálculo, inibindo alterações inesperadas com a utilização da estrutura. A segurança dos usuários e o bom funcionamento do equipamento é essencial, partindo de uma análise precisa dos dados, e garantindo que não ocorra imprevistos durante as execuções de implantação e operação dos equipamentos.</p>	GABRIEL EMBOABA DE SOUZA BATISTA	Regina Elaine Santos Cabette
--------	---	---	----------------------------------	------------------------------

Oral

A MORAL KANTIANA NA FUNDAÇÃO DE
UMA MORAL CIDADÃ

O sistema moral kantiano está presente em diversas obras do autor, tal como na Fundamentação da Metafísica dos Costumes, na própria Metafísica dos Costumes, como também na Crítica da Razão Prática, e em outros estudos ele a retoma para tratar de outros temas, como por exemplo a doutrina do direito. Compreende, pois, a um sistema em que, o sujeito, pela luz da razão que lhe é própria, é dotado de máximas subjetivas e princípios objetivos que influenciam a sua vontade no que concerne ao seu agir. As máximas, todavia, só valem como verdadeira para o próprio agente, e, inversamente, os princípios objetivos dizem respeito à vontade de todos os seres racionais. É nos princípios objetivos que se assenta o agir moral, pois dele advém o conceito de imperativo categórico, de modo que a máxima da ação é elevada a uma categoria universal: “age apenas segundo uma máxima (subjetivo) tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal (objetivo)”. (KANT, 2007a, p. 48, grifos nosso). A moralidade de um ato, portanto, consiste em viver segundo o imperativo categórico. A proposta do artigo é refletir uma possível conformidade entre o que se sabe de ato moral e o que se entende sobre cidadania. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e de fonte, no intuito de aprofundar a base kantiana e verificar se pode haver fundação em uma moralidade cidadã. O tema possui relevante importância pois possui a pretensão de dar uma base sólida àquilo que se sabe a respeito de cidadania, de modo que favoreça uma melhor compreensão e vivência da mesma de forma mais autêntica.

GABRIEL FERREIRA DA SILVA

Pôster	A despenalização ou descriminalização do delito de porte de drogas e suas consequências	A presente pesquisa pretende a realização de um estudo acerca da Lei nº 11.343/2006, sobretudo no que refere-se à despenalização ou descriminalização do Art. 28, que trata do delito de porte de drogas para consumo pessoal. Nesse sentido, é importante, em um primeiro momento, analisar a evolução histórica da legislação de antidrogas no Brasil, que, gradativamente, vem ganhando notoriedade. Certo é que, a finalidade da legislação em questão, é, principalmente, a promoção de certa vedação ao uso de substâncias ilícitas que ocasionam quadros de dependência física e psíquica. Demais disso, faz-se necessária a abordagem de eventuais impactos ocasionados pelos entorpecentes à sociedade brasileira, bem como a análise acerca do modo pelo qual se deu a sua inserção na população e os principais motivos que levaram e levam, ainda hoje, ao consumo de tais substâncias. Nesse contexto, torna-se imprescindível a realização de estudo a respeito dos institutos da despenalização e da descriminalização, uma vez que este extingue a criminalização (tipificação), tornando a ação jurídico-penalmente irrelevante; enquanto aquele – expressão um tanto imprópria – é a substituição (legislativa ou judicial) da pena de prisão por penas de outra natureza (restritiva de direito etc.). Portanto, se, por um lado, com a descriminalização o fato deixa de ser infração penal (crime ou contravenção), com a despenalização, por outro lado, a conduta permanece criminosa. Deste modo, tendo em vista os aspectos apresentados, certo é que o tema escolhido proporciona várias interpretações e posicionamentos acerca do Art. 28, inserido na nova lei de drogas. Sendo assim, pretende-se uma análise acerca do delito de porte de drogas para uso pessoal, que pune quem adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo, para consumo, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
--------	---	--

GABRIEL MIGAILIDES MENEZES DE MARINS

ISABELA DE ANDRADE PEI
FELIPE CAVALHEIRO DA SI
BRENDA CARVALHO COST
SILVA, Thalita Silveira

Oral

A Dubiedade do Plástico

Criado a cerca de um século, o material polimérico que trouxe inúmeras facilidades à vida moderna tornou-se fonte do maior problema ambiental do planeta. O Brasil possui sérias deficiências na infraestrutura de saneamento básico, ao mesmo tempo contribui para o agravamento da poluição, de acordo com a WWF, o país foi, em 2016, o quarto maior produtor de lixo plástico do mundo, com 11,3 milhões de toneladas, perdendo apenas para os Estados Unidos, China e Índia. O maior problema não são os plásticos, pois estes podem ser recolhidos manualmente e são visíveis a olho nu, no entanto, os microplásticos, que são fragmentos de plásticos com dimensões micrométricas que vêm de produtos de higiene, redes de pescas, roupas e micropartículas liberadas pelos pneus, estão em todos os lugares, como no ar que respiramos, no mar, até mesmo na água da torneira e nas engarrafadas, nos frutos do mar consumidos pelo homem e por consequência, nas fezes humanas. O plástico é o material mais versátil, podendo assumir diversas formas e tamanhos, porém, tornou-se o maior vilão do meio ambiente, pois além de estar presente em diversos alimentos e até mesmo na água em que bebemos, também afeta a vida marinha, matando animais como tartarugas, focas e até baleias, normalmente asfixiados ou por inanição. Reutilizar, substituir e biodegradar são algumas das estratégias para enfrentar a poluição causada pelo plástico, a reciclagem é a forma mais comum de dar uma nova utilidade ao material descartado, porém, ainda não é o suficiente, cerca de 600 milhões dos 6,3 bilhões do plástico são reciclados, o restante são incinerados ou se acumulam em aterros sanitários. Outra alternativa seria substituí-lo, imagine se fosse proibido vender água em garrafas plásticas, substituí-las por vasilhames de vidro também causaria impactos ambientais, além da destruição causada pela busca da matéria prima. Por fim, a solução mais viável seria continuar reciclando o plástico já existente, afinal é um material que pode ser reutilizado milhares de vezes, junto à reciclagem estariam os bioplásticos, normalmente feitos de fibras de milho, mandioca e soja, sua maior vantagem é que são biodegradáveis pois originam-se de matéria prima vegetal permitindo que agentes biológicos vivos como fungos e bactérias decomponham rapidamente a matéria. Mesmo que ainda não exista uma solução imediata, todos devemos ter a consciência de que vivemos em um ciclo natural, o plástico é uma criação humana que tomou proporções gigantescas e está pondo em risco a vida marinha e a dos humanos, algumas medidas individuais como, não utilizar descartáveis e reciclar as embalagens ou utiliza-las novamente, contribuem para um menor impacto ambiental e conseqüentemente, melhora a qualidade de vida. Portanto, ainda que as estratégias de reduzir o impacto ambiental funcionem, resta que cada um busque reduzir ao máximo sua pegada ecológica, repensando nosso consumo e tendo consciência da biocapacidade de nosso planeta.

GABRIEL SALOMÃO BEVILACQUA
PICCOLO

Pôster

SEQUESTRO INTERNACIONAL DE MENORES E A CONVENÇÃO DE HAIA

A Convenção de Haia e o Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, aborda os aspectos civis da subtração internacional de menores. Esta convenção foi criada a fim de combater o sequestro parental de crianças através de um sistema de cooperação entre autoridades centrais e um procedimento rápido para restituição do menor ao país de residência habitual. O Brasil é parte deste tratado desde 2001. Com 112 países signatários, foram estabelecidas obrigações entre eles a fim de proteger os interesses das crianças. O responsável legal da criança levada ilegalmente do país em que residia, deverá procurar a Autoridade Central Administrativa Federal Brasileira (ACAF) para fornecer informações e documentos que comprovem os fatos alegados. No Brasil, há um Grupo Permanente de Estudos sobre a Convenção da Haia de 1980 instituído em agosto de 2006 pela então Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Ministra Ellen Gracie Northfleet, composto por representantes dos órgãos públicos envolvidos com o objetivo de divulgar este documento entre os operadores jurídicos, fomentar estudos e pesquisas, participar no âmbito interno e internacional de discussões a respeito, fornecendo elementos para auxiliar sua interpretação e aplicação. Conquanto possa ser confundido com a tipificação legal do Código Penal, o termo sequestro internacional de crianças, para o Direito Internacional, significa a transferência ou retenção ilícita do menor, violando direito de guarda efetivamente exercido por seus pais, tutores ou parentes próximos para um país diferente daquele de sua residência habitual. O maior objetivo desta convenção é proteger o bem-estar das crianças que vivem em situação de ruptura familiar e que foram deslocados de forma repentina de seu país de residência habitual ou que estejam sendo retidas sem autorização de um dos pais em outro país, buscando seu retorno imediato e seguro ao seu país de residência habitual, sendo este o país em que a criança encontrava-se residindo imediatamente antes de seu traslado ou retenção ilícita. Com caráter preventivo, seu intuito é servir como desestímulo à conduta da subtração de crianças do seu seio familiar, sendo imediata a ordem de restituição ao país de residência habitual da criança, devendo ser efetuada da forma mais rápida possível. Desse modo, o intuito do presente trabalho é analisar a Convenção de Haia e o sequestro internacional de menores sobre o aspecto civil, analisando como este assunto vem sendo tratado pelos tribunais e sua repercussão atualmente. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos na realização deste trabalho.

GABRIELA TEIXEIRA RODRIGUES

MARIA DE FATIMA GONÇALVES RAMOS DA SILVA

Oral

A LESÃO CORPORAL E O DANO PSICOLÓGICO: uma ofensa à saúde da mente e do corpo

O presente trabalho trata-se de uma análise acerca do artigo 129 do Código Penal Brasileiro, que dispõe sobre o crime de lesão corporal e suas modalidades, conforme posicionamento doutrinário, tendo como objetivo destacar a extensão da proteção jurisdicional à saúde mental dos indivíduos. A violência psicológica é um fantasma na vida de quem a sofre, atuando de forma silenciosa sobre o indivíduo, sem deixar marcas visíveis àqueles que observam de fora, e ao mesmo tempo inibindo suas vítimas de buscar ajuda, o que torna dificultosa a realização de um diagnóstico preciso e a materialização do crime, tais características prejudicam o tratamento jurídico correto e aplicação adequada da lei no caso concreto. Sendo assim, buscou-se analisar as diferentes formas em que a violência psicológica se apresenta na sociedade e como é tipificada na legislação brasileira, nas esferas penais, mas também nas cíveis e trabalhistas, onde encontra-se amparo legal acerca da responsabilidade civil de reparo dos danos morais causados pelo agente. Com o intuito de ressaltar a possibilidade da caracterização do crime de lesão corporal pelo dano psicológico sofrido pela vítima, deu-se ênfase às particularidades de tal crime afim de diferenciá-lo de outros tipos penais análogos. Através da óptica da psicologia e da medicina, que vêm realizando diversos estudos nos últimos anos acerca dos impactos das emoções sobre o corpo humano, frisou-se a ligação entre as experiências traumáticas experimentadas pelos indivíduos e o aparecimento de doenças psicológicas, bem como suas consequências no funcionamento das funções cerebrais e hormonais, seu reflexo no organismo, a propensão ao surgimento de doenças psicossomáticas, a diminuição da qualidade de vida, o isolamento social da vítima e conseqüentemente a redução de sua sensação de bem-estar. O presente tema possui grande relevância social, pois visa uma melhor observância do dispositivo legal e da proteção estatal a saúde das vítimas desse tipo de violência, afim de que a essa deixe de ser negligenciada e passe a ter o tratamento devido no âmbito penal. Trata-se de uma reflexão oriunda de posicionamentos doutrinários e decisões dos tribunais que ainda estão formando seu entendimento, tendo como marco inicial a denúncia ofertada pelo Ministério Público no ano de 2012, em face de Luiz Eduardo Auricchio Bottura por lesão corporal grave contra sua ex-cônjuge, após a mesma ter adquirido Transtorno de Estresse Pós-Traumático em decorrência de suas condutas lesivas reiteradas. Portanto, concluiu-se que a caracterização do crime de lesão corporal pelo danos psicológicos causados à vítima é algo concreto, pois, como vem sendo evidenciado pela medicina, a saúde mental e corporal estão interligadas, logo, quando ofende-se a primeira a segunda também é afetada. Sendo assim, torna-se criterioso o aprofundamento de estudos relacionados ao tema, bem como existe a necessidade de uma correta aplicação legal.

GABRIELE DOS SANTOS FERRAZ

Oral	OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS 2018/2019	<p>O Observatório de Violências nas Escolas se constitui em um núcleo de pesquisas, ensino e extensão do UNISAL de São Paulo, sediado na unidade de Lorena e, desde 2005, integra a Rede de Observatórios de Violências nas Escolas. A rede é formada por instituições nacionais e internacionais, cuja sede é na Universidade Católica de Brasília (UCB). Desenvolvemos um trabalho conjunto na forma de Cooperação Técnica, Científica e Cultural, compondo a Cátedra UNESCO: Juventude, Educação e Sociedade criada pela UCB, aprovada em 2008. Hoje a Cátedra abriga toda a rede de Observatórios. O grupo de estudos está cadastrado no CNPq, desde 2006, com as seguintes linhas de pesquisa: a) escola, família e relações sociais, b) formação e atuação do professor, c) gestão e políticas públicas, d) juventudes e direitos humanos, e) pedagogia social, processos de inclusão, acesso e permanência, f) violência contra a infância, adolescência e juventudes. Objetivos: Pesquisar, monitorar e promover estudos e diagnósticos para a prevenção e intervenção junto as múltiplas manifestações de discriminações e violências; Manter grupo de estudos com profissionais da educação; Participar de pesquisas que envolvam as juventudes/Direitos Humanos e violências. Problema: Que formas de prevenção e intervenção podem ser implementadas na escola na promoção de uma cultura de paz? Desenvolvimento: O Observatório trata o tema das violências interdisciplinarmente, pois estas assumem uma identidade própria no âmbito da educação. É um fenômeno complexo e multifacetado que ocorre em estabelecimentos específicos, o que justifica os termos “violências” e “escolas” no plural. Relevância Social e Conclusão: Observatório de Violências nas Escolas é um espaço de formação e interlocução de pesquisadores, educadores, estudantes e pessoas preocupadas com as violências nas escolas e com a construção de uma cultura de paz. As atividades de ensino, pesquisa e extensão são desenvolvidas por professores, alunos bolsistas e voluntários. Em 2018/2019, aconteceram 6 palestras em escolas totalizando 743 participantes; 14 disciplinas (40h/80h) ministradas pelos professores integrantes do grupo de estudos nos cursos de Pedagogia, Psicologia e Direito atingido 725 alunos; 9 Reuniões mensais com a comunidade, 699 pessoas; 3 reuniões externas com 24 envolvidos; 2 entrevistas para rádios e; 2 projetos de extensão desenvolvidos em escolas da rede estadual, 665 alunos. Os projetos com fomento CNPQ, BICSAL, BIDSAL e BEXTSAL abordam temas relacionados a direitos humanos: exclusão, educação, formação de professores, adolescências e juventudes, representações sociais, gênero e sexualidade, cidadania, preconceito racial e socioeducação, portanto a importância do trabalho nas frentes de ensino, pesquisa e extensão se dá, principalmente, pelo impacto de nossas ações, tanto em âmbito local, quanto no que se refere a contribuição com dados para as políticas públicas, via Cátedra UNESCO: Juventude, Educação e Sociedade.</p>	<p>GEORGIANO JOAQUIM PEREIRA ANTONIO DOS SANTOS</p>	<p>MARCILENE RODRIGUES P BUENO</p>
------	--	--	---	--

Oral

AS INCERTEZAS DA JUVENTUDE
PERANTE A SUA VIDA PROFISSIONAL

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o jovem contextualizado e o que se faz necessário no interior das instituições educacionais para alcançar a promoção da reflexão sobre as escolhas profissionais conscientes, que priorizem sempre a ética e os valores humanos. Dentro desse contexto, o trabalho norteou a seguinte problemática: Como a educação pode ajudar a minimizar as incertezas da juventude diante de sua vida profissional? Os efeitos do mundo contemporâneo começam a refletir no pensamento dos jovens, gerando incertezas na sua vida profissional. As empresas juniores proporcionam uma opção promissora por dois motivos: primeiramente, por tornar possível a conexão entre o aprendizado teórico e a prática, o que permite a reflexão sobre o fundamento venha a ser vivenciada ainda no processo de formação. A metodologia ativa propicia aos indivíduos, a elucidação dos conteúdos e o aprimoramento de habilidades por meio do protagonismo juvenil. Com amorevolezza, a religião e a razão, o sistema preventivo de Dom Bosco suleou as bases para uma pedagogia mais humana e libertária, propondo conceitos e valores transcendentés à experiência humana. Tanto em oficinas extracurriculares quanto as escolas técnicas muitas vezes são o primeiro contato com uma formação profissional, em ambos são desenvolvidos pontos como comportamento, expressão facial e corporal, linguagem, demonstração de interesse, traje, estrutura e revisão de currículo, dentre outros pontos cruciais que um candidato deve desenvolver antes de encarar o mercado de trabalho. Já a central de estágio permite colocar em prática tudo aquilo que foi ensinado na teoria, além de proporcionar o desenvolvimento das habilidades e competências individuais, no estágio também é possível identificar desde o início da carreira profissional as próprias dificuldades e deficiências, possibilitando assim o aprimoramento profissional precoce. As escolas precisam ir além das instruções teóricas, é necessário formar jovens seguros de seu futuro, ajuda-los a escolher uma carreira que esteja ligada as suas características e desejos, por esse motivo é importante as parcerias com palestras, psicólogos e pedagogos para que haja uma consultoria e análises de perfis com esses jovens para auxilia-los na possível escolha profissional. Foi possível observar no decorrer deste trabalho a importância que a educação juntamente com as propostas mencionadas neste artigo, tem para a juventude, a educação traz aos jovens um melhor entendimento sobre um todo, diminuindo ou até mesmo eliminando suas incertezas, e assim esta juventude consegue escolher com mais clareza um caminho a seguir diante da sua vida profissional.

GIOVANA CAMPANHOL DA SILVA

Patrícia Moya Perres

Oral

Acordos internacionais de troca de dados como instrumento para efetivação do combate à evasão fiscal e bitributação e seu corolário no cofre público nacional, bem como medida de fomento à economia brasileira no cenário mundial.

As operações comerciais atuais são realizadas em um ambiente em que fronteiras estão se tornando menos impeditivas. O fenômeno promove movimentação de ativos que, cumulada com uma desorganização entre os países participantes desse sistema, dificultam o controle da concorrência tributária, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e a elusão fiscal. Exige-se a modernização das administrações fiscais frente à globalização e internacionalização das empresas e ao desenvolvimento da tecnologia, o qual a legislação não é capaz de acompanhar. Enquanto no passado as políticas fiscais eram isoladas, estabelecidas em cada país para resolução de problemas domésticos, hoje, há uma mudança sensível na forma como os sistemas interagem entre si. Nessa esteira, um esforço na assinatura de tratados, convenções e acordos internacionais parece ser solução viável não só para adotar padrões comuns e harmonizados, mas para regular singularidades que não podem se concentrar apenas na dimensão doméstica, como é o caso de concorrência tributária prejudicial, dupla tributação, fraude fiscal e lavagem de dinheiro (BLOCH; HEILEMANN, 1946, p. 1169). Tentar resolver essas questões apenas no nível doméstico tende a ser ineficaz. Desta forma, a comunidade internacional tem feito, nos últimos anos, um movimento para garantir a transparência e a estabilidade do mercado de finanças global. A necessidade desta discussão é explicitada na realidade brasileira e mundial. O principal caminho encontrado pela comunidade internacional para buscar esse equilíbrio foi por meio de tratados internacionais, convenções e acordos e organizações globais que contribuíram para a padronização de algumas práticas, a fim de contribuir para maior eficiência do intercâmbio entre as administrações fiscais. Nessa esteira, o governo brasileiro ratificou o texto do acordo e promulgou o Decreto 8.842/2016, que autorizou formalmente o Brasil a participar do novo padrão para o intercâmbio automático de informações financeiras para fins tributários. A entrada em vigor da Convenção Multilateral triplicou a rede de acordos do Brasil para intercâmbio de informações tributárias (Tax Information Exchange Agreements). Em 2011, o Seminário de Justiça Tributária concluiu que cerca de US\$ 400 bilhões foram remetidos para o exterior sem tributação do governo brasileiro. Essas informações destacam a importância da troca de informações sobre questões tributárias, a fim de prevenir e processar a sonegação e a lavagem de dinheiro. Além de auxiliar no combate às práticas ilegais, essas parcerias internacionais abrem caminhos para novas formas de cooperação, como os acordos para evitar a dupla tributação. Com a competitividade das transnacionais do país no exterior é preservada e o fluxo mútuo de investimentos com países parceiros facilitado. Desta forma, não há dúvidas que a evolução da administração tributária e sua estrutura legal devem estar preparadas para lidar com questões globais de mobilidade de capitais, pessoas e ativos.

GIOVANA MARIA NALDI
MARCONDES

Oral

Global Mobility: aspectos práticos da aquisição e encerramento de residência fiscal no Brasil e suas aplicações tributárias

A cada ano, políticas de mobilidade global tem se tornado cada vez mais comuns e vem transformando a economia, mercado de trabalho e desenvolvimento tecnológico no Brasil. Restando ainda os impactos tributários do encerramento da residência fiscal e a variação entre a diminuição do número de contribuintes, por um lado, e por outro o fomento da economia que atrai imigrantes que passam a contribuir substitutivamente àqueles. É cada vez mais comum encontrar pessoas e empresas buscando novas oportunidades fora do país, bem como, o número de entrada de estrangeiros para atuar em negócios brasileiros. A mobilidade global pode ser entendida como as movimentações de pessoas, negócios e organizações pelo mundo. Apesar de não ser uma novidade, é evidente que com a globalização e transformação digital ela tem se intensificado, criando tendências que afetam todos os mercados e empresas. Quando da saída do residente, a partir de sua data de saída física, se com intenção definitiva, ou a partir de 12 meses de consecutivos fora do país, se anteriormente temporária, torna-se compulsório o encerramento da residência fiscal do contribuinte, através da entrega das obrigações Comunicação e Declaração de Saída Definitiva do Brasil. Passando assim, a aplicabilidade da alíquota fixa de 25%, eximindo-se da entrega de Declaração de Ajuste Anual, bem como, vedação do direito das isenções de ganho de capital e algumas deduções legais, bem como, devido o recolhimento de Imposto de Renda de Fonte de Não Residente para àqueles rendimentos recebidos no Brasil de pessoa física. Paralelamente, todo aquele não residente que permanece no Brasil por mais de 183 dias dentro do período de 12 meses, adquire a residência tributária brasileira e fica sujeito às incidências de imposto a partir de cada fato gerador. Ainda, está obrigado não só à entrega de Declaração de Ajuste Anual no Brasil, como à Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior ao Banco Central, se aplicável e sujeito à Teoria da Universalidade das Rendas, tendo todos os seus rendimentos passíveis de tributação, independentemente do local onde foi gerado, exceto quando disponível acordo para evitar bitributação ou reciprocidade de tratamento entre os países. Devendo ser calculado, naquele sentido, o imposto de renda em base mensal sob a alíquota progressiva, o Carnê Leão. Essa movimentação global tem impacto em toda a economia do país e mais ainda na imagem que é transmitida do mesmo para o mundo através de seus profissionais e merece atenção dos profissionais da área de jurídico contábil, assim como dos contribuintes para que seja mantido o compliance tributário da legislação brasileira.

GIOVANA MARIA NALDI
MARCONDES

VIVIANE DE ALMEIDA DIN

Oral

Inexigibilidade da medida socioeducativa de liberdade assistida para infratores que já completaram a maioridade

Inexigibilidade da medida socioeducativa de liberdade assistida para infratores que já completaram a maioridade O presente projeto tem como objetivo analisar a aplicabilidade da medida socioeducativa de liberdade assistida quando o jovem infrator completa a maioridade. A inexigibilidade do cumprimento e o fenômeno que comumente ocorre lesa o direito à liberdade e o Princípio da legalidade, diante do afrontamento a lei federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Pelo texto legal é reconhecida a possibilidade de prolongamento da medida de liberdade assistida para infratores até que completem 21 anos. No entanto, a exigência do cumprimento das metas não é cabível, uma vez que atingida a maioridade não há mais nenhuma intervenção estatal ao jovem munida de caráter pedagógico. Com isso, é possível concluir que a prorrogação da medida se torna ineficaz, perdendo sua necessidade uma vez que não poderá ser exigida. A prorrogação se torna simbólica, o que não é interessante ao judiciário que exige efetividade. Posto isso, em razão da segurança jurídica, reconhecer a ineficácia da prorrogação da medida de liberdade assistida a jovens infratores que completaram a maioridade é imprescindível, principalmente diante da frontal violação do direito à liberdade.

GIOVANNA HELOISA CIPRIANO

GRAZIELLA DE ANDRADE C
MARIA KARINE JUVENAL D
ARRUDA SILVA, LETICIA F
NUNES DA SILVA

Pôster Direitos Humanos na Educação Básica

É notória tamanha ignorância da população quando o assunto é direitos humanos e sua aplicação. A maioria dos indivíduos não conhece o significado deste ramo do direito. Contudo, se a sociedade conhecesse a real necessidade de aplicação destes direitos, problemas como a homofobia, racismo, dentro outros, seriam resolvidos. A finalidade deste artigo é mostrar que os direitos humanos não devem ser esquecidos, e sim ensinados desde a infância, principalmente pelas instituições escolares, seu significado e a importância no dia a dia, para que os indivíduos possam perseguir seus direitos essenciais, assegurando a todos equitativamente a educação, política, dignidade humana, etc. Estes direitos são fundamentais e inerentes aos seres humanos, servem de garantia à vida digna e proteção integral de cada indivíduo. Foram instituídos logo após a segunda guerra mundial, como forma de prevenção e cicatrização de todos os efeitos que a guerra gerou nos sujeitos por ela afetados, segundo a doutrinadora Flávia Piovesan: “[...] os direitos humanos, não rege as relações entre iguais opera precisamente na defesa dos ostensivamente mais fracos”. (Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 18 ed., 2018). Desde a antiguidade, esse instituto é de extrema relevância social e deve ser ensinado a todos seu conceito, e sua aplicação aos sujeitos. Conforme pontua a Flávia Piovesan, [...] Diante disso, cabe ressaltar que a educação em Direitos Humanos é, irrefutavelmente, um instrumento valioso de empoderamento, transformando-se em um mecanismo de afirmação de direitos, por intermédio do qual os indivíduos se tornam verdadeiramente protagonistas de suas vidas, usufruindo da autonomia para efetuar suas próprias escolhas. (Revista Jurídica da Presidência, v. 19, n. 117, 2017). Atualmente, as escolas são grandes responsáveis pela formação de caráter dos cidadãos, portanto, é de suma importância nos currículos destas instituições os direitos humanos, porém durante a rotina, estes são praticamente esquecidos e não postos em prática. Devemos considerar a relevância de que esses direitos mudam de acordo com a sociedade, com o objetivo de acompanhar as mudanças e amparar todos os grupos sociais. Ademais, com a conscientização da população sobre o tema, ocorra uma união, para que todos lutem por um lugar melhor, em que sejam respeitados e vivam dignamente. BIBLIOGRAFIA: PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 18 ed. São Paulo, 2018. ONU. Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Disponível em . Acesso em: 27 ago. 2019. PIOVESAN, Flavia. Temas de direitos humanos. Ed. São Paulo, 11ª edição de 2018. PIOVESAN, Flávia; FACHIN, Melina Girardi. Educação em Direitos Humanos no Brasil: desafios e perspectivas. Revista Jurídica da Presidência, v. 19, n. 117, 2017.

GIOVANNA OPENHEIMER GOMES PEREIRA

MARIA JULIA CARDOSO FERREIRA
CAMPOS, SILA VITORIA DE
ALMEIDA MESSIAS, THIAGO
GOMES LUIZ DE PAULA

Oral

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO: UMA ANÁLISE DE DOIS CURSOS DA ÁREA DE GESTÃO DE UMA IES CONVENCIONAL

A administração financeira é essencial para qualquer indivíduo, sobretudo diante da lógica capitalista do consumismo desenfreado em detrimento ao hábito de poupar e investir. Com o cenário brasileiro em busca da estabilização econômica, a confecção de um planejamento financeiro pessoal é primordial para a gestão dos recursos pessoais. (SILVA et al, 2014). Perante isso, o estudo teve como objetivo analisar a importância do planejamento financeiro pessoal para os alunos de gestão de uma IES convencional, determinando o grau de conhecimento financeiro e identificando a saúde financeira atual dos universitários, através de como manejam seus recursos próprios. Deste modo, é importante destacar que finanças pessoais e educação financeira têm sido temas muito discutidos nos últimos anos, devido ao grande índice de endividamento e inadimplência no Brasil (VERDINELLI; LIZOTE, 2014). Segundo a Revista Econômica Estadão (2019) quatro entre dez jovens estão ou já estiveram com o nome sujo. O endividamento pode ser atribuído a fatores como o desemprego, a má gestão do orçamento e a dificuldade de elaborar um planejamento de longo prazo. O endividamento dos jovens não é muito diferente do resto dos brasileiros mais velhos, já que 40% da população total do País encerrou 2018 endividada, isso indica que as gerações mais novas não vêm sendo educadas financeiramente – e o problema tende a persistir. Conforme D’Aquino (2007), O objetivo da Educação Financeira deve ser o de criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro. Quanto maior o grau de conhecimento sobre Educação Financeira, menor o grau de endividamento (MARQUES E FRADE, 2003). Educação Financeira exige uma perspectiva de longo prazo, muito treino e persistência. Com isso, estabelecer um planejamento financeiro é fundamental, através dele, consegue observar e estudar diferentes tipos de cenários que podem aparecer futuramente, não permitindo que seja surpreendido, caso tenha que tomar alguma decisão repentina. (YAMAMOTO, 2017, p. 37). O planejamento financeiro também possibilita ao cidadão ou família adequar suas rendas as suas necessidades, permitindo melhores escolhas de investimentos, consumos, gastos básicos, bem estar, segurança e satisfação de desejos. Portanto, o planejamento financeiro deve servir de guia para qualquer pessoa que queira usar seus métodos de controle financeiro e investimentos para gestão dos seus recursos pessoais - as dificuldades financeiras, na maioria das vezes, são escolhas pessoais - deste modo, o conhecimento sobre fundamentos financeiros contribui na determinação das atitudes a serem adotadas pelos indivíduos no cotidiano. Em relação aos seus hábitos, é notória a diferença entre a percepção do conhecedor de finanças e o desconhecedor, conforme bem aponta Wernke (2004), o valor apresentado pelo conhecimento e preparo sobre finanças é o grande diferencial para resguardar a integridade financeira.

GIULIA DOMINGUES DE MELO

Elcio Henrique dos Santos

Diversos carros transportando apenas uma pessoa? Ônibus superlotados? Horários de ônibus atrasados? Caros precários? Preço abusivo do combustível? O rendimento gasto com combustível? Estacionamento? Estresses e cansado no trânsito? Todas essas situações remetem ao quadro de ineficiência da utilização do espaço urbano e sua infraestrutura. Diante desse quadro, uma inquietação surgiu, durante conversas com pessoas que sentem a dificuldade de deslocamento, surgindo a ideia do projeto Carona Solidária. O projeto consistiu em desenvolver uma aplicação para dispositivo móvel que pudesse organizar caronas entre alunos das instituições de ensino, assim aumentando a quantidade de passageiros por veículo e diminuindo a quantidade de veículos nas ruas. Há vários métodos utilizados para se amenizar o problema, na cidade de São Paulo é feita rotação de placas conforme o dia da semana, outras soluções para inibir a utilização do automóvel pessoal são pedágios, estacionamentos pagos e outros meios que possam gerar custo ou dificultar o acesso desses veículos. Com um estudo sobre a mobilidade urbana, o uso do espaço nas vias públicas, foi apontado a má utilização do espaço das vias por parte dos veículos pessoais, pois estes apenas transportam o motorista, geralmente são pessoas indo ou voltado do trabalho, escolas ou faculdades e isso pode ser bem destacado em horários de pico. Aplicando a carona, as principais vantagens são a redução de veículos nas ruas e diminuição de custos com combustível e manutenção dos automóveis. A aplicação Carona Solidária tem como objetivo fomentar mais caronas no trânsito hodierno, essa aplicação não tem fins lucrativos, não contém propagandas, visa a simplicidade no uso de sua interface para com o usuário, todos esses aspectos para influenciar a adesão e utilização do usuário à Carona Solidária. É uma aplicação onde os gastos com a viagem são expostos e publicados pelos usuários apenas para rateio de custos entre o motorista e o carona(s), porém a Carona Solidária não faz nenhum tipo de cobrança, apenas registra o que os usuários indicaram como as informações e aspectos da viagem. No aplicativo cada usuário pode oferecer ou solicitar uma carona, cada usuário pode ter no máximo dois veículos cadastrados, durante as viagens, o histórico de coordenadas de cada usuário é salvo no banco Firebase. O sistema de mapas da aplicação Carona Solidária é provido pelo serviço Here Maps, no mapa os usuários podem pesquisar e simular rotas para possíveis destinos. A aplicação Carona Solidária estará disponível para a plataforma Android 8.0 ou acima. Com a implantação do projeto UNISAL CARONA SOLIDÁRIA possivelmente se tornará uma solução em termos de economia bem viável, corretamente ecológico e responsável socialmente. O sistema sendo implementado com êxito, seus objetivos resultam em redução de congestionamentos, emissões de poluentes, interações sociais, otimização da logística, redução no uso de recursos, dentre outros fatores.

Oral	Educação antibullying: pesquisa-ação para identificação e intervenção em situações de violências na escola	<p>O atual trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa de campo de abordagem quantitativa e qualitativa sobre a percepção do fenômeno bullying em estudantes em um espaço escolar. A pesquisa é realizada pelo grupo de estudos do Observatório de Violências nas Escolas, de modo a observar as variadas formas com que o fenômeno pode ocorrer em um relacionamento interpessoal (BANDEIRA, RUTZ, 2012). Objetivos: 1) Investigar o modo como o/a adolescente percebe o bullying no ambiente escolar; 2) Promover oficinas e grupos sobre relacionamentos interpessoais e dinâmicas cooperativas. Problema: Qual a compreensão dos estudantes em relação ao tema bullying na escola? A discussão se faz na medida em que o bullying pode gerar discriminação e violência, de modo que além de deixar marcas de traumas na vida da vítima, tem a possibilidade do ato se perpetuar seja pela pessoa que sofreu a violência, ou por expectadores que podem “normalizar” ou “naturalizar” tal ação, criando um ciclo de violências. O espaço escolar propicia o aprendizado e o desenvolvimento do estudante, assim como promove condições para o mesmo enfrentar a vida adulta de forma equilibrada. Por isso, cabe à escola promover reflexão sobre a convivência pluralizada e atitudes que podem configurar o bullying no ambiente escolar, sendo que o fenômeno se caracteriza desde o abuso físico, passando pelo psicológico, até bullying o virtual, mais conhecido como cyberbullying, onde o agressor utiliza a internet e redes sociais para denegrir, violentar e/ou propagar notícias falsas (fake News) sobre outra pessoa. De acordo com Programa de Avaliação de Estudantes (PISA, 2016), um em cada dez estudantes sofre algum ato de bullying, em vista de que o Brasil 17,5% das pessoas disseram sofrer algumas das formas de bullying algumas vezes por mês (TOKARNIA, 2017). Algumas dessas formas envolve dominação, prepotência, submissão, humilhação, conformismo, sentimento de impotência, humilhação, discriminação, roubo, exclusão, (RISTUM, 2010), dentre outras. A gravidade da questão se confirma por meio do Diagnóstico Participativo da Violência nas Escolas, realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) em 2015, com apoio do MEC, que revelou que 69,7% dos estudantes declararam ter presenciado alguma situação de violência dentro da escola. Portanto, conclui-se que o bullying causa danos para todos os envolvidos, por isso, é de suma importância ações estratégicas para o enfrentamento desse fenômeno, seja através de intervenções ou mediações nas relações interpessoais entre os alunos, de modo que propicie a reflexão e a conscientização desses, sobre a seriedade da questão referente ao bullying.</p>	GUILHERME FARIA DE SIQUEIRA	MARCOS PAULO DA SILVA MARCILENE RODRIGUES P BUENO
------	--	---	-----------------------------	---

Oral	Homofobia e homossexualidade: representações sociais e informação	<p>O presente trabalho se desdobra de uma pesquisa survey denominada “Homofobia, violência e educação: um estudo sobre a representação social de uma população”, realizada no ano de 2018 e 2019 sobre a compreensão dos termos: homossexualidade e homofobia. Objetivos: Analisar a compreensão do termo homossexualidade e homofobia de uma população e 2) investigar as representações sociais sobre estes conceitos. Problema: Qual a compreensão da população sobre questões relacionadas a homossexualidade e homofobia? Desenvolvimento: O cerne da temática está no entendimento da sexualidade ao tratar de indagações sobre como as pessoas pensam e vivenciam a diversidade sexual. Para tanto, se faz importante compreender os constituintes da sexualidade humana, como gênero, identidade e orientação sexual. A implementação e amparo das políticas públicas e a legislação penal mostram-se necessárias na desconstrução da intolerância e discriminação. No Brasil, a cada vinte horas, um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGTBfobia, o que confirma nosso país como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais (GGB, 2018). A pesquisa é realizada anualmente, desde 2006, em uma cidade do interior do Estado de São Paulo, pelos integrantes do grupo de estudos e pesquisas do Observatório de Violências nas Escolas, e os participantes são transeuntes. Desse modo possibilita o acompanhamento das mudanças das representações sociais sobre os conceitos de homofobia e homossexualidade. Em 2019, participaram do estudo 306 pessoas. O instrumento utilizado foi um questionário semiestruturado dividido em duas partes. A primeira corresponde à caracterização do participante: sexo; idade; profissão; cor e religião. A segunda, conta com questões abertas e fechadas, nas quais os participantes respondem se sabem ou não o significado dos termos homofobia e homossexualidade e qual sua opinião sobre os termos. As respostas foram analisadas a partir de categorias temáticas através da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin,1977) Relevância Social e Conclusão: Uma das categorias Não Sabe e Não respondeu (N/R), indicou que 8,39% dos participantes não sabem sobre o significado de homofobia, enquanto que 5,06% não conseguiu definir o que é homossexualidade. Assim, acreditamos na importância de uma educação sexual que deve ser adequada à idade (FURLANI, 2011), baseada nos direitos humanos, na equidade de gênero e desenvolvida em uma abordagem positiva da sexualidade (WAS, 2014). Portanto, as representações sociais ajudam a compreender como as pessoas estão se conscientizando, além de visar possibilidades de reconstrução de valores ao promover a reflexão e instigar o estudo sobre a temática, a luz dos direitos humanos.</p>
------	---	--

GUILHERME FARIA DE SIQUEIRA	MARCILENE RODRIGUES P BUENO
-----------------------------	--------------------------------

Pôster

Os impactos do Estatuto da Pessoa com Deficiência no âmbito dos direitos da família.

No início do pensamento de existência de uma democracia em Atenas no século IV antes de Cristo, pela primeira vez surgiu a ideia do Princípio da Igualdade com Aristóteles, pelo qual devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida da sua desigualdade para que não haja injustiça. Esta luta pelo reconhecimento dos direitos e pelo tratamento igualitário para com os deficientes, independente de qual a tipologia da deficiência, surgiu no ordenamento jurídico brasileiro positivado, desde a entrada em vigor da Constituição Federal Brasileira. Em meio a esta saga no sentido de assegurar os direitos dos deficientes e evitar injustiças, apareceu no cenário jurídico brasileiro a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, pelo qual se instituiu a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sendo conhecida tradicionalmente como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi inserido na ótica jurídica brasileira vislumbrando maior inserção social destes e igualdade de direitos no exercício, mesmo que limitado de sua cidadania, tendo como basilares os princípios da igualdade e da não discriminação. Um dos pontos o qual o legislador tratou no Estatuto da Pessoa com Deficiência foi capacidade civil dos titulares de direito em seu artigo 6º, tratando do direito à família envolvendo, inclusive, o casamento e a união estável. No que tange à matéria tratada no artigo mencionado anteriormente, nota-se que fica possibilitado ao deficiente, sem qualquer, restrição o exercício de sua capacidade civil para contrair casamento e união estável, o que vem em tentativa de possibilitar que os mesmos sejam incluídos no contexto social de forma igualitária. O legislador, com essa disposição, não se atentou aos portadores de deficiência intelectual que, a depender do grau da anomalia, não possuem capacidade plena de discernimento, sendo que a ausência de restrição neste dispositivo legal, no que causa problemas diretamente ligados com, principalmente, o princípio da segurança jurídica, pois estes podem ser de diversas formas levados a tomar decisões com implicações maléficas, como contrair um casamento e suas consequências na esfera dos direitos pessoais e patrimoniais consoante o regime escolhido ou imposto na conjunção de patrimônio. Deste modo, o objetivo desta pesquisa bibliográfica e documental que se encontra em andamento, é elucidar as consequências acarretadas pela entrada em vigor desta lei (Estatuto da Pessoa com Deficiência) no que tange a o direito das famílias, tendo consciência de que a entrada em vigor desta forma abre espaço para que injustiças sejam cometidas através do uso da má-fé no sentido de arrogar casamento com nubente deficiente intelectual vislumbrando a aquisição de patrimônio, já que o legislador não apresentou nenhuma forma de inibir esta conduta expressamente. BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. BRASIL. Estatuto da Pessoa Com Deficiência Lei Nº 13.146. Promulgada em 06 de Julho de 2015

GUSTAVO OZORIO FRANÇA

Luiza Helena Lellis Andrad
Sodero Toledo

Pôster	Fresadora Didática	<p>O projeto consiste na fabricação de uma fresadora de PCI (Placa de Circuito Impresso) de forma didática, para oferecer uma solução aos problemas que alunos de cursos técnicos e de nível superior encontram. Trata-se do alto custo para se encomendar a manufatura de uma PCI com "layout" e também os impactos ambientais e à saúde, gerados pelo processo usado como alternativa ao primeiro, isto é, o de corrosão do cobre da placa por meio do Percloreto de Ferro. Posto isso, a proposta é possibilitar a escolas e universidades que seus próprios alunos construam uma fresadora de PCI com recursos acessíveis e de forma simplificada, disponibilizando todas as instruções para a construção e montagem. A fresadora terá como material de estrutura o MDF (Medium Density Fiberboard), foi definido como base do projeto por ser de fácil manipulação, garantia de uma estrutura leve, robusto para montagem e desmontagem que terão de ser feitas várias vezes, fácil de ser transportada e rígido o bastante para resistir todos os comandos mecânicos enviados no processo de fresamento de protótipos. Os movimentos nos eixos do equipamento dar-se-ão através de parafusos sem fim e trilhos de gaveta, estas partes receberão os comandos enviados pelos motores de passo NEMA17, que estarão acoplados aos parafusos sem fim. A ferramenta que fará o desbaste do cobre da PCI será uma mini retífica, além de seu baixo custo atende perfeitamente ao projeto de modo didático. Todas as funções do equipamento terão de ser comandadas pelo software GRBL Controller, este deve ser executado por um computador em ambiente Windows®. Será usado como interface de comunicação entre software e motores o hardware, composto de Shield A4387 e Arduino Uno, sendo estes os responsáveis por toda a movimentação da máquina. Estes componentes além de acessíveis têm uma capacidade elevada de esclarecer uma metodologia muito didática. Esse projeto poderá ser disponibilizado de duas maneiras, a fresadora pronta para utilizar e as peças separadamente para o usuário realizar a montagem. Acredita-se que a primeira opção deva ser melhor aproveitada no meio empresarial, podendo ser vendida para empresas que desenvolvem pequenos projetos de placas eletrônicas em baixa escala, como por exemplo em empresas especializadas em soluções alternativas para módulos eletrônicos obsoletos. Já a segunda opção seria mais indicada para o meio educacional, onde, além de alunos de escolas técnicas e universidades, um terceiro público em potencial também está surgindo, alunos de escolas públicas, que passarão a ter a opção de realizar cursos técnicos e profissionalizantes com a chegada do Novo Ensino Médio, projeto do MEC que prevê a flexibilização da grade curricular. Contudo, espera-se disponibilizar uma fresadora robusta, precisa e didática, permitindo que os próprios alunos consigam montá-la seguindo as instruções do manual de montagem e que ela satisfaça as necessidades de quem adquiri-la.</p>
Pôster	IDENTIFICACIÓN DE FALLAS EN LOSAS DE CONCRETO EN CARTAGENA DE INDIAS	<p>En el presente investigación se han identificado las fallas de unas placas de pavimento de hormigón en la ciudad de Cartagena las fallas más comunes en las estructuras de concreto de los pavimentos de Cartagena tiende a ser un problema en las obras civiles de la ciudad</p>

GUSTAVO VITORINO INNOCENTINI	DOUGLAS RODRIGUES DOS SANTOS, LUCAS PEREIRA GREGÓRIO DOS SANTOS, WESLEY GREGÓRIO DOS SANTOS, Marcelo Martins
HÉCTOR ZAMBRANO FLÓREZ	

Pôster

VOZES DE PROFISSIONAIS DE
GINÁSTICA ARTÍSTICA SOBRE GÊNERO:
CONTRIBUIÇÕES PARA NOVAS
IDENTIDADES NO ESPORTE

Após anos de experiência na ginástica artística, seja como atleta, técnico, árbitro ou como secretário executivo da Associação Metropolitana de Desportos Acrobáticos e Ginástica em Geral, sinto-me incentivado a investigar sobre as relações de gênero na modalidade, pois as diferenças entre meninos e meninas sempre perseguiram a minha prática esportiva. Como ginasta, vivenciei os movimentos da Ginástica Artística (GA), tendo como referencial a força, a impulsão, a velocidade e os movimentos de membros superiores e inferiores considerados quadrados, com uma forte influência do método de ginástica alemão, na figura de Frederick Jahn. Estudos comprovam que a concepção da modalidade GA se iniciou no século XIX, na Alemanha e que o estudioso já mencionado, criou, em 1811, o primeiro campo de ginástica ao ar livre. A Ginástica Artística, tal qual vemos hoje, sofreu influências dos aparelhos improvisados em árvores, fins militares. Por outro lado, sempre presenciei as meninas treinando a ginástica em outros aparelhos, com foco na graça, na leveza, tendo os passos rítmicos e expressivos presentes nas coreografias, inclusive tendo a música como acompanhamento obrigatório, porém a série de solo do masculino não tem música. Isso sempre foi um aspecto que diferenciou e ainda diferencia o feminino do masculino e nos leva a refletir sobre gênero e as características dos movimentos na Educação Física. Meu ingresso no curso de educação física e os estudos realizados nas diversas disciplinas me levaram a pensar na temática de gênero como um aspecto fundamental para eliminar possíveis exclusões em aulas de educação física, advindas do conceito de que existem movimentos específicos de meninas e de meninos. Assim, esse estudo, surge a partir da seguinte questão problema: qual a visão dos técnicos de Campinas e região sobre o espaço de meninas e meninos na ginástica artística? Optou-se por um estudo qualitativo, descritivo de opinião, com o intuito de desvelar o fenômeno e contribuir para a construção de novas identidades de gênero na prática da modalidade. Foram entrevistados seis profissionais que atuam em Campinas, com a modalidade. Como suporte teórico foi realizada uma pesquisa bibliográfica sistemática, trazendo à baila a produção científica sobre ginástica artística e gênero em periódicos, dissertações e teses dos últimos cinco anos. O resultado dessa revisão nos mostra uma tímida produção e, ao mesmo tempo, um campo fértil para debates e produções. Quanto ao discurso dos/as profissionais constatou-se dificuldades para definir e interpretar os conceitos sobre gênero, sexo e sexualidade. Percebe-se, também que, em se tratando de Ginástica Artística, há que se considerar a história dessa modalidade e as influências culturais e sociais que sempre definiram e ainda definem o lugar da mulher e do homem na prática esportiva e isso está presente nas palavras dos sujeitos, mesmo que haja um esforço para se pensar diferente.

Henrique Nunes Silva

ROBERTA CORTEZ GAIO

Pôster

Consultoria Barbearia Casa Nostra

CONSULTORIA BARBEARIA CASA NOSTRA O SEBRAE conceitua consultoria como o processo interativo de um agente de mudanças externo à empresa, o qual assume a responsabilidade de auxiliar os executivos e profissionais da organização nas tomadas de decisões, não havendo, entretanto, o controle direto da situação. Dada a questão, a Empresa Júnior de Gestão (EJAD) aplica consultoria na empresa Barbearia Casa Nostra, empresa de pequeno porte, com único dono e que se localiza na cidade de Cachoeira Paulista. Atualmente, conta com apenas uma unidade e disponibiliza ao mercado seu portfólio de produtos e serviços relacionados ao mundo da beleza masculina. O projeto tem como objetivo demonstrar a importância e o impacto positivo que uma eficiente gestão financeira proporciona a um pequeno negócio, auxiliando o proprietário na organização de seus registros e aperfeiçoando sua administração. Após relato do empresário e o estudo de levantamento de problemas, a EJAD chegou às principais dificuldades da empresa, que são a ausência de controle financeiro e a falta de critérios de precificação. A ausência de controle financeiro se caracterizou após questionamentos por parte dos consultores sobre os gastos e receitas da empresa e o não repasse das informações por não haver nenhum registro fidedigno. A Empresa Júnior planeja desenvolver e aplicar, juntamente com o proprietário, conceitos administrativos e contábeis, a fim de ajudá-lo a melhorar a gestão de seu negócio. Os conceitos trabalhados com o empresário são a precificação ideal dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes, posicionando-os de uma maneira competitiva e condizente com o mercado ao qual está inserido. Os consultores farão o levantamento de todos os custos de cada produto e definirão uma margem de lucratividade que seja competitiva com o mercado, mas sem desconsiderar o valor agregado que a empresa carrega. Além disso, a empresa Júnior trabalha com o conceito do controle financeiro, o qual possibilitará a tomada de decisão com segurança. Neste ponto, a empresa utiliza uma plataforma online, denominada Appbarber, onde há a possibilidade de se realizar os registros das movimentações financeiras. O operador está sendo orientado de como e o porquê registrar com fidedignidade todas as movimentações que ocorrem e, com essa medida, os consultores poderão definir uma projeção de fluxo de caixa e demais ferramentas que auxiliarão o proprietário a gerir a empresa. O impacto esperado com este projeto é promover a segurança ao empresário para a tomada de decisão, como aquisições para melhorias, abertura de uma nova unidade, entre outros, visando o melhor atendimento aos clientes e possível geração de futuros empregos. Em suma, este projeto, ainda que em andamento, tem possibilitado aos alunos membros da EJAD a oportunidade de verificar na prática problemas reais e propor soluções com base nos conceitos aprendidos em sala, desenvolver o trabalho em equipe, a liderança e a capacidade de análise e percepção.

HERMANO GOMES DE CASTRO

GUILHERME CARVALHO S.

Oral

A IMPORTÂNCIA DA ERGONOMIA NA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E NA PRODUTIVIDADE EMPRESARIAL: UM ESTUDO DE CASO

A ergonomia visa a qualidade de vida dos colaboradores na execução de sua função em seu posto de trabalho. Fernandes (2015) destaca que a ergonomia é o estudo científico da relação entre o homem e seus meios, métodos e espaços de trabalho. Seu objetivo é elaborar, mediante a contribuição de diversas disciplinas científicas que a compõem, um corpo de conhecimentos que, dentro de uma perspectiva de aplicação, deve resultar em uma melhor adaptação ao homem dos meios tecnológicos, dos ambientes de trabalho e de vida. Chiavenato (2014) colabora dizendo que a Qualidade de Vida no Trabalho tem sido uma das ferramentas mais úteis nas organizações, pois serve para identificar o grau de satisfação dos colaboradores com o seu trabalho. O objetivo desse artigo foi visualizar os meios pelos quais as Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) foram evitadas ou diminuídos por meios de informações aos colaboradores que fazem uso do computador de forma constante na execução de sua função na empresa, visando melhorias nas condições em ambientes e postos de trabalho. Tendo como problemática que funcionários desmotivados não atingem metas e resultados esperados, prejudicando a organização em que pertencem. Então através dessa análise de que forma pode-se obter melhoria da Qualidade de Vida no ambiente empresarial? As LER/DORT são conceituadas como lesões por esforços repetitivos, são doenças músculo-tendinosas, dos membros superiores, ombros e pescoço, causados pela sobrecarga de um grupo muscular particular, devido a movimentos repetitivos ou posturas inadequadas, que resultam em dor, fadiga e declínio no desempenho profissional. O Instituto Nacional de Seguridade Social apresenta os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT, com a Lesão por Esforço Repetitivo – LER têm sido nos últimos anos, dentre as doenças ocupacionais registradas, as mais prevalentes segundo estatísticas referentes à população trabalhadora segurada. É a Segunda causa de afastamento do trabalho no Brasil, somente nos últimos cinco anos foram abertas 532.434 Comunicação por Acidente de Trabalho (CAT). O estudo realizado durante este artigo revelou que a atenção aos aspectos ergonômicos influenciou a produtividade empresarial. Guimarães (2016) aponta que empresa é a maior beneficiada quanto realiza melhorias nas condições de trabalho e de vida, torna-se mais lucrativa e competitiva. Hoje não é apenas o conhecimento técnico o grande diferencial, a motivação e o comprometimento são muito valorizados. A metodologia utilizada nesse artigo foi a pesquisa bibliográfica em sites, livros e artigos publicados sobre o tema e a pesquisa de campo, a qual foi feita por meio de um questionário com 10 questões fechadas a 15 colaboradores da área administrativa e outros membros da equipe que fazem uso constante do computador em suas atividades empresariais, trazendo assim um melhor aprofundamento do tema abordado ao decorrer desse artigo.

Idnara

José Augusto Paes Decca

Pôster	Direitos da educação inclusiva no ensino básico	Direitos da educação inclusiva no ensino básico No passado muito pouco se falava sobre a inclusão no Brasil dentro do universo educacional, entretanto com a promulgação da Constituição Federal de 1988 instaurou-se a preocupação em proporcionar de forma igualitária o acesso ao ensino para todos os indivíduos sem distinção de qualquer fonte originária, buscando assim que os portadores de deficiências se encontrem inseridos plenamente na sociedade. Os seres humanos são fortemente influenciados pelas suas bases morais, motivo pelo qual uma eficiente e inclusiva educação é fundamental para alcançar uma sociedade mais igualitária, e quando integralmente realizada na infância traz inúmeros benefícios para a coletividade, por essa razão, o embasamento jurídico e o conjunto social deve propiciar um bom desenvolvimento a todos, sem nenhum tipo de descriminalização. Um grande desafio que muitas famílias enfrentam é com relação a inclusão de crianças portadoras de deficiência no ensino fundamental, pois a existência de escolas habilitadas para este fim muitas vezes se faz ausente. Quando tratamos da educação para portadores de deficiência no ensino devemos ressaltar que não é função unicamente do professor, mas sim do sistema educacional como um todo, sendo essenciais materiais didáticos apropriados, escola devidamente habilitada, tecnologias que auxiliem na efetivação do aprendizado, assim como profissionais de apoio capacitados em todo ambiente escolar (como narra no parágrafo 1º do artigo 58 do cap. V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Muitas vezes ocorre de os responsáveis optarem por colocar a criança em escolas especiais, direcionadas para atender exclusivamente suas deficiências, algo não positivo nem para as crianças portadoras de necessidades especiais, tanto quanto para a sociedade, pois isso infla a segregação social; ao separar os portadores de necessidades especiais, das pessoas de um modo geral, gera insegurança, preconceito e ignorância sobre o assunto, a convivência é necessária e benéfica para ambos, principalmente na infância. Um portador de alguma deficiência que frequenta o ensino básico sem nenhuma separação aprende a conviver de maneira melhor, e apesar de estar exposto a várias situações, estas também são importantes para seu desenvolvimento, ao trata-los de forma completamente diferenciada forma-se uma “bolha social” para a criança, o que a tornará mais vulnerável quanto a si mesma no futuro. E com relação as crianças sem deficiência, a inclusão é igualmente importante, aprender a conviver com a diversidade e a respeitá-las é fundamental para o alicerce de um ser humano. Por estas razões as escolas devem estar preparadas para receber e ensinar plenamente à todos, colocando a equidade como um dos seus princípios basilares. O presente trabalho irá demonstrar a relevância da inclusão na educação primária na sociedade, assim como apontar a necessidade de dissertar sobre o presente tema.
--------	---	---

ISABELA CORRÊA RIBEIRO

THÁLITHA MICHELLE DOS
ESTEVAM BARBOZA

Pôster

Medidas Cautelares Diversas da Prisão sob a Ótica do Princípio da Efetividade

Certo é que o número de detidos no sistema prisional brasileiro atinge elevados patamares. Inseridos nesse contexto, encontram-se os presos provisórios, sem julgamento, que representam, atualmente, elevado percentual da massa carcerária do país. Enfrenta-se uma superlotação nos presídios brasileiros e, nesse sentido, a aplicação, em massa, de medidas cautelares prisionais contribui para a efetivação desse cenário. Embora o problema seja amplo, considerando-se a ausência de políticas públicas e investimentos específicos necessários à manutenção da segurança pública, o sistema de encarceramento desmedido, muitas vezes, contribui, ainda, para o aumento da clientela criminal. Nesse âmbito, as medidas cautelares alternativas às prisões surgiram com a Lei nº 12.403 de 2011, que reconheceu a precariedade do antigo regime de medidas cautelares no que se refere à adequação à Constituição Federal, e resguardou, ao juiz, a possibilidade de aplicação de medidas cautelares outras, que não a prisão. Nesse sentido, importante frisar que a aplicação das medidas cautelares se embasa por inúmeros princípios constitucionais, bem como depende de uma complexa reunião de fatores. Por essas razões, e pela relevância da questão, o presente estudo pretende a análise dessas modalidades alternativas à prisão, o respeito aos princípios do direito, e, especialmente, o estudo sob o crivo do princípio da efetividade da justiça penal. Deste modo, pretende-se a presente pesquisa a análise das alterações na legislação processual penal ocasionadas pela entrada em vigor da Lei 12.403, haja vista que, anteriormente, o sistema cautelar brasileiro limitava-se ao binômio prisão/liberdade provisória, o que, muitas vezes, acabava por facilitar a ocorrência de eventuais injustiças, bem como era enormemente possível que fossem desrespeitados princípios que, em verdade, deveriam ser observados, como o princípio da presunção de inocência e da proporcionalidade. Nesse sentido, a Lei 12.403 significou um grande avanço ao direito processual penal, ao passo que superou a restrição antes existente entre os extremos da prisão e da liberdade, proporcionando ao sistema cautelar um leque de possibilidades alternativas à prisão, as quais justificam o presente estudo, que realizará, ainda, a exploração do tema à luz do princípio da efetividade, princípio a ser observado para uma adequada aplicação das modalidades cautelares em questão. Por fim, serão realizados apontamentos acerca dos benefícios eventualmente proporcionados à justiça brasileira e a contribuição das medidas cautelares alternativas à prisão para a efetividade da justiça penal.

ISABELA DE ANDRADE PEIXOTO

GABRIEL MIGAILIDES MENDES
MARINS, BRENDA CARVALHO
COSTA DA SILVA, FELIPE
CAVALHEIRO DA SILVA, THAYSSA
Silveira

Oral

INTERVENÇÕES CORPORAIS E O PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO: UMA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA OBTENÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO PARA FINS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Intervenções corporais e o Princípio da Não Autoincriminação: uma análise da constitucionalidade da obtenção de material genético para fins de investigação criminal. O princípio da não autoincriminação, também denominado princípio do nemo tenetur se detegere, têm previsão na Constituição Federal no artigo 5º, inciso LXIII, no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (artigo 14.3, “g”) e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica - artigo 8º, §2º, “g”). Consiste na impossibilidade de a autoridade pública utilizar meio de coerção ou intimidação que faça o investigado ou acusado fornecer informações que contribuam para a formação de provas que o incrimine. Trata-se de uma modalidade de autodefesa passiva que recai tanto para aquele que está preso, como para aquele que está solto – sobre o qual está sendo imputada a prática de um ilícito criminal. Para garantir a efetividade do princípio em tela, faz-se necessário a advertência do acusado quanto aos seus direitos (aviso de Miranda – Miranda’s warning), sob pena de todas as informações incriminatórias obtidas serem consideradas ilícitas, conforme a teoria dos frutos da árvore envenenada. No mais, do princípio ora estudado derivam desdobramentos que se relacionam diretamente com o direito do acusado de não produzir provas contra si mesmo. Como exemplo, vale ressaltar o direito ao silêncio. Segundo este, o acusado não é obrigado a responder às perguntas formuladas pela autoridade. Além disso, há o direito de não ser constrangido a confessar a prática de ilícito penal, a inexigibilidade de dizer a verdade – para alguns doutrinadores – e também o direito de não praticar qualquer comportamento ativo que possa incriminá-lo ou de não se submeter à produção de prova invasiva. Por prova incriminadora invasiva entende-se aquela que pressupõe intervenção corporal, obtidas necessariamente por meio da utilização ou extração de parte do corpo do acusado que, em regra, são vedadas pelo princípio do nemo tenetur se detegere, sendo, por isso, necessário o consentimento do acusado para sua realização. Quanto a estas, nem mesmo com a autorização judicial poderão ser realizadas. A polêmica do instituto ora estudado envolve a possibilidade (ou não) de se obter provas contra a vontade daquele que está sendo investigado, visto que, em muitos casos, o princípio do nemo tenetur se detegere promove um processo penal inverídico quanto aos fatos discutidos, devido à insuficiência de provas que poderiam ter sido apresentadas se não fosse a limitação relativa às intervenções corporais. Assim, faz-se necessário ponderar os interesses entre o princípio do nemo tenetur se detegere e o direito à segurança da coletividade.

ISABELA DERRICO STUCHI

BRUNA JENIFFER OLIVEIRA MATEUS

Oral	Guarda excepcional e seus efeitos previdenciários	<p>Como se sabe, a legislação brasileira busca proteger e garantir os direitos das crianças e adolescentes e, conseqüentemente, existem vários institutos que os tutelam, dentre eles pode-se citar a guarda. A guarda impõe “o dever de cuidado, proteção, educação e convivência com os filhos menores ou incapazes” (MELO, 2016, p. 70), sendo que possui várias modalidades. Dentre elas, há a guarda excepcional ou atribuída a terceiros, na qual o Poder Judiciário declara que os guardiões são incompetentes para proteger/cuidar da criança ou adolescente e acreditam que o melhor é mantê-la longe da convivência dos pais, ou seja, os genitores perdem a guarda por realizarem uma conduta descrita em lei que lhes retira este poder. Após a retirada do poder familiar, este será repassado para pessoa que a Justiça entender cabível, isto é, indivíduo que possua algum vínculo de afetividade ou compatibilidade com o menor, sendo que essa guarda é, em regra, unilateral. Cabe ressaltar que para que a guarda excepcional seja concedida, não basta que os genitores da prole apenas não possuam condições financeiras, devendo praticar ato gravoso contra o bem-estar da criança ou adolescente, ou alguma das hipóteses descritas no artigo 1638 do Código Civil, uma vez que esta guarda é uma opção extremada. A partir do momento em que foi concedida a guarda à pessoa próxima – guarda provisória ou definitiva –, como seus avós, esta criança passará a ter direito de ser incluído como dependente em face da Previdência Social, uma vez que irá depender economicamente destes para sobreviver. Dessa forma, conseqüentemente, poderá ser beneficiário de auxílios do INSS, como a pensão por morte até completar 21 (vinte e um) anos, consoante o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça. Neste interim, verifica-se que antigamente havia muita discussão sobre os direitos do menor em guarda atribuída a terceiros sob o prisma dos benefícios da Previdência Social, todavia, hoje, tal assunto foi pacificado pelo entendimento jurisprudencial do STJ, como vê-se em alguns de seus julgados – Recurso Especial Repetitivo nº 1141788 e no Recurso Especial nº 1.428.492 –, os quais reconheceram o direito de gozar da pensão por morte ao menor. Diante disso, o intuito do presente trabalho é analisar, explicar e expor por quais razões a guarda excepcional é concedida e os efeitos previdenciários derivados dela nos dias atuais, comparando aos antigos julgados e razões pelas quais não era aceita tal inclusão anteriormente. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos dedutivos, bibliográficos e documentais na realização desta pesquisa, a qual está em andamento.</p>	ISABELLA FERREIRA XAVIER MANTELLI	Luiza Helena Lellis Andrad Sodero Toledo, DAFNE AL PEREIRA MATIAS
------	---	---	--------------------------------------	---

Pôster

DIREITO Á VIDA: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES E OS IMPACTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO

DIREITO Á VIDA: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES E OS IMPACTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO O direito a vida se encontra assegurado pela Constituição Federal, sendo considerado um direito indispensável para o ser humano, vedando qualquer prática que venha violar esse direito fundamental, sendo tipificado pelo código penal e por leis especiais, porém mesmo com todo o respaldo do ordenamento jurídico, os índices de violência contra mulher permanecem com percentuais elevados. Com isso, surge a lei 11.340/06, mas conhecida como Lei Maria da Penha, dispõe nos seus artigos a proteção contra agressões dentro do âmbito familiar, doméstico ou entre suas relações afetivas, podendo ser de forma física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, e na maioria dos casos são efetuadas por membros da família, companheiros ou até mesmo por indivíduos que compõem o seu círculo de amizade, deixando de considerar um crime de menor potencial ofensivo, prevendo em seu texto a possibilidade de pleitear a concessão da medida protetiva, com intuito resguardar a integridade física e psicológica da vítima, porém recentemente o texto foi alterado pela lei 13.827, com objetivo de acrescentar o artigo 12-C e seus respectivos incisos, que concedem a legitimidade para as autoridades judiciais, delegados e policiais quando o delegado não estiver presente no momento da ocorrência de afastar o agressor da casa ou local que possui contato com a vítima, porém mesmo com todo respaldo jurídico a violência continua sendo um problema presente na sociedade, de acordo com as pesquisas desenvolvidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o Instituto Datafolha, através de pesquisa de campo realizado em várias regiões brasileiras, identificaram que 76,4% dos agressores são pessoas próximas da vítima, destacando os cônjuges, companheiros e namorados com 23,8% e 42% das entrevistadas afirmaram que sofreram violência em sua casa e apenas 22,2% procuraram um órgão oficial para relatar os fatos, enquanto 52% não tomaram nenhuma iniciativa diante das agressões. Entretanto, a violência não é um crime que reflete apenas em uma área do direito, mas movimenta todo o processo jurisdicional, podendo pleitear em face do agressor os danos patrimoniais e extrapatrimoniais sofridos durante o período das agressões. Portanto, a violência doméstica é uma temática de extrema importância para o direito, pois configura um problema grave dentro da sociedade, onde milhares de mulheres sofrem agressões dentro do âmbito familiar, porém o ordenamento jurídico vem com intuito de inibir essas práticas abusivas, com a finalidade de proporcionar o pleno exercício dos direitos da vítima.

ISABELLI CAROLINE DA SILVA MOREIRA

NATHALIA AUGUSTA SOUZA ALMEIDA, Paulo Sérgio Arantes Tavares

Pôster

Direitos Humanos e Educação: diálogo essencial para prevenção da violência

A escola é um dos ambientes mais propícios ao desenvolvimento da cidadania, por isso, deve assegurar a todos os que nelas atuam a existência de um espaço saudável, não permeado por violências, em que os direitos humanos sejam respeitados. Apesar de ser natural que nela existam conflitos, afinal, nela se reúnem diversas pessoas, com expectativas e pontos de vistas diferentes. Analisar o fenômeno da violência nas escolas e a educação em direitos humanos como estratégia para prevenção e contenção desse mal social. Para tanto, são feitas considerações conceituais sobre violência, educação e educação em direitos humanos. Ainda, são tecidos comentário, embasados em autores que se dedicam ao estudo da educação em direitos humanos, a exemplo da pesquisadora Vera Maria Candau, acerca da cidadania nas fases da infância e da juventude, com o intuito de demonstrar que seu desenvolvimento, desde a tenra idade, contribui para a aprendizagem de valores necessários à concretização de uma cultura de paz, não apenas no ambiente escolar, mas socialmente. O estudo também analisa os fenômenos do bullying e cyberbullying, diferenciando-os dos atos de violência pontual nas escolas. A tolerância e os princípios inerentes aos direitos humanos são habilidades fundamentais que devem ser ensinadas desde a tenra idade às crianças, nas escolas e em outros espaços onde elas vivem. O educador, nesse passo, deve atentar-se para que questões sobre o dia a dia dos educandos, de suas famílias e da comunidade em geral passem a integrar as discussões em sala de aula, de modo que sejam confrontadas com os princípios inerentes aos direitos humanos, tais como o querer bem ao próximo, a solidariedade, o respeito, a paz, a justiça, dentre outros. Por fim, visando apresentar solução ao problema de pesquisa estabelecido, o presente trabalho relaciona a educação em direitos humanos com o fenômeno da violência escolar e demonstra, com suporte bibliográfico, que a educação com esse viés representa uma estratégia efetiva de combate e prevenção à violência nas escolas, sobretudo as de natureza interpessoal. Todavia, para que todas essas ações de combate à violência nas escolas ocorram, é preciso investir num intenso e indispensável processo de educação em direitos humanos, que vai além de uma aprendizagem de conteúdo, abrangendo o desenvolvimento social e emocional de todos os envolvidos, com o propósito de desenvolver uma cultura de paz em que os direitos humanos sejam conhecidos, praticados e vivenciados na escola e na comunidade e, assim, propagados.

Isaura Maria dos Santos

Mario Augusto de Souza

Oral

Direito Humano à Alimentação Adequada e Segura: O impacto da oferta de alimentos e o perfil do consumidor – pesquisa intervenção no município de Lorena-SP

O direito humano à alimentação adequada, intimamente atrelado ao direito à saúde, está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como no ordenamento jurídico pátrio, garantindo-o a toda pessoa refeições de qualidade para o seu desenvolvimento pessoal. Entendendo o quanto é necessário fazer cumprir este direito social, é preciso elaborar meios para dirimir e, um dia, erradicar tais dificuldades, assim como estreitar as desigualdades sociais, com criação e efetivação de políticas públicas. A saúde das pessoas está em risco, há um problema seríssimo com a alimentação, que foi sendo agravado a partir do século XX, principalmente, nas últimas décadas, quando o cardápio foi globalizado, tendo por exemplo, trigo e arroz, presentes na mesa de mais de 90% da população do mundo. Em face da pouca diversidade, as pessoas têm sofrido cada vez mais o impacto de uma dieta não saudável, surgindo assim doenças cardiovasculares, diabetes, alguns tipos de câncer, novas alergias, resistência a antibióticos, diminuição da fertilidade, danos aos órgãos internos entre tantos outros como o aparecimento de tumores, tudo isso, sobretudo, pela utilização de transgênicos e do emprego de herbicidas. Além dos impactos anteriormente citados, há uma enorme ganância entre os grandes empresários para que os mais necessitados economicamente, e com baixo nível de escolaridade, consumam alimentos ricos em calorias e de baixíssimas qualidade nutritiva, os famosos “junkfoods”. Seja pela desinformação dos malefícios, pela quantidade de propagandas ou porque compram pela “oferta”. Ademais, vem sendo cada vez mais vendida a ideia de que se é possível comprar a felicidade, ou algo que a substitui, até porque se trata de um bem intangível e não comprável por natureza, nos mercados, até mesmo em nomes de produtos como por exemplo “Mc Lanche Feliz”. Trata-se de um jogo sujo em razão da inalcançabilidade de um eterno estado de felicidade. O objetivo desse trabalho vai além da conscientização, buscando a proposição de políticas públicas na cidade de Lorena-SP, baseado no direito fundamental à alimentação saudável. Visando entender as escolhas alimentares baseados em fatores psicológicos, sociais e culturais, uma vez que, entender os fatores determinantes para a escolha de um alimento é o ponto principal em questão, além disso, compreender como a homogeneização da alimentação afeta a sociedade, e qual é o papel do poder público nessa questão. Por fim, analisar como a oferta dos alimentos, seu preço e a escolaridade do consumidor acabam tendo tanta influência, ainda que se conheça os efeitos de tais produtos para a saúde. Para isso, o método consiste pesquisa bibliográfica, legislativa, jurisprudencial e de campo, com análise do perfil do consumidor e de estabelecimentos que tem por atividade a venda de alimentos.

IVAN DA CUNHA TOBIAS

Oral	Pesquisa de logística reversa de resíduo de óleo lubrificante e embalagens para descarte correto.	<p>O aumento na geração de resíduos tem trazido bastante preocupação para a sociedade. Com isso, aumentam as demandas para a busca de opções no sentido de mitigar os impactos ambientais dos descartes inadequados. Olhando para esse cenário encontramos um dos vários problemas que assolam o nosso ecossistema, o descarte incorreto de resíduo de óleo lubrificante e embalagens. O objetivo desse projeto de pesquisa é analisar as possíveis técnicas de tratamento do óleo e da embalagem recebidas via logística reversa para possibilitar o reuso ou a reciclagem do material tratado, sendo este o óleo ou a embalagem. O intuito deste projeto é colaborar com a saúde de todos os seres vivos e do meio ambiente; na diminuição do impacto causado pelo descarte incorreto das embalagens de óleo lubrificante, e assim prevenindo que este material seja descartado de forma incorreta; visando o tratamento deste material de forma sustentável; por meio da metodologia proposta pela pesquisa para a limpeza interna da embalagem com o uso de um solvente orgânico, recuperando o óleo lubrificante para destinação correta e o solvente para o reuso. A metodologia da pesquisa tem como objetivo conhecer o recolhimento e descarte correto das embalagens de óleo lubrificante no município de Campinas – SP, as práticas adotadas no processo de coleta dessas embalagens, avaliar a atuação das empresas do município neste sistema. Quanto ao objetivo, apresenta caráter exploratório, pois tem a finalidade de proporcionar informações sobre o tema investigado. Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, trata-se de pesquisa qualitativa, por não utilizar dados estatísticos como centro de análise do problema, Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Conclui-se que se fez necessário a pesquisa devido à preocupação com o meio ambiente e com a saúde dos seres vivos que também é impactada devido ao dano causado pelo descarte incorreto da embalagem e do óleo lubrificante. Lembrando que no decorrer do processo de pesquisa surgiram informações que agravam a necessidade de um novo método visto que existem poucas indústrias que são focadas no descarte desse óleo, e as mesmas poderiam aperfeiçoar seus métodos de reciclagem com o que é proposto por meio deste trabalho.</p>	JACKSON HENRIQUE APARECIDO DOS SANTOS	ANDRESSA LUZIA COELHO MATHEUS MARCONDES D ALMEIDA, ARLETHY RODR MONDELO, MOACIR PERE
------	---	--	---------------------------------------	--

Pôster

OS REFLEXOS DA CORRUPÇÃO NO
PODER PÚBLICO À ECONOMIA
BRASILEIRA.

Este trabalho científico se dispões a explorar o estudo da temática: Os reflexos da corrupção no poder público à economia brasileira. De modo a expor a atual situação fática da economia do país e apresentar possíveis caminhos para se alcançar uma efetiva redução destes casos. A situação econômica de um país é resultado de diversos fatores, isto é, para bons resultados na economia, um país deve encontrar equilíbrio entre seu setor econômico para com os demais. Nos últimos anos o Brasil vem suportando uma das maiores crises políticas, em razão de inúmeros esquemas de corrupção descobertos, nos quais estão envolvidas pessoas ocupantes de cargos do poder público, em especial do poder executivo e legislativo. Diante disto, os escândalos de corrupção que o Brasil presenciou e ainda vem presenciando, foram fator de forte influência quando da queda no crescimento econômico brasileiro. Mesmo o Brasil sendo um dos maiores arrecadadores de tributos no âmbito mundial, continua a ser um país classificado como subdesenvolvido, sendo que uma das justificativas para tal situação, é justamente a dura corrupção que o país sofre, com ênfase na corrupção responsável pelo desvio de verbas públicas. Todo o cenário narrado, é responsável por causar desequilíbrio à economia. Isto posto, demonstra-se essencial a reflexão acerca do tema, tendo em conta que a corrupção presente na esfera do poder público reflete em todos os setores de um país, de modo a vir prejudicar toda a estrutura do país, gerando impactos não só na esfera jurídica, mas também em outras, assim como na economia. Pode-se apontar como uma possível solução à problemática, a adoção de medidas mais rígidas de fiscalização da utilização de verbas públicas, além da elaboração de normas que sancionem tais condutas, não apenas no espectro penal, por meio de penas privativas de liberdade ou restritivas de direitos, como já são previstas, mas sanções financeiras, isto é, em caráter pecuniário. Assim, todo aquele que cometer crime de corrupção, sendo pessoa relacionada ao poder público, além de ser reprimido penalmente, também deverá de reverter os prejuízos econômicos que causou aos cofres públicos, por meio de penas pecuniárias mais severas e proporcionais à sua conduta. O primeiro passo essencial no combate à corrupção como forma de crescimento no desenvolvimento da economia brasileira, sem dúvidas, é a conscientização dos cidadãos, para que estes se ocupem a acompanhar mais a atuação do poder pública e assim cobrar melhorias efetivas em sua atuação.

JAINE DA SILVA HONÓRIO

FREDERICO CAMPOS E SA

Pôster

Ensino de escalada esportiva para pessoas com deficiência visual

O presente trabalho tem o intuito de criar uma metodologia segura e adaptar o ensino da Escalada para pessoas com deficiência visual. A Escalada é uma técnica desportiva cujo fim é atingir o topo de uma parede rochosa, de um bloco ou de um muro de escalada. Nesta pesquisa iremos oferecer uma breve contribuição sobre a escalada esportiva, criando uma metodologia através de adaptações e ferramentas para ensinar pessoas com deficiência visual, a pratica da escalada, de forma segura e prazerosa para o praticante, através de uma construção lúdica e utilizando de materiais alternativos, para ensinar tal atividade. Criar uma metodologia, segura, para o ensino da Escalada para pessoas com deficiência visual visando o aprendizado, de forma lúdica, através de adaptações na qual será um facilitador para que os indivíduos possam aprender e compreender tal atividade. Este trabalho tem em sua vertente, aproximar o deficiente visual da prática da escalada, sendo assim, explicaremos as diferentes modalidades de escaladas como a escalada livre; escalada artificial; boulder; escalada esportiva; escalada móvel e solo. Sendo assim durante a pratica utilizaremos a propriocepção do indivíduo, tato, demonstrando as diferentes formas de agarras, sendo elas o formato, espessura, textura e suas características, afim de proporcionar um ganho de conhecimento para que o indivíduo possa aproveitar o máximo dessa pratica esportiva. Em um segundo momento da atividade, o mediador apresentará ao praticante o conceito de relógio, e ele construirá um relógio em braile igual a um relógio de ponteiro, que é para que ele tenha uma noção de espaço e localização dos números dentro deste relógio, para que quando o mediador da atividade relacionar as horas, o deficiente visual saberá em que local terá que colocar os pés ou as mãos em determinada agarra. Após esses educativos propostos ao praticante, será montada uma via de escalada para que os indivíduos consigam realizar a atividade, além disso o praticante vai ter ganhos no seu repertorio motor, como equilibrio, propriocepção, noção de espaço, e força de membros superiores e inferiores. A intenção deste trabalho é a realização de atividades diferenciadas voltada para este grupo, pois não há muitas atividades que são voltadas a este público. Ao termino desse trabalho poderemos contribuir para uma metodologia de ensino e aprendizagem segura e prazerosa para a pratica da escalada com deficientes visuais e que sua limitação visual, não seja um problema para realizar a pratica.

JAYME RISSATO VIEIRA

Artur Jose Squarisi de Car

<p>Oral</p>	<p>HOMOFOBIA, VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO: um estudo longitudinal sobre a representação social de uma população/ coleta 2020</p>	<p>A presente pesquisa deriva do projeto “Homofobia, violência e educação: um estudo sobre a representação social de uma população”. O projeto está vinculado ao Observatório de Violências nas Escolas, UNISAL- U.E. de Lorena, e se caracteriza como um estudo longitudinal pois, se repete há 14 (catorze) anos em uma cidade do interior do Estado de São Paulo. O objetivo da pesquisa é acompanhar as representações sociais sobre homossexualidade e homofobia com um determinado público; propor alternativas de intervenção primária e secundária a fim de educar a população para a compreensão da diversidade humana, desconstruindo estereótipos e preconceitos. Assim, apresentamos o seguinte problema da pesquisa: Os habitantes de uma cidade no interior de São Paulo reconhecem a distinção entre homofobia e homossexualidade? Suas percepções revelam preconceitos? Desenvolvimento: O tema homofobia engloba a distinção de conceitos usualmente confundidos na população, há ainda muita confusão entre os conceitos de sexualidade, gênero, orientação sexual etc., além de perpetuar preconceitos. A aprovação do Projeto de Lei 7582/14, que define o que são crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, entre eles os motivados por orientação sexual e identidade de gênero, e estabelece pena de um a seis anos de prisão e multa para quem praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito contra a população LGBT+, indica a relevância do tema vem ao encontro das discussões e preocupações sociais atuais. Este estudo configura-se como uma pesquisa de levantamento survey, pois visa descrever opiniões, percepção e conceitos de uma população sobre um determinado fenômeno social, abrangendo dados quantitativos e análise qualitativa. No período de 2006 a 2018, o mesmo instrumento foi aplicado e foram entrevistados 4.777 (quatro mil setecentos e setenta e sete) participantes, cujas idades variam de 16 a 84 anos. Os transeuntes de uma cidade que são convidados a participar, por adesão espontânea, após a explicação dos objetivos da pesquisa, a responder o questionário. Relevância Social e Conclusão: a análise qualitativa do questionário permite detectar os valores, as crenças, as representações sociais, opiniões e atitudes, que deverá fornecer subsídios para sugerirmos e/ou elaborarmos estratégias de ação e instrumentalização para esta mesma população. Como a pesquisa aborda a população em diferentes oportunidades, torna-se possível observar as possíveis mudanças no pensamento e opinião desta mesma população sobre a homossexualidade e a homofobia ao longo dos anos. Assim, é fundamental, também, que se compreenda que as representações sociais são transmitidas pela opinião das pessoas sobre o tema e guiam, constroem e remodelam o ambiente de comportamentos dos indivíduos. Por isso a importância de acompanharmos, ao longo dos anos, de forma longitudinal, as transformações das representações sociais no que concerne a homossexualidade e a homofobia.</p>	<p>JÉSSICA BORGES MARCELINO DA SILVA</p>	<p>Sonia Maria Ferreira Koehn Jéssica de Sousa Villela</p>
-------------	---	--	--	--

Oral

Dificuldade de aprendizagem, Estímulo psicomotor, Educação Física Escolar, Jogos e Brincadeiras. RESUMO

A psicomotricidade contribui com a formação e estruturação do esquema corporal, através da prática de movimentos em todas as etapas da vida de uma criança, sendo que ela se diverte ao mesmo tempo em que estimula sua imaginação e se socializa com o mundo, desenvolvendo assim as dimensões motoras, cognitiva e afetiva, que resultará em uma formação completa. Os objetivos desse estudo são analisar os estímulos psicomotores na educação física escolar como forma de prevenção para aprendizagem em crianças dispráxicas, no qual o estudo da educação física como um todo (corpo e mente), pode trazer muitos benefícios, como no desenvolvimento físico, psicomotor e social, através das atividades que são feitas nas aulas de educação física escolar, atividades essas que proporcionam estímulos que colaborarão para o desenvolvimento e crescimento da criança. Essa pesquisa tem abordagem qualitativa, realizada por meio de pesquisa descritiva, com o intuito de identificar, registrar e analisar as características e os tipos de estímulos demonstrando a importância da psicomotricidade na fase infantil, e o impacto que ela pode causar no Ensino Fundamental I em relação à aprendizagem, como ler, escrever e calcular. Nessa revisão bibliográfica encontramos as três unidades sendo a 1ª unidade tonicidade e equilíbrio, 2ª unidade lateralidade, esquema corporal, estrutura espaço temporal e a 3ª unidade coordenação fina e global que devem ser trabalhadas com as crianças por meio de atividades, jogos e brincadeiras. A perspectiva desse estudo é mostrar que o corpo e a mente (cérebro) trabalham juntos, iniciando a maturação e o desenvolvimento, tendo como os pré-requisitos a organização do cérebro e da gênese de identidade (FONSECA, 2012). Desta forma, a educação psicomotora é um importante aliado da aprendizagem, pois se as crianças tiverem suas funções psicomotoras bem desenvolvidas terão mais facilidade nas aprendizagens.

JÉSSICA MACEDO PEREIRA

Oral

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM X
ESTÍMULOS PSICOMOTOR

A psicomotricidade contribui com a formação e estruturação do esquema corporal, através da prática de movimentos em todas as etapas da vida de uma criança, sendo que ela se diverte ao mesmo tempo em que estimula sua imaginação e se socializa com o mundo, desenvolvendo assim as dimensões motoras, cognitiva e afetiva, que resultará em uma formação completa. Os objetivos desse estudo são analisar os estímulos psicomotores na educação física escolar como forma de prevenção para aprendizagem em crianças dispráxicas, no qual o estudo da educação física como um todo (corpo e mente), pode trazer muitos benefícios, como no desenvolvimento físico, psicomotor e social, através das atividades que são feitas nas aulas de educação física escolar, atividades essas que proporcionam estímulos que colaborarão para o desenvolvimento e crescimento da criança. Essa pesquisa tem abordagem qualitativa, realizada por meio de pesquisa descritiva, com o intuito de identificar, registrar e analisar as características e os tipos de estímulos demonstrando a importância da psicomotricidade na fase infantil, e o impacto que ela pode causar no Ensino Fundamental I em relação à aprendizagem, como ler, escrever e calcular. Nessa revisão bibliográfica encontramos as três unidades sendo a 1º unidade tonicidade e equilíbrio, 2º unidade lateralidade, esquema corporal, estrutura espaço temporal e a 3º unidade coordenação fina e global que devem ser trabalhadas com as crianças por meio de atividades, jogos e brincadeiras. A perspectiva desse estudo é mostrar que o corpo e a mente (cérebro) trabalham juntos, iniciando a maturação e o desenvolvimento, tendo como os pré-requisitos a organização do cérebro e da gênese de identidade (FONSECA, 2012). Desta forma, a educação psicomotora é um importante aliado da aprendizagem, pois se as crianças tiverem suas funções psicomotoras bem desenvolvidas terão mais facilidade nas aprendizagens.

JÉSSICA MACEDO PEREIRA

Pôster

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM X
ESTÍMULOS PSICOMOTORES.

A psicomotricidade contribui com a formação e estruturação do esquema corporal, através da prática de movimentos em todas as etapas da vida de uma criança, sendo que ela se diverte ao mesmo tempo em que estimula sua imaginação e se socializa com o mundo, desenvolvendo assim as dimensões motoras, cognitiva e afetiva, que resultará em uma formação completa. Os objetivos desse estudo são analisar os estímulos psicomotores na educação física escolar como forma de prevenção para aprendizagem em crianças dispráxicas, no qual o estudo da educação física como um todo (corpo e mente), pode trazer muitos benefícios, como no desenvolvimento físico, psicomotor e social, através das atividades que são feitas nas aulas de educação física escolar, atividades essas que proporcionam estímulos que colaborarão para o desenvolvimento e crescimento da criança. Essa pesquisa tem abordagem qualitativa, realizada por meio de pesquisa descritiva, com o intuito de identificar, registrar e analisar as características e os tipos de estímulos demonstrando a importância da psicomotricidade na fase infantil, e o impacto que ela pode causar no Ensino Fundamental I em relação à aprendizagem, como ler, escrever e calcular. Nessa revisão bibliográfica encontramos as três unidades sendo a 1ª unidade tonicidade e equilíbrio, 2ª unidade lateralidade, esquema corporal, estrutura espaço temporal e a 3ª unidade coordenação fina e global que devem ser trabalhadas com as crianças por meio de atividades, jogos e brincadeiras. A perspectiva desse estudo é mostrar que o corpo e a mente (cérebro) trabalham juntos, iniciando a maturação e o desenvolvimento, tendo como os pré-requisitos a organização do cérebro e da gênese de identidade (FONSECA, 2012). Desta forma, a educação psicomotora é um importante aliado da aprendizagem, pois se as crianças tiverem suas funções psicomotoras bem desenvolvidas terão mais facilidade nas aprendizagens.

JÉSSICA MACEDO PEREIRA

Pôster	Pena de morte: Desumanização ou Correção?	<p>O termo pena provém do latim “poena”, ligada à ideia de purificar através do castigo e intimidação. Esta sistemática punitiva apresentou relevância em 1750 a.C na Grécia Antiga codificada nas leis Draconianas e no Código de Hamurabi. Em águas internacionais, países como China, Irã, e Estados Unidos registraram índices alarmantes no ano de 2006, chegando a 91% de execuções. Em solo latino a pena de morte era aplicada no Brasil para crimes comuns, até sua independência em 1822. Atualmente só é passível esta sanção em casos de guerra declarada, conforme preceitua o art.5º, XLVII, “a”. A Constituição vigente proíbe a criação de emendas que sancionem a aplicação desta pena capital, sendo passível de alteração somente com a criação de uma nova Constituição. Porém para que tal feito ocorra, é necessário a renúncia do sistema Democrático de Direito, disposto no art. 1º da atual Constituição, que rege a total prevalência dos Direitos Humanos como princípios norteadores da República. A proteção internacional empregada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece, em seu artigo 3º, a cada pessoa o direito à vida afirmando, categoricamente, que “Ninguém deverá ser submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”. Tais afirmativas são aplicadas pelas Nações Unidas, reiterando formalmente aos estados-membros que estabelecessem uma moratória para as execuções “tendo em vista a abolição da pena de morte”. Alexandre de Moraes (apud Carlos Henrique, 2011) sustenta que os direitos humanos fundamentais constituem um conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano, que tem por finalidade básica o respeito à sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e o desenvolvimento da personalidade humana. Países onde a pena de morte é aplicada, não possuem índices de criminalidade reduzidos, o que não justifica sua aplicabilidade além de estar em desacordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Referências Bibliográficas: AMNINSTIA INTERNACIONAL. Pena de Morte. Disponível em. Acesso em 07 de jan. de 2018; BECCARIA, Cesare, Dos delitos e das penas, ano 2002; BOBBIO, Norberto, A era dos direitos, ed. Campos, 3ª tiragem (2004, p 204); BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília DF: Senado, 1988; 10 Países que mais aplicam a pena de morte no mundo. Disponível em: < https://forbes.uol.com.br/listas/2017/04/10-paises-que-mais-aplicam-a-pena-de-morte-no-mundo/#foto1>. Acesso em 10 de jan. de 2019; LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Direitos Humanos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011, apud MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 39; ORIGEM DA PALAVRA. Etimologia da palavra pena. Disponível em: http://origemdapalavra.com.br/pergunta/etimologia-da-palavra-pena/>. Acesso em 07 de jan. de 2019.</p>
--------	---	---

Pôster

Tranplantes: O dom da vida

Desde o início da história inúmeras dificuldades são enfrentadas para efetiva implantação dos transplantes, essencialmente no que diz respeito aos órgãos sólidos. O desconhecimento dos mecanismos de rejeição e todo o aspecto imunológico que envolve o paciente transplantado, do pós-operatório imediato ao tardio são algumas destas dificuldades que vêm sendo superadas. O primeiro transplante de que se tem notícia data do século II a.C. na Índia. Tal prática era realizada na mesma pessoa onde o órgão transplantado saía de uma região do corpo para ir em outra. Já de acordo com a Igreja Católica, Cosme e Damião teriam sido os primeiros a realizar um transplante. No século II, os gêmeos teriam operado o sacristão de uma igreja na Sicília, (Itália), que teve em uma das pernas amputadas, com gangrena. A história dos transplantes no Brasil se iniciou na década de 60, realizando em 1964 o primeiro transplante renal. Os programas de transplante dos demais órgãos, porém, sofreram uma estagnada, voltando à atividade por volta de 1980. Aos poucos os transplantes ganharam espaço no território brasileiro. A primeira regulamentação sobre os transplantes de órgãos nas legislações estrangeiras foi no Código italiano de 1942, sendo melhorada posteriormente pelos Códigos Civis Etíopes de 1960; de Quebec de 1971; da Costa Rica de 1973, da Bolívia de 1976 e a Argentina editou lei específica sobre transplantes – Lei n. 2.541, de 2 de março de 1977. No Brasil a Lei nº 9.434, criada em 04 de fevereiro de 1997, bem como seu respectivo Decreto nº 2.268/97, vieram substituir a Lei nº 8.489/92 e o Decreto nº 879, de 22 de julho de 1993, modificando normas relativas aos transplantes, em particular à doação presumida. De acordo com esta lei, é garantido o respeito à vontade de cada um de ser ou não doador post mortem (pós morte) de órgãos. Passava-se então a vigorar o consentimento informado, sendo a decisão pertencente aos familiares do potencial doador. A Doação de órgãos é um ato de gratuidade e altruísmo. A ética que envolve os transplantes é abordada, de forma a esclarecer que o corpo humano não é passível de ser comercializado. Com base nessas premissas, o comércio de órgãos, deve ser repudiado pelo direito e pela sociedade, uma vez que infringem os direitos fundamentais, os direitos humanos, assim como, os direitos da personalidade. O receptor dos órgãos deve possuir o consentimento formalizado do que ocorrerá, assinando um termo anuindo com as disposições ali estabelecidas. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: . Acesso em 10 de outubro de 2016; . Acesso em 12 de outubro de 2016; MORAES, Paula Louredo. "O que é transplante"; Brasil Escola. Disponível em . Acesso em 30 de outubro de 2016;

JESSICA PALOMA MARIA MARTINS

NILTON VINICIUS FAGUNDES MACHADO

Oral	A Responsabilidade das concessionárias de serviço público	<p>Diversos são os serviços a serem desempenhados pelo Poder Público, para a boa administração estatal e, para tanto, muitas vezes, o Estado se utiliza do instituto da concessão destes serviços públicos. Sendo assim, é relevante o estudo atinente à responsabilidade a ser atribuída às concessionárias de serviço público, frente aos eventuais danos causados, no exercício de sua atividade estabelecida entre a própria concessionária e a administração pública. Desse modo, a responsabilidade da concessionária pelos danos causados ao usuário deve ser objetiva, ou seja, apurável independentemente da existência de culpa, eis que se trata apenas de provar o dano efetivo e o nexo de causalidade entre o defeito do serviço e a lesão por ele sofrida. Outra parte da doutrina, embora acredite que a responsabilidade seja objetiva, fundamenta-a no Código de Defesa do Consumidor, afirmando que o usuário de serviço público se iguala ao consumidor. Em verdade, o consumidor e o usuário de serviço público encontram-se em situações jurídicas distintas. Assim, na relação de consumo, existente entre duas pessoas privadas, o fornecedor é obrigado a prestar o serviço ao consumidor. O Estado apenas tem o dever de regular essa relação contratual. Sendo que, em caso de descumprimento de alguma obrigação por parte do fornecedor a responsabilidade é unicamente sua, em nada atingindo o poder público. Já a relação existente entre a concessionária e usuário é dependente de uma outra, qual seja, a da concessionária e o poder concedente. Desta forma, o serviço público é prestado pela concessionária, mas sua titularidade continua com o poder público. Logo, o inadimplemento da concessionária gera sua responsabilidade perante o consumidor, porém, o Estado é solidariamente obrigado, pois continua com a titularidade do serviço concedido. Contudo, demonstrada a distinção entre a relação de consumo e a de serviço público, conclui-se que a responsabilidade da concessionária pelos danos patrimoniais e morais causados aos usuários em decorrência da prestação do serviço público é objetiva, sendo aplicável o parágrafo 6.º do art. 37 da Constituição Federal. Por fim, utilizar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos na realização deste trabalho. REFERÊNCIAS BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. BRASIL. Lei n. 8.078 de 1990. Institui o Código de Defesa do Consumidor. Diário Oficial da União. Brasília, 1990. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 20ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.</p>	JESSICA RODRIGUES DA SILVA	VITÓRIA APARECIDA OLIVEIRA GABRIEL BITTENCOURT GONÇALVES, MELISSA ANDREIA DIAS GONÇALVES
Pôster	TRANSMISOR LUMÍNICO DE CÓDIGO MORSE	EL PROYECTO DESARROLLADO ES UN SISTEMA BASADO EN LA CODIFICACION MORSE. EL CUAL CONVIERTE CODIGOS ALFANUMERICOS A CODIGOS MORSE, QUE SE MUESTRA ATRAVES DE UN SISTEMA LUMINICO. SIRVE COMO HERRAMIENTA DE ENTRENAMIENTO PARA SISTEMA DE COMUNICACIÓN Y DECODIFICACION DIGITAL.	JESUS DAVID ROJANO GUEVARA	

Pôster

JUDITH BUTLER E DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO

JUDITH BUTLER E DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO Judith faz reflexões sobre a desconstrução do gênero ligado ao sexo e sim na construção do gênero como uma discussão social e cultural do lugar do homem e da mulher, seus processos práticos e suas relações sociais. É considerada uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, filosofia política e ética, considerada uma filósofa pós-estruturalista. Movimento nascido na década de 60 que permaneceu influenciando áreas da literatura, política, arte, críticas culturais e sociologia. Com as teorias da autora, pode-se dizer que seus pressupostos dizem a respeito do brinquedo e ao brincar na educação infantil, onde devemos desconstruir a ideia do sexíssimo imposto pela sociedade tradicionalista. Suas reflexões dizem que não existe um brinquedo específico para cada gênero pois essa é uma percepção imposta e construída pelos adultos sobre a criança. Ela sugere uma educação sem paradigmas onde a criança é livre para escolher seu brinquedo, pois, para ela este modelo de educação dá a criança a chance de aprender mais de modo que ela cresça e se torne um cidadão sem preconceitos e sem diferenças nas relações sociais. Formar um educador livre do paradigma de gênero imposto é permitir que os alunos/crianças sejam livres para explorar o universo das brincadeiras permitindo que eles criem suas próprias percepções. Com isto, ampliamos nossos conhecimentos sobre a dinâmica da desconstrução do paradigma imposto do gênero, e pensamos na ideia de quatro brinquedos que serão trabalhados na educação infantil. Os brinquedos são: carrinho, jogo de cozinha, fantasias de heróis e lousa. O carrinho foi pensado para envolver meninas e meninos em uma brincadeira lúdica, no qual ambos brincarão consertando o carro utilizando ferramentas. O jogo de cozinha é uma forma de unir as crianças para mostrar que cozinhar pode ser uma brincadeira desenvolvida pelos dois sexos. As fantasias de heróis têm a intenção de estimular a criatividade e imaginação da criança, na qual ambos os sexos possam se mostrar fortes e corajosos como todos os super-heróis. A lousa tem o objetivo de realizar uma brincadeira coletiva desenvolvendo o papel dos professores e dos alunos quebrando a ideia de que esta é uma brincadeira somente de meninas. Os brinquedos foram criados para auxiliar nesta desconstrução mostrando que estas brincadeiras podem englobar meninos e meninas sem diferenças. Pensamos na mediação da relação professor-aluno com os brinquedos como introduções lúdicas, brincadeiras de faz de conta na qual cada brinquedo tem seu enredo.

JHENNIFFER KENNIA MARCELA
EUNICE AGOSTINHO DE SA

LETÍCIA GIRÃO DE GODOY
MIATTO BERNARDO, BEAT
LIMA SOUZA

Oral

El rol de la mujer en la logística portuaria de la ciudad de Cartagena

Se analizaron los niveles ocupacionales que ejerce la mujer en el sector logístico portuario en Cartagena, los obstáculos para su promoción, sus expectativas profesionales y su mirada frente a lo laboral y familiar. Lo afirmado parte del criterio en el cual se expresa que la búsqueda de la igualdad de género y empoderamiento de las mujeres gana cada día más importancia en la mayoría de los países que invierten y legislan en pro de lograr la equidad de género y el empoderamiento de la mujer mediante la inserción de esta al mercado laboral. En este sentido, Colombia no ha sido la excepción y como país firmante de los objetivos del milenio se ha enfocado en mejorar la competitividad a través de la construcción de un sistema infraestructural que coadyuva a un crecimiento económico sostenible e incluyente. Dentro de este se encuentra el sector logístico, portuario y marítimo que planea, controla de manera efectiva el flujo y almacenamiento de bienes, servicios e información. Es el papel del factor humano determinante en la competitividad de las organizaciones que lo conforman; no obstante, es uno de los sectores más segregados y mayoritariamente ejercidos por el género masculino siendo el objeto de estudio de las investigadoras determinar los factores que rigen el rol de la mujer en este sector. Según los resultados obtenidos mediante encuesta se puede decir que un alto porcentaje de la población femenina ejerce ocupaciones de nivel operacional, mitad de ellas opinan que no se le presentan oportunidades para ser promovidas.

JHON ERICK GONZALEZ PEÑUELA

<p>Oral</p>	<p>O EMPREENDEDORISMO COOPERATIVO E A GESTÃO INTEGRADA VOLTADA AOS RESULTADOS E A QUALIDADE DE VIDA DOS COLABORADORES DE UMA COOPERATIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM AMERICANA/SP.</p>	<p>O EMPREENDEDORISMO COOPERATIVO E A GESTÃO INTEGRADA VOLTADA AOS RESULTADOS E A QUALIDADE DE VIDA DOS COLABORADORES DE UMA COOPERATIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM AMERICANA/SP. O descarte de resíduos reciclados passou, nos últimos tempos, a ser uma oportunidade de ganhos financeiros para um grande contingente de pessoas, que literalmente ganham a vida a partir de rejeitos que podem passar por reciclagem. Nota-se que, em momentos de crise econômica e financeira, que impactam diretamente na renda das famílias, a busca por esse tipo de atuação tende a aumentar. Nesse sentido, as pessoas que possuem a sua atividade profissional voltada ao recolhimento dos materiais recicláveis, disputam o mercado de forma intensa devido ao grande número de catadores. Em Americana/SP, um grupo de pessoas, trabalhadores no segmento de reciclagem, reuniram-se e fundaram a cooperativa de reciclagem Cooperlírios, localizada em uma área de vulnerabilidade social, situada na Rua das Seriemas, Nº 563, Jardim dos Lírios. Tal iniciativa buscou a unificação de forças visando potencializar os ganhos reduzindo os custos individuais. No entanto, a referida empresa apresenta enormes dificuldades para funcionar com dignidade. É notório observar que os catadores que compõe a cooperativa, apresentam problemas nas mais variadas áreas de gestão, tais como na logística, recursos humanos, comercial, financeiro e etc. No aspecto logístico, a cooperativa não observa a correta forma de armazenamento e estocagem dos produtos, na área comercial as atividades legais na venda dos produtos como matéria prima para outras corporações, uma vez que não possuem o amparo legal e contratual para salvaguardar os seus ganhos, na capacitação voltada a negociação de compra e venda, nos aspectos de Recursos Humanos além dos aspectos ligados ao cuidado pessoal, como utilização de equipamentos de prevenção contra acidentes, higiene e acompanhamento psicológico. Outras cooperativas que atuam no mesmo segmento também enfrentam ou enfrentarão as mesmas dificuldades acima citadas. Diante de tal problemática, o grupo desenvolve uma atividade de consultoria visando a partir da contextualização das principais dificuldades, propostas de gestão factíveis que venham a impactar favoravelmente a qualidade de vida dos cooperados, bem como a sustentabilidade financeira da organização. Através do projeto está sendo possível, o estabelecimento de uma parceria junto com a empresa Gaia Social, que colabora com a metodologia de implantações de ações de gestão para organizações desta natureza. Espera-se que no final do processo de implantação a cooperativa Cooperlírios possa desfrutar de uma gestão profissional que venha garantir a dignidade humana ao mesmo tempo em que possa obter resultados positivos através de uma gestão competente e eficiente. Vale ressaltar que, até o momento, os resultados obtidos estão sendo favoráveis ao bom andamento do projeto.</p>	<p>JHONATAN TERRADAS DA SILVA</p>	<p>DEBORA GROSSI DE FREITAS BIANCA LAIS GALLIARDO M flavio cesar rossi</p>
-------------	--	---	-----------------------------------	--

Oral	JOVENS E SUAS ESCOLHAS PARA O MUNDO DO TRABALHO	<p>Apresentar aos estudantes do Ensino Médio, de Escolas Públicas, em linguagem acessível e dinâmica, os ramos de atuação profissional oriundas dos cursos de Direito, Educação Física, Pedagogia e Psicologia, delimitando as profissões e as carreiras a partir dessas áreas. As dificuldades do jovem do Ensino Médio na escolha do curso superior que corresponda aos seus anseios e as suas expectativas profissionais. Além disso, devido ao contexto social desse jovens, há déficit de referências profissionais das áreas acima mencionadas. Por meio deste estudo de extensão: “Jovens e suas escolhas para o mundo do trabalho”, os alunos bolsistas realizaram palestras e dinâmicas nas Escolas Públicas, com estudantes do Ensino Médio, auxiliando-os no discernimento sobre a escolha de um curso de graduação e sua futura profissão. A aplicação do projeto deu-se em dois momentos a saber: primeiro uma palestra em conjunto, na qual os alunos bolsistas deram testemunho de sua escolha vocacional. Posteriormente, os alunos escolheram, por meio de inscrição prévia, por afinidade, um dos quatro cursos apresentados, em seguida os bolsistas fizeram dinâmicas envolvendo situações específicas de cada profissão, apresentando aos inscritos naquela área, a prática de sua carreira profissional. Foram realizadas reuniões formais e trabalhos individuais sistematizados e apresentados em grupo, visita técnica às Instituições de Ensino, conversas com a direção e a prática da atividade de extensão com os alunos do Ensino Médio. Levar aos jovens noções basilares da vida acadêmica, da escolha de um curso e da inserção no mercado de trabalho, sobretudo, na dimensão dos cursos de: Direito, Educação Física, Psicologia e Pedagogia. A ação realizada por meio deste trabalho foi eficaz, uma vez que, no contato com os jovens, sobretudo os de comunidades carentes, constatou-se o pouco conhecimento que têm tanto da vida acadêmica, quanto da atuação profissional das áreas do Direito, da Educação Física, da Pedagogia e da Psicologia. Além disso, foi possível constatar que os professores contratados nas Escolas Públicas onde foi realizado o projeto, são em sua maioria, provindos de outras áreas do conhecimento, sem a qualificação de licenciatura. Essa situação dificulta a relação entre professor e aluno, pois o docente carece das técnicas necessárias para o ensino. Esse contexto desmotiva os alunos a seguirem os estudos em tais áreas do conhecimento. Espera-se que este estudo possa orientar, de certa forma, os estudantes do Ensino Médio para as suas futuras carreiras.</p>	JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA BENTO	CAMILA DE SOUZA RUFINO MICHAEL DO AMARAL YAN JAYME RISSATO VIEIRA, V. Maria Fusch Ferreira
------	---	--	---------------------------------	---

Oral	A relação bilateral dos adolescentes e a lei: informação e reflexão à luz do ECA	<p>O presente projeto de extensão intitulado “A relação bilateral dos adolescentes e a lei: informação e reflexão à luz do ECA” tem como proposta desenvolver aulas e oficinas de vertentes psicológica, pedagógica e jurídica baseadas no Estatuto da Criança e do Adolescente para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) de Lorena/SP. O município de Lorena é marcado pelo alto índice de violências e de acordo com o Instituto Sou da Paz, que expõe dados das violências nas cidades, em 2017, Lorena ocupava o primeiro lugar do Estado de São Paulo como o município mais violento. Dado o índice, as diversas formas de violência não surgem sem um ambiente que propicie este surgimento, o Estado, com foco no município de Lorena, como garantidor das leis, sobretudo dos Direitos Humanos e do ECA e da obrigação de oferecer serviços públicos de qualidade é responsável pelas violências crescentes na cidade e tem o papel de realizar ações com políticas sociais e públicas para combater o alto índice e oferecer uma vida digna para seus cidadãos. O objetivo deste trabalho visa voltar-se para os adolescentes que cometeram o ato infracional e promover uma educação social de forma que possibilite uma nova perspectiva de vida abrangendo as culturas, valores, histórias, sentimentos, famílias, escolas e sociedade. Espera-se conhecer o entendimento dos adolescentes sobre as leis de forma geral e em especial, o ECA, e promover o diálogo, reflexão, informação e conhecimento sobre a temática. Por isso, o presente trabalho de extensão contribui para esse contexto social auxiliando o poder público e munindo os adolescentes de conhecimento para lidar e evitar situações constrangedoras e hostis, como as questões de preconceito e discriminação creditadas aos rótulos, reivindicar os direitos que a eles não foram garantidos, mas que os pertencem, e ir além, propagar este conhecimento em seu meio, sua comunidade. É de se destacar que este trabalho busca exercer uma mudança no município, em uma prática de empoderamento e de consciência dos adolescentes, pois as instituições que executam o papel da socioeducação podem ser decisivas na recuperação, construção e ressocialização da vida humana. Por fim, a intenção é a da diminuição do alto índice de violência de Lorena e da transformação da realidade dessas pessoas refletindo o caminho percorrido até o ato infracional, ressignificá-lo e retirar rótulos que são práticas com potenciais de internalização, reconhecimento e identidade.</p>	JOAO VITOR DIAMANTINO CORRÊA BARBOSA	ANA JÚLIA VIEIRA AQUINO ALMEIDA, JORGE ELI FELICIANO JUNIOR
------	--	--	--------------------------------------	---

Pôster

A responsabilidade civil do biomédico nos exames laboratoriais

No exercício de sua atividade, o biomédico deverá empregar todo o seu zelo e diligência na execução de seus misteres. Esta é a redação do inciso I do artigo 5º do Código da Profissão de Biomédico que esclarece a responsabilidade do profissional biomédico para com o paciente, de modo a oferecer, para a saúde deste, o maior cuidado clínico possível. A escolha do tema deu-se devido à relevância que ele tem na seara jurídica e os seus reflexos no que concerne à responsabilidade civil, área do Direito Civil de fundamental amplitude, que aborda o dever de reparo do dano causado por uma pessoa em face de outra e que produz diminuição de quaisquer bens jurídicos. Não são raros os casos de erros em diagnósticos causados por exames feitos sem a diligência suficiente. Por causarem grandes impactos na vida dos pacientes, devem receber especial atenção. Sobre esta temática debruçou-se a nova telenovela da Rede Globo, “Bom Sucesso”, que escancara esta realidade nem sempre à primeira vista encarada como um impasse jurídico, mesmo trazendo inevitavelmente graves reflexos aos sujeitos envolvidos. É fato que nem sempre o leigo enxerga sua relação com uma clínica laboratorial como sendo uma relação de consumo. Entretanto, posto que laboratórios prestem serviços e que os pacientes adquirem estes serviços, quais sejam, a análise e o processamento de suas amostras vitais, está configurada a relação de consumo sobre a qual recai a responsabilidade civil objetiva do biomédico responsável pelos exames. Dispõe tal instituto que o dano causado independe de incidência de culpa do agente causador para gerar obrigatoriedade de reparação. Deste modo, mesmo que o paciente tenha interferido no resultado do exame, seja pelo descuido na preparação do material a ser examinado ou por omissão de informações, o laboratório e o biomédico responsáveis ficam sujeitos à possibilidade de uma ação judicial de reparação de danos materiais e, a depender da situação fática, danos morais. Na trama de teledramaturgia supracitada, a protagonista tem sua amostra trocada em uma clínica, fazendo-a crer que tinha desenvolvido um tumor. Além da troca de materiais, as hipóteses de perda, manuseio incorreto e conservação indevida do material também configuraram potenciais situações geradoras de danos que podem até mesmo tornarem-se irreparáveis ao paciente, ora consumidor. Assim, tendo em vista o mencionado, nota-se a necessidade de estudo sobre a responsabilidade civil do biomédico, sendo justificada pelo crescente número dos casos onde imperam a negligência, a imprudência e a imperícia dos profissionais que atuam na área clínica, das ações judiciais e pela recorrente necessidade de preparação dos profissionais e empresas que atuam na área aos parâmetros legais prescritos no Código de Defesa do Consumidor.

JÔNATAS FERRAZ FORNITANI VITAL

JULIA MOREIRA MARTUCO
MONTEIRO, MARIA ELISA
CARVALHO MAIA SANTOS
BEATRIZ MARQUES, DAPH
PRADO GOMES CARNEIRO

Pôster

Dispositivo Automático para determinar el coeficiente de rozamiento entre dos materiales

El dispositivo consiste en un plano inclinado, que se eleva debido al movimiento ejercido por un mecanismo de cuatro barras. Un motor transmite la potencia necesaria al mecanismo por medio un sistema de engranajes el cual proporciona la velocidad adecuada en los eslabones del mecanismo. La probeta se ajusta sobre la superficie de deslizamiento de tal manera que su presencia sea percibida por un sensor óptico de barrera. Posicionada la probeta, se empieza a inclinar lentamente la superficie hasta que la probeta apenas empiece a deslizar, en dicho instante el sensor le envía una señal al motor para que este se detenga. La visualización del ángulo de inclinación es hecha a través de un potenciómetro rotacional el cual se encuentra acoplado a la superficie inclinada. El valor del ángulo de inclinación nos permite el cálculo del coeficiente de fricción estático.

JOSÉ DAVID BETÍN PAYARES

Pôster

Identificación de fallas en estructuras de hormigón para obras viales

En el presente investigación se han identificado las fallas de unas placas de pavimento de hormigón en la ciudad de Cartagena donde las fallas más comunes en las estructuras de concreto de los pavimentos de Cartagena tienden a ser un problema en las obras civiles de la ciudad

JOSE DAVID ORTIZ CARMONA

Oral

A regulamentação dos Esportes Eletrônicos à luz da propriedade intelectual de empresas.

O intuito deste trabalho é discutir sobre o Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2017, de autoria do Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), que possui como objetivo a regulamentação dos E-Sports (Esportes Eletrônicos) no ordenamento jurídico brasileiro. Os Esportes Eletrônicos são definidos, de acordo com o Dicionário de Oxford, como competições multiplayer de jogos eletrônicos assistidas por expectadores e realizadas por jogadores profissionais. A regulamentação dessas competições é necessária para que a modalidade seja considerada um esporte, de fato, e para que seus atletas e organizações possam dispor de todas as previsões do Direito desportivo. O Projeto de Lei do Senado nº 383 propõe alterações relevantes, como por exemplo, a equiparação do jogador profissional de Esportes Eletrônicos a um atleta, o qual dispõe de todos os direitos previstos na Lei 9615/98 ("Lei Pelé"). Pode-se aferir que a regulamentação do Esporte Eletrônico é de extrema importância para as organizações e investidores da modalidade, uma vez que a existência de uma legislação específica gera maior segurança jurídica, conforme já ocorre em outros esportes. No entanto, a forma de desporto prevista no projeto não é similar aos esportes tradicionais, portanto, é necessário considerar suas peculiaridades, como a Propriedade Intelectual sobre os jogos e o formato dos torneios que são produzidos e administrados pelas próprias empresas. A competição dessa nova forma de desporto ocorre na Propriedade Intelectual de empresas, como bem explica Varela (2005, propriedade intelectual e desenvolvimento): "Existem várias modalidades de direitos de propriedade intelectual recaindo sobre diferentes objetos. Às vezes, um mesmo objeto pode ser protegido por diferentes formas de proteção. O ponto em comum é que os direitos de propriedade intelectual garantem um privilégio de exploração comercial de um objeto ou de um processo de produção por um tempo determinado (VARELLA, 2005)." Desta maneira, de acordo com Lei 9609/98, que regula a proteção dos direitos autorais de programas de computadores, todo direito referente à distribuição e transmissão de jogos eletrônicos é de propriedade das desenvolvedoras. Por essa razão, é inviável a equiparação dessa modalidade a um desporto convencional sem que sejam avaliadas as questões referentes à propriedade intelectual, o que é passível de críticas no Projeto de Lei apresentado. A regulamentação dos Esportes Eletrônicos é essencial para que o ordenamento jurídico brasileiro consiga acompanhar as mudanças da sociedade contemporânea e, dessa forma, possibilitar que seus atletas usufruam de todos os direitos dispostos na "Lei Pelé" e as organizações possam maior segurança jurídica para investirem nesse mercado. Contudo, essa normatização deve ser feita de forma adequada, considerando as especificidades da nova modalidade e protegendo os direitos das desenvolvedoras dos jogos.

JOSÉ VICTOR MARCONDES
BESERRA LIMA DE OLIVEIRA

Oral	SOBRE O MASCULINO E O FEMININO: como estudantes do ensino médio percebem as questões de gênero?	<p>O Presente estudo faz parte do Programa de Iniciação Científica, CNPq, e está vinculado ao Observatório de Violências nas Escolas, um núcleo de pesquisas, ensino e extensão do UNISAL, sediado na unidade de Lorena. A proposta parte da constatação de que mesmo com importantes avanços na garantia dos Direitos Humanos das Mulheres, estes ainda são insuficientes no que tange em equidade e igualdade entre gêneros. Entendemos que gênero é uma constituinte da identidade dos sujeitos, e que a vivência da sexualidade nas diferentes fases da vida humana entrelaça questões sociais, culturais e subjetivas. Ademais, percebe-se socialmente que as relações homem-mulher estão permeadas pelo poder em diferentes âmbitos, refletindo quadros de violência de gênero. Consideramos que o período da adolescência oferece oportunidades para o crescimento não só na dimensão física, mas também na competência cognitiva e social, autonomia, autoestima e identidade. Este período do desenvolvimento é marcado por diferentes formas de se relacionar com seus pares e com grupos, fora e dentro do ambiente escolar, principalmente, no que tange a questão do masculino e do feminino. Isto posto, apresentamos os objetivos: investigar como pensam os estudantes do ensino médio da rede pública estadual do interior do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, acerca dos papéis de gênero e averiguar se essas percepções revelam violência. Assim, estabelecemos o seguinte problema de pesquisa: as percepções dos estudantes do Ensino Médio de uma Escola da Rede Pública Estadual revelam violência de gênero? Trata-se de uma pesquisa descritiva, de levantamento de dados, e caracteriza-se como Survey corte-transversal, na medida em que procura obter dados e informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas. O desenvolvimento do estudo está sendo realizado em três etapas, a primeira, ainda em andamento, compõe a revisão bibliográfica e a organização do instrumento, que consistirá em um questionário fechado com escala likert. Na segunda etapa, os alunos serão convidados a participar e a responder o questionário com os devidos cuidados éticos. Por fim, na terceira etapa, será realizada a análise e integração dos dados de maneira quantitativa e qualitativa. Relevância social e conclusão: o estudo permitirá examinar o que os participantes entendem pelos papéis de gênero masculino e feminino, e se as percepções estão direcionadas para a transformação das relações de poder estabelecidas pelos papéis sociais, na nossa sociedade, e propor discussões no âmbito universitário como via de construção de sociedades igualitárias.</p>	JÚLIA BARBEITO MARPICA	Sonia Maria Ferreira Koeh Jéssica de Sousa Villela
------	---	--	------------------------	---

Oral	ASSISTÊNCIA SOCIAL: A importância da atuação do Psicólogo para o contexto	<p>ASSISTÊNCIA SOCIAL: A importância da atuação do Psicólogo para o contexto O presente trabalho traz como objetivo a reflexão sobre a importância da capacitação das equipes multidisciplinares que atuam na área da Assistência Social, além da relevância dos profissionais da Psicologia neste contexto. Com as diversas desigualdades sociais envolvendo o sistema público, o ofício dos psicólogos nessa área expressa como a psicologia se manteve remota dos quesitos sociais, em vista de que, a política pública de Assistência Social do Brasil operacionalizada por meio dos órgãos (CRAS, CREAS, SUAS), se faz crucial no combate a precariedade que atinge grande parcela da sociedade, tendo em vista o aumento da pobreza em 2017 atingindo 54,8 milhões de pessoas (IBGE, 2018). Por isso, o atual estudo interroga qual a contribuição da Psicologia na capacitação dos profissionais da área da Assistência Social? De acordo com a Constituição Federal do ano de 1988, a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado, especificando os direitos: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados, sendo que, segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2008), uma Psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos. De acordo com o relatório do IBGE (2018), 26,5% da população brasileira tem rendimento inferior à R\$ 406,00 reais, o que segundo o Banco Mundial situa-se abaixo da linha da pobreza. Neste cenário, a pobreza é um dos fatores primários das mazelas humanas intensificando a importância da Assistência Social no contexto político atual. Achados da pesquisa indicam que a Psicologia permanece sendo percebida de forma restrita a atuação clínica, além da carência ou “defasagem” no que diz respeito ao trabalho multidisciplinar com profissionais que atuam na área da Assistência Social, tanto por se tratar de um público diversificado, com diferentes faixas etárias, quanto por famílias que em determinados contextos são encaminhadas através do médico, em busca de cestas básicas ou por necessidade de escuta e/ou atenção. Portanto, a pobreza não necessariamente se restringe às questões monetárias, mas também à escassez do amparo comunitário, seja por fatores psicológicos ou pela relação humana. Os resultados indicados reforçam a necessidade de investimento na capacitação dos profissionais da área da Assistência Social visando garantia dos direitos humanos e a relevância da área para a construção e o alicerce na vida de milhares de indivíduos que não possuem o mínimo necessário para uma condição digna de vida.</p>	JULIA DA SILVA RAMOS DO CARMO	MARIA LAURA DA CUNHA CUSTÓDIO, PALOMA DE M SILVA, GUILHERME FARIA SIQUEIRA, Walcylene Cast Araujo
------	---	---	-------------------------------	---

Pôster	A sucessão de partes e a cláusula de sucessão	<p>A SUBSTITUIÇÃO DE PARTES E A CLÁUSULA DE SUCESSÃO Este trabalho tratará de mostrar a importância da cláusula de sucessão e como o instituto afeta a questão da sucessão de partes no polo passivo de um processo em face da pessoa jurídica nacional após a morte do de cujus e exemplificará a complexa solução para tal fato. A substituição de um dos polos do processo dar-se-á devido a diferentes razões, como tido no capítulo IV do Novo Código de Processo Civil — “Da sucessão das partes e dos procuradores” —, dos artigos 108 a 112; uma delas está explanada no art. 110 e vem a tratar da sucessão dada pelo espólio pós-morte do de cujus. Segundo o próprio código, o processo, que seria suspenso após morte de seu representante legal, tem tal suspensão não realizada perante ação de habilitação reconhecida pelo juiz, uma vez que o princípio de saisine assegura aos herdeiros o direito processual de integrar o polo passivo de ações intentadas contra o de cujus, caracterizando uma das raras autorizações de mudança de polo. Pessoas jurídicas não gozam, por si só, de capacidade processual e, portanto, necessitam de representação quando em juízo, a qual será dada por quem os respectivos atos constitutivos do processo designarem ou, na falta de tal, por seus diretores; na hipótese da primeira opção e sendo nomeado como representantes ambos os sócios da empresa, caso um destes venha a falecer — e contido no contrato social de formação da pessoa jurídica a permissão de ingresso dos herdeiros caso haja o falecimento de uma das partes —, pode, visto que a legislação vigente no presente momento não obriga seu uso como resolução patrimonial em face da sucessão, ser assegurada pela cláusula de sucessão o ingresso do(s) herdeiro(s) na sociedade e, por conseguinte, no litisconsórcio da ação em questão. O trabalho, mesmo que ainda em andamento para sua conclusão, baseando-se em pesquisa bibliográfica e documental para sua fundamentação, tem o objetivo de ligar diferentes aspectos do direito processual civil e do direito empresarial, mostrando como uma simples questão necessita de diferentes instrumentos legais e doutrinários para a sua resolução, mostrando a complexidade para a busca de tal. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil: Teoria geral e processo de conhecimento. 15. Ed. v.1. São Paulo: Saraiva, 2018. LORENZATO, Thais Cocarelli. O princípio de Saisine. Disponível em: http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_22871/artigo_sobre_o_principio_da_saisine. Acesso em: 21 de agosto de 2019. MARTINS, Silas. A importância da cláusula de sucessão no contrato social. Disponível em: https://parceirolegal.fcmlaw.com.br/contratos/clausula-de-sucessao/. Acesso em: 20 de agosto de 2019. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Sucessões. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p>	JÚLIA DOS SANTOS SOARES DE OLIVEIRA	Aline Santos Rosa, JOÃO GUILHERME VASCONCELLOS SOUZA LACERDA DA CUNHA
--------	---	---	-------------------------------------	---

Pôster	Direito Odontológico: um estudo sobre a responsabilidade civil dos cirurgiões-dentistas	Direito odontológico: um estudo sobre a responsabilidade civil dos cirurgiões-dentistas. Responsabilidade civil foi o tema escolhido devido sua grande abrangência no campo do Direito. Esse assunto abrange a questão de reparar todo dano causado a outrem que tenha levado a diminuição de seu bem jurídico. Tratar do direito relacionado ao ramo da saúde e odontológico é de extrema importância, tendo em vista os inúmeros casos de atos ilícitos cometidos pelos odontologistas, como a falta de diligência devida, pacientes tratados de forma superficial e sem a cautela necessária, que abrem possibilidade de dano, seja pela sua atuação, omissão ou pela falta de experiência. Com isso, faz-se imprescindível um estudo mais aprofundado sobre o tema. Essa pesquisa busca compreender o instituto do ato ilícito e da responsabilidade civil das empresas e destes profissionais que atuam na prestação de serviços odontológicos, sob o entendimento de que a relação cirurgião-dentista e paciente é também considerada uma relação de consumo. Além disso, o presente estudo destaca as obrigações do dentista desde a abordagem do cliente no consultório até a elaboração do contrato para tratamentos. Em seguida, há a exposição da ideia de responsabilidade civil e de suas espécies, além dos conceitos de negligência, imprudência e da formação da relação consumerista entre dentista e paciente. Posteriormente, é realizada a apresentação de todos os possíveis cenários de ocorrência destes problemas que levaram diversos pacientes-consumidores a provocarem o poder jurisdicional para obtenção de seu direito, algo que é completamente justificável, pois o direito existe para criar normas de organização que assegurem um bem-estar coletivo e conseqüentemente, condições de equilíbrio inerentes à própria coexistência dos seres humanos. Por fim, considerando todos os pontos mencionados, é possível perceber a relevância desta pesquisa no cenário atual, justificado pela crescente elevação de erros médicos e odontológicos, processos judiciais relacionados no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a necessidade de reger e alinhar a atuação dos profissionais e das empresas que atuam nesse ramo aos parâmetros legais prescritos no Código de Defesa do Consumidor. Hoje, é clara e notória a prevenção e a reparação dos danos presentes nas condutas humanas, para isso, torna-se indispensável a harmonização das relações sociais para que haja a máxima realização dos valores humanos em respeito aos princípios constitucionais, como o da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, da igualdade, liberdade e integridade, utilizando-se dos princípios de justiça e equidade na solução do caso concreto, para que se minimize o sacrifício, o desgaste e a angústia da parte autora. Todas as ações provenientes de infrações físicas, morais e patrimoniais necessitam de solução judicial e esse é o objetivo da responsabilidade civil, proteger as vítimas dos danos causados sob as normas do ordenamento legal.
--------	---	---

JULIA MOREIRA MARTUCELI
MONTEIRO

MARIA ELISA CARVALHO M
SANTOS, ANA BEATRIZ MA
DAPHNE PRADO GOMES
CARNEIRO, JÔNATAS FER
FORNITANI VITAL

Oral

AS INCERTEZAS DA JUVENTUDE
PERANTE SUA VIDA PROFISSIONAL

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o jovem contextualizado e o que se faz necessário no interior das instituições educacionais para alcançar a promoção da reflexão sobre as escolhas profissionais conscientes, que priorizem sempre a ética e os valores humanos. Dentro desse contexto, o trabalho norteou a seguinte problemática: Como a educação pode ajudar a minimizar as incertezas da juventude diante de sua vida profissional? Os efeitos do mundo contemporâneo começam a refletir no pensamento dos jovens, gerando incertezas na sua vida profissional. As empresas juniores proporcionam uma opção promissora por dois motivos: primeiramente, por tornar possível a conexão entre o aprendizado teórico e a prática, o que permite a reflexão sobre o fundamento venha a ser vivenciada ainda no processo de formação. A metodologia ativa propicia aos indivíduos, a elucidação dos conteúdos e o aprimoramento de habilidades por meio do protagonismo juvenil. Com amorevolezza, a religião e a razão, o sistema preventivo de Dom Bosco suleou as bases para uma pedagogia mais humana e libertária, propondo conceitos e valores transcendentos à experiência humana. Tanto em oficinas extracurriculares quanto as escolas técnicas muitas vezes são o primeiro contato com uma formação profissional, em ambos são desenvolvidos pontos como comportamento, expressão facial e corporal, linguagem, demonstração de interesse, traje, estrutura e revisão de currículo, dentre outros pontos cruciais que um candidato deve desenvolver antes de encarar o mercado de trabalho. Já a central de estágio permite colocar em prática tudo aquilo que foi ensinado na teoria, além de proporcionar o desenvolvimento das habilidades e competências individuais, no estágio também é possível identificar desde o início da carreira profissional as próprias dificuldades e deficiências, possibilitando assim o aprimoramento profissional precoce. As escolas precisam ir além das instruções teóricas, é necessário formar jovens seguros de seu futuro, ajuda-los a escolher uma carreira que esteja ligada as suas características e desejos, por esse motivo é importante as parcerias com palestras, psicólogos e pedagogos para que haja uma consultoria e análises de perfis com esses jovens para auxilia-los na possível escolha profissional. Foi possível observar no decorrer deste trabalho a importância que a educação juntamente com as propostas mencionadas neste artigo, tem para a juventude, a educação traz aos jovens um melhor entendimento sobre um todo, diminuindo ou até mesmo eliminando suas incertezas, e assim esta juventude consegue escolher com mais clareza um caminho a seguir diante da sua vida profissional.

JULIA PAVAN COVRE

ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA

Oral

AS INCERTEZAS DA JUVENTUDE
PERANTE SUA VIDA PROFISSIONAL

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o jovem contextualizado e o que se faz necessário no interior das instituições educacionais para alcançar a promoção da reflexão sobre as escolhas profissionais conscientes, que priorizem sempre a ética e os valores humanos. Dentro desse contexto, o trabalho norteou a seguinte problemática: Como a educação pode ajudar a minimizar as incertezas da juventude diante de sua vida profissional? Os efeitos do mundo contemporâneo começam a refletir no pensamento dos jovens, gerando incertezas na sua vida profissional. As empresas juniores proporcionam uma opção promissora por dois motivos: primeiramente, por tornar possível a conexão entre o aprendizado teórico e a prática, o que permite a reflexão sobre o fundamento venha a ser vivenciada ainda no processo de formação. A metodologia ativa propicia aos indivíduos, a elucidação dos conteúdos e o aprimoramento de habilidades por meio do protagonismo juvenil. Com amorevolezza, a religião e a razão, o sistema preventivo de Dom Bosco suleou as bases para uma pedagogia mais humana e libertária, propondo conceitos e valores transcendentales à experiência humana. Tanto em oficinas extracurriculares quanto as escolas técnicas muitas vezes são o primeiro contato com uma formação profissional, em ambos são desenvolvidos pontos como comportamento, expressão facial e corporal, linguagem, demonstração de interesse, traje, estrutura e revisão de currículo, dentre outros pontos cruciais que um candidato deve desenvolver antes de encarar o mercado de trabalho. Já a central de estágio permite colocar em prática tudo aquilo que foi ensinado na teoria, além de proporcionar o desenvolvimento das habilidades e competências individuais, no estágio também é possível identificar desde o início da carreira profissional as próprias dificuldades e deficiências, possibilitando assim o aprimoramento profissional precoce. As escolas precisam ir além das instruções teóricas, é necessário formar jovens seguros de seu futuro, ajuda-los a escolher uma carreira que esteja ligada as suas características e desejos, por esse motivo é importante as parcerias com palestras, psicólogos e pedagogos para que haja uma consultoria e análises de perfis com esses jovens para auxilia-los na possível escolha profissional. Foi possível observar no decorrer deste trabalho a importância que a educação juntamente com as propostas mencionadas neste artigo, tem para a juventude, a educação traz aos jovens um melhor entendimento sobre um todo, diminuindo ou até mesmo eliminando suas incertezas, e assim esta juventude consegue escolher com mais clareza um caminho a seguir diante da sua vida profissional.

JULIA PAVAN COVRE

Pôster

COMPLIANCE – EMPREGANDO DE MANEIRA SUTIL A ÉTICA NAS EMPRESAS

COMPLIANCE – EMPREGANDO DE MANEIRA SUTIL A ÉTICA NAS EMPRESAS Com o surgimento da Lei da Empresa Limpa (Lei nº 12.846/13), o Brasil começou a caminhar para uma “política de anticorrupção” e, então, surgiu o decreto nº 8.420/15, que regulamentou a Lei Anticorrupção Brasileira. Deu-se, assim, a implantação do Compliance, ou seja, a prática de obedecer a uma regra, uma lei ou um requerimento. Assim, o Compliance consiste em prevenir os efeitos considerados fraudulentos ou lesivos em uma empresa. Logo quando começara aplicar as regras e estruturas de um sistema de Compliance, houve implantação de uma mentalidade ética nas equipes, haverá uma infraestrutura contra a corrupção dentro das empresas. Então, para que toda essa estrutura seja formada, é preciso de um profissional da área jurídica, pois a empresa se depara com a responsabilidade jurídica, conforme demonstra logo no artigo 1º, que deixa clara a responsabilização objetiva (administrativa e/ou civil) de pessoas jurídicas: “Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.” (LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013., 2013). Como Ricardo Breier nos mostra em seu artigo “Atuação de advogado na área de compliance impõe desafios”, os programas de Compliance não somente organizam as empresas para que elas possam prevenir fraudes e corrupção e implementarem um código de conduta em seus colaboradores, mas também servem para delimitar a responsabilidade jurídica de todos. (Breier, 2014). O profissional da área jurídica, para a aplicação do Compliance, fica responsável por orientar o seu cliente para que ele possa aplicar o programa com a conformidade necessária, assim prevenir a ocorrência de atos que podem gerar responsabilidade no âmbito jurídico. Com todas as mudanças de paradigma, fez com que as empresas mudassem seu perfil e se reinventarem, caso contrário, perderia sua reputação, fator esse muito importante para a sustentabilidade empresarial. Por fim, ainda citando Ricardo Breier, as empresas atualmente só irão sobreviver se passarem transparência e confiança tanto no cenário público, como no privado. (Breier, 2014). REFERÊNCIAS: LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013. (1 de AGOSTO de 2013). DECRETO Nº 8.420. (18 de março de 2015). Breier, Ricardo (7 de FEVEREIRO de 2014). consultor jurídico. Acesso em 22 de agosto de 2019, disponível em conjur: <https://www.conjur.com.br/2014-fev-07/ricardo-breier-atuacao-advogado-area-compliance-impoe-desafios>.

JULIA SANTOS CESAR AGUIAR DE CARVALHO

NÁTALY MOREIRA MENDES
Helena Lellis Andrade de S
Toledo, IZABELA PEREIRA
LOURENÇO

Pôster

A proteção da privacidade e imagem nas mídias sociais

OBJETIVO: O presente estudo objetiva desbravar o mar da rede mundial de computadores e percorrer as medidas de segurança e proteção disponíveis aos seus usuários, que com muito custo e de forma árdua vêm sendo cravadas em garantias constitucionais e leis esparsas, uma vez que mesmo existindo há anos um respaldo jurídico para essa estrutura de proteção, ainda há acontecimentos que indicam um retrocesso nessas conquistas, por isso, o presente trabalho preza por destacar a importância da política de proteção e segurança de dados. PROBLEMA: Hodiernamente, estamos vivenciando uma série de embates políticos que estão redefinindo os rumos e posturas adotados por diversos países em relação a questões de proteção da imagem e demais informações pessoais, questões essas que permeiam todos os campos do direito e possuem potencial de produzir consequências gravíssimas caso divulgadas de forma errada, focando o presente estudo em um dos pontos críticos mais sensíveis veiculados pela mídia: a proteção das informações produzidas por gigantes da internet, assunto em alta nas principais pautas políticas e sociais do mundo, no Brasil o assunto está em vias de receber nova regulamentação, sendo necessário destrinchar os novos caminhos que se abrem. DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: o presente trabalho foi desenvolvido a partir do estudo do ordenamento jurídico brasileiro, estudo da matéria, doutrinas e pesquisas em sites de informação. Sobretudo, consigna-se que a atual ordem constitucional concede proteção ao espaço íntimo do indivíduo, vetando intromissões ilícitas em tal esfera. A citada proteção está positivada no art. 5º, inciso X da Constituição da República, segundo o qual são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. RELEVÂNCIA SOCIAL: este trabalho cunha sua relevância no fato que mesmo após duras batalhas para garantir avanços na área de liberdade de expressão e divulgação de dados governamentais, a população ainda não adotou uma postura firme, direcionando uma cobrança ao governo para que diligencie por uma gestão assertiva. CONCLUSÃO: conclui-se, assim, que as garantias dos direitos fundamentais, inerente a todo cidadão, vincula-se à ideia de dignificação humana, e guarda uma relação de intimidade com todos os nichos do direito, em especial, os que precisam de uma proteção positiva mínima diante de um histórico de ameaças já sofridos. Nesta oportunidade, esclarecer-se-á que a segurança de dados, da privacidade, e o respeito aos direitos passaram a ser pautas recorrentes, recaindo uma cobrança sobre os políticos brasileiros no sentido de tratar dessas questões, já que não havia no país legislação com objetivo específico de defender os dados dos usuários e definir responsabilidades relativas ao tratamento destes, surgindo-se, assim, a Lei Geral de Proteção de Dados.

JÚLIO MARCOS PEREIRA SALGADO

VINÍCIUS LAMIM DA FONSECA
FELIPE DE SOUSA ALENCASTRO
HUGO MARTINS

Oral

A DESINFORMAÇÃO CONGÊNITA E
SUAS IMPLICAÇÕES EM PROGRAMAS
DE POLÍTICAS AMBIENTAIS

OBJETIVO: O presente estudo objetiva demonstrar que mesmo com garantias de acesso a informação e divulgação de dados ter há anos um respaldo jurídico, ainda há acontecimentos que indicam um retrocesso nessas conquistas, por isso, o presente trabalho preza por destacar a importância da política de educação ambiental, defesa da liberdade e divulgação de dados. PROBLEMA: Hodiernamente, estamos vivenciando uma série de embates políticos que estão redefinindo os rumos e posturas adotados por diversos países em relação a questões ambientais, questões essas que permeiam todos os campos do direito e possuem potencial de produzir consequências gravíssimas para o Brasil, e para a humanidade, focando o presente estudo em um dos pontos críticos mais sensíveis veiculados pela mídia: a credibilidade das informações produzidas por entidades governamentais, assunto em voga nas principais pautas políticas e sociais do mundo, quando foram lançados rumores de que o Inpe estaria “vazando” informações estratégicas, quando na realidade esses dados são compartilhados livremente na rede mundial de computadores, por força da lei n 12.527/2011. DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: o presente trabalho foi desenvolvido a partir do estudo do ordenamento jurídico brasileiro, estudo da matéria, doutrinas e pesquisas em sites de informação. RELEVÂNCIA SOCIAL: este trabalho cunha sua relevância no fato que mesmo após duras batalhas para garantir avanços na área de liberdade de expressão e divulgação de dados governamentais, o cidadão médio e a sociedade brasileira como um todo, ainda não admoestam por uma interpretação efetiva desses dados, direcionando uma cobrança de postura governamental que diligencie por uma gestão assertiva. CONCLUSÃO: conclui-se, assim, que as garantias dos direitos fundamentais, inerente a todo cidadão, além de seu objetivo de sobrevivência, vincula-se a ideia de dignificação humana, e guarda uma relação de intimidade com todos os nichos do direito, em especial, os que precisam de uma proteção positiva mínima diante de um histórico de ameaças já sofridos. Nesta oportunidade, especialmente no que abarca a seara ambiental, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito expressamente previsto no artigo 225, da Lei Maior, mas que para ser efetivo é inexorável que o material informativo científico seja respeitado e divulgado, para que princípios consagrados como o da Prevenção, e o da Precaução sejam aplicados. Ademais, faz-se necessário a realização de programas e políticas públicas que deem voz e transparência a real situação do estado e da atuação de seu governo, a fim de que todas as pessoas possam cobrar uma postura adequada de seus representantes em um ideal de Democracia.

JÚLIO MARCOS PEREIRA SALGADO

Oral	O Planejamento sucessório no atual cenário do Direito de Família e Sucessão	<p>Diante da morte dá-se início a sucessão. Por sucessão entende-se aquele que vem depois. Suceder, portanto, no direito significa herdar. Antigamente a sucessão estava ligada a entidade familiar no sentido de que sucedia o filho mais velho a fim de levar a diante as crenças e práticas religiosas da família, sendo excluídos da sucessão as filhas mulheres e os demais filhos que não o mais velho. Com o passar do tempo a sucessão passou a se dar de forma isonômica entre os herdeiros, sendo assegurada como direito fundamental pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXX. Porém, no momento de se transferir os bens para o nome dos herdeiros, muitas questões foram surgindo, como por exemplo, famílias que entravam em conflito na busca da propriedade dos bens do falecido, conflito esse que, muitas das vezes, levava ao fim de negócios familiares. Ainda, com a morte uma série de procedimentos deveriam ser tomados de forma que, sem o devido planejamento os herdeiros acabavam por serem onerados de forma excessiva. Até mesmo, com o novo cenário das famílias presentes na sociedade, os seus integrantes podem ter interesses diferentes e conflitantes quando o assunto é sucessão de bens. Como forma de diminuir ditos conflitos e transparecer a transferência desses bens surgiu o instituto do planejamento sucessório. Trata-se de instrumento multidisciplinar utilizado para garantir eficiência, agilidade e segurança na transferência patrimonial. O que se tem na prática é que mesmo a simples escolha de Regime de bens que regerá um casamento influenciará nos direitos sucessórios por falecimento de um ente querido. Para a efetiva realização do planejamento sucessório tem-se disponível no direito o testamento em suas diversas formas, como testamento público, o testamento cerrado, o testamento particular, dentre outros; a doação em vida com reserva de usufruto como forma de adiantamento de legítima; e até mesmo o estabelecimento de holdings familiares em sua forma pura ou mista, dividindo-se a pura em de controle e de participação, dentre outros instrumentos. No presente trabalho, pesquisa ainda em desenvolvimento, pretende-se analisar o histórico da sucessão, o surgimento e o conceito do instituto do planejamento sucessório, definir alguns instrumentos disponíveis no direito para tanto, como os citados anteriormente, suas espécies, e ainda apontar suas implicações legais e suas limitações como é o caso da legítima. Para tanto, utilizar-se-á análise doutrinária, buscando assim a concepção teórica para a formação de opinião.</p> <p>Referência bibliográfica: DELGADO, Mario Luiz. Planejamento sucessório como instrumento de planejamento familiar. Disponível em . Acesso em: 22 de março de 2018 às 10:49hs; FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: Sucessões. volume 7. São Paulo: Editora Atlas AS, 2015;</p>	Kamila Rocha Ribeiro de Bragança	Luiza Helena Lellis Andrad Sodero Toledo
------	---	--	----------------------------------	--

Oral	OS ACIDENTES DO TRABALHO E A IMPORTÂNCIA DO USO DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	<p>Mesmo em pleno século XXI ainda é comum se deparar com empresas que sofrem com os altos índices de acidentes do trabalho, muitas vezes causados pelo não uso ou uso incorreto do Equipamentos de Proteção Individual. É evidente que as organizações em geral vêm passando por um processo de estruturação em relação à saúde e segurança do trabalho, porém ainda existe um longo caminho para que tanto as empresas quanto os trabalhadores possam compreender a real importância que se deve dar ao uso correto dos EPI, visto que ocorrem centenas de acidentes durante o ano. O objetivo deste estudo é compreender a real relevância da utilização dos EPI na prevenção de acidentes, e a partir daí, apresentar soluções práticas para que o Gestor de Recursos humanos possa aplicar nas organizações, visando promover a prevenção da saúde do trabalhador, e a conscientização sobre a importância do uso correto dos EPI. Esta pesquisa, além de apresentar a relevância do EPI, também irá oferecer possíveis soluções para promover a conscientização, buscando assim amenizar os riscos que os trabalhadores correm nas organizações. A metodologia realizada é através de livros e busca em bibliotecas acadêmicas, e informações do portal do Ministério da Previdência. De acordo com a Norma Regulamentadora nº 06 EPI é "(...) todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho". De acordo com o art. 19 da Lei nº8.213 de 24/07/91 acidente de trabalho é "(...) é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho". As ações práticas do Gestor de Recursos humanos na prevenção de acidentes e conscientização da importância do uso dos EPI são: Promover treinamentos contínuos e sistemáticos sobre os riscos e formas de prevenção tanto aos novos funcionários quanto aos mais antigos; Promover a conscientização através do exemplo e levantamento de dados; Amplo treinamento aos integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Apresentar ao trabalhador a realidade de que a sua segurança, é mais que um dever, é um direito; Estabelecimento de metas reais e possíveis de serem atingidas; Promover a segurança baseada no comportamento; Promover a mudança na ideia da origem do acidente; Dar voz ao trabalhador. Conclui-se que, os Equipamentos de Proteção Individual não devem ser vistos como únicos responsáveis pela segurança, afinal, de nada adianta disponibilizá-los e ensinar como usa-los se não houver o trabalho de conscientização, que deve ser sempre visar mostrar ao trabalhador que sua segurança, mais que um dever, é seu direito e por tanto deve zelar por ele, pois assim será beneficiado com saúde, bem estar e segurança em seu local e trabalho, além de favorecer o bom clima organizacional.</p>	KAREN CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA	José Augusto Paes Decca
------	---	--	----------------------------------	-------------------------

Oral

Educação Gerontológica e a Contribuição das Universidades Abertas para a Terceira Idade

O fenômeno do envelhecimento da população exige da universidade e da sociedade uma nova concepção de idoso, além da atualização de conhecimentos e propostas educacionais destinadas a essa parcela da população. Este artigo tem por objetivos discutir a importância da educação gerontológica como um processo de educação permanente e a criação das universidades abertas à terceira idade. Constitui-se numa revisão de literatura baseada em publicações científicas, de modo especial, artigos, livros e anais de congresso. O trabalho discute que a maioria dos programas destinados a esta população constituem-se como espaços para o atendimento das demandas biopsicossociais da população idosa e compreendem o envelhecimento como um processo natural e contínuo, que inicia já no feto e prolonga-se por toda a vida. Para a educação gerontológica, os idosos são considerados como possuidores de uma história pessoal e uma bagagem de conhecimentos que devem ser aproveitadas e potencializadas e seus professores necessitam de formação específica, para que, por meio de uma metodologia democrática, pluralista e participativa, favoreçam a troca autêntica de saberes em sala de aula, possibilitando uma aprendizagem significativa de conteúdos, que tenham valor prático, relevante para a vida do aluno idoso.

KAREN SIMÕES MONTEIRO

Oral Projeto Eucaliptos

O Projeto Eucaliptos é uma parceria entre o UNISAL e o Centro para a Juventude Eucaliptos, do Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida, no Jardim Peri, área de grande vulnerabilidade na Zona Norte da cidade de São Paulo. O início do projeto aconteceu em 16 de maio de 2019, no evento do curso de Administração “Desafio UNISAL”, com a palestra do ex-aluno de Pedagogia, Luiz Fernando Moura Brito que motivou os estudantes a criarem oficinas, palestras ou workshops sobre temas debatidos durante o curso, para aplicação concreta no projeto social Centro para Juventude (CJ), onde ele atua. As oficinas criadas pelos alunos abordaram temas como Realização Pessoal, Ser feliz com o que se faz, Carreira, Metas pessoais e profissionais e a utilização da tecnologia no Marketing Pessoal. Após ajustes nas oficinas e propostas e acompanhados pelos professores, os alunos iniciaram visitas mensais ao CJ, trabalhando com 60 (sessenta) adolescentes entre 15 e 17 anos. O projeto tem como objetivos: contribuir na formação humana e profissional de adolescentes e jovens atendidos no Centro da Juventude Eucaliptos; orientar as famílias quanto a direitos básicos e exercício da cidadania; fomentar a cidadania e atitude empreendedora e orientar sobre mercado de trabalho e entrevistas. Nas próximas fases propostas, o projeto prevê o envolvimento de alunos dos demais cursos do UNISAL, possibilitando, além de momentos ricos de aprendizagem, a possibilidade concreta de intervir na realidade local, contribuindo com a empregabilidade, o acesso à justiça e o exercício da cidadania dos jovens e suas famílias.

KAREN SIMÕES MONTEIRO

ROSILENE MARTINS SOUZA
LUCIMEIRE SANTANA DOS SANTOS
ROSÂNGELA SOUZA DOS SANTOS
INESSA EVELLYN FERREIRA
OLIVEIRA, Luciano Roberto
Castro Munari, MARIA CA
UEHARA PIRES, JUNIOR A
GOMES DE ORNELAS

Pôster

Retroanálise de um escorregamento na Rodovia dos Tamoios

A Rodovia dos Tamoios interliga as cidades de São José dos Campos e Caraguatatuba – SP. Atualmente, a rodovia passa por obras de duplicação e por vários momentos de interrupção das vias, devido aos deslizamentos de terra. Com o aumento da intensidade de chuvas sobre essa região, tem intensificado os escorregamentos translacionais, em que foram registradas mais de 23 ocorrências, no final de 2018 e início de 2019. Neste âmbito, a proposta desta pesquisa é de identificar os mecanismos que geram essas instabilidades através de ensaios de laboratório. No laboratório foram realizados ensaios de caracterização do solo e ensaios de cisalhamento direto, para determinação dos parâmetros de resistência. As amostras analisadas são do trecho km 73+280, lado Norte, trecho de subida da Rodovia sentido São José dos Campos. A retroanálise do escorregamento foi desenvolvida através do software SLOPE/W, da GeoSlope, que permite um estudo de diferentes métodos e realiza análises bidimensionais e tridimensionais, embasando-se na geometria do talude e nas propriedades analisadas no solo. Nestas análises, foi estudada a hipótese mais crítica, à presença da água no subsolo, onde se verificou o fator de segurança. O resultado obtido pela retroanálise identificou que se trata de um solo do tipo residual jovem, que possui pouca coesão e fator de segurança baixo, caracterizando a ruptura do solo.

KARINA CRISTINA SANTOS RAMOS

IGOR CRISTIAN DE ABREU

Entre maio e agosto de 2019, muitos casos de sarampo foram registrados no estado de São Paulo. Número que desde 2006 não era tão elevado. A falta de vacinação e de conhecimento da doença pela população tem grande causa nesse grande surto que o Brasil está vivenciando. Incluindo cidades do vale do Paraíba, assim como Lorena. O Sarampo é uma doença infectocontagiosa transmitida por secreções de vias respiratórias como gotículas eliminadas pelo espirro ou tosse. De acordo com o Ministério da Saúde, os primeiros sintomas do sarampo começam aparecer com 3 a 5 dias de infecção. Com o passar do tempo, podem se intensificar e indicar gravidade. A pneumonia é a principal complicação que pode ocorrer em adultos e crianças. Geralmente, quando há morte, é em decorrência a complicações da pneumonia. O sarampo pode ser prevenido através da vacinação. Cada estado tem uma campanha em curso. São Paulo quer vacinar 4,4 milhões de jovens de 15 a 29 anos. Até 8 de agosto, apenas 1,2 milhão de pessoas dessa faixa etária estavam protegidas – o número representa 27% da meta. A seguir, quem pode/deve e quem não pode/deve receber uma dose contra o sarampo: Bebês com menos de 6 meses: contraindicada a vacina em quaisquer circunstâncias. Bebês de 6 meses a 1 ano de idade podem tomar a vacina, dependendo da orientação. Crianças de 12 meses devem ser dada uma dose. Crianças de 15 meses devem receber a segunda dose. Crianças e Adolescentes que só tomaram uma dose devem receber a segunda dose. Adolescentes e adultos jovens, de 15 a 29 anos, devem receber mais uma dose, independentemente do número de doses anteriores. Pessoas até 29 anos de idade, em geral devem ter 2 doses na vida, com intervalo de 1 mês entre elas. Pessoas entre 30 e 50 anos de idade devem tomar 1 dose se não souberem seu estado vacinal. Pessoas com 60 anos ou mais de idade não precisam ser vacinados, mas podem. Mas não há limite de idade para receber a vacina. Algumas situações especiais, gestantes, contraindicada a vacina. Alergia a ovo, pode tomar a vacina se a alergia não for grave. Quem já teve sarampo não precisa se vacinar. As campanhas para a vacinação contra o Sarampo vem crescendo no mês de agosto, em decorrência do aumento dos números de afetados pela doença no estado de São Paulo.

Pôster	INTEGRAÇÃO DOS IDOSOS NO ÂMBITO SOCIAL BRASILEIRO: A desconsideração da Terceira Idade como pessoa jurídica capaz	Envelhecer pressupõe alterações físicas, psicológicas e sociais no indivíduo. Tais alterações são naturais e gradativas, devendo ser respeitadas socialmente. Futuramente, a população de idosos será superior à de crianças e adolescentes, portanto, é inevitável a comunicação sobre o presente tema para evitar a desconsideração desse grupo de pessoas. Para isso, o presente tema foi escolhido para entendimento no campo civil, para contemplação da cautela com a terceira idade dentro do meio social, visando à melhora na qualidade de vida dos que possuem idade avançada, com base na Constituição, que assegura as condições mínimas para um convívio adequado. Para tanto, a pesquisa foi realizada por meio de revisão doutrinária e documental, com ênfase na coleta de dados de moradores da região da Vila Paraíba, além de obras literárias voltadas para o assunto. Sendo assim, a fundamentação teórica foi construída por meio de posicionamentos de doutrinadores do direito, consideração da dignidade humana voltada para os idosos, contexto social e Estatuto do Idoso, relações familiares e interpessoais, por fim, fomentando a importância da estimulação para este grupo em questão. Dessa forma, o resultado encontrado se concentra na implementação da estimulação biopsicossocial do idoso, para o fortalecimento da empatia familiar, e para uma desmistificação na cultura que desvaloriza o antigo. Mas a sociedade ainda não evoluiu o suficiente para auferir o compromisso social em propiciar a eles um envelhecimento digno, como prometido, em especial, pelo Estatuto do Idoso. É dever do Estado e da sociedade, juntamente com a família, a precaução e a promoção da dignidade, em específico, em ocasiões em que não se pode dispor de uma autonomia ou em que aquela esteja vulnerável. Ademais, por meio das respostas ficou evidente que a terceira idade é julgada como pessoa jurídica incapaz, pois, infelizmente, ninguém questiona o fato do idoso ser considerado um incômodo pela família e sociedade, e essa convicção é frequentemente instigada. É preciso desmistificar a versão de que o idoso deve ser marginalizado perante a sociedade moderna. Envelhecer é se desenvolver para um novo momento da vida, que deve ser vivida sem empecilhos. É primordial o investimento em centros para cuidados com a velhice, assim como políticas públicas que evidenciem a gravidade do tema e gerenciem preparos especializados para os idosos. Afinal, todos são detentores do auxílio da lei em nosso país, devendo ser assegurados pela Constituição escrita, mas, principalmente, assegurados na prática do corpo social. BRASIL. Lei 10741/03 n. 10.741, de 1 de out. de 2013. Estatuto do Idoso. TÍTULO I Disposições Preliminares. Brasil, p. 25-28, out. [outubro]. Disponível em: . Acesso em: 21 ago. 2018 ZIMERMAN, Guite I. Velhice: Aspectos Biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed, 2000. 229 p.
--------	---	--

KAROLINE CARVALHO NUNES DE LIMA

ROBERTA GUIMARÃES GONÇALVES, Luiza Helena Andrade de Sá Sodero Tol

Oral

DEPRESSÃO: É POSSÍVEL DOMINAR QUANDO SE ESTÁ DOMINADO?

A pesquisa versa sobre a depressão e seus paradigmas tão emergente no contexto atual, haja vista que o tema é de saúde pública e que, portanto, deve ser amparado pelo Estado, com suportes psicológicos, clínicos, econômicos e sociais. Posto isto, primeiramente, segundo a autora Maria Salete Lopes Legname de Paula, em sua obra Depressão e psicodiagnóstico interventivo- proposta de atendimento, o contexto histórico da doença perdura desde a antiguidade, onde não havia um conceito científico concreto, mas sim, pensamentos religiosos, e suposições naturalísticas de filósofos, que também discursavam sobre diversas outras problemáticas. Com base nas divergências históricas, é válido uma reflexão preocupante, pois até os dias atuais os questionamentos perduram gerando interpretações equivocadas e contra a própria Dignidade da Pessoa Humana. Segundo, com fulcro no artigo 196 da Constituição atual como direito fundamental e dever do Estado, e mediante artigos científicos, pode se verificar os fatores que podem desencadear a depressão, suas manifestações presentes entre as crianças, adolescentes e adultos, bem como a relação da doença com o alto índice de suicídios, através da exploração de três casos reais. Terceiro, o estudo voltou se às jurisprudências que exemplificam as dificuldades enfrentadas pelas pessoas portadoras da doença ao tentar conseguir o afastamento laboral, o tratamento hospitalar e psicológico adequado, interligando os percalços do acesso à saúde com o que é assegurado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, bem como associando com os dizeres do autor Norberto Bobbio, em sua obra A era dos Direitos. Deste modo a pesquisa em andamento, inicia se também a busca por medidas alternativas que podem colaborar tanto com as informações relevantes e necessárias a população, quanto com no tratamento da doença. Assim, através da pesquisa de campo acerca do “Projeto Caminho Legal”, notou se um recurso contributivo para a aplicação imediata de um sistema público de saúde ampliativo, que recebe e atende inúmeras pessoas, e que, portanto, pode vir a ser aplicado em outros Municípios. Logo, temos uma forma de expansão do acesso a saúde, do respeito ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e consequentemente da responsabilidade do Estado.

KAROLINE CELESTINO DA SILVA

LARISSA LIBERATO DE LIMA
MATHEUS VINICIUS DERO
SOARES, MILLENA FERNANDES
FAGUNDES

Oral

IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Esse estudo tem como objetivos demonstrar a importância das relações interpessoais e como os conflitos afetam o ambiente de trabalho; explicar que o relacionamento entre os indivíduos afeta diretamente a organização; demonstrar a dissonância de interpretação devido a emoção e afeto de cada indivíduo; criar plano de inter-relacionamento para gerir conflitos dentro da organização. Método utilizado para esta pesquisa é revisão bibliográfica. É necessário conhecer como os processos interagem, as pessoas, os grupos, a cultura organizacional para que a empresa, analisando esses fatores, consiga almejar o sucesso da organização e diferenciação no mundo dos negócios, para destaque empresarial e gerir da melhor forma a empresa. Com o desenvolvimento das perspectivas do indivíduo, nota-se que as relações no ambiente de trabalho tornaram-se de extrema importância, não somente para que este sacie as necessidades sociais, mas também para o sucesso da organização. Conforme Moraes (2014, p. 127) “a organização se constitui numa rede de relações tecidas por indivíduos dotados de ideias, necessidades e sentimentos que estão, a todo o tempo, presentes nas interações sociais, refletindo como os indivíduos percebem e vivenciam a realidade”. Os sentimentos fazem parte do cenário organizacional, a maneira como as emoções são interpretadas interferem na qualidade dos relacionamentos que poderão afetar diretamente o clima organizacional, causando conflitos. Todo o momento o indivíduo convive com diversos círculos de pessoas em diferentes lugares, família, trabalho, igreja. A convivência em grupo é contínua e há uma necessidade de ser aceita para se aproximar, compartilhar histórias e valores (CARVALHO, 2009). Devido a esta troca de informações e valores poderão ocorrer os conflitos. O conflito de tarefa ou conflito cognitivo decorre da percepção de desacordo entre membros de um grupo sobre o conteúdo de suas decisões, podendo envolver diferenças entre pontos de vistas, ideias e opiniões. Conflito de relacionamento ou conflito emocional decorrem da percepção de incompatibilidade interpessoal, envolvendo tensão, irritação e raiva entre os membros dos grupos considerando suas possíveis consequências para o grupo (ALBUQUERQUE, 2012). Conclui-se que, quando visto de maneira construtiva, o conflito poderá se transformar em ferramenta de gestão, propiciando um clima organizacional favorável ao crescimento, com altos níveis de produtividade. Para que a empresa tenha eficácia em seus processos, bons resultados, produtividade e pouca rotatividade é essencial que se aplique um plano de inter-relacionamento para gerir as insatisfações e possíveis conflitos. Com isso é possível mensurar e observar onde estão ocorrendo as dissonâncias e conflitos que poderão ser solucionados de maneira mais rápida, sem afetar o clima organizacional e a produção, podendo também envolver os colaboradores, os quais contribuiriam com sugestões para resolução dos potenciais problemas encontrados.

KATHARINE FRANCINI SOARES
BRAGA LANDINI

André Luís Ortiz Pirtousch

Pôster

I Feira de Estágio e Empregabilidade:
Conectando Pessoas ao Mercado.

A problemática entre jovens universitários e sua inserção no mercado de trabalho cresce em níveis consideráveis. Visando a falta de capacitação técnica, experiência e networking com empresários e empresas da região, realizou-se nos dias 22 e 23 de Agosto de 2019 a I Feira de Estágio e Empregabilidade, do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Lorena, com objetivo de suprir tais carências de jovens de escolas técnicas, cursos profissionalizantes, graduações e profissionais em busca de recolocação, proporcionando a conexão mercadológica e capacitando futuros profissionais, transmitindo conteúdos atualizados e palpáveis para estimular o aprendizado de forma mais atual. Um evento que contou com empresas da região oferecendo oportunidades em estandes por todo o pátio da universidade, cadastrando currículos, e ofertando de cursos de línguas. Paralelamente o evento contou com Workshop de profissionais e professores influentes na área de gestão. Nessa ocasião a Empresa Júnior de Gestão do Unisal se fez presente com o apoio, controle e organização do evento de forma que todos os membros puderam atuar em diferentes seguimentos desenvolvendo habilidades técnicas e comportamentais. Na fase de planejamento EJAD atuou na prospecção de parceiros, divulgação do evento em escola técnicas e empresas, trabalhou na captação de patrocínio e em toda rotatividade do evento. Visando a empregabilidade dos alunos do Centro Salesiano, cursos técnicos e ex-alunos para que possam melhorar suas habilidades e sua atuação no atual cenário. Ao final do evento pode-se notar a grande adesão do mesmo e toda sua repercussão para alunos e empresas já que mesmo com pouco tempo de evento o feedback para a feira foi muito positivo e relevante abrindo portas para demais edições e vinda de novos parceiros com oportunidades, norteando o caminho e a ponte entre empresa e universidade, facilitando a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

LAÍS CRISTINA PEREIRA DA SILVA

PAULO AUGUSTO PIRES F

Pôster

INTRODUÇÃO AO DIREITO NO ENSINO MÉDIO

INTRODUÇÃO AO DIREITO NO ENSINO MÉDIO A educação é a base de toda sociedade que busca um desenvolvimento social, econômico e político. É de suma importância que a essa lacuna seja preenchida de forma gradual com o passar da idade. A escola de nível básico ao ensino médio tem um papel de suma importância para o desenvolvimento de crianças e jovens para o futuro. As coordenações de ensino básico ao ensino médio devem buscar formas de construir e desenvolver atividades que desenvolvam as personalidades pessoais dos alunos, para que assim possam contribuir com o desenvolvimento de toda uma sociedade, promovendo assim a sua formação humana dentro da comunidade em que vive. Nos dias atuais muito se ouve que nossas crianças são o futuro, porém a educação tem a possibilidade de ir mais além nesse desenvolvimento. A inserção de direitos fundamentais no ensino médio poderá ajudar ainda na capacitação desses jovens. A educação deve ser um elemento de construção social do aluno, preparando o mesmo para acompanhar as mudanças que acontecem nos dias de hoje. O acesso de informação e o acesso a justiça é um direito de toda a sociedade, porém para que acesso aconteça é necessário o conhecimento desses direitos. Ser cidadão implica em conseguir ser ativo na sociedade em que vive saber desde cedo seus direitos e deveres para que toda uma sociedade possa estar em equilíbrio. A inserção de matérias básicas no Ensino Médio trará aos jovens a consciência da importância da coletividade, do respeito mútuo seus direitos e deveres. O acesso ao conhecimento da justiça desde o Ensino Médio poderá trazer uma educação inovadora, onde o cidadão em formação poderá saber seus direitos e colocar em pratica sempre quando se sentir lesado. A intenção não é apenas a inserção do estudo do Direito, e sim um Ensino onde o jovem possa se ver e se sentir parte da sociedade, é não levar em conta sua cor, raça, religião, condição social, sua nacionalidade, nada disso terá importância. É fazer o jovem saber que ele tem acesso a justiça, que ele pode recorrer o Estado sempre que sentir lesado, é fazer com que o jovem se desenvolva para ser o futuro. Desde sempre se ouve que as crianças de hoje são o futuro de amanhã, mas como isso pode acontecer se o Estado não oferece o conhecimento? É necessário essa formação intelectual, é importante fazer o jovem entender como funciona a máquina da justiça , o motivo dela existir , sua finalidade, é mostrar em como o Direito faz parte da vida de toda a sociedade. Mas esse conhecimento só é possível na pratica, nos dias de hoje a desinformação é absurda, pessoas que só se baseiam por notícias apresentadas na mídia, pois não sabem onde buscar informações concretas, não conhecem nada dos direitos garantidos a elas mesmas. Educação é um direito de todos e não um favor que o Estado fornece. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos na realização do trabalho.

LARISSA CRISTINE MATEUS VILELA
SIMÕES

MARIA CAROLINA PEREIRA
SOUZA, LUANA ROBERTA
SEGNETTO PINTO, Paulo S
Araújo Tavares

Oral

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PSICOLOGIA: CIDADE E SUBJETIVIDADE

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PSICOLOGIA: CIDADE E SUBJETIVIDADE Muitos são os problemas presentes na realidade urbana, de modo que, políticas públicas que lidem com estas questões são essenciais. Estas políticas se dão através da mobilização dos poderes do Estado e da sociedade em geral, pretendendo proporcionar melhores condições de vida para os cidadãos, através de políticas de planejamento e inclusão. Como presente no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (BRASIL, 2001, p.1). Assim como na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, que tem dentre seus princípios básicos: direito à cidade, moradia digna, saneamento ambiental público, transporte público, função social da cidade e da propriedade, inclusão social, diminuição de desigualdades e combate à segregação urbana e à discriminação de grupos sociais e étnico-raciais (BRASIL, 2004). Contudo, apesar da existência de tais leis, o desenvolvimento urbano brasileiro é marcado pela ineficiência de políticas de planejamento, visto que, é verificado um histórico de negligência das questões ambientais e da qualidade de vida da população (principalmente a de baixo poder aquisitivo), que se reafirma nos dias atuais. Como cabe também à Psicologia o compromisso social com o espaço público, esta categoria profissional deve ocupar o contexto das políticas públicas em busca de soluções, através de seus conhecimentos e técnicas, como também da sua sensibilidade às demandas sociais, fazendo do psicólogo um importante agente social (SILVEIRA, et. al., 2007). O psicólogo Luís Antônio Baptista (apud CFP, 2010) vai além, ao propor que há expressões de subjetividades, assim como modos de subjetivação, na organização das cidades. Portanto, qualquer projeto de planejamento urbano possui dimensão subjetiva. Desse ponto de vista, o psicólogo pode ter à sua disposição uma ferramenta que revela o modo como o ser humano se comporta e dá sentido à sua vida em sociedade. Enquanto Guattari (1992), nessa mesma perspectiva, refere-se à cidade como produtora do destino dos homens e como é frequente o desconhecimento de que a realidade urbana é um meio de produção da subjetividade. Assim, o que se pretende com esse trabalho, é dissertar sobre a relevância da atuação do psicólogo no contexto das políticas públicas de desenvolvimento urbano e estimular a reflexão sobre a importância de se compreender o espaço urbano e toda sua historicidade, a fim de melhor compreender o homem que nele habita.

LARISSA DYENE CORREA DA SILVA

Walcyene Castilho de Ara

Oral	<p>RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO: O FLORESCER DO AFETO EM UMA ESCOLA PÚBLICA</p>	<p>RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO: O FLORESCER DO AFETO EM UMA ESCOLA PÚBLICA</p> <p>Este relato de experiência se baseia na aplicação de um projeto de estágio em psicologia escolar, em uma escola pública estadual na cidade de Lorena – SP. No decorrer do período de observação participante, em uma turma do 1º ano do Ensino médio, percebeu-se que a maioria dos alunos apresenta dificuldade de escutar uns aos outros e de se expressar, além de falta de autoestima, de interesse e de motivação em relação ao próprio aprendizado. Segundo Ceccon (1991), a escola, muitas vezes, não é um ambiente agradável para o aluno, fazendo com que, aos poucos, ele perca a motivação e se considere incapaz de aprender. Assim, por meio de um projeto de estágio, a intervenção nesta escola pretende desenvolver um trabalho que envolva os alunos na construção de um jardim, incluindo também, a coordenação e professores na atividade. Tendo em vista, que o conhecimento, na perspectiva de Vygotsky (1984 apud MAGALHÃES, 2014), é uma ação social que se constrói por intermédio de esforços cooperativos e para o autor: "Os sentidos vão sendo produzidos a partir das experiências individuais coletivamente partilhadas" (Vygotsky, 1998b apud Marques e Castanho, 2011, p 25). Nesse viés, segundo Magalhães (2014), é importante que a escola seja pensada não somente como instituição, mas também como um espaço social, servindo de ambiente onde a interação entre os jovens ocorre. Ainda de acordo com a autora, a relação que se estabelece entre os alunos está fortemente conectada aos sentimentos dos estudantes pela escola e pelos professores, à maneira que aprendem e seus sentimentos sobre si mesmos e sobre os pares. Slavin e Coll (1984, 1980 apud MEDEIROS, 1992), no que dizem respeito aos benefícios gerados pela organização cooperativa entre alunos, apontam para a promoção de relações que se caracterizam pela atenção, interesse, autoestima, respeito mútuo e ajuda, que se ampliam às relações com os professores e toda a escola. Esses grupos, pautados pelas interações cooperativas, são mais abertos e baseiam-se no interesse e motivação dos estudantes. Desse modo, o que se pretende com este projeto, é facilitar a formação de vínculo mais saudável e afetivo na socialização do grupo e estimular uma percepção positiva dos estudantes sobre si mesmos e sobre o papel que exercem na escola, fazendo com que se sintam pertencentes àquele espaço. Visa, também, uma contribuição positiva para a formação prática dos estagiários. Para atingir tais objetivos, além da construção do jardim, serão utilizadas dinâmicas de grupo.</p>	<p>LARISSA DYENE CORREA DA SILVA</p> <p>Gisele Karina leal da silva, MAJELLA FRAGA GOMES</p>
------	---	---	--

Oral	Desenvolvimento de um Sistema de Monitoramento Remoto de Sinais Cardíacos com Interface Web	<p>DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE MONITORAMENTO REMOTO DE SINAIS CARDÍACOS COM INTERFACE WEB As doenças cardiovasculares são atualmente a principal causa de morte no Brasil, segundo a Agência Brasil (2019), atingindo cerca de 30% da população. Devido a essa taxa elevada de mortalidade por complicações cardíacas, no decorrer do ano letivo foram analisadas as inúmeras possibilidades de desenvolver um sistema de monitoramento remoto de sinais cardíacos com interface web, que obtenha êxito em supervisionar os sinais vitais dos pacientes da rede privada e pública. Ainda dentro desse contexto, é de suma importância salientar, a eficácia da cardiologia preventiva, a qual melhora a saúde no curto e longo prazo. Sendo assim, foi desenvolvido o sistema mencionado, utilizando o software de processamento de dados denominado Processing, o qual utiliza linguagem Java para aquisição da forma de onda dos sinais vitais, mais precisamente os intervalos P, Q, R, S e T, junto a ele, o sensor cardíaco AD8232, o qual realiza a função de medir a atividade elétrica do coração. Esta atividade pode ser mapeada como um eletrocardiograma, de modo a fornecer os dados através de leituras analógicas. Os ECG's em sua maioria são ruidosos, o que acaba por dificultar a leitura dos sinais, neste módulo é utilizado um circuito eletrônico com o AD8232, um amplificador operacional que condiciona o sinal promove a obtenção de um sinal menos ruidoso. O AD8232 extrai, amplifica e filtra pequenos sinais biopotenciais que estão sujeitos a condições ruidosas, o que foi de extrema importância para a obtenção do sinal desejado. Além disso, é válido ressaltar que os eletrodos do AD8232, foi substituído por eletrodos de um ECG atestado e certificado pela ANVISA, visto a necessidade de possuir malha e evitar qualquer alteração na forma de onda requerida. O segundo passo do desenvolvimento do projeto proposto, incluiu a modificação dos inúmeros componentes que são necessários como: módulo de telefone, módulo de áudio e módulo bluetooth, que foram substituídos pelo módulo GSM Shield, utilizado para enviar e receber dados, por meio da internet do celular. A terceira etapa consistiu na elaboração da programação do módulo GPS Shield, que irá traçar a localização do paciente e enviar os dados em tempo real para a unidade de saúde local, ainda nessa etapa, foi possível enviar os dados adquiridos para o Google Maps. A quarta etapa do projeto será o desenvolvimento e aplicabilidade do aplicativo no celular, o qual já possui sua interface de visualização finalizada e denominada "Medical Easy", a ideia é fazer com que esse aplicativo seja instalado no telefone móvel do paciente, para que esse possua consciência real de toda a sua condição cardíaca, e também que seja sinalizado caso ocorra qualquer alteração em seu quadro clínico, e assim, busque atendimento o mais rápido possível. Com o projeto espera-se obter uma tecnologia de qualidade, facilitando relações a distância entre médico e paciente.</p>	LARISSA SILVA D AVILA	ANA LAURA MACHADO AB RAPHAEL TEIXEIRA FURTA MEDEIROS, WILLIAN JOSÉ GUIMARÃES, Regina Elaine Cabette, CARLOS DOLBER JAEGER
------	---	--	-----------------------	--

Oral	A importância do papel da escola e do professor no estudo em direitos humanos	<p>Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) os direitos humanos são aqueles direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. São garantias jurídicas universais, as quais protegem todos os indivíduos, sem exceção, a qualquer possível desrespeito a dignidade humana. Todavia, permeia pela sociedade uma névoa de desinformação e desinteresse para com o assunto, devido a prévia associação feita de que estes, só existem para favorecer os considerados marginalizados. Segundo a pesquisa "Human Rights in 2018 - Global Advisor" da Ipsos, a qual foi realizada em 28 países, incluindo o Brasil, com 23,2 mil entrevistados, a concordância com a afirmação de que os direitos humanos só beneficiam criminosos e terroristas se deu por mais da metade dos brasileiros entrevistados. Dados assustadores e incompatíveis, afinal, se tais direitos foram considerados primordiais por uma organização mundial, porque ocorrerá tanta aversão ao tema, e diante dessa sistemática, seria necessário analisar qual a possível raiz do problema no contexto atual. Diante disso, é possível elencar o papel primordial da escola para a criação e desenvolvimento de seres humanos conscientes. É essencial fornecer, desde cedo, além de uma formação referenciada nos direitos humanos, com respeito à dignidade humana, solidariedade e tolerância, mas, além disso um ambiente com segurança e conforto, para que crianças, jovens e adultos se sintam acolhidos, e conseqüentemente, possam desenvolver análises críticas e conteúdos relacionados aos direitos humanos, para que os mesmos possam observar, entender e respeitar as diferenças que, certamente, irão se deparar ao longo de sua trajetória humana. Além disso, embasar o ensino brasileiro em justiça social e democracia é primordial, a fim de impulsionar conhecimentos históricos no cenário local e global. Valer-se dos direitos humanos nunca foi tão primordial, já que, se analisarmos o contexto atual, é notório o rompimento e enfraquecimento de tais preceitos, e a incorporação destes deveria acontecer desde cedo tanto no núcleo familiar, quanto na instituição de ensino pública e privada. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é buscar, da melhor maneira, formas de se alcançar não só os direitos, ademais, um meio para que se possam alcançar os objetivos propostos, como por exemplo, elencar a matéria nas disciplinas curriculares brasileiras e criar atividades na de vivências cotidianas, promovendo mudanças culturais, já que é uma educação de natureza permanente. Possui tamanha relevância social se considerarmos que é improvável uma educação completa se não for analisado as diferenças e condições básicas a serem enfrentadas na sociedade. Para tal, utilizar-se-ão métodos bibliográficos e dedutivos para a realização do presente trabalho.</p>	LAVINSKY VIANA BEZERRA	BIANKA LARISSA RIBEIRO FERNANDES DE SOUZA, M KARINE JUVENAL DE ARRU SILVA
------	---	--	------------------------	--

Oral	Implantação do programa 5S em uma pequena empresa: um estudo de caso	<p>O programa 5S é uma das ferramentas que compõem o sistema da gestão da qualidade. Tendo o objetivo de aperfeiçoar e padronizar uma determinada atividade ou processo, chegando assim a devida eficiência e eficácia na organização, facilitando e colaborando para a satisfação daqueles que dependem do serviço. Mas é necessário ter profissionais capacitados e devidamente instruídos para que as ferramentas sejam aplicadas da maneira correta, pois senão pode correr o risco de obter resultados indesejados. O conceito de qualidade no setor da saúde é um requisito que requer muita atenção e dedicação para chegar a um elevado padrão de assistência, onde a qualidade é o fator na área da saúde em que todos os envolvidos estarão interligados, assim como são com os cinco sentidos da ferramenta que um é complemento do outro para que no decorrer da implantação se unifiquem. Além disso, o programa de implantação do 5S acarreta mudanças de hábitos que afetam principalmente a cultura organizacional, de modo que deve-se começar pelos gestores na alta cúpula da empresa e passada para os colaboradores, refletindo também mudanças comportamentais fazendo com que todos deixem o velho paradigma de lado. O estudo relata também possíveis falhas que ocorrem na comunicação empresarial e demonstra que a ferramenta é capaz de ajudar a alinhar esse aspecto para que não haja problemas na hora de tomar decisões. Este trabalho expõe sobre o desenvolvimento da gestão com conceitos e objetivos da ferramenta. O local de estudo escolhido foi em uma pequena empresa em Cunha, no interior de São Paulo, mais especificamente na Clínica Espaço A: saúde. Suas atividades na saúde se aplicam também na área de esportes com natação, hidroginástica, hidroterapia e zumba aquática, além de fisioterapia, psicóloga, nutrição e estética. Para mais, a pesquisa foi realizada com base em fatos e dados registrados de uma entrevista com o empreendedor da empresa, para demonstrar a importância da implantação da ferramenta 5S através da percepção. E mostrar os benefícios adquiridos para a organização devido a sua facilidade e simplicidade de implantação com poucos recursos, mas com alcance de grandes resultados. Logo, com o resultado da entrevista realizada, observou-se um pouco a falta de conhecimento sobre o tema por parte do gestor, porém a percepção de que é necessário a ferramenta para a evolução da organização é notório, sendo esse aspecto importante para que o objetivo da análise seja concluído. Portanto, gerou incentivo para o gestor buscar o estudo da ferramenta para que seja mais aprofundado e depois iniciar a implantação do programa com sucesso.</p>	LETÍCIA APARECIDA DE TOLEDO SILVA MOTA	Elcio Henrique dos Santos
------	--	--	---	---------------------------

Oral	Combate à violência sexual contra crianças e adolescentes com enfoque na implementação de educação sexual	<p>Com a adoção da doutrina da proteção integral pela CF/88, as crianças e adolescentes passaram a ser titulares de direitos fundamentais e surgiu o Direito da Criança e do Adolescente. Assim, a prevenção da ocorrência de violação dos direitos assegurados a este grupo é um dever de todos os entes federativos e dos cidadãos, consoante o art. 70 do ECA. Da mesma forma, o art. 227, §4º, da CF/88 previu que deve ser punido o abuso, a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes. A maculação aos direitos assegurados às crianças e adolescentes se destaca no mundo jurídico diante dos fenômenos de desrespeito à sua condição de sujeitos de direitos. Com isso, há necessidade de criação de formas de precaução, combate e de efetivação de sanções à prática de violência sexual contra este grupo. Neste cenário, nota-se que houve a criação de formas de investigação e punição da violência sexual. Contudo, o Brasil ainda carece de medidas de conscientização, prevenção e investigação nesse sentido. Destarte, a problematização do tema reside na forma de combater a violência sexual contra crianças e adolescentes, qual seja, a educação sexual nas escolas como disciplina regular, cumprindo as diretrizes da educação em Direitos Humanos, consagrada pela DUDH. Somente em 1997, é que, no Brasil, as questões relativas à sexualidade no contexto escolar se intensificaram com a introdução dos temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. No entanto, observa-se que não existe no Brasil qualquer lei que regulamente tal ensino. Assim, afere-se que a educação brasileira deve se adequar e atender à nova realidade social para incluir o ensino de educação sexual nas escolas como uma forma de conscientizar e prevenir eventual violência sexual. Destarte, é imprescindível que os docentes que forem atuar nessa área entendam as questões relativas à sexualidade para orientar e abordar com os discentes de modo problematizador, crítico e reflexivo. Com isso, os objetivos gerais da pesquisa são delinear os direitos assegurados às crianças e adolescentes quanto à sua dignidade sexual; analisar os meios existentes de prevenção, investigação e punição de violência sexual; e verificar o que seria a educação sexual como disciplina regular. Além disso, os objetivos específicos da pesquisa são examinar as espécies de violência sexual; averiguar a efetividade dos meios existentes de prevenção, investigação e punição da prática de violência sexual; e estudar a possibilidade de concretizar a educação sexual no ensino. Isto posto, a relevância social do presente tema se revela pela ocorrência de episódios de violência sexual contra crianças e adolescentes e pela necessidade de criação de mecanismos de prevenção de violações aos direitos assegurados às crianças e aos adolescentes. A metodologia a ser utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental. O presente trabalho se trata de dissertação do Mestrado, que se encontra em fase de andamento.</p>
------	---	--

Letícia Delfim da Mota Galvão de Assis Cardoso MARIA APARECIDA ALKIM

Pôster	Violência doméstica e familiar contra a mulher e a Lei Maria da Penha	<p>O presente trabalho possui o escopo de abordar acerca da temática histórica e sociocultural da conquista dos direitos das mulheres, levando-se em consideração a construção e consolidação desses direitos na sociedade atual, pretendendo-se evidenciar, principalmente, como esses direitos conquistados ainda são violados na esfera da sociedade moderna, em decorrência do enraizamento do pensamento machista, sendo um dos motivos pelos quais as mulheres ainda são os principais alvos de violência doméstica e familiar no Brasil. Frise-se, portanto, diante do exposto, que o Direito possui fundamental relevância para coibir a violência doméstica e familiar (violência física, verbal, psicológica etc), sendo o fito desse trabalho destacar a proteção dada pelo direito penal e direito processual penal às mulheres vítimas dessa violência, além de problematizar as falhas na execução e na aplicação da Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha – somando-se, ainda, a efetividade das medidas recentemente adotadas no país, como a criação de aplicativo que visa que mulheres vítimas de violência doméstica em eminente risco, acione a polícia imediatamente. Intentando-se evidenciar, além da problemática da violência doméstica e familiar sofrida pelas mulheres, a história da conquista dos direitos das mulheres, embaçada nos direitos humanos e direitos fundamentais, também encontrados na Constituição Federal, salientando-se a importância da igualdade de gênero. Retomando-se à construção histórica social, tem-se que, desde os tempos primórdios, a mulher foi colocada em posição de submissão ao homem, motivo pelo qual o machismo sempre vigorou na sociedade, e suas consequências se fazem tão presentes e negativas até os dias atuais. Nesse passo, tem-se que mesmo com o passar dos anos, os indícios de violência doméstica e familiar contra as mulheres ainda são alarmantes, demonstrando-se que a temática é de suma importância para a evolução da sociedade, fazendo-se com que se discuta acerca dos direitos humanos, princípios constitucionais, aplicação das leis penais e processuais penais e aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006, a fim de se encontrar uma solução para esse mal que assola a sociedade. Conclui-se, por fim, que as mulheres vítimas dessa violência silenciam-se em decorrência da ineficácia da proteção penal, razão pela qual se faz tão relevante e necessário discutir acerca deste dispositivo legal que visa proteger as mulheres, bem como problematizar a falha dos órgãos competentes para executá-lo. Para arrematar, salienta-se que embora existam vários dispositivos legais para a proteção da mulher contra a violência doméstica, há falhas na execução desses dispositivos, sendo este o ponto a ser abordado acerca da temática apresentada. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos na realização deste trabalho.</p>
--------	---	---

LETICIA FRANÇA NUNES DA SILVA

MAIELI LUANA RODRIGUEZ
MICHELE GOMES LIMA, L
MARIA DA SILVA TEIXEIRA

Pôster

ENTRE CAMBALHOTAS E RISOS – O CIRCO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

ENTRE CAMBALHOTAS E RISOS O CIRCO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO APRENDIZAGEM

O estudo tem como objetivo apresentar o trabalho realizado no projeto de extensão intitulado GGDSAL – Grupo de Ginástica e Dança do UNISAL, desenvolvido no Campus Liceu Campinas, com alunos/as dos diversos cursos e com a comunidade em geral. O referido projeto surgiu do interesse de contribuir com a formação profissional e pessoal dos/das participantes em muitos parâmetros, especialmente no sentido de promover reflexões sobre concepções, modos de pensar, analisar e interpretar a realidade em que vivem, trazendo à baila a diversidade da condição humana, como elemento fundamental para o processo educativo, proporcionando o entendimento da pluralidade social. É nesse contexto que nasce o trabalho com o circo, uma das mais antigas manifestações artísticas do mundo e, sua evolução se deu pari passu como os acontecimentos históricos, sociais, culturais, políticos das diversas épocas, desde a Idade Média, até os dias de hoje. O circo é uma junção de várias linguagens da Arte, tais como dança, música, teatro; além de trazer, também, os elementos acrobáticos da ginástica e a participação de animais, pelo menos num determinado período da sua existência. Atualmente, os estudiosos dessa manifestação apresentam três ramificações principais: Circo tradicional (visão romântica, que nos remete ao circo formado por artistas de uma mesma família, que viviam sob a lona; Circo novo (visão contemporânea, na qual já não mais existe a figura forte da família, há uma inovação no modo de fazer essa arte, incluindo outras linguagens artísticas, como teatro e a presença dos elementos acrobáticos das ginásticas) e os Artistas de Rua (que continuam a vivenciar essa arte de maneira simples e popular). Para além dessas ramificações, nosso trabalho foca no caráter lúdico o circo e como a alegria presente na materialização dessa arte nos remete a criança, aos jogos e as brincadeiras. É um estudo, inicialmente, bibliográfico por meio de artigos científicos, dissertações e teses, com intuito de mapear o material já existente sobre o assunto. Há uma vivência prática, que nos traz o lúdico como metodologia e nos transporta ao mundo infantil e suas possibilidades de aprendizagem, já que a Base Nacional Curricular Comum nos fala sobre direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e nos campos de experiências, entre eles corpo, gestos e movimentos. O trabalho se completa com a sistematização da experiência, num processo coletivo, baseada nos estudos de Oscar Jara Holliday (2006), com o intuito de compartilhar com os outros o aprendizado, isto é, o trabalho lúdico com o circo, como forma de conhecimento e desenvolvimento para criança. Todos os participantes da proposta se beneficiam na formação pessoal, mas nesse contexto os/as alunos/as de Educação Física e Pedagogia ampliam, não só sua formação pessoal, mas principalmente, a formação profissional.

LETÍCIA GIRÃO DE GODOY

ROBERTA CORTEZ GAIO, D
ROMUALDO GUIMARAES,
VITÓRIA DOS SANTOS RO
ISABELY CRISTINA PENID
ARAUJO

Oral	ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: Responsabilidade Penal e o Sistema de Garantia de Direitos	<p>Este estudo faz parte do Programa de Iniciação Científica, CNPq, e está vinculado ao Observatório de Violências nas Escolas, um núcleo de pesquisas, ensino e extensão do UNISAL, sediado em Lorena. O Sistema de Garantias de Direitos é um conjunto articulado de instituições que atuam para defender, garantir e efetivar os direitos da criança e do adolescente, previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8069/90), que os reconhece como sujeitos de direitos. O ECA prevê medidas com caráter pedagógico, sem sanções penais, a adolescentes que violem a lei, prova disso é que a violação de direitos cometida pelo adolescente não é considerada crime e sim ato infracional, ou seja, não se busca a punição do adolescente, mas a reeducação visando a ressocialização e o retorno à família e à sociedade. O problema: Qual o perfil dos jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas? Quais atos infracionais levaram os adolescentes a cumprirem a medida? Com a implantação da lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) está se efetivando a reeducação e ressocialização do adolescente? A investigação parte da hipótese de que nem sempre as medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes infratores assumem a perspectiva da reeducação e ressocialização. Assim, se tem como objetivos: levantar dados sobre as principais razões pelas quais os/as jovens estão cumprindo Medidas Socioeducativas em Meio Aberto; identificar o perfil dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto executado pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social); verificar como a equipe técnica que atende adolescentes em conflito com a lei avalia a articulação da rede de garantia de direitos; e analisar a efetivação da ressocialização e reeducação do adolescente. Trata-se de uma pesquisa exploratória e documental, visto que busca o levantamento de dados existentes no CREAS, e verificar como a equipe técnica que atende adolescentes em conflito com a lei avalia a articulação da rede de garantia de direitos. O desenvolvimento do estudo está sendo realizado em cinco etapas, a primeira foi realizada a revisão bibliográfica, na segunda etapa, foi obtido a autorização dos responsáveis na instituição e devidas providências. Na terceira etapa, em andamento, foi iniciado o trabalho de campo, sendo realizado a caracterização da instituição e análise de documentos. Na quarta etapa, será realizado a coleta de dados através de um questionário com a equipe técnica e socioeducadora. Na quinta e última etapa da pesquisa realizaremos a análise e integração dos dados. Relevância Social e Conclusão: A pesquisa deverá apontar dificuldades e potencialidades do trabalho em rede no que tange ao atendimento e garantia da proteção ao adolescente em conflito com a lei para que se possa compreender o funcionamento do sistema de garantia de direitos, a efetividade da lei do SINASE, e contribuir com os profissionais que trabalham na rede.</p>
------	--	---

LETÍCIA KATHLEEN DOS SANTOS LEMOS	MARIA APARECIDA ALKIM
-----------------------------------	-----------------------

Oral

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERRO MÉDICO

A ideia de responsabilização adveio do Direito Romano, onde a noção de restituição era amplamente ligada ao sentimento de vingança. Isto porque, segundo a Lei das Doze Tabuas, permitia-se ao ofendido causar à aquele que lhe prejudicou, dano da mesma medida. Com o evoluir das sociedades, a ideia de responsabilização perdeu seu caráter sentimental, esvaindo-se o sentimento de vingança atrelado à penalização pelo ordenamento. Conforme conceitua o art. 927 do Código Civil, "Aquele que, por ato ilícito causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo". Os termos do artigo acima apresentam o dever do causador do dano em restabelecer o "status quo res erant". Primeiramente, deve-se constatar que a existência do dano não abrange somente a existência de prejuízo material, mas a proteção da identidade, intelecto e imagem, devendo tal direito ser resguardado como um todo, a fim de garantir a plena proteção à individualidade do ofendido. Nesta senda, diante do constante crescimento do mercado de procedimentos estéticos, bem como do sucateamento da saúde no país, o estudo da responsabilidade médica torna-se assunto fundamental. Isso porque, tal responsabilidade baseia-se no contraponto entre a entrega dos resultados prometidos e o emprego da técnica necessária, podendo ser dividida em responsabilidade meio e responsabilidade de resultado. Por outro giro, deve-se considerar ainda que, a responsabilidade médica é subjetiva, devendo restar caracterizada a culpa do agente, visto que a concessão do dano moral por simples modismo poderia coibir sua liberdade profissional. Em contrapasso, deve-se resguardar o direito do paciente, que acredita cabalmente estar recebendo o tratamento adequado para a enfermidade que o acomete, e tem o direito de manter conservada sua integridade física, estética e psicológica. Portanto, diante do relatado, entende-se como adequado a manutenção da justa medida entre a defesa do paciente e a possibilidade de existência de falhas médicas não oriundas de imperícia ou de qualquer modalidade culposa. O presente projeto trás como objetivo a análise civil-consumerista da responsabilidade médica. Para tanto, busca conceituar e diferenciar os tipos de responsabilidade civil, bem como delimitar a linha tênue entre o ressarcimento do dano e o enriquecimento infundado, utilizando-se do estudo bibliográfico como metodologia de pesquisa. Pelo mesmo viés, a presente pesquisa justifica-se não somente na proteção ao consumidor/ofendido, mas também na garantia dos profissionais da saúde, em uma efetiva comprovação do dano causado, na culpa médica e na liberdade para o exercício da função.

LETICIA VIEIRA MAIA

ANA BEATRIZ SANTOS RAMOS
ANTICO, FÁBIO CARVALHO

Pôster

A LEI DE EXECUÇÃO PENAL E SUA
INEFICÁCIA SOCIAL: UMA REFLEXÃO À
LUZ DO MÉTODO APAC

O presente trabalho pretende colocar em pauta a falha estatal na recuperação e ressocialização dos detentos, apresentando medidas reeducativas que estão sendo adotadas nos presídios brasileiros através de entidades civis de direito privado e justifica-se pela responsabilidade do estado em promover a recuperação do condenado, como se encontra expresso no art. 1º da Lei de Execução Penal e no art. 144 da Magna Carta, que dispõem sobre as finalidades da pena, quais sejam: retribuição, prevenção e ressocialização. Assim, questiona-se: quais políticas sociais públicas estão sendo feitas para promover a ressocialização dos presos, pois os estabelecimentos prisionais existentes hoje levam o condenado ao isolamento, sendo que dentro dos mesmos, deveriam ser cumpridos todos os dispositivos elencados na LEP? Diariamente nos deparamos com a situação de crise do nosso sistema prisional. Sabe-se que não há investimentos públicos para a melhoria dessas prisões, estando os condenados em situação de puro descaso, sendo tratados como lixo, em meio a sujeiras e expostos aos mais variados tipos de doença. Em meio a esse panorama asfixiante surge a APAC (Associação para a Proteção e Assistência aos Condenados), que defende um modelo de prisão sem policiais, armas nem motins, onde os detentos têm uma cama individual e comida digna. Além disso, a APAC apresenta-se como auxiliar da justiça e da sociedade, trazendo de volta os direitos humanos aos recuperandos, resgatando seus valores sociais e cumprindo a finalidade da pena, tendo como objetivo fundamental a valorização humana para a possível reinserção na convivência social. Portanto, podemos considerar que a LEP é uma lei ineficaz socialmente, uma vez que seus dispositivos não são colocados em prática e que um presídio que aplica a metodologia APAC é infinitamente mais vantajoso para o Estado, visto que um preso na APAC custa um terço do valor gasto no sistema comum. REFERÊNCIAS GAMA, Jessica. A lei de execução penal a luz do Método APAC. Disponível em: <https://drajessicagama.jusbrasil.com.br/artigos/229836759/a-lei-de-execucao-penal-a-luz-do-metodo-apac> VALLINA, Lupe. Presídios sem polícia, uma utopia real no Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/24/politica/1503582779_209546.html

LETÍCIA VIEIRA SILVA

Paulo Sérgio Araújo Tavar

Oral	A aplicação da Justiça Consensual no âmbito criminal em cidades do Vale do Paraíba	<p>Todos os dias chegam às Delegacias de Polícia diversos casos para investigação, os quais demandam tempo e sobrecarregam tanto seus funcionários quanto o Judiciário. Dentre eles, casos complexos, de maior potencial ofensivo e infrações de menor potencial ofensivo. Demandas relacionadas aos crimes menos gravosos e de menor complexidade têm surgido cada vez mais e com maior frequência, razão pela qual, visando garantir a qualidade no atendimento e serviço à população, torna-se imprescindível a implementação de órgãos especializados para tornar mais ágil a atuação da Polícia Judiciária. O NECRIM (Núcleo Especial Criminal) foi um meio encontrado pela Polícia Civil do Estado de São Paulo, na forma de um órgão especializado, para colocar em prática a justiça consensual, auxiliando assim o Poder Judiciário na prestação de seus serviços. A atuação desse núcleo previne a instauração de um processo judicial, com todos os seus formalismos burocráticos, para alcançar o fim do litígio e uma penalização mais branda. Apenas uma cidade do Vale do Paraíba, Guaratinguetá, realizou a instauração desse núcleo, em 2009, que, embora tenha funcionado como uma ferramenta a mais na hora da solução de conflitos cotidianos, foi destituído por falta de investimento em servidores que pudessem efetivar o trabalho. A partir do desenvolvimento desta pesquisa buscamos ampliar o conhecimento acerca do tema e de como sua possível prática na região poderia ajudar. Durante visita ao NECRIM da cidade de Jundiaí-SP, foi visto que, após a elaboração do Boletim de Ocorrência, vítima e autor serão intimados a fim de que compareçam à Audiência de Polícia Judiciária, presidida pela Delegada Conciliadora, para a tentativa de conciliação. Ao fim da audiência, lavra-se um Termo de Composição de Polícia Judiciária e caso resulte em acordo entre os envolvidos, o Termo será juntado aos autos do procedimento administrativo e estes serão remetidos ao Ministério Público para manifestação, a qual será apreciada pelo juiz e, por fim, homologado o pacto, arquivando-se os autos. Com isso, mostra-se de suma importância e eficiência a instituição de NECRIMs nas principais regiões do Vale do Paraíba. Cidades como São José dos Campos, que conta hoje com mais de 700 mil habitantes, mostram-se perfeitamente aptas para a instituição do NECRIM, visando a redução das demandas judiciais e até mesmo dos conflitos sociais, propriamente ditos, pois traz à população uma proximidade com as Autoridades Policiais e incentivo à conciliação extrajudicial. Assim sendo, uma justiça restaurativa, de base integrativa e social, que se propõe intervir no problema criminal, construtiva e solidariamente, para resolvê-lo, sem conotação repressiva e confiando na capacidade dos envolvidos para encontrar fórmulas de conciliação e pacificação, tem grande influência positiva, pois busca concretizar a reparação do dano causado pelo delito, a reinserção social do delinquente e a pacificação das relações interpessoais e sociais.</p>	LIVIA MARIA DA SILVA TEIXEIRA PENA	PEDRO HENRIQUE DOS SA LIMA, MICHELE GOMES LI DE GOUVÊA PETTERSEN
------	--	---	---------------------------------------	--

Oral	<p>A CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA PRÁTICA DE PRÉ-INCUBAÇÃO PARA AS ATIVIDADES EMPREENDEDORAS DA COMUNIDADE HAITIANA NAS CIDADES DE AMERICANA-SP E SANTA BÁRBARA D'OESTE-SP</p>	<p>O presente projeto de extensão definiu como problemática a necessidade da criação de uma metodologia prática de incubação para empreendedores imigrantes haitianos, residentes nas cidades de Santa Bárbara D'Oeste e Americana, visando colaborar para a obtenção de renda e consequente melhoria de suas condições de vida. Dados preliminares obtidos em uma pesquisa de campo forneceu dados para identificar o perfil profissional e as dificuldades enfrentadas pelos haitianos no mercado de trabalho da região delimitada. A partir do problema citado e apresentado à dois haitianos, surgiu um novo questionamento: como iniciar uma agência de emprego, atendendo aos aspectos legais, físicos e humanos, e garantindo a obtenção de renda nesse segmento de mercado? Com base na pergunta acima, o projeto tem como objetivo utilizar o plano de negócio elaborado pelo Centro Universitário Salesiano (UNISAL) de Americana. O embasamento teórico projetado, neste trabalho, apresenta aspectos do empreendedorismo de impacto social, através da valorização da capacidade que os seres humanos desenvolveram na sua origem. Nesse sentido, o projeto buscou bases teóricas para compreender a relação capital-trabalho e os aspectos legais que garantem os direitos dos trabalhadores no Brasil. Para alcançar os objetivos definidos, utilizou-se os métodos de pesquisa bibliográfica e acadêmica, alinhados ao cronograma proposto. Sendo eles, pesquisa descritiva e pesquisa diagnóstico, ambos aplicados sobre o mercado no qual se destina a proposta da agência de empregos. Nota-se na pesquisa descritiva os gráficos, referentes aos possíveis clientes, que apresentam o grau de escolaridade, a dificuldade para conseguir emprego e quantos entrevistados estavam empregados no momento da pesquisa. As análises realizadas sobre os dados levantados pelos autores do projeto foram capazes de mensurar a relevância social que será atingida pelos idealizadores haitianos. O grupo de pesquisa utilizou-se de uma ferramenta de negócio, denominada de Metodologia Canvas e uma metodologia de Gestão denominada Plano de Negócios. O primeiro foi aplicado na fase inicial e forneceu, sinteticamente, as partes compostas pela empresa, sendo elas: proposta de valor, segmento de clientes, relacionamento com os clientes, canais, atividades chaves, recursos chaves, parcerias chaves, fonte de receitas e estrutura de custos. A segunda tem por objetivo mapear o projeto com maior precisão, através dos seguintes tópicos: Capa, Sumário, Sumário Executivo, Ideias Análise e planejamento do plano de negócios, planejamento operacional, gestão e financeiro, planejamento de logística e materiais, planejamento de tecnologia da informação, recursos humanos, Balanced Score Card (BSC), modelo de gestão e planejamento financeiro e orçamentário.</p>	<p>LUAN ROBERTO DE PAULA</p>	<p>ITALO DOS SANTOS, JULIA APARECIDA RODRIGUES D MATEUS FRANCISCO DOS</p>
------	---	---	------------------------------	---

Pôster	Fortalecimento do jovem em situação de vulnerabilidade social por meio de rodas de conversa	<p>Este trabalho é resultado do estágio profissionalizante em Promoção Social que vem sendo realizado há um ano, visando sempre a promoção e prevenção social, em um serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos para crianças e adolescentes executado por uma Organização da Sociedade Civil (OSC). Desta forma, está ligado a linha de pesquisa em educação sociocomunitária, pois o fortalecimento do adolescente, de acordo com Montero (2011), é um processo voltado para potencializar as capacidades do sujeito, a fim de desenvolver recursos para que ele possa atuar de maneira autônoma, consciente, crítica e comprometida sobre si mesmo e sobre a comunidade em que está inserido. Por meio da realização do diagnóstico institucional e comunitário foram observadas algumas demandas que precisavam ser trabalhadas com os adolescentes como: fragilização de alguns vínculos familiares, falta de confiança nas pessoas, baixa autoestima, baixo autoconhecimento sobre si mesmo, sentimento de desesperança, baixa perspectiva de futuro e sentimentos de solidão e desamparo. O objetivo geral da proposta é o de favorecer, por meio de rodas de conversa, o fortalecimento de vínculos afetivos dos adolescentes, neles mesmos e com o outro, por meio do acolhimento e desenvolvimento da autonomia. Além disso, a proposta é de extrema relevância social, pois visa desenvolver o autoconhecimento no jovem em situação de vulnerabilidade social e promover reflexão em torno da sua realidade social. Para que essa proposta fosse colocada em prática, primeiramente, foi estabelecido um vínculo na comunidade, por meio da observação participante, da pesquisa documental e de conversas informais com crianças, adolescentes e funcionários da instituição, visando a elaboração de objetivos construídos a posteriori. Em seguida foram consultados periódicos conceituados no meio acadêmico e obras de diferentes autores, com enfoque na área da psicologia social e comunitária e nos aspectos biopsicossociais do adolescente para proporcionar o planejamento da proposta. Após a estruturação do projeto, o mesmo foi discutido e aprimorado em supervisão. O foco da proposta se deu em discutir, por meio de rodas de conversas, com jovens entre 10 e 14 anos, temas que englobem a autoimagem, o autoconhecimento e a confiança nos jovens. Contudo, essa proposta pode contribuir para a expansão do conhecimento dos adolescentes deles mesmo, favorecendo a confiança nos outros, maior engajamento em atividades que se identifiquem e estabelecimento de autonomia, auxiliando, desta forma, esses jovens, a encontrarem melhores estratégias de enfrentamento de seus problemas de acordo com suas especificidades enquanto sujeito autônomo na comunidade em que estão inseridos.</p>
--------	---	---

LUANA FORTALEZA SELINGARDI Maisa Elena Ribeiro

Oral	<p>RODAS DE CONVERSA COM AGENTES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: um processo de subjetivação.</p>	<p>Este trabalho é resultado do estágio profissionalizante em Educação que vem sendo realizado há um ano numa escola de educação infantil, onde foi acompanhado a atuação das agentes de educação infantil. Após a observação da dinâmica da instituição percebeu-se algumas demandas dessas profissionais como: fragilização de alguns vínculos com os alunos, cansaço físico, esgotamento emocional e sensação de falta de reconhecimento da profissão. Esses impasses geram sofrimento psíquico, culminando no comprometimento da efetivação da prática profissional. Por isso, foi preciso desenvolver estratégias de enfrentamento em conjunto com as profissionais com a finalidade de favorecer processos de conscientização das relações e condições de trabalho, facilitar a comunicação e relacionamentos no contexto escolar e consequentemente auxiliar na saúde e qualidade de vida das agentes. Primeiramente, foi realizado um desenvolvimento teórico com enfoque na área da psicologia escolar e nos aspectos biopsicossociais do docente em situação de sobrecarga laboral. Em seguida, desenvolveu-se rodas de conversa com as agentes de educação infantil, na instituição, para discutir temas relacionados ao dia a dia no trabalho, possibilitando que essas profissionais entrem em contato com elas mesmas, bem como com os aspectos profissionais, éticos, sociais, culturais e políticos implicados do seu exercício profissional. Desta forma, o objetivo da proposta é de proporcionar uma reflexão sobre os aspectos positivos e negativos da atividade que exercem, possibilitando a experientiação e elaboração sobre as questões psicossociais envolvidas no trabalho. Tais reflexões tem como intuito favorecer o processo de conscientização e autonomia das participantes e, por isso, possui extrema relevância social, sobretudo na área da educação. A roda de conversa é uma técnica que utiliza-se do movimento reflexivo para trazer a tona algumas questões que precisam ser experienciadas, vivenciadas e significadas pelo sujeito. Por via dessa técnica, também dá início à um processo de possibilitar que o sujeito entre em contato com ele mesmo e, assim, encontre, por si, as suas respostas e o seu bem estar. Contudo, essa proposta pôde contribuir para a expansão do conhecimento das agentes de educação infantil em torno das situações estressantes que culminavam em esgotamento físico e psíquico, auxiliando essas profissionais a encontrarem, de maneira autônoma, melhores estratégias individuais e coletivas de enfrentamento de seus problemas cotidianos de acordo com suas especificidades enquanto sujeitos. Ou seja, o projeto pode contribuir, para a melhoria da qualidade de vida dessas profissionais, melhorando a relação delas com o ambiente de trabalho, com sua profissão e com as crianças.</p>	LUANA FORTALEZA SELINGARDI	Maisa Elena Ribeiro
------	---	--	----------------------------	---------------------

Pôster

Upcycling: a ressignificação da moda

Uma das causas principais para o aumento no consumo de produtos de Moda é creditada à estratégia comercial que se propõe a reduzir os processos envolvidos no ciclo de compra e os prazos de produção e distribuição dos novos produtos de moda denominada fast fashion, que tem o objetivo de satisfazer as exigências dos consumidores no tempo mais reduzido possível e de forma contínua, “[...] insaciável demanda dos consumidores de novidades, que se reconhece como a força motriz da fast fashion”. (Barnes e Lea-Greenwood, 2006; p.269). A indústria têxtil e de confecção passou, portanto, a gerar mais resíduos têxteis que, na maioria das vezes, são descartados de forma inadequada no meio ambiente. A partir de um cenário de insuficientes esforços para minimizar o estado de degradação ambiental, a pesquisa analisa formas de lidar e reduzir os impactos dos resíduos têxteis, como o upcycling. Diferente dos processos de reutilização ou reciclagem, o upcycling utiliza os materiais existentes para criar algo melhor que os originais. Requer criatividade para transformar matérias existentes em algo novo, paciência e visão para gerar um custo menor, pois os materiais usados custam uma fração do valor dos materiais já fabricados. Tais reflexões nos sugerem os seguintes problemas de pesquisa: como a indústria da moda pode inovar seus processos reutilizando insumos e contendo desperdícios? Quais os benefícios que a preocupação ambiental e a prática de atos que minimizem o impacto do processo produtivo ao meio ambiente podem trazer para as empresas do setor? Pretendemos, com essa pesquisa, fazer uma reflexão sobre a criação de um modelo de mudança que oriente as atividades na indústria da moda. Ao demonstrar os riscos e impactos ambientais causados pelos resíduos têxteis acreditamos também colaborar na divulgação de processos e iniciativas empenhadas na mudança de paradigma e ainda, contribuir com as indústrias da região com perspectivas para eliminar os impactos negativos que os resíduos causam.

LUANA PESSOA TEMPESTA

IZABELLI FERREIRA DOS SA
SARA ELIAS, Fabrizio Raca

Pôster

IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADE JURÍDICA E PSICOLÓGICA NO ÂMBITO ESCOLAR EM SUPORTE A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE (TODO TIPO) DE VIOLÊNCIA.

IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADE JURÍDICA E PSICOLÓGICA NO ÂMBITO ESCOLAR EM SUPORTE A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE (TODO TIPO) DE VIOLÊNCIA. A violência infantil física (incluindo a sexual), psicológica e a negligência parental atingem milhares de crianças e adolescentes no Brasil todos os anos. Muitos casos nunca chegam a ser denunciados, mas diante de que se tem conhecimento, o objetivo é reverter e sanar esse quadro. Baseando-se na LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão, a implementação de unidades dentro das escolas contendo profissionais das áreas jurídica e psicológica seria imprescindível para o desenvolvimento de bons resultados voltados ao propósito de criar mecanismos para prevenir e coibir a violência. Esse departamento é voltado para a realização de trabalhos de prevenção feitos com professores, pais e crianças, promovendo um curso de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, Crianças e Adolescentes. Também realiza o auxílio aos estudantes e suas famílias, mas principalmente aos estudantes que apresentam algum tipo de alteração comportamental, baixo rendimento ou evasão do ambiente escolar, os motivos que o levam a faltar com tanta frequência, e buscar soluções para reintegrá-lo. Ao ouvir os relatos, os profissionais identificarão o que é necessário ser feito em cada caso podendo, assim, dar a tratativa e acompanhamento dos mesmos, se trata de um caso do Judiciário ou acompanhamento psicológico, sendo possível a junção de ambos. O departamento atua em parceria com o Conselho Tutelar, Assistência Social e Poder Judiciário do município, tendo em vista que esses tipos de ocorrências necessitam de uma ação atuante por parte dos órgãos do governo, prestando todo auxílio necessário para solucionar definitivamente esse tipo de impacto cientificamente comprovado, que causa no adulto que essa criança será, nos valores que terá, na forma como verá seu próximo, seu futuro, sua vida. A criança negligenciada encontra, muitas vezes, na violência que sofreu a única forma de reagir, de responder as suas emoções e conflitos, pois cresceu observando e sendo tratada com violência, isso se torna pra ela a forma normal de se relacionar com o mundo, levando esse comportamento adiante em diversas áreas de sua vida, tendo, acima de tudo, problemas de relacionamento interpessoais. Deve-se moldá-los quanto à forma de se relacionar, a esperança, as oportunidades que o futuro lhes espera, com acompanhamento periódico de profissionais dispostos a buscar a transformação e renovação, semeando na criança de hoje um adulto melhor amanhã. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos na realização deste trabalho.

LUANA ROBERTA SEGHETTO PINTO

LARISSA CRISTINE MATEU
SIMÕES, MARIA CAROLINA
PEREIRA DE SOUZA, Luiza
Lellis Andrade de Sá Soder

<p>Oral</p>	<p>O Sistema Preventivo de Dom Bosco na perspectiva das juventudes do século XXI</p>	<p>O presente trabalho busca analisar o tripé do Sistema Preventivo de São João Bosco e sua eficácia para as juventudes do século vinte e um. Tal tripé se baseia na razão, religião e amorevolezza. Este sistema surge das experiências tidas por Dom Bosco desde a sua infância: da sua orfandade por parte de pai até as visitas aos jovens encarcerados, bem como durante todo o seu trabalho com os jovens da Turim do século dezanove, a qual passava - assim como toda a Itália - por grandes crises políticas e econômicas, que influenciavam e atingiam principalmente os jovens mais vulneráveis. Tal contexto não disponibilizava aos jovens, principalmente os mais pobres, ambientes que favorecessem seu crescimento espiritual, afetivo e profissional. As dificuldades de cunho social levavam os jovens a cometer certos delitos, justamente por não haver estruturas mínimas: familiares, socioculturais e educacionais. A partir do espírito de família desenvolvido no ambiente criado por João Bosco, os jovens encontravam uma formação que integrava fé e vida, cultivando os valores da religião e os de honestos cidadãos. Todo esforço de Dom Bosco tinha como busca não só prevenir os jovens de possíveis danos sociais, mas de educá-los. Esta educação tinha como base formar o jovem, dentro da sua realidade, tornando-o protagonista da sua própria vida. Tal projeto foi desenvolvido a partir da ótica do sistema educacional desenvolvido pelo santo. A pesquisa contribui para uma avaliação da aplicação e efetividade do método educativo nas obras salesianas no Brasil e para um parecer amplo dos valores cultivados pela Espiritualidade Juvenil Salesiana, e sendo assim no Sistema Preventivo de Dom Bosco. Utilizou-se, prioritariamente, o arcabouço do referencial bibliográfico salesiano. Dentre estes, destacam-se obras importantes da tradição Salesiana, como as Memórias do Oratório de São Francisco de Sales - estas de autoria do próprio Dom Bosco – os primeiros três volumes das Memórias Biográficas do santo, obras de análise da história e carisma da obra de Dom Bosco (volumes um dois e três), o Quadro Referencial da Pastoral Juvenil Salesiana bem como opúsculos e materiais que apresentam estudos acerca do tema proposto. Tendo feito uma análise da eficácia do Sistema Preventivo na história, deseja-se aqui analisar se o sistema proposto é válido e efetivo para as juventudes do nosso século e como aplicá-lo a partir das demandas do mundo juvenil – levando em consideração que atualmente falamos em “juventudes”, devido a pluralidade desta parcela da sociedade.</p>	<p>LUCAS GINAR ALBINO</p>	<p>CARLOS EUGENIO BARBOSA FERREIRA</p>
-------------	--	--	---------------------------	--

Oral

Bullying e as consequências na moral em Kant

O BULLYNG E AS CONSEQUÊNCIAS NA MORAL NA VISÃO DE KANT O presente trabalho se divide em três partes. Na primeira parte, tem como finalidade mostrar a definição de moral e também dos vícios segundo a visão do filósofo Immanuel Kant, que concebe a moral como um dos princípios normativos do imperativo categórico da seguinte maneira: Para que a moral kantiana possa ser compreendida se faz necessário que se compreenda o que significa um imperativo categórico. “O imperativo categórico seria aquele que nos representasse uma ação como objectivamente necessária por si mesma, sem relação com qualquer outra finalidade” (KANT, 2007, p. 50). Um imperativo categórico está ligado ao dever moral e que possui por finalidade atingir a todos. Todos os imperativos são expressos pelo dever. Somente um ser dotado da capacidade racional possui a faculdade de agir conforme a lei, ou seja, um imperativo categórico significa que para que uma ação seja considerada boa é possível ser considerada moral. Já na segunda parte deste trabalho, vem tratar da questão do que é a zombaria segundo a visão do filósofo que a compreende da seguinte maneira: Expor ao ridículo as falhas que são reais da pessoa, ou até mesmo suas supostas falhas, com o fim de despojá-la do respeito que merece, com a finalidade de fazer zombaria, tornam-se uma violação ainda mais séria do dever pelo respeito aos outros seres humanos. (Kant, 2003, p. 310). Atualmente, o termo zombaria já não é mais tão utilizado, pois hoje este termo deu lugar ao que hoje se conhece como bullying que por sinal tem o mesmo objetivo da zombaria que é expor a pessoa e suas falhas ou supostas falhas e fazendo com que a pessoa que é submetida seja desrespeitada pelos outros. Mas o objetivo deste trabalho é dar uma noção de como a prática do bullying acontece atualmente, rebaixando a sua dignidade por sua falha ou muitas vezes por seus atributos ou defeitos físicos. A terceira parte tem por objetivo mostrar como essa prática afeta a moral do ser humano e algumas possíveis consequências que o bullying acarreta na vida da pessoa e também os motivos que levam o agressor a fazer tal prática. “Normalmente vem de família desestruturada, onde há conflitos, falta de afetividade. Esse tipo de agressor não respeita normas e não aceita ser contrariado, geralmente está envolvido em pequenos delitos”. (CIDADE, 2008, p. 25). Segundo essa visão, a agressora tenta chamar a atenção para si de modo errôneo, pois ele sofre devido aos problemas familiares e para ele é uma forma de obter atenção para si. Esta prática que já é tão conhecida em nossa sociedade, deve ainda continuar sendo discutida no meio acadêmico, pois é nesse meio que ela acontece e também, é no ambiente escolar que ao notar deve-se procurar meios para que seja mostrado o quanto isso é prejudicial ao desenvolvimento tanto do que sofre como daquele que pratica tal ato.

LUCIANO FELIPE SILVA SANTOS

Sérgio Augusto Baldin Jún

Pôster	CATFISH: UM OLHAR JURÍDICO E PSICANALÍTICO PARA OS PERFIS FALSOS NA INTERNET E OS VÍNCULOS AFETIVOS FORMADOS A PARTIR DELES	De acordo com o dicionário Oxford (versão inglesa): catfish é pessoa que cria um perfil pessoal falso em um site de redes sociais para fins fraudulentos ou enganosos. As redes sociais se multiplicam e alcançam plataformas em dimensão ainda inimaginável. Há pouco tempo ainda, quando o acesso à internet se popularizou, as redes sociais eram, via de regra, lugares virtuais onde as pessoas se conectavam e se socializavam. A elaboração de redes se resumia a juntar pessoas, lembrar tempos e reviver memórias. Hoje, no entanto, cresce o número de mídias sociais que oferecem e disponibilizam serviços cada vez mais a contento da conveniência individual, ou seja, redes que saem do campo virtual para se integrar ao campo real. Exemplos atuais e certamente passageiros são os aplicativos hoje muito usados: Tinder, para a promoção de encontros afetivos; Uber, para caronas compartilhadas; iFood, para entrega de refeições. Considerando a introdução da realidade virtual e a primazia que assumiu na vida das pessoas em todo o globo, identificar nas mídias sociais o perfil desenvolvido pelos chamados "catfishes" dentro de uma pluralidade de perfis pode ser desafiador, sobretudo porque o anonimato promove um aumento exponencial desse tipo de comportamento social. Nesse contexto, identificar e estudar o comportamento dos catfishes é oportuno em função das consequências que começam a se revelar na sociedade contemporânea. Por intermédio da invasão da privacidade e da intimidade, os danos morais e os crimes cibernéticos manifestam-se, pautados pelo se fingir ser uma pessoa na internet e desenvolver laços de afetividade, sejam os vínculos propositais ou não. Os catfishes têm facilidade em mentir sobre quem são ou como se parecem em redes sociais que promovem o encontro face a face, mas a vida revela a verdade. Em outras palavras, os catfishes deixam de ser perfis fraudulentos na internet com intenções de se satisfazerem em algum aspecto e passam para o patamar de pessoas mentirosas, que possuem a intenção de cometer crimes que não só os cibernéticos, mas "bullying, intimidação, chantagem, calúnia, assédio, extorsão, espionagem, plágios, pornografia infantil, terrorismo, entre outros". O objetivo do projeto é, a partir da perspectiva da Psicanálise, entender tal fenômeno em todo o seu alcance, olhando para os sujeitos ativos envolvidos de forma particular, considerando a subjetividade e o funcionamento psíquico descritos por Freud. Parte dos esforços de se mapear o efeito Catfish é descobrir as motivações que impulsionam um usuário da internet a criar uma identidade virtual, chamado "perfil falso", e os aspectos emocionais que envolvem a vítima. A partir do prisma jurídico, o projeto busca legislações e jurisprudências que contemplem, pelo menos em parte (visto se tratar de uma prática relativamente recente e muito dinâmica), os crimes cometidos na esfera virtual. Além disso, busca as especificidades legais que dizem respeito à vida cibernética.
--------	---	--

LUDMILA JALKAUSKAS
MYCZKOWSKI

BIANCA SODRÉ CARBONE,
CAROLINA SILVA DOS SANTOS,
JÚLIA MARIA ROCHA DA SILVA

Póster

IDENTIFICACIÓN DE FALLAS EN
ESTRUCTURAS DE HORMIGÓN PARA
OBRAS VIALES EN CARTAGENA

La presente investigación busca profundizar en el estudio de este tipo de problemática en la construcción de obras viales en Cartagena ayudando a fortalecer los conocimientos técnicos sobre el tema, para analizar las causas de este tipo de fallas, que pueden ser ocasionadas por la mala calidad en los materiales utilizados, errores de diseño, procesos constructivos deficientes, control de calidad inadecuado, entre otras razones. Por lo tanto el entendimiento de las fallas más comunes de las estructuras de hormigón en las obras viales es de suma importancia para optimizar la conservación y mantenimiento de las vías urbanas en pavimento rígido.

LUIS FELIPE ACERO COTRINA

Pôster	Direitos Humanos e Sustentabilidade - A oferta de energia limpa por meio de fazendas fotovoltaicas	Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Maecenas porttitor congue massa. Fusce posuere, magna sed pulvinar ultricies, purus lectus malesuada libero, sit amet commodo magna eros quis urna. Nunc viverra imperdiet enim. Fusce est. Vivamus a tellus. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Proin pharetra nonummy pede. Mauris et orci. Aenean nec lorem. In porttitor. Donec laoreet nonummy augue. Suspendisse dui purus, scelerisque at, vulputate vitae, pretium mattis, nunc. Mauris eget neque at sem venenatis eleifend. Ut nonummy. Fusce aliquet pede non pede. Suspendisse dapibus lorem pellentesque magna. Integer nulla. Donec blandit feugiat ligula. Donec hendrerit, felis et imperdiet euismod, purus ipsum pretium metus, in lacinia nulla nisl eget sapien. Donec ut est in lectus consequat consequat. Etiam eget dui. Aliquam erat volutpat. Sed at lorem in nunc porta tristique. Proin nec augue. Quisque aliquam tempor magna. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Nunc ac magna. Maecenas odio dolor, vulputate vel, auctor ac, accumsan id, felis. Pellentesque cursus sagittis felis. Pellentesque porttitor, velit lacinia egestas auctor, diam eros tempus arcu, nec vulputate augue magna vel risus. Cras non magna vel ante adipiscing rhoncus. Vivamus a mi. Morbi neque. Aliquam erat volutpat. Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Maecenas porttitor congue massa. Fusce posuere, magna sed pulvinar ultricies, purus lectus malesuada libero, sit amet commodo magna eros quis urna. Nunc viverra imperdiet enim. Fusce est. Vivamus a tellus. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Proin pharetra nonummy pede. Mauris et orci. Aenean nec lorem. In porttitor. Donec laoreet nonummy augue. Suspendisse dui purus, scelerisque at, vulputate vitae, pretium mattis, nunc. Mauris eget neque at sem venenatis eleifend. Ut nonummy. Fusce aliquet pede non pede. Suspendisse dapibus lorem pellentesque magna. Integer nulla. Donec blandit feugiat ligula. Donec hendrerit, felis et imperdiet euismod, purus ipsum pretium metus, in lacinia nulla nisl eget sapien. Donec ut est in lectus consequat consequat. Ut nonummy. Fusce aliquet pede non pede. Suspendisse dapibus lorem pellentesque magna. Integer nulla. Donec blandit feugiat ligula. Donec hendrerit, felis et imperdiet euismod, purus ipsum pretium metus, in lacinia nulla nisl eget sapien. Donec ut est in lectus consequat consequat. Etiam eget dui. Aliquam erat volutpat. Sed at lorem in nunc porta tristique. Proin nec augue. Quisque aliquam tempor magna. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Nunc ac magna.
--------	--	---

Luiz Carlos dos Santos Junior

Pôster

Análise e Aprimoramento das Estimativas de Radiação Solar por Satélite GL a partir de Imagens GOES-16

Este trabalho, iniciado em agosto de 2018, tem como objetivo geral avaliar a qualidade das estimativas de radiação solar global inferidas pelo modelo GL1.2, operacional no CPTEC/INPE, utilizando as imagens do novo satélite geoestacionário GOES-16. O modelo faz uso do canal visível (VIS) dos satélites da série GOES e recentemente foi adaptado as imagens do canal 2 do sensor ABI/GOES-16, logo, faz-se necessário entender o desempenho do modelo com essa nova fonte de dados e, com isso propor aperfeiçoamentos ao algoritmo. Com esse intuito, realizaram-se comparações entre as estimativas por satélite GL1.2 e as medidas de superfície obtidas em 6 estações com diferentes condições meteorológicas e ambientais. Duas bases de dados de superfície foram adotadas: rede SONDA (Sistema Nacional de Organização de Dados Ambientais do INPE, Cachoeira Paulista e Brasília) e SolRad-Net (do inglês Solar Radiation Network da NASA, Alta Floresta, Cuiabá-Miranda, Ji-Paraná e Rio Branco). As análises foram realizadas para o ano de 2018, período no qual iniciou-se o uso das imagens ABI/GOES-16 pelo modelo GL1.2. Primeiramente, avaliou-se a correspondência entre as estimativas por satélite GL1.2 para diferentes escalas espaciais (1x1 pixel, centrado nas coordenadas da estação, e médias considerando grades de 3x3 e 5x5 pixels) e as medidas de superfície. Observou-se que os dados GL1.2 de 3x3 e 5x5 pixels são mais coerentes com os dados de verdade terrestre, mostrando valores menores de erro e de desvio padrão. Em seguida, com o propósito de avaliar o ciclo diurno de radiação estimado pelo modelo, selecionaram-se dias de céu claro para todas as estações, sendo que se identificou que o mês de julho apresentou maior disponibilidade de dias. Notou-se que o GL1.2 reproduz com boa qualidade o ciclo diurno de radiação solar global. Por outro lado, os maiores erros ($\pm 50 \pm 20 \text{ Wm}^{-2}$) ocorreram sobretudo nos horários próximos ao nascer e pôr do Sol. Ainda, procurou-se investigar o desempenho do modelo ao longo do ano. Os resultados preliminares sugerem que o GL1.2 estima satisfatoriamente a irradiância solar à superfície na escala diária, com erros geralmente inferiores a $\pm 10 \text{ W m}^{-2}$; entretanto, apresenta superestimativas consideráveis ($\pm 20 \text{ Wm}^{-2}$) para as estações localizadas na região Amazônica (Alta Floresta e Ji-Paraná), devido as simplificações adotadas pelo modelo GL1.2 para a refletância de superfície e concentração de aerossóis.

LUIZ FELIPE DAS NEVES LOPES

Pôster

10ª Edição do Projeto Dia das Crianças 2018 – EJAD/PROVIM

No Brasil, no dia 12 de outubro comemora-se o “Dia das Crianças”, data oficializada em 1924 por Arthur Bernardes. A partir de então, a data comemorativa remete à importância de valorizar, educar e oferecer à criança condições de desenvolvimento com saúde, dignidade e respeito. Neste cenário, a Empresa Júnior de Gestão e o EDESP PROVIM, realizaram no ano de 2018 a 10ª edição do projeto “Dia das Crianças”. O objetivo consiste em estimular os alunos de graduação a contribuírem efetivamente para uma melhoria de vida de crianças e adolescentes carentes, promovendo a cidadania e a solidariedade e, através de momentos de alegria e diversão. O projeto teve como marco inicial o planejamento, fase em que os membros da EJAD e do CEDESP definiram a data e local do evento, as atividades a serem realizadas e os alimentos e bebidas a serem servidos. Assim, foram traçadas estratégias para que fossem atingidos os objetivos da EJAD: a montagem e a entrega de 200 saquinhos-surpresa. Cada membro foi responsável por prospectar empresas patrocinadoras, as quais doaram a quantia de R\$ 50,00 cada; já os demais, conseguiram recursos através de doações. Ao total, a EJAD arrecadou a quantia de R\$664,00, gastos com o aluguel da barraca de pipoca e algodão doce, compra de picolés, pequenos brinquedos e alguns doces. A maior contribuição recebida foi em chocolates, guloseimas, pipocas, balas e pirulitos, doados pelos alunos e por professores do UNISAL. Conseguiu-se um grande envolvimento dos alunos, pois a quantidade de saquinhos-surpresa montados ultrapassou a meta estipulada, chegando a quase 250 saquinhos com vários doces sortidos. A comemoração se realizou no dia 24 de outubro de 2018, contando aproximadamente 200 crianças e adolescentes, em dois períodos, em uma chácara no bairro Cidade Industrial, em Lorena. As crianças se divertiram na piscina do local, jogando futebol e jogos de mesa. Um dia gratificante aos envolvidos, que puderam observar em cada criança a alegria e a euforia com que aproveitavam o dia, mesmo em tempo nublado. Este projeto, através de seu cunho social, impacta positivamente essas crianças e suas famílias, proporcionando um dia de descontração e de brincadeiras, o qual talvez elas não tivessem a oportunidade de vivenciar se não fosse pelo projeto. É importante abordar este tema, visto que nem todas as famílias possuem condições de oferecer lazer e recreação a seus filhos, sendo que na maioria das vezes, não possuem nem o básico para a sobrevivência. O projeto “Dia das Crianças” proporcionou a estas crianças exercerem o direito de brincar e no dia dedicado a elas. Além de promover a cidadania dos alunos, a iniciativa agregou aos membros da EJAD a experiência em realizar o planejamento dos recursos, elaboração de cronograma, controle do orçamento, traçar estratégias para alcance dos objetivos e praticar a comunicação e o trabalho em equipe, visto que o projeto só obteve sucesso por conta da somatória dos esforços de todos os participantes.

LUIZ GUILHERME DA SILVA CORREA COUTO

LORAIN BEATRIZ UBIRAJA SANTOS

Oral

A virtude como caminho à felicidade proposto por Aristóteles no livro *Ética a Nicômaco*.

Para Aristóteles, a virtude é um caminho para a felicidade na qual os homens podem alcançar mediante o bom agir. Partindo desta perspectiva aristotélica, propõe-se investigar a relação que existe entre virtude e felicidade, partindo da leitura do livro *Ética a Nicômaco*, a pesquisa em outros materiais e selecionando as informações para a posterior redação do artigo. O filósofo, divide as virtudes em dois grupos distintos: uma moral e outra intelectual. A virtude intelectual depende mais do ensino, precisando assim de experiência e também de tempo. Com efeito, na virtude moral, a aptidão para a virtude decorreria da força do hábito, da prática, e, por tanto, da ação social. Do mesmo modo, é evidente que nenhuma delas é gerada em nós por natureza, visto que nada que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito. Neste sentido, o que se deve considerar primeiramente é que as virtudes morais são, por natureza, destruídas pela falta e pelo excesso; de fato, o vigor é perdido pelo excesso como pela falta de exercícios. Aristóteles aponta que haveria uma última virtude moral, a justiça, a qual é o princípio de toda ação virtuosa e estaria acima das outras. A justiça é, portanto, a suprema virtude, ela é a única virtude que influencia de modo direto todas as outras, visto que sem o princípio de justiça não há como praticar ações virtuosas. Segundo a filosofia aristotélica, todos os homens têm como finalidade natural ter uma vida boa, justa e feliz. Assim, deixa claro que o bem e a finalidade do homem é a felicidade, que a definia como a atividade de uma vida completa segundo a virtude, o que faz pensar que a felicidade é concebida como um desenvolvimento harmonioso de todas as virtudes e as capacidades humanas, isto é com um fim complexo que compreende em si vários tipos de ações. A filosofia aristotélica considera que a amizade é uma virtude necessária para as pessoas felizes, pois por ela as pessoas se relacionaram umas com outras o que fará posteriormente que essa felicidade se multiplique. Considera que a amizade é muito mais importante que a justiça porque quando os homens são amigos, a justiça é desnecessária. Então, é preciso dizer que homem só não pode conseguir sua felicidade plena porque ele é um ser, por natureza, político. Assim, é na cidade (polis) que acontece a completude da felicidade, porque o homem somente pratica as ações virtuosas na polis e não teria sentido algum ele ser virtuoso se não fosse pelo motivo de a compartilhar com demais cidadãos. Segundo Aristóteles, a felicidade entendida na polis deve visar sempre o bem comum dos cidadãos. Quem age em vista do bem comum vive feliz. Portanto, a felicidade é a arte de viver bem e é o bem supremo sob o qual todas as ações do homem estão voltadas. A partir desse processo, chegou-se ao entendimento que a felicidade e a virtude estão relacionadas, mas também que esta felicidade deve ser vivida junto com a polis, pois o homem é um ser por natureza político.

MARCOS ANTONIO DE JESUS
BOGADO BARBOZA

Pôster	ESTUDO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA POR MEIO DA DANÇA	<p>ESTUDO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA POR MEIO DA DANÇA: CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES Este trabalho tem como objetivo apresentar os estudos realizados no projeto de extensão intitulado GGDSAL – Grupo de Ginástica e Dança do UNISAL, que acontece na unidade Liceu em Campinas/SP, sobre a cultura afro-brasileira, por meio das danças. As danças afro-brasileiras, diferente do que se pensam, elas nascem no Brasil com influências do povo africano que aqui estiveram, nos mais de 300 anos de escravidão. O estudo realizado no GGDSAL sobre as danças afro-brasileiras tem como objetivo contribuir com a formação de professores/as dos cursos de Educação Física e Pedagogia, pois em janeiro de 2003 foi sancionada a lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer que propõe as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras, diretrizes emitidas em complementação aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Com a Base Nacional Curricular Comum fica claro que cada escola é responsável pelo seu projeto político pedagógico, mas os temas contemporâneos e transversais devem ser trabalhados, conforme os documentos já existentes, assim em relação a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena temos: Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/200422. Os estudos realizados pelos participantes do projeto GGDSAL, para além de vivenciar as danças, ritmos, vestimentas e sentir as emoções que emanam das coreografias elaboradas a partir do contexto cultural histórico, o relevante é pensar como trabalhar a temática das relações étnico-raciais por meio das danças, com o objetivo de combater o racismo, a discriminação e o preconceito ainda presentes em vários espaços, inclusive na escola, nos últimos séculos da história do Brasil. Busca-se, primeiramente, por meio de estudos bibliográficos, a realidade que envolve o povo africano trazido ao Brasil, do século XVI ao XIX, de forma desumana, vindo para substituir a força de trabalho dos índios, como mão de obra escrava. Num segundo momento, investiga-se as danças geradas fruto da fusão das culturas africana e brasileira, levantando suas características, movimentos, ritmo e conceito. A vivência é o ponto alto do trabalho e a coreografia que nasce dessa experiência é socializada em diversos espaços, promovendo a divulgação que possa, não só promover o conhecimento, mas a valorização dessa cultura. Já foram estudadas pelos membros do GGDSAL o Maculelê, a Capoeira e o Samba e os resultados socializados na Semana Cultural, na Semana da Vida e no Festival, eventos que acontecem todos os anos na universidade, campus de Campinas.</p>	MARCOS UBIRATAN DE ROSA GOMES DA SILVA	DANIELA ROMUALDO GU... MARIANA CRISTINA SILVA... ERNESTO, DANIEL FERNAN... SILVA, ROBERTA CORTEZ...
--------	---	---	--	--

Oral	A Criminalização do Stalking	<p>A CRIMINALIZAÇÃO DO STALKING O tema stalking refere-se à prática de invasão à vida íntima do ofendido, por meio de uma perseguição obsessiva ou insidiosa. Dessa maneira, o stalker adentra o inconsciente de sua vítima, restringindo a sua liberdade. O termo é derivado da língua inglesa, significando “atacar à espreita”. Um exemplo do caso foi o que envolveu a apresentadora Ana Hickman e um suposto fã, Rodrigo Augusto de Pádua. Esse perseguidor obrigou o cunhado de Ana, fazendo uso de arma de fogo, a levá-lo até o quarto onde a apresentadora encontrava-se, fazendo as vítimas de refém enquanto proferia palavras de baixo calão. Ao fim, o stalker acabou falecendo nas mãos do cunhado, numa tentativa de salvar a vida dos demais. É indubitável que o maior problema do Brasil no combate a esse tipo de conduta se encontra no âmbito jurídico. Nossa legislação não tipificou a perseguição de forma direta e específica, respondendo o agente, no máximo, por uma contravenção penal, nos termos do art. 65, da Lei de Contravenções Penais: “molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável. Pena: prisão simples, de quinze dias a dois meses, ou multa.” A penalidade branda cria, inevitavelmente, uma sensação de impunidade. Destaca-se que qualquer pessoa está sujeita a tornar-se potencial vítima dessa prática, mas percebe-se que, na maioria dos casos, o pólo passivo é formado por mulheres, e o ativo por homens, e a perseguição costuma se dar no final de relacionamentos amorosos. Nessas situações, é cabível a aplicação de Medidas Protetivas de Urgência, se o stalking é cometido no âmbito de relações domésticas. Seria necessária a elaboração de lei que tipificasse tal perseguição, para devida punição e inibição de condutas prejudiciais. Nesse sentido, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, há pouco, 2 projetos que, na prática, transformam o stalking em crime, e aumentam a pena do delito. O projeto de lei nº 1369/19, tipifica o crime de stalking, trazendo em seus § 1º, 2º, 3º casos de aumento de pena (quando para a execução do crime reunir mais de três pessoas, emprego de arma, violação do direito a expressão ou se o autor por meio eletrônico simular ser outras pessoas), em seu § 5º apresenta a sua forma qualificada, quando o autor for íntimo da vítima. No art. 2º da traz a possibilidade da autoridade policial aplicar medidas cautelares que se fizerem necessárias. Já o projeto de lei nº 1642/19, além de trazer a tipificação do crime de stalking também aumenta a pena de prisão simples (quinze dias a dois meses, ou multa) para reclusão, de um a três anos, e multa. Além disso, traz em § único, que se a vítima for mulher “independentemente da conduta ser praticada em ambiente doméstico ou familiar, poderão ser adotados os instrumentos protetivos previstos na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006”, dessa forma além de aplicar pena mais gravosa a vítima também poderia fazer uso da medida protetiva para resguardá-la.</p>	MARIA CLARA CORDEIRO DA SILVA MACHADO	GIOVANNA FERREIRA DE L... Thalita Silveira, YASMIN O... FREIRE DIOGO
------	------------------------------	--	---------------------------------------	--

Pôster

Análise do comportamento cognitivo do judiciário frente a livre iniciativa e os novos modelos de mercado

OBJETIVO: O presente trabalho visa trazer à baila a discussão recente sobre a relação de trabalho entre motoristas e o aplicativo denominado “UBER”. PROBLEMA: A evolução social se dá em nível extremamente avançado e o direito como uma ciência social deve acompanhá-la, sob pena de haver lacunas legislativas que desamparam o cidadão. Neste sentido, é de suma importância a análise legislativa sobre a relação de trabalho entre os motoristas e o aplicativo “UBER”, já que os tribunais possuem decisões dispares acerca da temática, principalmente sobre a existência ou não dos elementos caracterizadores da relação de emprego. DESENVOLVIMENTO: As polêmicas e atuais decisões dos Tribunais discutem sobre a existência ou não dos requisitos reguladores da relação de emprego, quais sejam, pessoa física, pessoalidade, habitualidade, onerosidade e subordinação. Além disso, senão há relação de emprego, seria esta uma parceria ou a terceirização da atividade fim da empresa? Em que pese o aplicativo não se posicionar como prestador de serviço, em recente decisão a 15ª Turma do Tribunal de Justiça de São Paulo e a 37ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, entenderam estarem previstos os supramencionados requisitos. Desta forma, necessário o surgimento das novas tecnologias, as quais trazem novas prestações de serviço e maior crescimento econômico, no entanto, não se pode olvidar dos princípios legais, principalmente o princípio da proteção ao trabalhador, o qual visa equalizar a relação de hipossuficiência deste para com seu empregador, sob pena fazer com que fiquem “escravos” dos novos aplicativos tecnológicos. CONCLUSÃO: Por fim, entende-se que o mundo vem sendo radicalmente mudado pelo uso das novas tecnologias e o direito deve acompanhá-las para que não haja injustiças. Nesta senda, faz-se necessária a conciliação e união entre estes dois institutos de extrema relevância, para o crescimento de uma sociedade com mais oportunidades, bem como justa e igualitária. RELEVÂNCIA SOCIAL: O trabalho é de suma relevância social, pois discute um tema novo, em pauta nos Tribunais do trabalho, cujas decisões impactarão diretamente a priori nos trabalhadores e a posteriori a sociedade.

MARIA CLARA NOVAES DA SILVA

LUIZ PAULO RIBEIRO DE L

DIEGO GONÇALVES DE OL

JÚLIO MARCOS PEREIRA S

Pôster

Famílias Ectogenéticas: os direitos dos embriões in vitro

A sociedade vive em constante transformação, em razão disso, cabe ao legislador acompanhar tal progresso por meio da elaboração de novas normas, com o intuito de satisfazer a pretensão do jurisdicionado em tempo razoável e de forma justa, para que então sejam atendidas as necessidades próprias e adequadas para o bem estar de cada povo, como forma de reconhecimento do meio em que cada pessoa vive. A família, é um dos maiores exemplos das transformações sociais, haja vista suas variadas instituições e diversas maneiras de formação, portanto é de grande importância a repersonalização das relações familiares, para que os interesses mais valiosos da pessoa humana, como a solidariedade, afeto, respeito, amor, a convivência, e principalmente o desejo em permanecer unidos na vida, sejam atingidos. É em meio a diversificação social que surge a formação das Famílias Ectogenéticas e a importância de se estudar a sua formação, os direitos oriundos e as consequências jurídicas decorrentes a partir desta, haja vista que trata-se de um tema que vem se constituindo e se adaptando à realidade. É válido lembrar, um marco histórico que provocou uma verdadeira revolução no direito, bem como na medicina, tal seja o nascimento do primeiro “bebê de proveta”, a partir do qual deu margem as novas formas de parentalidade. Entende-se por famílias ectogenéticas os filhos nascidos a partir da reprodução assistida, trata-se da técnica de vetrificação, o qual vem em constante evolução. Atualmente estima-se que oito milhões de pessoas são fruto deste procedimento, mesmo se tratando de um método de alto custo e de difícil acessibilidade. Assim, é diante desta perspectiva e da constante mudança que se observa ao longo do avanço tecnológico, que surge a necessidade da criação e uniformização de direitos e normas relacionadas as novas formas de parentalidade, para que, então, preconceitos e aprisionamentos religiosos e morais sejam superados. Nesse sentido, a respeito do referido tema de explanação, há no Brasil a Lei de Biossegurança, lei nº 11.105/2005, que possibilita a utilização do referido processo, células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos (encontradas na medula óssea e no cordão umbilical), com enfoque nos Direitos da Dignidade Humana, nos Princípios relacionados ao Direito das Famílias, na moral e espiritual, trazendo os direitos dos embriões oriundos do método de fertilização. Para tanto, utilizar-se-ão dos métodos dedutivos e bibliográficos para a realização deste artigo.

MARIA DE FATIMA GONÇALVES
RAMOS DA SILVA

GABRIELA TEIXEIRA RODRIGUES

Pôster	Benefício de Prestação Continuada e o critério de miserabilidade	<p>XIX MOSTRA CIENTÍFICA Benefício de Prestação Continuada e o critério de miserabilidade. O Benefício Previdenciário de Prestação Continuada, também chamado de Benefício Assistencial é uma a garantia legal de um salário mínimo mensal destinada ao Idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e à Pessoa com Deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria subsistência ou tê-la provida por sua família. Nesta perspectiva, o benefício previdenciário traz como condição o preenchimento de dois requisitos cumulativos expressos em lei, quais sejam, ser idoso ou pessoa com deficiência que tenha impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, e, ainda, a condição de miserabilidade, em que a renda per capita do grupo familiar do periciando deverá ser inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo. A exigência do enquadramento nos requisitos citados bem como a análise pontual acerca do preenchimento destes cinge-se na busca para que o benefício se destine aquele que efetivamente dele necessite. Importante mencionar que a miserabilidade está vinculada a condição financeira do requerente e de todo o seu grupo familiar, de forma que deverá ser comprovado que o grupo familiar não possui condições de suprir as necessidades do idoso ou do deficiente. Em meio a análise do critério de miserabilidade, importante ressaltar que existe entendimento jurisprudencial de que o benefício assistencial não poderá ser indeferido somente pelo critério objetivo da renda, devendo ser analisado a real condição socioeconômica do requerente e de seu grupo familiar. Assim, identifica-se a necessidade de a condição socioeconômica ser analisada sob o viés de todo o conjunto probatório da realidade do idoso ou da pessoa portadora de deficiência, mediante realização de perícia social. Nesta perspectiva, o objetivo da pesquisa é trazer pontos relevantes para avaliação do requisito de miserabilidade, uma vez que não são miseráveis somente aqueles que se enquadram na definição legal. Muitas pessoas vivem em condições de extrema miséria e não conseguem receber o Benefício de que tanto necessitam em razão de a renda per capita familiar ultrapassar levemente o limite previsto em Lei. Ainda, é imprescindível que esta análise seja pontual e certa, a fim de que o benefício cumpra com a função social a qual está incumbido, qual seja, fazer valer os direitos fundamentais daquele grupo tido na sociedade como hipossuficiente. A relevância social desta pesquisa aparece ao abordar um benefício que, na maioria dos casos, é responsável por trazer as mínimas condições a quem encontrava-se a mercê da sociedade. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos dedutivos e bibliográficos na confecção do presente trabalho.</p>	MARIA EDUARDA FERRAZ LUIZ GALHARDO	MARIA JÚLIA FERRAZ LUIZ GALHARDO
--------	--	--	------------------------------------	----------------------------------

Oral	Venda de dados pessoais: uma análise sob a ótica do direito concorrencial, direito do consumidor e a Lei Geral de Proteção de Dados.	Vivemos na chamada era da informação, um ciclo marcado por profundas mudanças no pensamento e, principalmente, na forma de comunicação e acesso a informações. Diante desse cenário o presente trabalho busca ressaltar o direito à proteção e ao tratamento correto dos dados pessoais armazenados por empresas de mídias sociais, demonstrando a relevância de uma regulamentação para a segurança e a privacidade dos consumidores, bem como garantir uma concorrência leal. Analisando a problemática do recente caso de venda de dados pessoais dos usuários do Facebook para uma empresa privada, Cambridge Analytica. No Brasil, o direito à privacidade se situa no âmbito do direito privado, sendo integrante dos direitos de personalidade, a privacidade possui valores extrapatrimoniais, mas não impede uma repercussão de ordem econômica em caso de violação desse direito, seja por previsão contratual ou como compensação pecuniária por ocasião da violação dos direitos. No âmbito do direito do consumidor, o consumidor final é completamente hipossuficiente, sendo obrigada a aceitar os termos e condições de uso definidos pela empresa, a qual não possui transparência e já comprovadamente violou por diversas vezes a privacidade por interesses obscuros. Por tratar-se de situações inusitadas, o Direito ainda está adaptando-se para instaurar jurisprudências e instituir regulamentações e mecanismos sólidos para a proteção necessária dos dados pessoais e contra a atuação abusiva da inteligência artificial. O ordenamento jurídico brasileiro prevê a inviolabilidade da privacidade em duas normas: no Código Civil, pelo Art. 21 e na Constituição Federal em seu Art 5º, X. No entanto, apenas em 14 de agosto de 2018 com a publicação da Lei Geral de Proteção de Dados, houve segurança jurídica da privacidade no âmbito virtual, especificando as condutas necessárias referente ao armazenamento, tratamento e compartilhamento dos dados dos usuários a qual dispõe em seu art. 42 a obrigação de reparar danos causados pela violação da legislação. Além da violação do direito do consumidor, o caso do Facebook também gera a concorrência desleal, que consiste em “Ações que buscam desviar clientela do concorrente, não pelo apelo, preço ou qualidade do produto, mas através de meios imorais e antiéticos”. Lauren Price, representante da primeira ação coletiva contra o Facebook, busca compensação sobre a capacidade da rede social em proteger os dados e da exploração desses dados pela Cambridge Analytica, acusando as empresas de negligenciar e violar uma lei de concorrência desleal da Califórnia. No Brasil, a lei 9.279 de propriedade industrial, traz em seu artigo 195 o crime de concorrência desleal, incorrendo a uma pena de 3 meses a um ano, ou multa. Destarte, se mostra evidente a relevância do caso e sua conexão com o Direito concorrencial e o Direito do consumidor e a importância da nova lei de proteção dos dados pessoais na prevenção do uso indevido desses dados, e caso violada, na sua repressão.
------	--	---

MARIA EDUARDA FERREIRA HENRIQUE	AMANDA CÚRCIO ROMÃO
------------------------------------	---------------------

Oral	Inserção da criança em família substituta	<p>A “Inserção da criança em família substituta” é um tema em que se refere à possibilidade existente no ordenamento jurídico brasileiro que permite colocar uma criança em uma família que não seja a sua natural, caso esta não seja capaz de promover e de garantir, de modo eficaz, a proteção dos direitos da criança e do adolescente, a fim de assegurar à criança o seu sadio desenvolvimento em uma família. Na família substituta, o menor passa a ser membro, fazer parte de uma família que o acolhe, dispensando-lhe tudo que for necessário para o seu sadio desenvolvimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), em seu artigo 28, prevê que: “A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.”, e esta deve proporcionar todos os benefícios e direitos ao menor. Ademais, deve-se sempre observar o melhor interesse da criança. A inserção do infante em família substituta possui natureza jurídica de proteção, só podendo ocorrer nos moldes previstos pela legislação. Cabe ressaltar que inserir o menor em uma família substituta possui caráter excepcional e devem ser respeitados os requisitos legais presentes no ECA. A guarda é um instituto que visa a prestar assistência material, moral e educacional, regularizando, muitas vezes, uma situação de fato. Ela visa a atender aos menores que estejam em estado de abandono ou que tenham sofrido algum tipo de abuso por seus genitores, não importando prévia suspensão do poder familiar. Ou seja, é um modo de colocação em família substituta, independentemente da situação jurídica do menor, até que se resolva seu destino de maneira definitiva. Já a tutela é um instituto de caráter assistencial. Ela ocorre quando o menor possui bens e, portanto, necessita de representação ou de assistência para gerir seu patrimônio, e, não possui seus pais. Nesses casos, o tutor ocupa o lugar jurídico que, via de regra, é da autoridade parental. Normalmente, segundo o ordenamento jurídico, o tutor deve assumir os deveres decorrentes da necessidade de proteção ao menor, e não apenas ser mero administrador de bens. Por fim, a adoção é o instituto em que se cria um vínculo fictício de paternidade, maternidade e filiação, análogo ao resultante da filiação biológica. É um parentesco eletivo, tendo em vista que decorre de um ato de vontade. Há total proteção ao menor, e é vedada qualquer referência discriminatória, haja vista que não se fala em distinção entre os filhos. Com a adoção, o menor passa a possuir todos os direitos e deveres decorrentes da filiação, o que não acontece com a guarda ou a tutela, uma vez que estas podem ser revogadas. Para a realização deste trabalho, que está em andamento, serão utilizados métodos dedutivos e bibliográficos. BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em . Acesso em: 09 set. 2019.</p>	MARIA FERNANDA DO ROSÁRIO SILVA	PRISCILA MURAYAMA HO ISABELLA FERREIRA XAVIER MANTELLI
------	---	---	---------------------------------	--

Oral

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ENTENDENDO
E COMPARANDO OS INVESTIMENTOS

Para a economia nacional estar ativa, o dinheiro tem que estar em movimento no mercado. Porém a população brasileira tem o hábito de guardar em casa ou na poupança ou as vezes nem guardar. É necessário entender que existe mais tipos de investimento além da popular poupança, em que esta tem a rentabilidade baixa diante os outros tipos de investimento. Já os outros investimentos, muitas vezes desconhecidos, acabam rendendo mais que a poupança e movimentando mais a economia brasileira. Por esta razão o objetivo deste artigo é apresentar a importância do investimento, independentemente do tipo de investimento para a economia brasileira, comparando-as e levantando a sua influência para a mesma. Para tanto, a metodologia aplicada foi a pesquisa biblioteca em livros, sites e em artigos publicados sobre o tema e em seguida realizado um questionário como instrumento para levantamento de evidências por meio de pesquisa quantitativa. A análise dos resultados obtidos pela pesquisa quantitativa serão apresentados no capítulo três e será apresentado o comparativo da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo. Os dados obtidos por meio de questionário também colaborarão para confirmar que outro ponto importante, é falta de credibilidade no Brasil, por parte de investidores, frente a crise política e a falta de investimentos, ninguém coloca dinheiro em uma nação em período de descredito (AVRES, 2017), ou seja, o investimento atrai investidores para o Brasil, porem é importante saber que investimento não é somente poupança, pois este dinheiro na poupança ou na conta corrente tem muita inflação. Muitas pessoas optam em investir somente na poupança, muitas vezes por comodidade, por não conhecer outras opções de investimento ou até mesmo por desconhecimento e/ou falta de tempo para conhecer outros tipos de investimento. Poupar em sí, não agrega dinheiro, apenas o congela na conta e não ajuda a atingir os objetivos mais rápido com os rendimentos. Já em contra partida, investir faz o dinheiro gerar mais dinheiro em menos tempo, pois sua rentabilidade é acima da inflação e garantindo a segurança financeira. PALAVRAS- CHAVE: Investimento, Economia Nacional e Importância do Investimento

MARIA FERNANDA PEIXOTO SILVA

José Augusto Paes Decca

Oral

O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO ACESSO À ESCOLA

O DIREITO À EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO ACESSO À ESCOLA Por se tratar de um direito inerente a todos, o direito a educação é consagrado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), logo, o que evidencia a sua importância por conta da sua positivação em um texto legal. Todavia, é fundamental que exista a colaboração da sociedade para aprimorar o desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, a sua futura qualificação profissional. A legislação educacional do Brasil prevê que, o ensino deve ser ministrado com igualdade de condições e qualidade de aprendizado, livre de qualquer impedimento e discriminações. De forma alguma se pode deixar de tratar da educação, pois ao tratarmos de direitos inerentes as condições sociais do ser humano nos referimos também à sua dignidade, ou seja, o direito à educação está amplamente ligado à dignidade da pessoa humana. Atualmente, na sociedade, é perceptível que o direito à educação não segue o padrão inerente ao disposto no texto legal, no que se refere a qualidade de ensino são necessárias mudanças nas intervenções pedagógicas, ou seja, é fundamental que o professor seja qualificado para garantir a aprendizagem do aluno. Em uma análise regional, no Vale do Paraíba, mais precisamente na cidade de Guaratinguetá, as escolas estaduais apresentam índices muito baixo no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Ao falar de direitos ligados à educação, é de total relevância colocar em foco a situação social dos alunos, para que, a partir da sua realidade, seja desenvolvido um Projeto Político Pedagógico que favoreça o seu processo de aprendizagem na escola. Este projeto científico, elaborado por alunas do curso de Direito e Pedagogia do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, campus Lorena, tem por objetivo propor práticas pedagógicas à gestão escolar e ao corpo docente, com o intuito de promover uma melhora significativa no ensino público e, conseqüentemente, aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da instituição. Logo, a natureza da pesquisa será de ordem teórico-empírica com intervenção na realidade estudada. Além disso, será utilizada a proposta metodológica do Arco de Maguerez, tomando como base o livro: "A metodologia da problematização com o Arco de Maguerez: uma reflexão teórica epistemológica". (BERBEL, 2012). Nessa metodologia o aluno é protagonista de seu aprendizado e conhecimento, e os professores são orientadores e mediadores de todo o processo. Por fim, trata-se de uma pesquisa em andamento e pretende-se promover um melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das instituições escolhida.

MARIA IZAURA RIBEIRO DE SOUZA

PAULA VITORIA BATISTA D
OLIVEIRA, RAPHAELA LOP
RODRIGUES, JESSICA PALC
MARIA MARTINS, Maria C
dos Santos Pinto Bernard

Pôster

IV Simpósio de Recursos Humanos do Vale do Paraíba

Na atualidade, nota-se um crescente aumento no interesse pelo desenvolvimento pessoal, uma área que carece de atenção e domínio técnico, principalmente de ciências como as Humanas. Como forma de aumentar as vantagens competitivas, diferenciais e networking dos profissionais do Vale do Paraíba, realizou-se no dia 24 de Agosto de 2019, no Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Lorena, a IV edição do Simpósio de Recursos Humanos, cujo tema foi "Empreendedorismo e Recursos Humanos: semelhanças e potencialidades", cujo objetivo foi reunir profissionais da área, alunos e interessados para debates e rodas de conversa que contribuíram para o desenvolvimento pessoal e profissional de cada um deles. Os assuntos englobaram as grandes transformações sociais e as novas tendências do mercado, como forma de inserção e sucesso na carreira dos que estavam presentes. Com o apoio da Empresa Júnior de Gestão, a EJAD, o evento durou o dia todo, sendo os empresários júniores responsáveis por elaborar os kits para os participantes, realizarem os cadastros, prestarem apoio e conduzirem a cerimônia, bem como a arrecadação de verbas e patrocínios. Para abertura do evento, o profissional Rafael Takei abordou sobre propósito de vida, realizando uma atividade prática ao final, foi possível perceber a relevância e qualidade do conteúdo para quem estava presente. Já no período da tarde a Mestre Paula Amaral foi o centro de debates da edição especial da Roda Empreendedora. Nele, a convidada contou sua história e depois foi submetida a sessões de perguntas, que abordavam sobre os desafios das mulheres empreendedoras no cenário atual. Na última abordagem, dois profissionais de Recursos Humanos fizeram suas colocações a respeito do mercado e requisitos que buscam em candidatos e colaboradores, para depois conversarem e tirarem as dúvidas da plateia. Ao todo, o evento contou com mais de trinta participantes e, segundo o público, foi uma de suas melhores edições. Tanto para os convidados, quanto para os membros da EJAD, a IV edição do Simpósio foi uma forma de desenvolver habilidades técnicas e entender detalhadamente como funciona a elaboração de um evento. Somado a isso, teve-se uma edição com aumento de visibilidade e credibilidade, bem como serviu de fonte para novos conhecimentos e fortalecimento dos já adquiridos. Em termos profissionais, o ambiente foi propício ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de carreira, todos os painéis provocaram o sentimento de autorresponsabilidade e mudança, entregando, ao final, profissionais, alunos, ex-alunos e demais ouvintes com uma nova visão acerca do mundo e do futuro dos negócios.

MARIA JULIA DOS SANTOS COZZO

GILSON ANTONIO DOS SA

Oral

O Acolhimento Institucional e Seus Efeitos

O acolhimento institucional é uma das medidas de proteção previstas pela Lei Federal nº 8069/1990 (ECA) e aplicáveis a crianças e adolescentes sempre que os direitos reconhecidos naquela lei forem ameaçados ou violados. É uma medida de proteção para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, por consequência de abandono ou então cujas famílias ou responsáveis encontrem-se impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. Infelizmente, os abrigos estão cheios de adolescentes que passam anos nas entidades, pois há uma enorme dificuldade em encontrar parentes que se disponham a recebe-los, ou ainda, adolescentes que apesar de terem parentes próximos, nenhum deles aceita assumir a responsabilidade pela guarda, restando somente o acolhimento. Para o problema do aumento da média de idade dos acolhidos, a solução passa por um acompanhamento rápido e efetivo da família, buscando estruturá-la em prol da reintegração familiar do acolhido no prazo o mais curto possível. Esse acompanhamento deve ser efetuado em rede, com vários órgãos atuando conjuntamente. Em caso de total impossibilidade de reintegração familiar, deve-se – após a destituição do poder familiar – buscar a colocação em família substituta, propiciando a adoção e, por consequência, a desinstitucionalização do adolescente. Aprofundar os estudos sobre o acolhimento institucional e contribuir para a melhora deste instituto. Pretende-se ainda demonstrar as falhas no acolhimento institucional, desde a falta de um acompanhamento rápido e efetivo da família, buscando estruturá-la em prol da reintegração familiar, com acompanhamento em rede, ao invés de ter como solução o acolhimento institucional, até mesmo as falhas na estrutura da instituição. A presente pesquisa fundou-se na análise bibliográfica acerca da temática. O acolhimento predominante de adolescentes, salvo melhor juízo, é medida ineficaz, uma vez que uma boa parte deles já tem condições de se autogerir minimamente. Dentre os efeitos do aumento da média de idade entre os acolhidos destacam-se os problemas de disciplina e de relacionamento interpessoal. A aglomeração de vários adolescentes em um ambiente institucional é garantia permanente de problemas disciplinares, agressões e até mesmo violência sexual, haja vista a impossibilidade de se monitorar todos os acolhidos por todo o tempo. Muitos adolescentes são acolhidos sem necessidade, simplesmente porque os familiares não suportam o seu comportamento rebelde ou porque os pais não querem mais ser responsáveis pelo filho – que anda em más companhias, usa drogas –, e querem “entregá-lo ao juiz”, livrando-se magicamente de suas responsabilidades, o que resulta em graves consequências a longo prazo na vida desses jovens.

MARIA JULIA PIRES DOS SANTOS

Oral

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO O presente trabalho possui o escopo de estudar os problemas e soluções do sistema prisional brasileiro, para tanto, discorre sobre a metodologia aplicada nas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC –. Referida entidade, é considerada modelo de ressocialização. Observa-se na aplicação da pena no sistema carcerário brasileiro, ampla violação aos direitos fundamentais do condenado, e principalmente, a mínima atenção ao princípio da dignidade da pessoa humana. É fato que, diante da prática de um crime, há uma sanção a ser cumprida pelo delituoso, de modo que o mesmo seja responsabilizado pelo dano causado, na medida da sua culpabilidade. Há casos em que, o indivíduo será condenado à restrição de sua liberdade, ocorrendo, portanto, o afastamento puro e simples do convívio social daquele infrator. A finalidade da violação deste direito fundamental é ressocializar o agente do crime, para que o mesmo retorne à sociedade recuperado. Ocorre que, diante do cenário prisional brasileiro, percebe-se que há uma alta ineficácia a respeito deste propósito. Atualmente, o Brasil é o terceiro país no ranking mundial de maior população carcerária. Verifica-se em contrapartida, que a violência na área urbana não está diminuindo. À frente deste problema, surge a necessidade de atentar-se sobre a importância dos direitos humanos e a sua efetividade. Por conseguinte, o método apaqueano é altamente relevante, uma vez que, tem-se como principal objetivo, a (re)ingressão recuperada do indivíduo na sociedade, de modo que seja alcançado além da sanção punitiva em razão do delito praticado, o tratamento humano do preso, possibilitando o mínimo de uma vida digna e assegurando a ressocialização após o cumprimento da pena. A primeira APAC nasceu na cidade de São José dos Campos no Estado de São Paulo, em 1972, por meio de voluntários cristãos sob a liderança do Dr. Mário Ottoboni. O propósito deste grupo era evangelizar e apoiar moralmente os presos. No entanto, a inexperiência sobre crime, drogas e prisões, ensejou a criação de uma entidade jurídica organizada instituindo em 1974 a “Associação de Proteção e Assistência aos Condenados”, possuindo personalidade jurídica de direito privado, a qual apresenta a efetivação de dispositivos elencados na Lei de Execução Penal, à qual prioriza-se o foco em recuperar e reintegrar socialmente os condenados a penas privativas de liberdade. Empregando elementos na execução penal que visam assegurar a humanização, como a valorização do trabalho, a assistência quanto a saúde e prestação jurídica, a mútua participação da família e da comunidade, entre outros. Logo, percebe-se a atenção aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 no cumprimento de pena. Destarte, a sociedade é beneficiada à medida da eficácia da ressocialização do preso, visto que, a baixa reincidência significa que há a diminuição de condenados que voltam a cometer delito ao serem libertados.

MARIA KARINE JUVENAL DE
ARRUDA SILVA

RAFAEL FERNANDES CARV
GIOVANNA HELOISA CIPRI
VINÍCIUS LAMIM DA FON

Pôster

Bitcoin: Reflexos jurídicos e sociais da moeda na era digital

Bitcoin: Reflexos jurídicos e sociais da moeda na era digital Autor: Maria Luiza Monteiro E-mail: marialuizaemtr@gmail.com Professor orientador: Diego Amaro de Almeida Resumo Com a recente criação e ascensão do Bitcoin, as consequências jurídicas e sociais dessa tendência mundial ainda não foram totalmente vislumbradas. Tendo isto em vista, a presente pesquisa busca expor o funcionamento das criptomoedas, bem como seus reflexos no mundo jurídico. E os caminhos para a regulamentação de questões relativas à moeda virtual sem prejuízo de suas peculiaridades. Bitcoin é a primeira implementação de um conceito chamado cryptocurrency, que foi descrito pela primeira vez em 1998 por Wei Dai na lista de discussão cypherpunks, o que sugere a ideia de uma nova forma de dinheiro que usa criptografia para controlar sua criação e transações, ao invés de uma autoridade central. A primeira especificação de Bitcoin e prova de conceito foi publicada em 2008 em uma lista de discussão de criptografia por Satoshi Nakamoto. Se trata de uma moeda criptografada, baseada na internet, que não dispõe de uma autoridade central que a regule. Surgida de uma demanda de mercado, criada com o intuito de subverter o sistema financeiro global. A autonomia e o anonimato são os maiores atrativos para seus usuários, que vem na falta de controle estatal uma vantagem para utilização. A Constituição Federal de 1988, no artigo 21, inciso VII aduz que compete à União a emissão de moeda; e no artigo 164 expõe que somente o Banco Central realizará tais emissões. Já a emissão das criptomoedas, ocorre virtualmente, sem a presença de autoridade governamental e de legislação anterior que a defina. Seus usuários, também chamados de mineradores, é que garantem a sua credibilidade. Portanto, em sua definição jurídica, o Bitcoin é um bem móvel incorpóreo utilizado na troca de bens e serviços. Não deve ser entendido como título de crédito eletrônico, pois para tal precisaria de requisitos de criação e circulação, e tais requisitos fariam com que a moeda virtual perdesse seu sentido originário. O Bitcoin sem dúvidas é uma tecnologia fantástica e inovadora capaz de promover diversas benfeitorias à sociedade. Mesmo que ainda seja uma atividade de alto risco investir numa moeda virtual, é inegável sua posição de destaque no cenário econômico globalizado. Os apontamentos realizados nesta pesquisa foram feitos com base em pesquisa documental e bibliográfica. Referências Bibliográficas BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. DAI, Wei. Manifest. 1998. Disponível em: <http://www.weidai.com/bmoney.txt>. Acesso em: 18.ago.2019 NAKAMOTO, Satoshi. Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System. 2008. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019. ULRICH, Fernando. Bitcoin: a moeda na era digital. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2014.

MARIA LUIZA ELEUTÉRIO
MONTEIRO

Oral	A Revolução Digital e o Futuro do Direito	<p>A Revolução Digital e o Futuro do Direito Surgida na década de 1960 a inteligência artificial (IA) consiste em replicar diversas atividades e operações da mente humana que permitem desenvolver, produzir e acumular raciocínios aprendidos ao longo do tempo pelo ser humano com alto grau de velocidade e eficiência. Seguindo essa tendência o mundo jurídico também aderiu à inteligência artificial. Atualmente, é possível verificar o uso de novas tecnologias e IA não só em escritórios de advocacia, mas também no Supremo Tribunal Federal. O sistema Victor de IA, implantado em maio de 2018, é capaz de ler todos os recursos extraordinários que sobem para o STF e identificar quais estão vinculados a determinados temas de repercussão geral. Seu objetivo primordial é aumentar a velocidade de tramitação dos processos, usando a IA para auxiliar o trabalho do Supremo Tribunal. Atualmente, a máquina não decide nem julga pois ainda consideram-se atividades exclusivamente humanas. Porém, pesquisas feitas pela Universidade de Oxford apontam que árbitros, juízes e outros profissionais desportivos estão entre as profissões mais propensas à automação, enquanto assistentes jurídicos e auxiliares da justiça em geral estão entre as menos propensas. Humanos e máquinas, ao trabalhar juntos, passarão a reduzir o número de funções tradicionalmente executadas por pessoas especializadas, o que significa dizer que os profissionais do direito precisarão se reinventar. Pois, na realidade exponencial, apenas o conhecimento jurídico e técnico não serão suficientes para o direito do futuro. Acredita-se que até 2020, a demanda de atividade humana recairá muito mais sobre habilidades de resolução de problemas complexos, competências sociais e de sistemas e menos sobre competências técnicas específicas, o que indica que os profissionais do direito passarão a julgar as exceções que, posteriormente, serão ensinadas aos robôs e serão por eles replicadas. Por fim, identifica-se que, no primeiro momento, ferramentas como Victor tem função auxiliar e organizacional, para que a atividade fim do Poder Judiciário permaneça em mãos humanas. Mas, é importante que tomemos consciência da relação transformadora entre nosso Poder Judiciário e a realidade exponencial que tecnologias como esta produzem. Este artigo integra uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é estudar e entender a realidade exponencial do uso da inteligência artificial no direito e quais serão os efeitos desta revolução digital em nosso Poder Judiciário. Sob o viés de uma revisão bibliográfica e análise comparada. Referências Bibliográficas Inteligência artificial vai agilizar a tramitação de processos no STF, 2018. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=380038. Acesso em 30.ago.2019 SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial, São Paulo: Edipro, 2018 SCHWAB, Klaus. Aplicando a quarta revolução industrial, São Paulo: Edipro, 2018</p>	MARIA LUIZA ELEUTÉRIO MONTEIRO	OLÍVIA APARECIDA INOCÊNCIO OLIVEIRA
------	---	--	--------------------------------	-------------------------------------

Pôster

CONDUTA OMISSIVA: Atos omissivos e sua interferência no Suicídio

Dado o problema dos índices de suicídio no Brasil, o presente trabalho buscou relacionar a forma de conduta Omissiva e sua interferência nos casos em que um indivíduo atenta contra a própria vida. O suicídio é um fenômeno multifacetado, de grande complexidade e afeta cidadãos de diversas classes, religiões, raças, identidades de gênero, idades e diversas outras categorias. Uma pesquisa da WHO (World Health Organization) apontou o Brasil na 106ª posição no ranking de países com maior número de suicídios por ano. Tendo como ponto de partida a visão de doutrinadores acerca do tipo de conduta e do crime Omissão de Socorro, serão buscados dados sobre maneiras de se prevenir o suicídio através de condutas pessoais. Ademais, fará uma análise de dados estatísticos sobre a situação atual do Brasil frente ao problema e como o Ministério da Saúde promoveu a prevenção com programas sociais e como eles podem ser usados pelos indivíduos em risco ou por aqueles que desejam fornecer ajuda. A pesquisa, voltada para a linha de Direitos Humanos, busca expor a situação de jovens que enfrentam esse problema e não recebem os devidos cuidados quando buscam por ajuda. A conduta omissiva como classificação no crime de Participação em Suicídio, previsto pelo artigo 122 do código penal ou como Omissão de Socorro, prevista pelo artigo 135, devem ser motivo de discussão para educar aqueles que podem vir a configurar como autores a ter maior participação na prevenção do suicídio. O governo brasileiro tem programas gratuitos para fornecer à população serviços de saúde mental visam diminuir os índices de pessoas que tiram a própria vida. Entretanto, a falta de uma divulgação de qualidade de todos esses serviços oferecidos torna sua eficácia em auxiliar as pessoas com o problema mais difícil, pois poucos sabem dessa ajuda oferecida ou como usufruir dela. Campanhas em redes sociais vêm promovendo, mesmo que de forma desorganizada, tais programas com o intuito de aumentar o índice de pessoas ajudadas fornecendo as devidas informações. A existência do CVV (Centro de Valorização da Vida), fundado em 1962, e sua parceria com o Ministério da Saúde (MS) também colaboraram para a diminuição do número de suicídios. Ele é uma associação civil filantrópica que fornece apoio emocional para pessoas que tem a necessidade de conversar. O Ministério da Saúde, juntamente a diversos outros órgãos de pesquisa acerca do tema, forneceram informações sobre maneiras de ajudar uma pessoa em risco de suicídio. A análise da conduta de tipo omissivo, realizada através de estudos sobre os artigos 122 e 135 do Código Penal, juntamente ao estudo comparativo em cima das doutrinas e de pesquisas referentes ao fenômeno do suicídio no Brasil permitiu a elucidação sobre o tema de forma mais incisiva, buscando classificá-lo como Omissão de Socorro ou Participação em Suicídio por conduta omissiva.

MARIA RITA CERQUEIRA HUDSON

ANNA MELISSA MARCONI
NASCIMENTO

Pôster

A Viabilização da Educação Familiar nas Instituições de Ensino

Esta pesquisa está em fase de andamento, sendo ela bibliográfica e documental. Tem o intuito de indicar as ações e orientações que promovam a Educação Familiar nas instituições de ensino. Mediante o grande desenvolvimento das relações familiares e a influencia que as instituições de ensino geram na sociedade, é possível que haja uma iniciativa conjunta entre escola e família? Considerando isso, nos dias atuais, os responsáveis encontram muitas dificuldades em transmitir o ideal ético nas relações da educação; sendo assim, a ação educativa está basicamente e fundamentalmente incluída no processo de formação e desenvolvimento do ser humano, nenhuma outra instituição possui essa condição direta e indireta de preparo para a vida real. Os professores, que sempre tiveram o papel de meros transmissores de seus conhecimentos, hoje veem o impacto e a realidade de não serem apenas isso, precisando ir além das salas de aulas, com a participação na educação de valores e princípios relativos ao âmbito familiar. Portanto, é fundamental que haja uma parceria entre as instituições de ensino e os familiares, promovendo conjuntamente um projeto de formação e construção de melhores indivíduos, integrando métodos de ensino que envolvam as famílias no processo de aprendizagem, criando ouvidorias de educação para que os pais, responsáveis, educadores e diretorias tenham possibilidades de avaliar, criticar e, até mesmo, trocar pontos de vistas sobre a formação, tanto moral quanto educacional dos estudantes. Conforme o modelo Piagetiano, “o vínculo escola-família prevê o respeito mútuo, o que significa tornar paralelos os papéis de pais e professores, para que os pais garantam as possibilidades de explorarem suas opiniões, ouvirem os professores sem receio de serem avaliados, criticados, trocarem pontos de vista.” (JARDIM, 2000, p. 41). Assim, poderão alcançar juntos um objetivo comum de participar na formação e no desenvolvimento de caráter dos cidadãos do futuro. Com base no que foi apresentado, pode-se concluir que a participação conjunta entre escola e família é fundamental na vida dos jovens que estão em fase de formação educacional e até mesmo moral, de maneira que a iniciativa de promover a educação familiar nas instituições de ensino seja levada à sociedade e a essas instituições com mais convicção, mais preparo estrutural e psicológico, sendo a educação a base de formação de vida de todo o cidadão, pois se costuma dizer que a família educa e a escola ensina, mostrando- nos um entendimento de que cada um faz seu papel, mas todos com o mesmo propósito de caminhar em conjunto para atingir uma sociedade justa e de caráter. JARDIM, A. P., Relação entre Família e Escola: Proposta de Ação no Processo Ensino Aprendizagem. Presidente Prudente: Unoeste, 2006. PAROLIN, Isabel, Relação Família e Escola: Revista atividades e experiências. Positivo, 2008.

MARIANA LÚCIO DOS SANTOS
CAMPOS

Luiza Helena Lellis Andrad
Sodero Toledo, NÁTALY M
MENDES

Pôster	Trabalho Infantil: violação frontal aos Direitos Humanos	<p>Trabalho infantil: violação frontal aos Direitos Humanos são garantias asseguradas a todas as pessoas humanas, independentemente de raça, gênero, nacionalidade, ou qualquer outra forma de distinção que se faça. Tais garantias são traduzidas em ações positivas executadas pelos organismos internacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas (ONU), e pelos próprios Estados independentes, principalmente por meio dos Tratados Internacionais que, criam obrigações jurídicas aos Estados signatários incentivando que este atue segundo o regramento internacional no que disser respeito aos Direitos Humanos. Inegável que o crescimento do mundo depende da força de trabalho humana, diante disso inúmeras regras foram criadas para regular o uso dessa força de trabalho humana, o que é perfeitamente ilustrado na República Federativa do Brasil pelas leis trabalhistas, por muitos considerada protecionista, que tem o objetivo efetivo de garantir condições de trabalhos dignas aos indivíduos. Tanto é a necessidade de proteção do trabalho que a Organização das Nações Unidas (ONU) possui um órgão destinado ao tema, qual seja a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que se dedicou à criação de um sistema internacional de direitos do homem trabalhador, que aponta paradigmas para o reconhecimento do trabalho como digno, para tanto, estabelece 4 (quatro) pilares: a) não discriminação; b) vedação do trabalho em condições análogas à de escravo; c) liberdade sindical, e; d) vedação do trabalho infantil. O objeto de estudo do presente trabalho é a vedação do trabalho infantil, último, mas não menos importante pilar. A exploração do trabalho infantil fere a dignidade da pessoa humana, pressuposto dos Direitos Humanos, tendo em vista que milhares de crianças e adolescentes, em razão de vulnerabilidade e pobreza, e sem poder de escolha, muitas das vezes são até mesmo coagidas a tal absurdo. Desse modo, o intuito do presente trabalho é apresentar por meio de pesquisa os seus aspectos históricos, suas causas e consequências, os mecanismos de proteção do trabalho infantil, e as violações dos direitos humanos que o trabalho infantil trás, mostrando a realidade de diversas crianças e adolescentes que, em razão de sua falta de condições, acabam por perder seu período de infância, se sujeitando a diversos tipos de trabalhos em todo o mundo, e por fim, levar a conscientização, abrindo um ponto de intercessão entre o trabalho infantil e o sistema internacional de Direitos Humanos, de modo que aquela prática passa ser considerada como ofensa grave à Ordem Jurídica dos Estados, tendo uma das mais graves punições.</p>
--------	--	---

MARIANA SCALZARETTO PASCOAL
SILVA

GABRIEL CÉZAR CAMPOS
GUIMARÃES

Oral

CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL: A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1790 E AS SUCESSÕES

As famílias são compostas por diversas formas, onde cada membro exerce sua função no âmbito familiar. Porém, a legislação coloca a família em outro aspecto, o qual não corresponde com a realidade. Para o código civil de 1946, a família se iniciava a partir do casamento. Este tinha como objetivo a construção da família legítima, sendo composta apenas pela união do homem e da mulher, com filhos advindos do próprio casamento, fato este, que não se enquadra com o cenário das famílias da atualidade. Nesta época existia o chamado concubinato, ou seja, a relação entre o homem e a mulher que não haviam se casado. Estes, por não serem legítimos, não eram aceitos pela sociedade. Os concubinos e seus filhos não possuíam o amparo legal e nem as garantias que lhes eram devidas. A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu texto a proibição da discriminação com relação à filiação, gerando igualdade de direitos para todos os filhos, sejam eles concebidos dentro ou fora do matrimônio. Visto que toda relação é ligada pelo afeto, seja ela matrimonial ou pelo instituto da união estável, é constituída por dois sujeitos em uma relação, com o objetivo comum de constituir uma família, sendo essas relações resguardadas pela Lei maior, cujo amparo legal deve ser aplicado de forma igual, o legislador passou a reconhecer o concubinato no ordenamento jurídico. Em decorrência deste feito, passou a ser denominado convivência marital ou união estável. Entretanto, eles não adquiriram os mesmos direitos do casamento, principalmente os direitos sucessórios. Essa diferença foi extinta a partir dos Recursos Extraordinários 878.694 e 646.721, julgados pelo STF, onde foi declarada a inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil, equiparando a união estável com o casamento, dando ao companheiro os mesmos direitos impostos aos cônjuges.

MARIANE CARRERA PINTO VIANA

ELOHA MACHADO SANTA ALMEIDA, LARISSA MAYARA CARDOSO DE CARVALHO, GARCIA BRUNO

Pôster

A Lei dos alimentos gravídicos: A questão da reparação sob a égide da Responsabilidade civil.

Propõe estudos acerca da Lei 11.804/08, referentes aos alimentos gravídicos, que podem ser entendidos como aqueles devidos ao nascituro, mas, percebidos pela gestante ao longo da gravidez, para que possam ser custeadas todas as despesas necessárias, desde a concepção ao parto, inclusive referentes à alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, além de outras a que seja considerada pertinente. Possui ampla proteção legal, havendo previsão, em Art.5 de nossa Carta Magna, sendo de caráter obrigatório e indispensável, fundamentada sobre o Princípio da solidariedade familiar. A ação de alimentos gravídicos é movida pela gestante em face do suposto pai do nascituro, para ser aceito o pedido, basta que ocorram fortes indícios da paternidade, não precisando existir o vínculo de casamento, união estável ou sequer um relacionamento duradouro entre as partes, para a fixação dos alimentos, não é necessário a comprovação, por meio de provas ou outras maneiras de alegar o suposto fato, até porque, um teste de DNA, pode ser invasivo, podendo causar grandes riscos ao feto, que é o principal tutelado na ação de alimentos, sendo assim, impondo a obrigação ao suposto pai, de dever alimentos, comprovada ou não. Dessa forma, fica-nos uma incógnita, é justo impor ao pai a obrigação de alimentar em favor do nascituro, sem a exigência de prova inequívoca de paternidade? Visto que, não é exigido a plena certeza, trabalha-se, apenas, com indícios. Sendo assim, provada injusta a obrigação, onde, a possibilidade é existente, poderia o executado reaver de alguma forma legal a quantia já paga? De acordo com o que tratava, no Art. 10, atualmente revogado na Lei dos alimentos gravídicos, de nº 11.804/08, o executado, poderia sim, reaver toda a quantia já paga, acrescido com indenização, por toda a situação passada, porém, por ter sido revogada, o executado obtém o respaldo somente da Responsabilidade civil, nos âmbitos gerais dos aspectos civis, para a ação de regresso, pois a atual Lei dos alimentos gravídicos, nada o ampara. O intuito do presente trabalho, visa, assegurar os direitos do nascituro, mesmo que, para o atual código civil vigente, adquire-se a personalidade civil apenas com o nascimento com vida, mas, põe a salvo, desde a concepção, os direitos do mesmo, como os alimentos em período gestacional, outrora, carrega-se a questão de lacunas existentes, pelo desamparo da referida Lei de alimentos, ao executado que pagou indevidamente o que não o cabia. Bibliografia BRASIL, Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm BRASIL, Lei nº 11.806 de 5 de novembro de 2008, Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11804.htm

MARÍLIA GABRIELA DE OLIVEIRA
PINTO

NEUSA MARIA VALÉRIO D.

Pôster	Assassinos em série e o limite de pena no Brasil	<p>Assassinos em série e o limite de pena no Brasil No Brasil, ninguém pode cumprir pena acima do limite máximo de trinta anos por condenação. Este limite foi estabelecido pelo artigo 75 do Código Penal e se o autor for condenado à pena superior, as penas devem ser unificadas para atender este limite. O artigo 5º, XLVII, b, da Constituição Federal, declara que não haverá penas de caráter perpétuo. O intuito da pena é a ressocialização do indivíduo, buscando de forma harmoniosa a integração do condenado à sociedade, como dispõe o artigo 1º da Lei de Execução Penal. Entretanto, existe nos dias de hoje uma discussão nos meios acadêmicos, sobre a possibilidade da ressocialização dos psicopatas, sendo ainda discutido se estes são considerados semi imputáveis ou não, pois acredita-se que tinham plena consciência de seus atos do momento em que cometeram os crimes. É considerado um assassino em série todo aquele, que utilizando de modus operandi semelhante ou idêntico, mata mais de uma pessoa. No Brasil, apesar de pouco noticiados, em relação a países como os Estados Unidos, existem vários “serial killers”, sendo que muitos provavelmente ainda não foram descobertos. Pedro Rodrigues Filho, vulgo “Pedrinho Matador”, é atualmente o maior assassino em série do Brasil, um dos maiores do mundo, alegando ter matado mais de 100 pessoas, sendo que 71 foram comprovadas. Pedro ficou preso até 24 de abril de 2007, foi preso novamente em 2011, cumprindo 42 anos de prisão, a maior pena cumprida por um homem atualmente no Brasil. Neste momento encontra-se em liberdade, tendo um canal no Youtube que conta com mais de 84 mil inscritos. Outro assassino em série bastante conhecido no país é Francisco de Assis Pereira, o “Maníaco do Parque”, que matou pelo menos cinco pessoas, sendo condenado a 271 anos de prisão, porém devido ao limite máximo da pena, provavelmente será libertado no ano de 2028, entretanto em 2018, o Ministério Público requisitou novo laudo psicológico do mesmo. João Acácio Pereira da Costa, o “Bandido da Luz Vermelha”, que cometeu 4 assassinatos e 77 assaltos, foi preso em 8 de agosto de 1967, condenado a 351 anos de prisão, foi libertado em 26 de agosto de 1997, e apenas quatro meses depois, foi assassinado. Os assassinos em série não são incapazes, tendo em sua maioria, plena consciência da crueldade de seus atos, porém por diversos motivos, continuam a fazê-los, matando dezenas de pessoas e cumprindo uma pena máxima de 30 anos. Ainda é discutido e estudado se esse tipo de pessoa pode e deve integrar novamente a sociedade, sem trazer risco a ele próprio ou a outras pessoas. Assim, como não há certeza de que os “serial killers” poderão integrar novamente a sociedade de forma harmoniosa, a norma penal de máximo cumprimento de pena deve ser revisita, para que seja melhor pesquisada e averiguada nos dias de hoje, definindo se tal norma deverá ser aplicada nos casos de assassinos em série.</p>
--------	--	--

MARINA ROCHA CARDOSO	TOBIAS ROCHA CARDOSO
----------------------	----------------------

Oral	Praça José Ferreira de Toledo, Parque Jambreiro: Um estudo de reestruturação e revitalização	<p>A lagoa do Parque Jambreiro, localizada na Praça José Ferreira de Toledo, Campinas-SP está desaparecendo devido à criação de bancos de areia, mato alto, aguapés e a água poluída pelo esgoto doméstico. A pista para exercícios praticamente não existe, as lixeiras existentes estão quebradas, parte do alambrado danificado, a iluminação precária, e local é perigoso para a vizinhança, gerando problemas sociais, ambientais e de saúde para o bairro. O objetivo do estudo consiste em um projeto urbanístico, no qual propõe-se melhorias para o bairro e a lagoa, buscando revitalizar um local degradado, e transformá-lo em um espaço público de lazer seguro e agradável. Entre essas medidas incluem-se a iluminação adequada, a fim de permitir que o local seja frequentado em diversos períodos do dia; implantação de sistemas de segurança eletrônico e policiamento, proporcionando mais segurança aos usuários; tratamento, manutenção e limpeza da lagoa, evitando a proliferação de doenças e criadouros de mosquitos; sugestão para o restauro de prédios históricos tombados, para possibilitar a função educativa e administrativa do patrimônio. Pretende-se que o bairro se integre à lagoa, com equipamentos e locais onde a população possa utilizar a área para o lazer. O desenvolvimento do projeto divide-se em duas frentes: (1) estratégias gerais e potencialidades; (2) desenvolvimento de anteprojeto. E estes se subdividem em subáreas. Utilizou-se 2 meses para a etapa 1- estratégias gerais e potencialidades), durante a qual foram realizados: (a) o reconhecimento da área, (b) a análise do grupo para as necessidades locais, (c) a definição das estratégias gerais de projeto. Etapa 2 - desenvolvimento de anteprojeto, no qual inclui-se as análises de projetos de referência e discussões da leitura de textos. Nessa etapa identificou-se os problemas de degradação dos ecossistemas existentes; a ausência de interação da lagoa com o bairro; ausência de propostas urbanísticas efetivas para a delimitação de áreas de risco ou alagadiças; descaso e subutilização de áreas de preservação ambiental e de interesse turístico; fragmentação do sistema de espaços livres públicos em detrimento do valor das áreas edificadas. Para revitalizar a lagoa de modo eficiente deve-se o local tornar-se seguro, não só com câmeras ou policiamento, mas onde os frequentadores sintam-se bem ao usufruí-lo, com uma praça bem cuidada, movimentada, equipamentos públicos em boas condições e com boa iluminação. Dessa forma, a própria população consegue manter o lugar mais seguro, através da utilização do espaço público, fazendo com que as câmeras de monitoramento e o policiamento sejam um complemento da segurança do local. A relevância social é transformar a educação comunitária em geral, pelas contribuições não só para a educação social, mas para a educação popular e comunitária. Conseqüentemente, a comunidade terá melhor qualidade de vida através da ação transformadora.</p>	MATEUS SIMOES PANDOLPHO	DHIEGO FERNANDES ROM LUCAS MATHEUS DA SILVA SANTOS, MAGDA VIEIRA D OLIVEIRA
------	--	--	-------------------------	--

Pôster

Consultoria Geniuz Acessórios Pet LTDA ME

Nos dias atuais, os serviços de consultoria vêm sendo amplamente requisitados pelas organizações, por conta das constantes mudanças e desafios encontrados. Através dela, é possível conhecer com clareza as vulnerabilidades da empresa e diagnosticar os procedimentos inadequados, propor melhorias e a tornar mais estruturada e competitiva. Neste cenário, a Empresa Júnior de Gestão (EJAD) realizou consultoria à Empresa Geniuz Acessórios Pet LTDA ME, com o intuito de auxiliar na organização e no controle das finanças da empresa de comedouros específicos para gatos. A Geniuz Acessórios é uma empresa pertencente ao Parque Tecnológico de São José dos Campos, detentora da marca TG Cat's e criadora de comedouros anatômicos para gatos. O projeto tem como objetivo identificar práticas inadequadas, auxiliar o proprietário na gestão financeira e sugerir possíveis melhorias ao negócio. O processo de consultoria abrangeu o período de 09 de maio a 27 de junho de 2019 e foi dividido em três etapas: planejamento, execução e monitoramento. Na primeira etapa, realizou-se entrevista para conhecimento da empresa e de suas dificuldades e, com base nela, foi desenvolvido um plano de ação, contendo os prazos, as atividades a serem realizadas e o objetivo final. Foi também desenvolvido e aplicado um questionário específico e, em duas reuniões, conseguiu-se extrair todas as informações das quais eram necessárias para que o objetivo fosse alcançado: a organização financeira. Na segunda fase, de execução, foram realizadas reuniões internas a fim de discutir os problemas observados e o estudo de suas respectivas soluções. Assim, a equipe realizou um estudo da Análise SWOT da Geniuz, elencando os pontos fortes, fracos, oportunidades e melhorias e os relacionando entre si, com o intuito de minimizar seus fatores limitantes e potencializar suas qualidades. Identificou-se também a necessidade da correta precificação do produto, o qual era realizado de modo informal. Assim, a EJAD criou uma ferramenta financeira para que o proprietário pudesse inserir todos os custos, despesas, calcular o ponto de equilíbrio, o preço de venda e analisar os gráficos gerenciais. Ao encerrar a execução, finalizou-se também o relatório como as recomendações e observações acerca dos pontos a melhorar encontrados, e a apresentação ao proprietário encerrou esta etapa. Na fase de monitoramento, o proprietário realiza os testes com a ferramenta e a EJAD presta suporte em caso de dúvida. Em suma, este projeto representou uma relação de ganha-ganha entre as empresas, pois ao mesmo tempo em que a Geniuz adquire conhecimento de gestão do seu negócio, a EJAD tem a oportunidade de colocar em prática o conteúdo aprendido em sala de aula. A Geniuz, assim, torna-se competitiva e com diferencial agregado em seu produto, e a equipe EJAD desenvolve habilidades como a comunicação, capacidade de análise, exercita o trabalho em equipe e aprende através do compartilhamento de conhecimento na prática.

MATHEUS OTA

FERNANDO WILDER DA SI

Oral	Plantão Psicológico	<p>O presente trabalho, contemplado na modalidade Bext-Sal, é fruto da execução do projeto interventivo de atendimento de Plantão Psicológico realizado no primeiro semestre do presente ano. Trata-se de um serviço de escuta e acolhimento, que visa trabalhar questões emergenciais, ou, situações de sofrimento intenso e pontual. A intervenção vem ocorrendo no Liceu Coração de Jesus (Unisal), localizada na cidade de Pindamonhangaba, no interior de São Paulo. A instituição conta com a presença de uma psicóloga que realiza um trabalho no viés pedagógico e não de atendimento psicoterapêutico. A cidade de Pindamonhangaba dispõe de um número reduzido de psicólogos na rede pública e os projetos sociais existentes não oferecem atenção psicológica especializada, resultando na saturação dos aparelhos de saúde mental que a cidade dispõe. A demanda é substancial, agravada pelo fato de existir lentidão no sistema de entrada do SUS. Esta dificuldade pode instaurar e agravar os conflitos e queixas apresentadas pela clientela atendida, haja vista que o processo preventivo de saúde mental está sendo negligenciado. A execução do projeto de Plantão Psicológico é uma alternativa que pode contribuir para a redução das filas para atendimento psicológico na rede pública, visto que possui como característica fundamental o atendimento focal e imediato, através de procura espontânea, sem agendamento e retorno. Desta forma, o Plantão Psicólogo configura uma alternativa positiva para o trabalho com questões emergenciais, no caso de indivíduos que não dariam conta de aguardar em filas de encaminhamento, ou, arcar com as despesas das clínicas particulares. Vale ressaltar, que o atendimento oferecido na Instituição, na modalidade de Plantão Psicológico, é totalmente gratuito. O público a ser alcançado pelo projeto são os colaboradores e frequentadores das atividades oferecidas pelo Liceu Coração de Jesus, tais como, o Projeto Vida Melhor (Provim), a Catequese/Crisma e o Núcleo de Esportes – desde que maiores de 10 (dez) anos de idade. Os dias e horários de plantão permaneceram disponíveis nos murais da instituição, a fim de facilitar a divulgação e o acesso ao atendimento. Para ser atendido, a pessoa deveria direcionar-se até a sala de atendimento e procurar a plantonista disponível. Em suma, faz-se necessário a continuidade na prestação do serviço, durante o segundo semestre, para que seja possível produzir conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento e fortalecimento da comunidade, através de um trabalho preventivo, além de bem-estar, em termos de saúde mental, das pessoas que buscam o Plantão Psicológico.</p>	MAYARA COSTA FARIA	MURIA RODRIGUES DE ARTEAGA, AMANDA SCHULZ, BARBOSA FERNANDES ROCHA, TAYLA CASTRO MOLINA, FERNANDA DE OLIVEIRA PENHA
------	---------------------	---	--------------------	---

Oral	A EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	<p>Preleciona a Constituição Federal, em seu artigo 227, que é dever da família, do Estado e da sociedade zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes, consagrando assim o princípio da proteção integral destes incapazes. Todavia, é sabido que a norma positivada percorre um caminho, por vezes, dificultoso, para se chegar à efetividade. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivos analisar o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, a fim de evidenciar os desafios para sua efetividade, a fim de compreender e demonstrar sua aplicação, por meio de estudo de pesquisas bibliográficas e documentais. Nesse sentido, a tutela dos direitos dessas pessoas se dá em razão da vulnerabilidade que estes, naturalmente, apresentam, por sua condição de pessoa em desenvolvimento. Dessa forma, o princípio objeto deste trabalho, abrange diversos direitos fundamentais, tais como educação, saúde, lazer, dentre outros. Destarte, envolto na aplicação da máxima supracitada, encontram-se conexos outros princípios, os quais corroboram para o alcance da efetiva proteção dos infante-juvenis. Tais princípios se tratam, principalmente, do melhor interesse da criança e do adolescente, bem como da afetividade, sendo, ainda, observada a proeminência da presença do princípio da dignidade da pessoa humana, vez que a fusão dos direitos relacionados ao tema em apreço, tem como fundamento a busca do pleno desenvolvimento saudável e íntegro da criança e do adolescente. Com isso, cumpre destacar o dever de cuidado, intimamente ligado ao princípio da afetividade, o qual vem ganhando, cada vez mais, notoriedade na jurisprudência, haja vista o reconhecimento da paternidade socioafetiva e da responsabilidade civil por abandono afetivo, a exemplo do Recurso Especial Nº 1.159.242 – SP. Ademais, é inerente aos pais o poder familiar, nele abrangidos direitos e deveres dos genitores, conforme o artigo 1630 e seguintes do Código Civil. Ainda, destaque-se a relevância da atuação do Ministério Público, sendo substancial para salvaguardar os direitos dos incapazes. Diante disso, para a efetividade de tais direitos, necessário se faz o esforço conjunto entre todos os que detém a tutela constitucional dessas pessoas, incluindo-se os pais, escola e demais Instituições que possuem, também, competência para a fiscalização do cumprimento dos deveres atribuídos por lei. Posto isso, é importante ressaltar a imprescindibilidade do cumprimento do dever de cuidado, uma vez que este é o cerne do bom desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente, alcançando-se assim, a referida proteção integral. Referências BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. 5. Direito de Família. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. PEREIRA, Caio Mário da Silva Pereira. Instituições de Direito Civil. Vol. 5. Direito de Família. 22ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.</p>	MELISSA ANDRADE DIAS GONÇALVES	VITÓRIA APARECIDA OLIVEIRA JESSICA RODRIGUES DA SILVA PEDRO GABRIEL BITTENCOURT GONÇALVES
------	--	---	--------------------------------	--

Pôster

EUTANÁSIA UM DIREITO DE MORRER
COM DIGNIDADE

EUTANÁSIA UM DIREITO DE MORRER COM DIGNIDADE A eutanásia tem o intuito de provocar uma morte menos dolorosa para aqueles que se encontram em estado de profundo sofrimento e que não possuam a dignidade necessária para quererem continuar vivos. A eutanásia na legislação nacional e internacional é tratada de forma distinta, pois alguns países a adotaram e outros não, entretanto é relevante o benefício que ela traria se o Brasil também a adotasse no ordenamento jurídico, pois há vantagens de se adquirir a mesma na legislação. A proibição da prática da eutanásia traz consigo a tristeza para pacientes com doenças terminais ou que se sintam prejudicados perante sua dificuldade física, ocasionada por doenças degenerativas ou acidentes graves que causaram dependência fazendo com estas vítimas queiram interromper sua vida mais cedo. O ordenamento jurídico brasileiro defende o direito fundamental à vida e considera a eutanásia crime de homicídio privilegiado (art. 121, § 1º CP), independente de que essa morte ocorra para interromper um intenso sofrimento da vítima. Entretanto, o ordenamento jurídico dos países que adotaram a eutanásia na legislação a intitulam como “Lei sobre a Cessação da Vida a Pedido” ou “Suicídio Assistido”, que exigem requisitos para ser realizada, mas que variam entre os países que o adotaram, como: quando o paciente tiver uma doença incurável e estiver com dores insuportáveis ou solicitação da própria vítima voluntariamente para morrer, a permissão para menores nesses países varia e que podem ser a partir dos 12 anos ou somente após os 18 anos. O direito à eutanásia traz consigo a relevância social para os que se sentem lesados pela proibição, pois não possuem direito de escolha para uma morte digna e sem prolongação de sofrimento para o mesmo e sua família, uma vez que a doença que se passa é definitiva para morte. Entretanto, diante deste tema tão polêmico, a possibilidade de se interromper a vida, não há que se falar em banalização da morte e, sim, de legalização de sofrimentos irreversíveis. Em suma é imprescindível o principal argumento diante desta situação delicada que é o sofrimento que a própria vítima passa até que seu fim chegue. O requisito principal dos países que optaram pela eutanásia é que a própria vítima peça para morrer, pois perante o estado físico e psicológico em que a mesma se encontra chega a ser humilhante para aquela que viveu a vida independente e se vê agora em uma fase de dependência, fazendo com que este se sinta diminuído, sendo relevante neste ponto a dignidade da pessoa humana que se sente ferida. Em suma, a possibilidade de adquirir a eutanásia no ordenamento jurídico brasileiro seria um benefício para aqueles que se sentem desta forma, podendo ser evitado a prolongação de uma vida infeliz até que seu momento doloroso chegue ao fim. Para tanto, utilizar-se-ão os métodos de pesquisa bibliográfica e documental em andamento.

MICHELE TWAN LORENO
GUIMARAES

Oral

OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA A proposta da mudança ao sistema previdenciário do Brasil expõe quais serão os impactos na vida dos contribuintes e no sistema econômico do país caso não seja aprovado, evidenciasse a falta de conhecimento dos cidadãos brasileiros sobre a PEC 6/2019 e a relutância dos mesmos perante a mudança, pois o grande questionamento é se é realmente necessário e benéfico à reforma. Diante disso devemos antes compreender para que é e para que serve a previdência social, pois ela é utilizada como um recurso de prevenção social que tem sido objeto de constantes negociações na maioria dos países que adotaram este meio para proteção social. Isto se deve a adversidade para encontrar o equilíbrio entre receitas e despesas, diante da imensidão das necessidades humanas. A Previdência Social é uma relação de seguro de longa duração, administrado pelo Estado, na qual as fontes de custeio precisam ser compatíveis com os benefícios concedidos. Quando esta equação não fecha, como é o caso atual do Brasil, o modelo adotado precisa ser revisado e ajustado. Diante deste cenário, o atual Presidente da República Jair Bolsonaro e seu governo nos apresenta uma proposta de Reforma Previdenciária através da PEC 6/2019 em que é proposta uma reforma total do sistema cujo qual tem a intenção de equilibrar as aposentadorias de todas as classes de brasileiros. A proposta elaborada tem a finalidade em reduzir as desigualdades em aposentadorias de trabalhadores públicos e privados em que trabalhadores ricos e pobres devam aposentar se com a mesma idade e como consequência diminuirá o rombo na previdência. Em suma, a aposentadoria por tempo de contribuição será extinta e para possuir direito ao benefício cem por cento o contribuinte deverá ter contribuído quarenta anos ao INSS. Existirão três regras de transição: Por pontos, idade mínima e um pedágio de cinquenta por cento a mais em relação ao tempo que falta, além do ajuste das alíquotas de contribuições mensais descontadas na folha de pagamento. O tema abordado trás consigo a relevância social da clareza dos acontecimentos futuros com a reforma aprovada, provando a necessidade da mudança previdenciária que trará benefícios para todos os brasileiros, evitando que o país chegue ao ponto de não conseguir manter a aposentadoria e a economia. Em virtude dos fatos mencionados, podemos concluir que a reforma previdenciária é necessária para um equilíbrio entre as aposentadoria e contribuições mensais. Ainda mais, pelo fato do nosso país estar em crise, devemos reformular nossa economia e reequilibrar a balança das diferenças das contribuições incluindo reformar os benefícios disponibilizados pelo Estado, devemos passar pelas mudanças visando um futuro melhor para o país.

MICHELE TWAN LORENO
GUIMARAES

Paulo Sérgio Araújo Tavar

O objetivo do trabalho é analisar, de forma crítica, todo o contexto em que ocorre uma das maiores crises humanitárias já vistas no mundo, incluindo assim, suas principais causas e dados históricos. Por último, mas não menos importante este estudo tem como fulcro evidenciar os diversos direitos que os refugiados possuem, pois a grande maioria acredita que são desprovidos disso e portanto acabam se deixando marginalizar por outros povos e governos, aceitando viver em situações completamente desumanas. Sendo assim, torna-se importante destacar, em que contexto se aplicará o termo refugiado, que será qualquer pessoa que devido a temores fundados de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, ou por pertencer a determinado grupo social ou opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade, e não possa ou, devido a tais temores, não queira recorrer à proteção de tal país. Após o episódio de duas grandes guerras mundiais, impera-se a crise dos refugiados que se tornou um dos maiores problemas humanitários do século XXI, segundo pesquisa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no ano de 2014 o número de deslocados devido a guerras civis ultrapassaram 59 milhões, sendo que a onda de refugiados chegou ao patamar de 19,5 milhões. Estas guerras civis, tem trazido além de milhões de refugiados, um expressivo número de mortos, onde em um levantamento da ONU demonstra o expressivo número de 250 mil mortos na guerra civil que ocorre na Síria, sendo que o centro sírio para pesquisa política, traz um número ainda mais alarmante com o prognóstico de 470 mil pessoas mortas, sendo que dentre estas, 70 mil pereceram por falta de água e cuidados médicos. Como imperiosamente destacado, os números alarmantes de mortes, que geram medo e insegurança, trouxeram o grande número de refugiados, e esta imigração, gera conflitos populacionais, despertando a xenofobia que no sentido social, tem seu uso difundido para designar formas de preconceitos (racial, grupal, minorias nacionais ou culturais). Diante de todos estes problemas a que se ter um comprometimento dos países, para que não tenhamos um problema indissolúvel, visto que essas imigrações de refugiados, são protegidas, sempre que os mesmos se enquadrem no panorama descrito acima, e este comprometimento torna-se vinculativo pois a maioria dos países ratifica tratados, que comportam um subsídio no que tange ao respeito aos direitos humanos, a estes refugiados, como é o caso do “Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967 – Acnur”. É evidente, que diante desta situação deve-se ter uma reestruturação primeiramente interna, com a dissolução dos conflitos civis, e restabelecimento das condições mínimas, respeitando os direitos humanos, dos cidadãos, e posteriormente no âmbito internacional, a vinculação dos países que ratificam os tratados como responsáveis, caso o âmbito interno não possa assegurar direitos fundamentais.

Pôster

JUDITH BUTLER E DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO

JUDITH BUTLER E DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO Judith faz reflexões sobre a desconstrução do gênero ligado ao sexo e sim na construção do gênero como uma discussão social e cultural do lugar do homem e da mulher, seus processos práticos e suas relações sociais. É considerada uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, filosofia política e ética, considerada uma filósofa pós-estruturalista. Movimento nascido na década de 60 que permaneceu influenciando áreas da literatura, política, arte, críticas culturais e sociologia. Com as teorias da autora, pode-se dizer que seus pressupostos dizem a respeito do brinquedo e ao brincar na educação infantil, onde devemos desconstruir a ideia do sexíssimo imposto pela sociedade tradicionalista. Suas reflexões dizem que não existe um brinquedo específico para cada gênero pois essa é uma percepção imposta e construída pelos adultos sobre a criança. Ela sugere uma educação sem paradigmas onde a criança é livre para escolher seu brinquedo, pois, para ela este modelo de educação dá a criança a chance de aprender mais de modo que ela cresça e se torne um cidadão sem preconceitos e sem diferenças nas relações sociais. Formar um educador livre do paradigma de gênero imposto é permitir que os alunos/crianças sejam livres para explorar o universo das brincadeiras permitindo que eles criem suas próprias percepções. Com isto, ampliamos nossos conhecimentos sobre a dinâmica da desconstrução do paradigma imposto do gênero, e pensamos na ideia de quatro brinquedos que serão trabalhados na educação infantil. Os brinquedos são: carrinho, jogo de cozinha, fantasias de heróis e lousa. O carrinho foi pensado para envolver meninas e meninos em uma brincadeira lúdica, no qual ambos brincarão consertando o carro utilizando ferramentas. O jogo de cozinha é uma forma de unir as crianças para mostrar que cozinhar pode ser uma brincadeira desenvolvida pelos dois sexos. As fantasias de heróis têm a intenção de estimular a criatividade e imaginação da criança, na qual ambos os sexos possam se mostrar fortes e corajosos como todos os super-heróis. A lousa tem o objetivo de realizar uma brincadeira coletiva desenvolvendo o papel dos professores e dos alunos quebrando a ideia de que esta é uma brincadeira somente de meninas. Os brinquedos foram criados para auxiliar nesta desconstrução mostrando que estas brincadeiras podem englobar meninos e meninas sem diferenças. Pensamos na mediação da relação professor-aluno com os brinquedos como introduções lúdicas, brincadeiras de faz de conta na qual cada brinquedo tem seu enredo.

MILENA MIATTO BERNARDO

BEATRIZ DE LIMA SOUZA,
GIRÃO DE GODOY, JHENN
KENNIA MARCELA EUNICE
AGOSTINHO DE SA

Oral

Criptomoedas e lavagem de dinheiro.

O presente artigo se propõe à exposição de um inédito acontecimento que surtirá diversos efeitos na esfera jurídica brasileira, e principalmente no Direito Penal, com o intuito de buscar possíveis soluções por meio de reflexões e estudos intensivos sobre “Criptomoedas e lavagem de dinheiro”. Todas as negociações, até então existentes, têm lastreamento, isto é, podem ser ligadas a um Estado ou empresa, o que garante segurança não apenas econômica, mas jurídica e social. Criptomoedas não existem no plano material e por seus valores serem meramente especulativos, as incertezas são diversas. Elas não são usadas só em compras e vendas, mas também na execução de crimes, como o branqueamento de capitais. Com isso, como o Direito Penal brasileiro se adequará para lidar com tais situações? É notório que o sistema financeiro internacional tem ganhado diversas inovações que devem ser acompanhadas por todos os Países que quiserem se manter atualizados quanto à demanda. Com a expansão do comércio, transações entre Países e corporações passaram a ser cada vez mais comuns, além de transações efetuadas entre indivíduos em nível global, que, por meio da tecnologia e da ciência da informação, passaram a ter cada vez mais facilidade, agilidade, efetividade, lucratividade e autonomia em suas atividades financeiras. Com o advento das criptomoedas (meio de troca que utiliza tecnologia de blockchain e criptografia para garantir a validade das transações), várias inovações surgem no mundo, inclusive novos tipos de crimes, como esquemas de lavagem de dinheiro. No momento em que as criptomoedas são empregadas em infrações, elas saem da vida privada e afetam a pública. Em 2018, através da Operação Lava Jato, descobriu-se um esquema de lavagem de dinheiro no Rio de Janeiro/RJ em que supostamente houve a tentativa de transferir R\$73 milhões de dinheiro público desviado por meio das Bitcoins. Estas são as primeiras moedas virtuais criadas por meio de códigos que se popularizaram no mundo por trazer rendimentos altos em curtos prazos, além de possuírem um sistema de difícil acesso por hackers, tendo em vista os seus vários mecanismos de segurança. Nesse caso, foram expedidos vários mandados de prisão, busca e penhora contra os envolvidos. Diante da utilização de Bitcoin e sua ausência de administração, como se dará o processo de recolher as quantias lavadas para que sejam reavidas pelos cofres públicos? Ainda, para que seja quebrado o sigilo da conta do usuário, de que forma o Poder Judiciário atuará na cooperação internacional que exigirá? Não se trata apenas de regulamentação, pois com isso o Estado causaria a queda de valor da moeda e fuga de capital. A Lei deve se ater à punição do crime, agravando a pena de fraudes cometidas com o uso de criptomoedas. Um sistema mundial de inteligência ajudaria as autoridades mundiais a alcançarem um paraíso fiscal virtual, tornando possíveis as colaborações internacionais para o pedido de quebra de sigilos para casos graves como esse.

MILENA SANTOS PRADO

FELIPE DE SOUSA ALENCA
Eduardo Luiz Santos Cabe

Oral

Aplicação da Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor no Direito do Consumidor

O atual artigo busca, através do estudo de correntes doutrinárias, decisões jurisprudenciais e análise de dispositivos legais, explorar os argumentos jurídicos que justificam a aplicação da teoria do desvio produtivo do consumidor em incontáveis injustiças ocorridas em relações de consumo, equivocadamente, consideradas como meros dissabores. É comum que nas relações de consumo tutelados pelo Direito do Consumidor ocorram conflitos por defeitos ou vícios apresentados nos produtos ou serviços. O CDC dispõe no art. 15 que, o fornecedor deve reparar os danos causados aos consumidores por defeitos ou vícios, independentemente de culpa por parte daquele, possuindo responsabilidade objetiva perante o consumidor. Todavia, há um crescente fenômeno que expõe a tendência da inversão do ônus obrigacional na relação diante de condutas abusivas dos fornecedores, que impõem aos lesados a dispor de tempo excessivo para solucionar o problema, onde, inicialmente, caberia àquele a iniciativa de reparações de danos causados. Assim, em 2013, o advogado Marcus Dessaune apresenta a teoria do desvio produtivo do consumidor, objetivando trazer melhoras no âmbito da aplicação do Direito do Consumidor. Segundo ele: “O desvio produtivo caracteriza-se quando o consumidor, numa situação de mau atendimento, precisa desperdiçar o seu tempo e desviar as suas competências, para tentar resolver um problema criado pelo fornecedor, a um custo de oportunidade indesejado, de natureza irrecuperável.”. Nesse reprovável cenário, a teoria busca responsabilizar a empresa por seu desinteresse e ineficiência para sanar tal empecilho. Tal teoria se encontrava isolada em seus entendimentos, uma vez que, a maioria dos tribunais entendiam que, a questão configurava mero dissabor do cotidiano, não sendo caso de dano morais e materiais. Porém, na inédita decisão do Eg, STJ no AREsp 1.260.458/SP, verifica-se provável alteração de entendimento jurisprudencial sobre o assunto uma vez que o relator Marco Aurélio Bellizze fundamenta o voto da seguinte forma: “Para evitar maiores prejuízos, o consumidor se vê então compelido a desperdiçar o seu valioso tempo e a desviar as suas custosas competências – de atividades como o trabalho, o estudo, o descanso, o lazer – para tentar resolver esses problemas de consumo, que o fornecedor tem o dever de não causar”. É inegável que atualmente, para a busca da solução de um problema, o consumidor dispõe de condições valiosas, não podendo ser deixadas afastadas na indenização. Em suma, os argumentos de Dessaune buscam tratar de casos reais de descontentamento do consumidor pelos fornecedores. Logo, é essencial que sejam verificadas proteções legais e interpretações jurisprudenciais que visualizem os contextos de dificuldade do cotidiano do consumidor, onde a pura literalidade da palavra da lei não trazem justiça às lides. Ainda, a aplicação da teoria deve ser incentivada, para que se reconheça o valor do bem jurídico tempo e se indenize caso usado de forma abusiva.

MILENA SANTOS PRADO

MARIA JÚLIA DE SOUZA M
THIAGO GOMES LUIZ DE P

Oral	Programa de Preparação para a Reserva e Aposentadoria	<p>A presente proposta teve como objetivo realizar um trabalho interventivo de prevenção e promoção da saúde, através da elaboração do Programa de Preparação para a Reserva e Aposentadoria (PPRA), que ocorreu durante a realização do Estágio Supervisionado em Saúde Mental e Prevenção, no primeiro semestre de 2019, com os militares que possuem 28 anos, ou mais, de tempo de serviço ativo, pertencentes ao efetivo da Guarnição de Aeronáutica de Guaratinguetá (GUARNAE-GW). Para a realização da pesquisa em uma Organização Militar fez-se necessário um levantamento de dados e um diagnóstico institucional, com o objetivo de conhecer os pontos emergenciais dos militares que estão em tempo de se aposentar. A vida de um indivíduo é marcada por várias etapas, principalmente no tocante profissional, que definirão, irremediavelmente, o seu percurso. Ao se tratar do militar é inevitável considerar as especificidades da vida em caserna, pois esta é acompanhada da exigência de observância e obediência às regras disciplinares e preceitos hierárquicos que condicionam a vida pessoal e profissional do sujeito. A perda do papel profissional desempenhado pelos mesmos e o afastamento dos relacionamentos ligados ao contexto ocupacional são frequentemente associados a prováveis consequências estressantes. Acostumados à disciplina rígida e à dedicação integral, o militar, muitas vezes, não dispõe de tempo extra para desenvolver outras atividades que poderiam auxiliar na passagem para a inatividade, evitando assim, possíveis problemas biopsicossociais inerentes à, não só a aposentadoria, mas também, ao processo de envelhecimento. Ao observar e ouvir os militares percebeu-se uma necessidade de acolhimento voltado para o término da carreira, visto que, muitos não se preparam para a inatividade, assim, acredita-se que o desenvolvimento do PPRA é uma obrigação e necessidade a ser estimulada. O Programa ocorrerá no segundo semestre de 2019, e proporcionará aos militares um estímulo para expressarem suas expectativas e, assim, serem capazes de conduzir da melhor forma o seu processo de envelhecimento e afastamento do mercado de trabalho. O PPRA terá palestras e atividades sobre o cuidado com a saúde física e mental, caberá oportunizar atividades para a ocupação do tempo livre, terá instruções sobre empreendedorismo, trabalho voluntário e outras alternativas para o uso de suas capacidades. Serão ministradas palestras sobre a legislação em vigor e as implicações legais da aposentadoria. A reorientação do planejamento orçamentário, através da educação financeira, além de roda de conversa com militares já aposentados e orientações acerca das mudanças nas relações sociais e familiares. Em suma, o trabalho interventivo e de pesquisa terá continuidade no segundo semestre do ano corrente e constituirá a base para o trabalho final de conclusão de curso.</p>	MURIA RODRIGUES DE ARAUJO TEIXEIRA	Paula Ferreira do Amaral
------	---	--	------------------------------------	--------------------------

Oral

O SUICÍDIO NA COMPREENSÃO
TOMISTA DE JUSTIÇA

Este trabalho tem como objetivo apresentar como o suicídio é concebido e analisado dentro do universo da justiça, na visão de Tomás de Aquino. Para isso, realizou-se um aprofundamento em ambos os conceitos, de suicídio e justiça, e também no de injustiça, fundamentando-se, principalmente, na obra de Tomás de Aquino, a Suma Teológica e na contribuição de Aristóteles, de teóricos como Mônica Linhares e do Catecismo da Igreja Católica. Analisando toda a discussão proporcionada, vê-se o quão importante é este estudo, por elencar um fato tão presente na contemporaneidade, que é o suicídio, e perceber que o próprio Tomás de Aquino já o assinalava em sua Suma, desde os tempos medievais, da mesma forma que a justiça e a injustiça. A atualidade disso está em entender que, mesmo depois de tanto tempo, o tema do suicídio continua de interesse social e pode ser compreendido dentro da percepção tomista de justiça. Sendo o suicídio um homicídio, é por sua vez, uma ação contra a justiça e a caridade para si próprio, sendo um ato injusto, pois vai de encontro às leis divina, natural e positiva, já que usurpa o poder de Deus e torna aquele que pratica o juiz de sua própria vida, além de ser um grande pecado especialmente por ser cometido de forma livre e intencional. Essa percepção auxilia de forma considerável para entender esse evento na contemporaneidade. Palavras-Chave: Tomás de Aquino. Justiça. Injustiça. Suicídio.

MURILLO HENRIQUE ANTONIO DE
OLIVEIRA

Oral

Como a visão de Aristóteles sobre a Amizade pode auxiliar na prevenção da Cultura do Descartável

Este trabalho aborda a temática da amizade em Aristóteles como proposta para prevenir a cultura do descartável. Para Aristóteles, a amizade é essencial à vida e se desenvolve em três fins: na utilidade, no prazer e no bem. O mundo atual vive uma crise na amizade em decorrência de relações superficiais e de pouca profundidade, o que torna o laço de amizade apenas um meio para satisfazer as necessidades e alcançar os próprios interesses. Esse cenário também contribui com o desenvolvimento de uma cultura na qual o outro se torna descartável, usado e depois deixado de lado. É necessário retomar o verdadeiro sentido para o tema, resgatar sua essência, tendo em vista que a amizade influencia diretamente a felicidade e ajuda o ser humano a viver melhor moral e eticamente. É preciso entender e compreender a real importância do outro nas relações de amizade e valorizá-lo para, então, se criarem laços sólidos e consistentes para se chegar à amizade perfeita, à amizade fundamentada no bem e à virtude, como elenca Aristóteles. A solução para isso seria a resignificação do conceito de amizade, tão deturpado nos dias atuais. Chegar, através de um despertar de consciência, ao modelo de amizade perfeita, proposta por Aristóteles, é não visar somente ao bem para si, mas para ambos, pois essa categoria de amizade é a mais sublime e profunda, a qual é capaz de cultivar e desenvolver o amor, a benevolência, a reciprocidade e o bem-querer. É a verdadeira amizade que leva o homem a transcender a si mesmo, para encontrar o outro, para, de maneira racional, reflexiva e consciente estabelecer um laço concreto de amizade. Palavras-Chave: Amizade. Aristóteles. Cultura do Descartável.

MURILLO HENRIQUE ANTONIO DE OLIVEIRA

Oral	Psicologia e Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos	<p>Nesta obra, foi analisado o funcionamento do programa EJA (Educação jovens e adultos) em interface com a psicologia. Teve-se como objetivo analisar minimamente os desafios enfrentados pelo programa EJA e a seguinte problemática: Como pode contribuir o psicólogo escolar para o enfrentamento dos desafios dessa política pública? Por meio de uma pesquisa bibliográfica buscou-se a elucidação e maior entendimento dessa área de atuação e seus desafios na prática. O programa EJA visa a reinserção de jovens e adultos (que por inúmeras razões abandonaram os estudos) nos sistemas educacionais para a alfabetização e conclusão do ensino básico. Compreendendo que é um programa que abrange um público diversificado (adolescente, adulto e idoso), pode-se imaginar que inúmeras são as demandas e queixas advindas desse contexto por estudantes, professores, coordenadores e toda equipe escolar envolvida. Sabe-se de toda abrangência da psicologia e de sua importância nas mais variadas áreas, no EJA, essa necessidade é extrema, pois além das demandas relacionadas à aprendizagem, o profissional da psicologia precisa lidar com questões que envolvem o abandono escolar e a autoestima dos alunos. Pelo fato desses estudantes se encontrarem em uma fase do desenvolvimento intelectual mais elevada, diferente das crianças, acabam tendo suas subjetividades ignoradas, o que pode acabar gerando ainda mais dificuldades e queixas escolares. Além disso, discute-se nesse trabalho o prejuízo causado pela falta de uma legislação que garanta a presença dos profissionais da psicologia nas escolas e em outros contextos educacionais. Dessa forma, a psicologia possui um papel fundamental na humanização desses jovens e adultos para os professores e equipe escolar, ressaltando os conceitos de cidadania e respeito ao próximo. Faz-se imprescindível a discussão e pesquisa acerca do tema pela psicologia e demais áreas por envolver a qualidade da educação para um público que em sua maioria já se encontra fragilizado e em vulnerabilidade socioeconômica. Prover uma educação de qualidade garantida constitucionalmente não é só uma obrigação como também um compromisso do Estado na alfabetização e emancipação crítica de seus cidadãos. O papel do psicólogo dentro desse contexto deve se estender além das queixas escolares para um espaço de escuta e fala que inclua e respeite as pluralidades entre alunos e profissionais da educação, evitando a disseminação de preconceitos a fim de diminuir a exclusão social do aluno EJA. Assim, é indispensável à multidisciplinaridade na construção de uma política pública de educação eficiente.</p>	MURILO PEDROSO LEMES EUFRASIO	MARIANA MATHÍDIOS PA VITÓRIA DEYSE DOS SANT PRADO, GABRIEL DE CARV MOREIRA, Walcylene Cast Araujo
------	---	---	----------------------------------	---

Pôster

A constante segregação disfarçada de discriminação sofrida pelos deficientes

Este trabalho tem como objetivo analisar as principais formas de discriminação sofrida pelas pessoas com algum tipo de deficiência analisando as normas existentes e a possível inclusão de fato dessas pessoas na sociedade com o auxílio de aplicação de direitos humanos nas escolas, onde segregação – é o ato de colocar de lado ou separar isoladamente indivíduos e grupos podendo ser social e física, tal separação é oriunda de diversos fatores como biológicos e sócias como raça, religião, profissão, riqueza e etc. Desde o principio o homem é visto como a imagem da perfeição, onde muitas vezes pessoas com algum tipo de deficiência eram postas a margem da condição humana. Durante anos essas pessoas vêm sofrendo e muitas foram mortas ao logo dos anos, passando por muitas coisas desde torturas e ate mesmo ao extermínio justificado pelo bem da ciência e seus resultados. Atualmente na sociedade brasileira alcançamos a extinção da segregação, por meio da consolidação do estatuto da pessoa com deficiência e também a lei brasileira de inclusão de pessoa com deficiência onde ela assegura que "toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidade com as demais pessoas e não sofrera nenhuma espécie de discriminação", essas conquistas são resultados de lutas coletivas de organizações e pessoas com deficiência que buscavam serem representadas e ouvidas. Por outro lado não haveria necessidade de tanta discussão se a declaração universal de direitos humanos fosse respeitada. Onde em seu art.1 traz que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direito. Porém na realidade, ainda falta que essa lei seja realmente aplicada e efetivada em algumas partes, esse talvez seja a maior dificuldade encontrada e o grande problema dessa lei, assim como de outras legislações, que muitas das vezes não conseguem se implementarem de fato e cumprirem com o que promete, assim como falsas promessas não suprimo as lacunas existentes, concluindo, ainda há muitas dificuldades encontras pelos portadores de alguma deficiência na sociedade em que vivemos e um constante andar da ciência eugênica em busca de seres perfeitos no país e no mundo. Sendo assim é necessário achar formas de se discutir tais assuntos, analisando as atuais legislações como a Lei de Acessibilidade 13146 e Declaração Universal de Direitos Humanos – DUDH e buscando maneiras de fazer a atual legislação mais efetiva buscando novas maneiras de inclusão a todos, como terapia ocupacional e conscientização de uma parcela da sociedade juntamente com a aplicação do ensino dos Direitos Humanos nas instituições de ensinos.

NÁTALY MOREIRA MENDES

MARIANA LÚCIO DOS SANTOS
CAMPOS, JULIA SANTOS C
AGUIAR DE CARVALHO, TH
GOMES LUIZ DE PAULA

Oral

Do Abolicionismo ao Direito Penal do Inimigo: uma análise sobre a aplicação de políticas criminais

Este trabalho tem como finalidade o esclarecimento do conceito de política criminal, a partir do qual podemos construir uma crítica ao Direito Penal, ou seja, à norma propriamente dita, buscando compreender as justificativas e consequências da tipificação de condutas e aplicação de sanções à luz do princípio da adequação social. A teoria da adequação social orienta a criação de leis penais incriminadoras, ao passo que uma conduta, conquanto integrada ao modelo legal, não será considerada típica se for socialmente adequada ou reconhecida. Um bem jurídico penalmente tutelado possui a prerrogativa de reprovação social, ou seja, o sentimento coletivo de necessidade de proteção de um dado valor. A partir disso, instala-se um embate acerca de qual a estratégia mais adequada para reprimir (ou prevenir) a ocorrência de determinado delito, evidenciando a dicotomia criminalização-descriminalização. A política criminal configura, de acordo com Zaffaroni e Pierangeli, a ciência ou a arte de selecionar os bens jurídicos que devem ser tutelados penalmente e os caminhos para tal tutela, o que implica a crítica dos valores e caminhos já eleitos. O sistema penal, na maioria dos países ocidentais, legitima o uso da repressão estatal como forma de combater o crime, ou seja, lida com a delinquência através da imposição de penas restritivas de liberdade. No entanto, dentro do espectro de políticas criminais, existe ainda a corrente abolicionista, conforme bem explica Zaffaroni (2014, p. 89) "O abolicionismo nega a legitimidade do sistema penal tal como atua na realidade social contemporânea e, como princípio geral, nega a legitimação de qualquer outro sistema penal que se possa imaginar no futuro como alternativa a modelos formais e abstratos de solução de conflitos, postulando a abolição radical dos sistemas penais e a solução dos conflitos por instâncias ou mecanismos informais." Tal corrente confronta o conceito contemporâneo de "Direito Penal do Inimigo" que, ao contrário da ideologia garantista, trata os delinquentes como "inimigos" do Estado, justificando o afastamento de alguns direitos, de modo a facilitar a aplicação da lei penal. A partir do exposto, podemos afirmar que existe um longo caminho para o reconhecimento de um sistema penal mais justo. Ademais, confere-se, de forma inequívoca, as consequências prejudiciais de uma educação social pautada no Direito Penal, tais como a superlotação de presídios, a seletividade punitiva étnico-racial e até mesmo a falta de credibilidade suscitada pelo recrudescimento excessivo da norma.

NATHALIA AMARAL DE OLIVEIRA

Pôster

DIREITO AO MEIO AMBIENTE
ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO:
IMPACTOS DO CONSUMO DE
AGROTÓXICO NA SAÚDE PÚBLICA

DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO: IMPACTOS DO CONSUMO DE AGROTÓXICO NA SAÚDE PÚBLICA O meio ambiente possui um papel fundamental dentro da sociedade, sua proteção é prevista pelo ordenamento jurídico, sendo responsabilidade do Estado e da população preservarem esse bem para as futuras gerações, pois ele está diretamente ligado com a qualidade de vida dos cidadãos, sendo considerado um direito fundamental, que visa um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Entretanto, com o avanço da sociedade e alta demanda de produtos agrícolas, surge a necessidade de se utilizar produtos com intuito de proteger lavouras de pragas que podem comprometer a produção e a qualidade dos alimentos, mas conhecidos como agrotóxicos, que consistem em produtos químicos, físicos ou biológicos, porém o uso excessivo desse produto coloca em risco a vida do trabalhador rural que está diretamente em contato com o veneno, surtindo efeito na saúde pública e nos recursos naturais que estão sendo contaminados com o produto. Atualmente, o Brasil possui altos índices de consumo de agrotóxicos, sendo liberados novos pesticidas e fungicidas periodicamente, cujo um dos últimos registros estão publicados no Diário Oficial da União no ato nº 42, classificando de forma toxicológica e o grau de periculosidade para o meio ambiente, sendo que a maioria dos produtos aprovados apresentam um potencial lesivo para natureza. Sendo assim, o uso desses produtos geram impactos ambientais e na saúde pública, de acordo com os dados apresentados no Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações expostas a Agrotóxicos, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, no período de 2007 a 2015, foram notificados 84.206 casos de intoxicação por agrotóxico, sendo dividida em exposição aguda, podendo ser subdividida em única ou repetida, exposição crônica, exposição única sobre a crônica ou cuja exposição não foi devidamente preenchida. Portanto, a aprovação dos agrotóxicos é incompatível com um dos princípios mais relevantes dentro do direito ambiental, mas conhecido como o princípio da prevenção, em que estabelecem medidas de precaução com intuito de evitar a degradação do meio ambiente, atingindo uma situação irreversível, e diante dos próprios fatos descritos no registro não há dúvidas em relação aos efeitos que essa liberação provocará, prejudicando o meio ambiente que é considerado um bem jurídico primordial, e por essa razão deve ser protegido, sendo assim, é necessário conciliar o desenvolvimento econômico com esse bem jurídico, vedando possíveis impactos ambientais irreversíveis.

NATHALIA AUGUSTA SOUZA DE
ALMEIDA

ISABELLI CAROLINE DA SILVA
MOREIRA, Paulo Sérgio Ar
Tavares

Oral	DESENVOLVIMENTO HUMANO E CIDADANIA: COMO OS JOVENS ESTÃO VIVENCIANDO A ATUALIDADE?	<p>Este Projeto tem como objetivo mapear como os jovens pensam e planejam um projeto de vida pessoal na sociedade em que vivem, através do desenvolvimento de oficinas de educação em cidadania para adolescentes. Assim, buscamos responder o seguinte problema: “Qual a percepção de adolescentes a respeito da realidade que experienciam frente à sociedade contemporânea?”. Acreditamos que ao construir com os jovens momentos temáticos para que se expressem e reflitam de forma crítica sobre questões que permeiam a adolescência, como por exemplo: cidadania, sentido da escola, relações interpessoais, projeto de vida, estes poderão descobrir formas de exercer protagonismo e assumir responsabilidade sobre o processo de seu desenvolvimento, além de edificar a autonomia diante das dificuldades que podem experimentar nessa fase da vida (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Desenvolvimento do conteúdo: No segundo semestre de 2019, entre os 401 adolescentes matriculados nos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio de uma Escola Estadual do Vale do Paraíba/SP, 91 se inscreveram para participar do projeto. Os inscritos foram distribuídos em 5 oficinas desenvolvidas na vertente pedagógica e psicológica, que acontecem semanalmente, em dias diferentes. A aprendizagem centrada nos processos grupais coloca em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimento, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros. A aprendizagem é um processo contínuo em que comunicação e interação são indissociáveis, na medida em que aprendemos a partir da relação com os outros (PICHON-RIVIÈRE, 1998; ZIMERMAN; OSORIO, 1997). Todos as ações e temas são planejados e registrados, o que configura o projeto em pesquisa-ação, uma vez que se está em campo, em contato constante com o jovem dentro de seu contexto habitual, com a promoção de ações e intervenções em grupo, a fim de se fundamentar um estudo descritivo de análise qualitativa do que está sendo vivenciado (THIOLLENT, 1985). Relevância Social e Conclusão: Este Projeto aproveita o espaço escolar para a compreensão da prática do exercício da cidadania. Aprender em grupo significa uma leitura crítica da realidade, uma atitude investigadora, uma abertura para as dúvidas e para as novas inquietações. Por este viés, portanto, espera-se que os adolescentes desenvolvam o potencial de aprender e exercer de maneira plena sua cidadania e praticá-la nas suas relações interpessoais, tornando-se sujeitos protagonistas de seus direitos, assumindo seus deveres, senso de coletividade, pensamento crítico e prática.</p>	NATHÁLIA GARCIA PANACIONI GONZALES	RAFAEL ALVES FERNANDES SILVA, Sonia Maria Ferreira
------	--	--	------------------------------------	--

Oral

existência do vínculo empregatício entre motorista e a empresa Uber.

A EXISTÊNCIA OU NÃO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE OS MOTORISTA E A EMPRESA UBER. Atualmente, os aplicativos de viagem vêm se tornando cada vez mais populares em todos os Estados, pois gera uma melhor facilidade aos cidadãos para chegar a determinados lugares, por outro lado, aumentando a renda no domicílio do motorista, que busca uma alternativa em meio a crise e, por conta do aplicativo já fazer parte do cotidiano da população, muitos dos motoristas conseguem manter um padrão de vida melhor. A maior discussão no mundo jurídico sobre esse assunto decorre do vínculo empregatício, também conhecido como relação de emprego. Antes de analisar melhor a questão, é necessário se ter uma breve noção, definido pelo o artigo 3º da consolidação das leis do trabalho, traz em si definido os requisitos cumulativos para se reconhecer o vínculo empregatício, sendo eles: pessoa física; a pessoalidade, em que o contrato é "intuitu personae", ou seja, se contrata pessoa certa e definida; a não eventualidade, que o trabalhador deve manter uma regularidade/frequência, na prestação de seus serviços; a subordinação, em que o empregador exerce seus poderes sob o empregado; a onerosidade, em que o empregado recebe remuneração em troca dos serviços prestado, havendo uma reciprocidade de obrigações; e a alteridade, que garante o empregado o seu salário. Sendo assim, não é possível a caracterização do vínculo empregatício entre o motorista e a empresa Uber, pois os motoristas devidamente regulado, possuem a faculdade de decidir em qual horário e quais dias desejam trabalhar, além do mais, podem ficar sem acesso ao aplicativo nesse tempo, portanto, os mesmos não possuem uma garantia da eventualidade solida, a subordinação e, a pessoalidade na prestação de serviço, pois o motorista é substituído por outro motorista cadastrado na plataforma, sendo assim, o empregador não possuem a certeza íntima da volta do empregado. As recentes decisões dos tribunais superior do trabalho possuem o mesmo entendimento, em que não há a relação de emprego, baseando-se na falta do preenchimento dos requisitos cumulativos citados acima, além do mais que, com a falta de subordinação o empregador não consegue exercer o seu poder mais importante, sendo esse o poder diretivo, pois não é aplicado sanções ao motorista que descumprir alguma regra. Contudo, conclua-se que, como o aplicativo vem se tornando mais presente, é necessária a alteração na legislação específica, para englobar todos esses casos, por não ser uma decisão pacífica, há acórdãos com decisões diferentes, o que acaba gerando um conflito, entretanto, o que prevalece é a não vinculação.

NATHÁLIA LUISE COSTA MARÇAL

LAILA VITÓRIA MARIANO

Pôster	Planejamento e Organização no Desenvolvimento de Projetos e Uso de Materiais Alternativos para facilitar a construção de residências no universo das cidades inteligentes.	Este Plano de Trabalho busca a eficiência e eficácia da Construção Sustentável amparada pela conscientização e comprometimento da Construção Civil e seus processos construtivos de preservação e sustentabilidade ambiental. Estes, quando não fiscalizados, facilitam procedimentos desenfreados que provocam efeitos catastróficos e fortalecem o caos através da cultura do despreparo na sociedade empresarial no que diz respeito a produção e consumos sem critérios de uma sustentável construção. Como projeto, sob a égide da Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão, tem-se como parceiros professores, alunos da Universidade Salesiana e Centro de Integração da Cidadania, - CIC, no Bairro Vida Nova, Campinas SP.. O objetivo do Plano é conscientizar e compreender a eficácia do uso de materiais alternativos, da energia radiante, da construção de casa de baixo custo, da arquitetura bioclimática ciente dos recursos em escassez e elementos essenciais para a efetivação da casa econômica. Na Metodologia os procedimentos de aprendizagem serão desenvolvidos através de oficinas socioeducativas com o foco no uso/reuso, descarte de materiais/resíduos, estudo da eclíptica solar, predominância dos ventos, cisternas e o uso de cisternas, uso inadequado dos recursos naturais e artificiais, folders impressos, quizzes, visitas técnicas a canteiros de obras, palestras, interações dialógicas e facilitação da participação do público alvo. Realiza-se um estudo bibliográfico que facilite, também, o entendimento dos trabalhadores no aprimoramento da capacitação profissional e sua prestação de serviços no mercado de trabalho. Nas oficinas, usa-se os recursos midiáticos para facilitar a aprendizagem, a criatividade e buscar a inovação para a sustentabilidade ambiental. Espera-se que este Trabalho, ganhe a confiança e motivação do público alvo participante direto e indireto, permitindo os participantes desenvolvam suas habilidades profissionais, essenciais à sustentável construção. Assim, consolida-se a tecnologia limpa e factível a qual será avaliada para que este Plano de Trabalho esteja apto a identificar e adequar as aplicações dos recursos naturais/artificiais utilizando as diretrizes e as principais características de uma edificação da casa econômica de baixo custo.	Nayara Messias de Lima	Aparecido Fujimoto, Flávio Henrique Policarpo Oliveira, Aparecida Silva Santos
--------	--	---	------------------------	--

Pôster	Planejamento e Organização no Desenvolvimento de Projetos e Uso de Materiais Alternativos para facilitar a construção de residências no universo das cidades inteligentes.”	Este Plano de Trabalho busca a eficiência e eficácia da Construção Sustentável amparada pela conscientização e comprometimento da Construção Civil e seus processos construtivos de preservação e sustentabilidade ambiental. Estes, quando não fiscalizados, facilitam procedimentos desenfreados que provocam efeitos catastróficos e fortalecem o caos através da cultura do despreparo na sociedade empresarial no que diz respeito a produção e consumos sem critérios de uma sustentável construção. Como projeto, sob a égide da Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão, tem-se como parceiros professores, alunos da Universidade Salesiana e Centro de Integração da Cidadania, - CIC, no Bairro Vida Nova, Campinas SP. O objetivo do Plano é conscientizar e compreender a eficácia do uso de materiais alternativos, da energia radiante, da construção de casa de baixo custo, da arquitetura bioclimática ciente dos recursos em escassez e elementos essenciais para a efetivação da casa econômica. Na Metodologia os procedimentos de aprendizagem serão desenvolvidos através de oficinas socioeducativas com o foco no uso/reuso, descarte de materiais/resíduos, estudo da eclíptica solar, predominância dos ventos, cisternas e o uso de cisternas, uso inadequado dos recursos naturais e artificiais, folders impressos, quizzes, visitas técnicas a canteiros de obras, palestras, interações dialógicas e facilitação da participação do público alvo. Realiza-se um estudo bibliográfico que facilite, também, o entendimento dos trabalhadores no aprimoramento da capacitação profissional e sua prestação de serviços no mercado de trabalho. Nas oficinas, usa-se os recursos midiáticos para facilitar a aprendizagem, a criatividade e buscar a inovação para a sustentabilidade ambiental. Espera-se que este Trabalho, ganhe a confiança e motivação do público alvo participante direto e indireto, permitindo os participantes desenvolvam suas habilidades profissionais, essenciais à sustentável construção. Assim, consolida-se a tecnologia limpa e factível a qual será avaliada para que este Plano de Trabalho esteja apto a identificar e adequar as aplicações dos recursos naturais/artificiais utilizando as diretrizes e as principais características de uma edificação da casa econômica de baixo custo. Palavras-chave: casa econômica, construção sustentável, uso/reuso, capacitação profissional.	Nayara Messias de Lima	Antônio Severino Bento J Aparecido Fujimoto, Apar Silva Santos Carbone, Fláv Henrique Policarpo Olivei
--------	---	---	------------------------	---

Pôster	PREGÃO ELETRÔNICO: DECRETO 5.450 DE 2005 E AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA NOVA MODALIDADE DE LICITAÇÃO	<p>Uma análise crítica as dificuldades enfrentadas pela Administração Pública em manter os princípios administrativos e evitar fraudes e possíveis nulidades em licitações. Abordar as vantagens e desvantagens do Pregão Eletrônico. Análise da Lei nº 10.520/2002, juntamente com Decreto 5.450/2005 que regulamenta o Pregão Eletrônico. Apontar possíveis modificações nos sistemas informatizados utilizados. No final de 2000, quando o Governo Federal criou o pregão editando o decreto 3697/2000, em um época em que a tecnologia da informação ainda era um mistério em negócios públicos. O Governo não se importou com a polêmica causada e deu origem ao Pregão Eletrônico, obrigando a todos os fornecedores a investirem no avanço da tecnologia da informação. O pregão é atualmente regido pela Lei nº 10.520/2002, onde se prevê: o presencial e eletrônico. O Pregão Eletrônico é realizado por meio de sistemas informatizados, regulamentado pelo decreto 5.450/2005. O Pregão eletrônico tem por suas vantagens a celeridade do processo, caracterizada pela inversão de fases, menor prazo recursal, menor prazo de publicação. A tecnologia da informação permite a ampla divulgação do certame e a participação de fornecedores de todo Brasil, como também a transparência de todo processo licitatório que são publicados.</p> <p>Contrapondo, as desvantagens no Pregão Eletrônico são: a impessoalidade gerada em virtude da comunicação ser feita apenas no meio eletrônico e privado entre o pregoeiro e o fornecedor, fornecedores que não mantêm a qualidade dos bens e serviços, erro na especificação do produto ou serviço, e principalmente a fraude causada pelo uso de “robô” de lances automáticos - são softwares que realizam lances automáticos e simultâneos, programação não autorizada pelo governo. A legislação apresenta nova forma para modalidade de licitação pregão, onde o legislador a adotou como uma forma preferencial. Esta nova modalidade que utiliza meio informatizados propõe maior celeridade, bem como a transparência e publicidade do processo licitatório. Visa o alcance amplo de fornecedores que por meio de devido cadastro no sistemas informatizados e com senha poderão participar da licitação. Constata-se que estes sistemas informatizados não são seguros a Administração Pública, correndo riscos de fraudes que afetam e comprometem o processo licitatório, principalmente o COMPRASNET – sistema do Governo Federal destinado a licitações. Concluindo, houve um grande avanço da Administração Pública ao adotar sistemas informatizados para realização de licitações, trazendo muitos benefícios quanto a divulgação e a publicidade do processo licitatório, benefícios a população e aos fornecedores. Mas devido a fraudes e algumas etapas nesta forma de pregão, que comprometem a isonomia e a probidade administrativa, estão colocando em risco de nulidade os pregões. DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito Administrativo. 29 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.</p>
--------	--	--

NEUSA MARIA VALÉRIO DA SILVA
MARÍLIA GABRIELA DE OLIVEIRA
PINTO, Paulo Sérgio Araújo

Pôster	Startup's e sua aplicabilidade no Direito Empresarial	Nos dias atuais, torna-se cada vez mais comum o termo Startup, principalmente ao falar de empreendedorismo e tecnologia. Segundo a Lei Complementar 167 de 24 de abril de 2019, startup incremental é a empresa que visa aperfeiçoar sistemas, métodos ou modelos de serviços ou produtos já existentes, e startup disruptiva é o negócio relacionado a produto ou serviço totalmente novo. A recente lei visa incentivar a inovação e avanço tecnológico e desburocratizar a formalização. Através de abertura e comunicação de pedidos de registro de marcas e patentes de forma totalmente digital, permissão a comercialização experimental do serviço ou produto até o valor fixado para o MEI, a simplificação do endereço do negócio e em caso de insucesso, seu fechamento também de forma digital. O Direito Empresarial regula algumas atividades empresariais, e através da Lei 9.279 de 1996, conhecida como Lei de Propriedade Industrial (LPI), traz institutos de proteção às marcas e patentes, além da repressão à concorrência desleal. Sendo estas proteções uma forma de incentivar a elaboração de novas tecnologias e fomentar o empreendedorismo. O direito de patente traz duas espécies, a de invenção e a de modelo de utilidade. Uma tecnologia totalmente nova no mercado será considerada como de invenção, destarte que modelo de utilidade se trata de um aperfeiçoamento de uma tecnologia já existente. O registro da marca garante o uso com exclusividade na área de atuação, protegendo contra plágios e a concorrência desleal, além de assegurar a credibilidade quando a empresa ganhar destaque no mercado. Ainda nessa linha, o trade dress conhecido como conjunto imagem, apesar de não positivado, é sustentado pela Constituição Federal e pela Lei 9,279, que trazem o princípio da livre concorrência e o combate à concorrência desleal, respectivamente, tendo este direito já assegurado pela jurisprudência. Outra aplicabilidade é trazida pela Lei 9.609 de 1998 que dispõe sobre a proteção aos programas de computador, como a proteção aos direitos autorais, garantias aos usuários, registro de software, contratos de licença de uso, comercialização e transferência de tecnologia entre outras regulações. Ademais, outro interesse de uma startup é a proteção das informações e tecnologias, através de acordos de confidencialidade, também conhecidos como "Non disclosure agreements" (NDA). Podendo a empresa realizar este tipo contrato com um funcionário, outra empresa, um prestador de serviço ou mesmo um investidor. Devendo ser específico para cada situação, visando resguardar ideias, serviços, processos, produtos, serviços ou transações. A positivação destas garantias na seara tecnológica deve ser analisada continuamente pelo operador do direito, na medida em que novas empresas surgem de modo acelerado e inteligível, pois o empreendedorismo ganha espaço em relação as indústrias operárias tradicionais, onde uma ínfima ideia se torna uma eminente oportunidade para a criação de ciências inovadoras.
--------	---	---

NILTON VINICIUS FAGUNDES
MACHADO

JESSICA PALOMA MARIA M
Frederico Sodero Toledo

Pôster	Sucessão de Filho concebido por Inseminação Artificial Homóloga "Post Mortem"	Em razão de novas pesquisas no campo biomédico, tornou-se possível a armazenagem de material genético humano em clínicas obstétricas especializadas em fertilização. Destarte, a concepção da prole humana após o falecimento de seu genitor, tornou-se possível. Essa forma de reprodução assistida é chamada de inseminação artificial homóloga post mortem. A questão problematizada quanto ao referido assunto, é que apesar do direito ser uma ciência atemporal, o mesmo não acompanhou o campo da biomedicina para a regulação de normas do assunto, restando apenas a positivação de 2002, que encontra-se desatualizada quando se refere a filiação do filho concebido "post mortem" de seu genitor, precisamente no artigo 1.597, do Código Civil. Portanto, frente o absentismo legislativo atual de nossa legislação pátria brasileira, emergem questionamentos jurídicos advindos desta técnica chamada inseminação, inclusive, quando o assunto se refere a herança e ao banco de dados do genitor que ofereceu seu material genético para sua concretização. Infelizmente, nem nossa Constituição Federal nos ajuda com o assunto. Logo, faz-se necessária a criação de normas que permitam legalizar de maneira eficiente este processo, ajudando assim, a sociedade como um todo. PALAVRA CHAVE: Direito Sucessório; Biodireito; Inseminação Artificial Homóloga "Post Mortem"; Princípios Constitucionais.	OLÍVIA APARECIDA INOCÊNCIO DE OLIVEIRA	Luiza Helena Lellis Andrad Soderro Toledo
--------	---	--	--	---

Oral

O Direito e a Fibromialgia

A fibromialgia é um estado de saúde complexo, uma doença crônica, caracterizada por um distúrbio, uma dificuldade no processamento da dor por mais de 03 meses, associado a outras características como fadiga, falta de qualidade no sono, rigidez matinal, formigamento ou dormência em partes do corpo, sensação de inchaço. Na sociedade, os portadores desta doença passam por inúmeros julgamentos e dificuldades causados pelo desconhecimento sobre o tema, pois até os próprios médicos têm ao emitir o diagnóstico, o que dificulta o tratamento, inclusive dores múltiplas que impedem o paciente de ter uma vida social mais normal com amigos e familiares, ignorando os efeitos da doença. Mas o real problema se encontra o ambiente de trabalho, que se torna totalmente impossível para a pessoa exercer qualquer atividade laboral com o mal-estar permanente, com sintomas como dor crônica e generalizada, falta de energia e disposição em razão do baixo nível de serotonina, fraqueza física, fadiga, alteração no sono, dores de cabeça e, por fim, distúrbios psicológicos. Mesmo que o nível da doença seja grave, é necessário que ela gere alguma incapacidade ou limitação para o trabalho para que o enfermo receba qualquer espécie de benefício, seja o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez, ou até mesmo o benefício assistencial de prestação continuada (BPC), também conhecido como LOAS. Assim, é possível e há projetos legislativos com o escopo da Fibromialgia gerar direitos a algum benefício pago pelo INSS, mas claramente sendo precedido de comprovação médica pericial que comprove a incapacidade para o trabalho ou impossibilitada de produzir renda.

OLÍVIA APARECIDA INOCÊNCIO DE OLIVEIRA

MARIA LUIZA ELEUTÉRIO MONTEIRO

Oral

AS INCERTEZAS DA JUVENTUDE
PERANTE SUA VIDA PROFISSIONAL

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o jovem contextualizado e o que se faz necessário no interior das instituições educacionais para alcançar a promoção da reflexão sobre as escolhas profissionais conscientes, que priorizem sempre a ética e os valores humanos. Dentro desse contexto, o trabalho norteou a seguinte problemática: Como a educação pode ajudar a minimizar as incertezas da juventude diante de sua vida profissional? Os efeitos do mundo contemporâneo começam a refletir no pensamento dos jovens, gerando incertezas na sua vida profissional. As empresas juniores proporcionam uma opção promissora por dois motivos: primeiramente, por tornar possível a conexão entre o aprendizado teórico e a prática, o que permite a reflexão sobre o fundamento venha a ser vivenciada ainda no processo de formação. A metodologia ativa propicia aos indivíduos, a elucidação dos conteúdos e o aprimoramento de habilidades por meio do protagonismo juvenil. Com amorevolezza, a religião e a razão, o sistema preventivo de Dom Bosco suleou as bases para uma pedagogia mais humana e libertária, propondo conceitos e valores transcendentos à experiência humana. Tanto em oficinas extracurriculares quanto as escolas técnicas muitas vezes são o primeiro contato com uma formação profissional, em ambos são desenvolvidos pontos como comportamento, expressão facial e corporal, linguagem, demonstração de interesse, traje, estrutura e revisão de currículo, dentre outros pontos cruciais que um candidato deve desenvolver antes de encarar o mercado de trabalho. Já a central de estágio permite colocar em prática tudo aquilo que foi ensinado na teoria, além de proporcionar o desenvolvimento das habilidades e competências individuais, no estágio também é possível identificar desde o início da carreira profissional as próprias dificuldades e deficiências, possibilitando assim o aprimoramento profissional precoce. As escolas precisam ir além das instruções teóricas, é necessário formar jovens seguros de seu futuro, ajuda-los a escolher uma carreira que esteja ligada as suas características e desejos, por esse motivo é importante as parcerias com palestras, psicólogos e pedagogos para que haja uma consultoria e análises de perfis com esses jovens para auxilia-los na possível escolha profissional. Foi possível observar no decorrer deste trabalho a importância que a educação juntamente com as propostas mencionadas neste artigo, tem para a juventude, a educação traz aos jovens um melhor entendimento sobre um todo, diminuindo ou até mesmo eliminando suas incertezas, e assim esta juventude consegue escolher com mais clareza um caminho a seguir diante da sua vida profissional.

Patrícia Moya Perres

JULIA PAVAN COVRE, ANA
CLAUDIA DE OLIVEIRA DIA
GIOVANA CAMPANHOL D.
Regiane Rossi Hilkner

Oral	O IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	<p>Objetivo: Entender e demonstrar a importância da Educação Financeira e seus benefícios no controle de finanças pessoais e qualidade de vida. Serão abordados elementos a respeito da decisão de se educar financeiramente, bem como contribuir com esse conhecimento.</p> <p>Relevância social: O estudo e a aplicação da educação financeira através do projeto visa melhorar a qualidade de vida da população de Lorena, orientando os cidadãos através de metodologias para a melhor aplicação de seu dinheiro, adquirindo aquilo que é realmente relevante e necessário, como primordial solução para o desenvolvimento de famílias de baixa renda ante o controle de gastos e quitação de dívidas, deixando-os mais seguros perante a sociedade, e demonstrando que o ter material não é a chave para realizações pessoais, e sim armadilhas do consumo exacerbado, que vão gerar má gestão financeira, provindas de decisões impulsivas e compulsivas que atingem de forma mais severa àqueles que dependentes de menores rendimentos.</p> <p>Problema: Com o objetivo de demonstrar a importância da educação na vida de famílias de baixa renda, obteve-se como base para estabelecer o universo de análise deste projeto, a definição de baixa renda que de acordo com o CadÚnico (2018) são consideradas famílias de baixa renda, aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Em um levantamento feito por este órgão público em Setembro de 2018, há 7.765 famílias na cidade de Lorena que se encontram dentro dessa faixa de classes sociais. Sobre essa perspectiva a educação financeira se utiliza de metodologias para a melhor aplicação do dinheiro como primordial solução para o controle de gastos de famílias de baixa renda ante e orientação na quitação de dívidas. Deste modo, busca-se responder a seguinte questão: Qual o impacto e benefícios a educação financeira traz para famílias de baixa renda?</p> <p>Desenvolvimento do conteúdo: Fazendo a ligação entre o objetivo, problemática e a relevância social, este projeto busca auxiliar a vida da população lorenense através da conscientização acerca da educação financeira, através de um curso de Finanças Pessoais aplicado a famílias de baixa renda junto ao PROVIM.</p> <p>Conclusão: Os processos feitos até aqui, como a utilização do Método Focus Group e Pesquisa de campo, corroboram a problematização do projeto a respeito da deficiência das famílias em gerir as rendas domésticas, no que tange a esses fatos, espera-se com o projeto auferir o impacto positivo nesse sentido e demonstrar a importância na gestão das finanças pessoais com impacto direto na qualidade de vida em família.</p>	PAULO AUGUSTO PIRES FAUSTINO	GILSON ANTONIO DOS SA GUILHERME CARVALHO S. RENAN MENDES IVO
------	---	--	------------------------------	--

Oral

DIREITOS HUMANOS E A DIGNIDADE HUMANA EM KANT

Este presente trabalho desenvolve e apresenta os termos de Direitos Humanos e de Dignidade Humana como características certas e pontuais da máxima no pensamento filosófico kantiano. Tem, em pesquisa base, o foco na leitura direta do direito em Kant, Metafísica dos Costumes, a Doutrina do direito e as suas fundamentações juntamente com o teor filosófico do percurso da concepção de Direito, tracejando na ideia histórica dos Filósofos clássicos, medievais, modernos - Aristóteles, Tomás de Aquino, Leibniz, Hume - até chegar ao filósofo de base central deste trabalho, Kant. Isso tudo para se ter um aprofundamento certo sobre as ideias discutidas referente ao tema que se é proposto. A intenção da produção deste trabalho é demonstrar que tanto o direito quanto a dignidade são problemáticas já mencionadas na ideia da filosofia, sendo, ao mesmo tempo atuais, e, tendo o olhar em Kant, a dignidade das pessoas e o seu direito coexistem no que é dado por Natureza do Homem, é aquilo que no imperativo categórico no sentido de a priori, ou seja, naquilo que já se tem por primeiro em cada um é dado para qualquer ser racional e que as frentes governamentais, juntamente com o povo, deveriam colocar em prática, conforme as suas funções, a dignidade. Em contrário disso, perde-se o sentido de Humanidade. Palavras-chave: Kant, Dignidade Humana, Direito Natural, Direitos Humanos REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia, São Paulo, Martins Fontes. 1998 AQUINO, Tomás de. Suma Teológica - 2º parte da 2º parte. 2. ed. Volume V . Tradução de Alexandre Corrêa. Porto Alegre: Est Sulina UCS, 1980 ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural. 1973 (Coleção Os pensadores). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 – disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 20 maio 2019 LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. Novos Ensaio sobre o entendimento humano. Traduzido por Luiz João Baraúna. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. MONDIN, Battista. Curso de Filosofia. 6. ed. Tradução de Benôni Lemos São Paulo: Paulus, 1981.v. CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. A doutrina do Direito de Emmanuel Kant. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 3020, 8 out. 2011 Disponível em: . Acesso em: 23 maio 2019. KANT, Emmanuel. Metafísica dos Costumes, Milão, Bompiani, 2006. KANT, Emmanuel. Doutrina do Direito. Tradução de Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1993. _____ . Fundamentos da metafísica dos costumes. Tradução de Lourival de Queiroz Henkel. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s./d. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDADES. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: . Acesso em: 26 out. 2018 PASCAL, Georges. O pensamento de Kant. Tradução de Raimundo Vier. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

PAULO SERGIO DA SILVA FILHO

Oral

EDUCAÇÃO SEXUAL E O ESTUDO DE GÊNERO À LUZ DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A educação caminha pela vida humana sob inúmeras facetas dentre elas destaca-se a de “instrumento à construção”, tanto para o progresso quanto ao regresso. Contudo, com o impulso trazido pela globalização e a massificação do conhecimento, a descoberta e o estudo sobre novas áreas das ciências jurídicas trouxe à tona questionamentos sobre as posturas que são tomadas em determinados cenários e temáticas que, ao longo do tempo, se mostram como fatores propulsores às questões de saúde pública, violência e discriminação. Deste ponto, à luz das ciências sociais, destaca-se a premissa da educação sexual alinhada ao estudo sobre gênero, tendo como panorama norteador a função de metodologia ativa no âmbito educacional, a fim de figurar como divisor de águas na prevenção de ISTs; uso de anticoncepcionais; gravidez na adolescência; abuso sexual; maturidade ao lidar com o organismo masculino, feminino e interssexual, assim como tornar o indivíduo mais responsável sobre suas atitudes, posturas e comportamentos com relação à saúde sexual e reprodutiva, bem como oferecer informação e orientação aos jovens com relação à transição da infância para a idade adulta, e, por fim, os desafios físicos, sociais e emocionais que eles enfrentam. Neste paradigma, atentar-se para a postura adotada pelo Ministério da Educação sobre a problemática, retirando-a da Base Nacional Comum Curricular e junto aos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram um regresso institucional sobre políticas públicas preventivas na educação, visto que a vida sexual entre os jovens está a cada ano se iniciando mais precocemente, e, que caminha ao lado da desinformação e do despreparo em lidar com os reflexos desse cenário púbere. Ademais, é substancial reforçar que galgar à abstinência sexual como solução deste quadro é infrutífero visto que há evidências de que programas de promoção resvalam na prevenção à iniciação precoce e na redução da frequência e no número de parceiros entre os jovens. Por conseguinte, escancara-se a necessidade de tratar sobre o tema e fomentar seu esclarecimento e divulgação, a fim de desconstruir tabus, valores e dogmas que desencadeiam reflexos prejudiciais a formação do indivíduo em maturação bio-psico-social. Objetiva-se, portanto, através da aplicação de metodologias ativas com o fulcro numa análise ex ant, a estruturação preventiva de aplicação de políticas públicas capazes de galgar nas esferas médicas, psicológicas e assistenciais no seio comunitário e educacional, por meio da educação sexual e os estudos sobre gênero. Tecer-se-á o presente trabalho considerações a partir do levantamento bibliográfico.

Pedro Brígido Corrêa

FÁBIA DE OLIVEIRA RODRIGUES
MARUCO

Oral	A TEORIA ACTIO LIBERA IN CAUSA E O REPÚDIO A RESPONSABILIDADE PENAL OBJETIVA NO QUE TANGE A EMBRIAGUEZ CULPOSA	<p>A teoria actio libera in causa é concebida com o entendimento de que, no caso amoldado à esta, o momento a ser considerado como doloso é o momento em que o agente possuía discernimento de escolha e escolheu um caminho no qual havia a possibilidade de consumação de um fato típico, ilícito e culpável, portanto de um crime. A presente teoria é muito considerada quanto a questões de crimes sob a égide de embriaguez voluntária, que o agente decide embriagar-se e em momento no qual falta-lhe discernimento realiza um crime. Sendo assim, no que tange a teoria abordada neste, considera-se como elemento subjetivo no crime o momento da ingestão da substância embriagante e não o da prática delituosa. Capez (2010) traz em sua obra um exemplo no qual um estudante, após ingerir grande quantidade de álcool, vai participar de uma festividade, na qual, completamente embriagado, desferiu um disparo de arma de fogo na cabeça de seu colega, matando-o. Passada a bebedeira, desesperado, chora a morte do amigo, sem se lembrar de nada. Pela teoria actio libera in causa o estudante responderá por homicídio doloso, sendo presumido que estava sóbrio no momento em que praticou o fato típico. Não obstante, existe forte crítica a referida teoria adotada pelo ordenamento jurídico, haja vista que com a chegada do Codex maior de 1988, fora expurgada da legislação vigente a chamada de “responsabilidade penal objetiva”, que significa responder penalmente mesmo não havendo lastro de dolo ou culpa na conduta do agente, como, de certa forma, se amolda a teoria presente. Em epílogo, Damásio de Jesus aduz em sua obra que a adoção da teoria actio libera in causa é uma forma de responsabilidade penal objetiva no que tange a prática de um crime em estado de embriaguez voluntária culposa no qual não havia hipótese de previsão de que um crime poderia ocorrer. Sendo assim, se pune uma pessoa média por um ato no qual ela não teve nem dolo ou culpa, bem como não teve nem possibilidade de previsão de um sinistro possível. Ou seja, Damásio de Jesus classifica a teoria actio libera in causa como uma exceção à regra de repúdio da legislação a responsabilidade penal objetiva, no entanto, não concorda com a aplicação desta nos casos de embriaguez voluntária onde o agente não podia prever um fato que se desenrolasse em crime antes de ingerir a substância. Em conclusão, superado o conceito da teoria actio libera in causa, existe constitucionalidade no que tange sua aplicação nos casos de embriaguez voluntária culposa? Mesmo após o expurgo da responsabilidade penal objetiva a legislação brasileira? Existe outra forma de aplicação penal se não esta nos casos de embriaguez voluntária? Serão utilizados métodos dedutivos, bibliográficos e técnicos para realização deste trabalho. CAPEZ, Fernando: “Curso de Direito Penal - Parte Geral Volume 1”, 15ª Ed. Editora Saraiva, 2010, pág. 341 e 342. DE JESUS, Damásio: “Direito Penal – Parte Geral”, 32ª Ed. Editora Saraiva, 2016, pág. 556.</p>	PEDRO GABRIEL BITTENCOURT GONÇALVES	VITÓRIA APARECIDA OLIVEIRA, MELISSA ANDRADE DIAS GONÇALVES, JESSICA RODRIGUES DA SILVA
------	--	--	-------------------------------------	--

Pôster

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O IMPACTO NO TRATAMENTO DE DADOS POR PARTE DAS EMPRESAS

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O IMPACTO NO TRATAMENTO DE DADOS POR PARTE DAS EMPRESAS Larissa Alves da Silva, Leticia Araújo de Oliveira Pedro Henrique Edno Alves Prof. Me. Paulo Sérgio Araujo Tavares A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), inspirada no Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia, chega ao Brasil de forma tardia, regulamentando o modo com que as empresas poderão dar tratamento aos dados pessoais de seus clientes no país. Referida Lei entrará em vigor em setembro de 2020 e as mudanças advindas de sua promulgação são muitas e atingirão toda empresa que trate dados pessoais em sua operação. A LGPD, traz princípios e fundamentos que deverão nortear todas as outras legislações futuras, tratamento diferenciado para o uso de dados "sensíveis", como dados de menores de idade e de saúde, opção sexual, bancários, etc; A LGPD terá ampla abrangência e se aplicará sobre qualquer pessoa, física ou jurídica, que trate de dados pessoais no território brasileiro. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, o Direito tem de se adaptar às novas questões, buscando o equilíbrio social e se renovando para que consiga, desta maneira, acompanhar a sociedade e com o crescimento da tecnologia e do uso da internet para a coleta e armazenamento de dados pessoais é de extrema importância que haja mecanismos para que esses dados sejam protegidos. Seja ao realizar seus processos seletivos para a contratação de colaboradores ou para captar novos clientes, as empresas, atualmente, armazenam dados de diversas pessoas no meio digital e a vulnerabilidade dos dados pessoais armazenados e coletados através da internet para o uso de empresas é evidente diante de tantos ataques que o país sofre digitalmente. De acordo com o site da Kaspersky, empresa que produz softwares de proteção para internet, o Brasil ocupa o quarto lugar do ranking mundial dos países que mais sofrem ataques cibernéticos atualmente. A falta de uma legislação que tratasse especificamente da proteção de dados no Brasil contribui com o aumento do problema e do risco de ter esses dados acessados por pessoas e até mesmo por empresas indesejadas. Por esse motivo, a LGPD é necessária, pois garantirá uma maior proteção em relação ao tratamento de dados de forma muito abrangente e específica, algo que não existia em nosso ordenamento jurídico. Assim, o objetivo do presente artigo é demonstrar e analisar os impactos e as principais mudanças no tratamento de dados pessoais a partir da vigência da LGPD, sobretudo, porque tal lei possibilitará uma nova forma de proteção para os dados pessoais no Brasil. Para elaborar o artigo, utilizaremos métodos bibliográficos de pesquisa.

PEDRO HENRIQUE EDNO ALVES

LARISSA ALVES DA SILVA,
Sérgio Araújo Tavares, LETICIA
ARAUJO DE OLIVEIRA

Oral

A MISERICÓRDIA NO PONTIFICADO DE FRANCISCO: Inspiração para a ação pastoral da Igreja no Brasil.

A dificuldade de se falar em misericórdia nos dias atuais se dá muitas vezes por este conceito não fazer parte dos valores da sociedade atual. É a liquidez do tempo, das relações e do próprio amor. A afinidade e a concretude nas relações estão se tornando algo menos comum em nosso cotidiano, marcado por uma intensa cultura do descarte. Mas mesmo assim, ainda se fala, e se vê a necessidade da prática da misericórdia, justamente para se contrapor a todas as causas de injustiças e desigualdades humanas. A essência do termo Misericórdia é a compaixão pelo sofrimento do outro, é o sentir compaixão, não se fechando em um mero atributo ou qualidade, mas sentir compaixão pela dor do outro mesmo não o conhecendo. Ter misericórdia é ter compaixão daqueles que sofrem, é compadecer-se pela miséria alheia, é sentir com. Jesus se apresenta como fonte de vida e sinal de esperança para o povo ferido, escolhe estar com eles, cura-os; a Misericórdia configura toda a vida e missão de Jesus, embora não seja a única coisa que ele exercite. A missão da Igreja é dar testemunho do Reino trazido por Jesus, é fazer com que brilhe a luz de Deus diante dos seres humanos. Partindo disso, o testemunho do Papa Francisco, tem oferecido a chave hermenêutica para toda a Igreja: Francisco centra-se no Evangelho e no cuidado maior pelos pobres como o coração e missão da Igreja. Com isso, urge dar prioridade ao humano e, sobretudo, ao humano mais frágil e vulnerável, nos exortando a uma igreja 'em saída', de portas abertas e livres da comodidade; capaz de ir ao encontro e estar aberta ao outro, tendo a missão de anunciar a misericórdia de Deus, coração pulsante do Evangelho. A Conversão Pastoral é o projeto integrador que o Papa se propõe a implantar na Igreja Católica, esse projeto está presente não só nas estruturas dos seus documentos e discursos, mas também é colocado pelo Papa como expressão de misericórdia da Igreja católica em nossa atualidade. O projeto de Francisco ultrapassa os círculos religiosos, e atinge a todos, principalmente os mais necessitados, pois é no cuidado com os pobres que a missão de Jesus continua a ser perpetuada, não existindo ação verdadeiramente cristã sem esse cuidado. Portanto, a Doutrina Social da Igreja, o projeto do Papa Francisco, a fidelidade ao Evangelho, a ação missionária cristã, e a atitude de conversão pastoral, apontam para uma ética universal, para defesa da dignidade humana, para um legítimo direito a qualidade de vida. Portanto, esta pesquisa mostra como este pensamento do Papa contribui para fomentar na Igreja do Brasil: a formação de consciência ética, e a realização de ações concretas por meio da caridade cristã, nos âmbitos: pastoral, ético-social, da promoção da vida, e dos Direitos Humanos.

PEDRO PAULO ESPIRITO SANTO QUEIROZ

ADILSON FABIO FURTADO SILVA, ALEXANDRE ANGEL CRUZ, PEDRO FÉLIX RODRIGUES MATOS

Pôster

CAIXA DE BRINQUEDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUÇÃO A PARTIR DAS CATEGORIAS QUE EMERGEM DOS ESTUDOS DE PAULO FREIRE

CAIXA DE BRINQUEDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUÇÃO A PARTIR DAS CATEGORIAS QUE EMERGEM DOS ESTUDOS DE PAULO FREIRE O objetivo deste estudo é apresentar o processo de construção de Caixa de Brinquedos que ocorreram no curso de Pedagogia do UNISAL – Liceu de Campinas, especificamente, na disciplina de Filosofia da Educação, sob a luz dos pressupostos da Educação Popular de Paulo Freire. A ideia central do estudo foi o trabalho do lúdico na prática educativa, tendo como o foco o olhar para a realidade e o direcionamento da educação infantil a partir do entendimento da criança como um sujeito crítico, social e criativo. Apesar de Paulo Freire ter trabalhado com adultos, é possível e de grande importância que se pense nos pressupostos da sua teoria, desde a educação infantil. Partindo do discurso de Freire, no qual defende a importância do diálogo, fica claro que o diálogo entre educador e educando, gera oportunidade de troca de experiências e torna possível uma participação responsável. Para que o diálogo seja eficiente ele deve fazer com que os sujeitos que dialogam com se reconheçam um no outro. Freire, também, defende que deva haver sempre uma reflexão crítica sobre a realidade social em que alunos/as e professores/as estão inseridos. Refletindo sobre isso foi construída uma Caixa de Brinquedos que a criança possa, com a interação com os brinquedos se enxergar no outro, ouvir o/a colega para depois interagir, criando os primeiros-passo para um diálogo eficiente e ainda, a criança pode enxergar o mundo a sua volta e transforma-lo seja sozinho ou em grupo. A Caixa de Brinquedos Freiriana desenvolvida neste trabalho contém quatro brinquedos. Toda estrutura da caixa e seus brinquedos foram confeccionados com materiais reciclados e o espaço onde será usado essa caixa deverá, necessariamente, ser amplo proporcionado uma relação horizontal entre mediador/a e aluno/a (s). Deve haver espaço para conversas e essa dinâmica verbal, além de corporal, deve trazer conteúdos que possam promover o conhecimento e o reconhecimento de quem dialoga no outro. O/A mediador/a deve sempre olhar a criança como um sujeito social e crítico e despertar nela o interesse de mudança, transformação para melhor e autonomia. A criança deve ser sempre o foco central e ter participação ativa em toda confecção e vivência da caixa. Esse estudo se deu a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre os estudos de Paulo Freire, divisão de categorias essenciais para o trabalho lúdico com as crianças da Educação Infantil (diálogo, conhecimento, reconhecimento, transformação, relação, autonomia, criticidade, entre outras), elaboração da Caixa de Brinquedos, vivência da mesma e relato da experiência a partir da socialização do trabalho em sala de aula. Os resultados apontam para o fortalecimento dos estudos de Freire no trato com as crianças, mesmo que no primeiro momento esse estudioso tenha elaborado sua teoria a partir do ensino com jovens e adultos.

PERGE CIPRIANO ALVES

ROBERTA CORTEZ GAIO

Oral	<p>ESTÁGIO: AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, PROFISSIONAL E PESSOAL FORMADAS NO BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO EM SEU PERÍODO DE ESTÁGIO</p>	<p>Depois de estudar, pesquisar mais e vivenciar o estágio, entendi que o objetivo do estágio é preparar o aluno para o mercado de trabalho, colocando a teoria na prática, fazendo um elo entre a faculdade, o aluno, a empresa e o mercado de trabalho o qual enfrentará quando for um profissional formado, e para essa formação as faculdades colocam o estágio supervisionado como obrigatório e indispensável para a formação do aluno, sendo assim, é necessário conscientizar as pessoas sobre a importância do estágio na formação e no desenvolvimento do aluno. Nota-se que muitos que buscam um ensino superior hoje em dia almejam sempre uma satisfação pessoal e profissional, para que essas satisfações sejam possíveis, julgam que o ensino superior é o primeiro passo a ser dado, assim que ingressam em um curso superior uma série de fatores serão necessários para que esse desenvolvimento seja trabalhado e conquistado, uma das formas de trabalhar isso é realizando um estágio o qual complementar as habilidades e competências colocando na prática tudo aquilo que é aprendido na teoria. Portanto, para começar este artigo foi necessário definir o método trabalho e o escolhido foi o estudo de caso, este artigo tem o objetivo de identificar a diferença entre o aluno que realizou o estágio e o que ainda não realizou, compara as habilidades e competências entre esses alunos, identificar quais habilidades e competências facilitarão sua entrada no mercado de trabalho, apresentar a importância do estágio supervisionado para a formação do aluno bacharel em administração e a importância que o mesmo tem em seu desenvolvimento humano, pessoal e profissional. Para que fosse possível adquirir todas as informações necessárias e mensuráveis para a relevância deste, foi realizado um estudo de caso e aplicado um questionário a 77 alunos do 2° e do 4° do curso de Administração do UNISAL – Lorena, sendo, 48 do sexo feminino, 29 do sexo masculino; faixa etária entre 19 e 36 anos e, dentre eles, 49 realizaram apenas o estágio obrigatório e 11 realizaram o estágio obrigatório e não obrigatório e 17 não realizaram o estágio. O questionário possui 15 perguntas, dessas 15 perguntas, 12 são perguntas de alternativa e 3 questões dissertativas com o objetivo de essas habilidades e competências qual o seu nível de relevância para sua formação profissional. A análise dessas informações foi realizada através dos dados obtidos pelo questionário aplicado, com isso foi possível retirar as informações relevantes que proporcionou a elaboração do estudo de caso. Os autores usados na metodologia de pesquisa foram: Antônio Joaquim Severino, 2007, 23° edição e Robert K. Yin, 2001, 2° edição.</p>	PÉROLA ROSA DA SILVA	Elcio Henrique dos Santos
------	---	---	----------------------	---------------------------

Pôster

Marketing Jurídico Digital:
aplicabilidade e limitações éticas

O presente projeto tem como objetivo quebrar um paradigma que por muito tempo persiste no mundo da advocacia: que a publicidade é vedada. Além do mais, almeja traçar os limites éticos da utilização das redes sociais pelos profissionais da área, identificando parâmetros e diretrizes presentes no Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. O advento e popularização da internet trouxeram mudanças drásticas para a sociedade contemporânea, impactando fortemente na maneira como as pessoas se relacionam. Conseqüentemente, há reflexos dessa revolução digital na forma como profissionais liberais atuam em suas profissões. A presença nas redes sociais, em especial, vem sendo uma estratégia de muitas empresas e profissionais para conectar-se mais facilmente com seus públicos, fortalecendo suas relações. Na advocacia não tem sido diferente. Cumpre ressaltar inicialmente que, diferentemente de outros países em que os advogados têm as mesmas liberdades que qualquer empresa, no Brasil é permitido apenas a publicidade informativa. Dentre as duas correntes existentes sobre o assunto, a americana e a francesa, o Brasil adota a última, permitindo aos advogados uma publicidade discreta e sóbria, com caráter exclusivamente informativo. Muitos profissionais já se atentaram à necessidade de presença online, porém, muitas vezes não conseguem ou não sabem como traçar estratégias que tragam resultados e, principalmente, que não lhe acarretem problemas éticos. Isso porque há limitações trazidas pelas normas da Ordem dos Advogados do Brasil. Tais normas existem para preservar a seriedade e compromisso da profissão, entretanto, há de se atentar que embora haja restrições legais, não há proibição da publicidade. A visão errônea de que o advogado não pode realizar nenhuma ação de marketing porque violaria as disposições da OAB deve ser desconstruída. Afinal, esse pensamento apenas limita e desestimula os profissionais, em especial os recém-formados que encontram ainda mais dificuldade em conseguir clientes. O marketing bem feito é essencial para construir uma boa imagem do profissional ou da empresa no mercado. Na advocacia isso se dá através do marketing de conteúdo. Consiste na explanação de determinado assunto para um possível cliente que estará pesquisando sobre o tema, induzindo-o de maneira sutil a chegar até o advogado. Se feito de maneira correta, o marketing de conteúdo ajuda a transformar o profissional em autoridade na sua área. O marketing jurídico digital pode ser feito em várias plataformas, porém sempre se atentando ao fato de que cada espaço tem dinâmicas e estruturas diferentes, ou seja, uma estratégia utilizada em determinada rede social pode não se aplicar a outras. É preciso analisar as especificidades de cada plataforma e definir as estratégias mais adequadas.

POLIANA DE ARAÚJO ANDRADE

CAROLINA NEPOMUCENO
SANTOS

Oral

A integração socioambiental entre o homem e a natureza

O presente trabalho tem como finalidade elucidar a primordialidade de modificação do homem com relação ao meio ambiente. Em tempos de globalização o desequilíbrio ambiental transpassa limites, diversos elementos desequilibram o bem-estar e a qualidade de vida da humanidade, como a devastação, mudanças climáticas, exploração de recursos minerais, entre outros, assim, como equalizar essas questões com o desenvolvimento econômico sustentável? Segundo o doutrinador Wander Garcia, meio ambiente pode ser definido como um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas, presente no art. 3º, I, Lei 6.938/81, possuindo como propósito a indispensabilidade de mudança do homem para melhorar o ambiente através de mobilização, construção de conhecimento coletivo e conscientização crítica por meio de um desenvolvimento sustentável e democrático. Diante de todo cenário político e ambiental, o tema foi escolhido pautado na imprescindibilidade comportamental que os indivíduos devem possuir perante ao meio em que vivemos. O fundamento legal está presente no inciso VI do §1º do art. 225 da CF. Disserta o caput do art. 225 da CF, que o Estado por sua vez, tem o dever de garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público a obrigação de restaurar processos ecológicos essenciais, promover manejo ecológico, proteger a fauna e a flora. A Lei Federal 9.795/99 traz as minúcias e as diretrizes acerca da educação ambiental. A problemática socioambiental é incumbência comum de todos, sendo indispensáveis novos questionamentos ideológicos teóricos e práticos. O papel da educação é de formar a consciência acerca da realidade, sendo assim, a relação entre o meio ambiente e a educação para a cidadania enfrenta cada vez mais um papel desafiador, demandando novos processos sociais que se complexifica, sendo essencial que exista mudanças na percepção da humanidade, apresentando uma nova eficácia de observação e um espírito crítico em relação a veracidade socioambiental. Dessa forma, conclui-se que é indispensável a conscientização num contexto geral para todos os cidadãos, para que cada qual coloque em pauta e concretize os direitos e deveres que possuem como corresponsável na defesa de uma melhor qualidade de vida ambiental. Palavras-chave: Educação ambiental; humanidade; meio ambiente; desenvolvimento sustentável; necessidade.

POLIANA REGINA DIAS SOUZA

BEATRIZ BATISTA CORDEIRO

Oral	Disputa de guarda de animais de estimação em sede de divórcio e dissolução de união estável	<p>Os animais, antigamente, tinham status jurídico de coisa, sem qualquer respaldo de direito. Isto, pois, é estranha a estes a qualidade distintiva do ser humano aos demais seres vivos, sendo esta a capacidade de pensar. A ideia era de que os animais eram mero instrumento para alcançar o objetivo do homem, estes destituídos de qualquer valor intrínseco. Entretanto, como resultado da evolução humana, estes mesmos animais passaram a ocupar um espaço mais importante nas relações pessoais, qual seja, animais de companhia, ou, animais domésticos. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, o Brasil é o quarto maior país em população total de animais de estimação. Recentemente, o plenário do Senado aprovou projeto de lei que institui regime jurídico especial para os animais, de forma que estes não poderão mais ser considerados coisas, mas sim seres sencientes, dotados de emoção; referido projeto é de autoria da Câmara dos Deputados. Ressalte-se a intensa transformação sofrida na composição e formato dos núcleos familiares mundialmente, em que, nos dias atuais, o animal de estimação é considerado, muitas vezes, como ente familiar. Agora, recebem cuidados e atenção como se fossem filhos, podendo, inclusive, substituir o nascimento de uma criança. Apesar de não haver normas vigentes que tutelam o direito à guarda de animais domésticos, são numerosas propostas de lei, discussões doutrinárias, artigos científicos e jurisprudências acerca do tema. Das modalidades de família presentes no Brasil, as quais devem ser respeitadas, o afeto é elemento comum de todas. Há que se falar que na grande maioria das relações pessoais em que o animal doméstico está presente, também está o afeto. Dito isso, entende-se possível uma modalidade de família composta por seres humanos e animais de companhia. Todavia, necessário tratar, também, da situação em que há o rompimento da relação familiar, haja vista que o fim do relacionamento entre os seres humanos enseja a discussão da guarda e regulamentação de visitas ao animal. Considerando um cenário de analogia do Capítulo XI do Código Civil à proteção do animal de companhia, ter-se-ia maior segurança jurídica às partes interessadas e solução mais célere quando não houver acordo sobre a guarda do animal. O estudo em tela se trata de pesquisa bibliográfica e documental em andamento. Referências: SENADO FEDERAL. Projeto de Lei da Câmara nº 27 de 2018. PL 6799/2013. Acrescenta dispositivo à Lei n 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos. Disponível em: . Acesso em: 28 ago. 2019. IBDFAM. Projeto regula guarda de animal de estimação em caso de divórcio. Disponível em: . Acesso em: 28 ago. 2019.</p>	PRISCILA MURAYAMA HORTA	MARIA FERNANDA DO RO SILVA
------	---	--	-------------------------	-------------------------------

Oral	A violência contra a mulher no âmbito da família	<p>O objetivo do presente trabalho em andamento de pesquisa bibliográfica e documental é o estudo da violência doméstica e da Lei Maria da Penha, especialmente a cometida contra a mulher, sob a luz do Direito das Famílias. É marcante na violência doméstica e familiar contra mulheres o fato de ela ser perpetrada principalmente por pessoas com certo grau de intimidade. Fatores culturais podem influenciar tanto o nível de violência quanto a forma como as mulheres lidam com a situação de violência a que estão expostas. Face a esta vil realidade, é extremamente importante que haja mecanismos de tutela e proteção às vítimas deste fenômeno. No Brasil, é possível apontar importantes iniciativas governamentais para enfrentar o problema como, no campo jurídico e legislativo, a promulgação da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (“Lei Maria da Penha”), considerada o principal marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil. A violência familiar contra a mulher se caracteriza por agressões de ordem física, psicológica e sexual cujo principal agressor é o parceiro íntimo, estabelecendo dominância pela brutalidade, agressão física, psíquica, moral ou patrimonial. É notável que tal tipo de agressão possui grande impacto sobre a família, haja vista que tal fenômeno fere a base do que constitui a união familiar. A Lei Maria da Penha, além de versar acerca da imputação de penalização ao agressor, buscou tratar de forma ampla a violência doméstica, trazendo diretrizes gerais para a instituição de políticas públicas abrangentes e transversais destinadas ao seu enfrentamento (como a previsão de um conjunto de instrumentos para a assistência social à vítima da agressão, bem como a previsão de proteção e acolhimento emergencial à vítima.). Visa, assim, a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Tal tipo de agressão possui grande impacto sobre a família e sobre as relações sociais desta, não só internamente, mas também da família para com a sociedade e na maneira como os efeitos dessa transgressão acabam propagando violência para outros núcleos. Destarte, a sociedade é beneficiada à medida em que tal realidade é enfrentada, principalmente com a introdução de comportamentos afins com os princípios constitucionais e de dispositivos de amparo legal, como a Lei Maria da Penha, que provêm assistência e proteção à dignidade humana, da mulher, da família e da sociedade. DIAS, Maria Berenice - Manual de direito das famílias – São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015</p>	RAFAEL FERNANDES CARVALHO	Luiza Helena Lellis Andrad Sodero Toledo, MARIA KA JUVENAL DE ARRUDA SILV VINÍCIUS LAMIM DA FONS
------	--	---	---------------------------	--

Pôster

Discussão sobre a Saúde Mental no Trabalho

O presente projeto tem por escopo discutir acerca da saúde mental no ambiente de trabalho, considerando que referido ambiente muitas vezes constitui a maior parte útil do dia da maioria da população brasileira. Jornadas regulares de 8 horas diárias e 44 horas semanais é a realidade para muitos brasileiros, e, segundo o escritório de St. Luis do Federal Reserve, a OCDE e o Banco Central Americano, os brasileiros em 2014 já trabalhavam 1.763 horas por ano, sendo essa média muito próxima da média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico "OCDE" que mostra os índices das nações mais desenvolvidas como Japão, Canadá, Itália e Estados Unidos. O art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) traz em sua inteligência a necessidade do descanso de 24 horas consecutivas com preferências aos domingos para o incentivo da convivência familiar e do descanso tanto físico quanto mental do indivíduo. Não somente é garantido o dia de descanso ao trabalhador como também este dia será remunerado e sem a possibilidade de fracionar o dia de descanso em horas entre os demais dias de trabalho. Essa, assim como outras medidas são adotadas para que o trabalho ou a jornada de trabalho não acabem por causar danos, por acidentes ou doenças nos empregados, todavia, é também objetivo promover o lazer e o bem-estar, assegurados inclusive na lei maior, a Constituição Federal de 1988 em seu art. 6º. Acerca do exposto é razoável de se entender que é uma preocupação do legislador o bem-estar do empregado nos momentos em que não está trabalhando, pois, como já fora supra mencionado, o brasileiro tem uma média significativamente alta de horas trabalhadas. Todavia, embora seja uma linha de raciocínio lógica, há pouca discussão da saúde mental dos trabalhadores no próprio local de trabalho. Ora, considerando o transporte ao local de trabalho e o período regular de trabalho, sem contar horas extraordinárias que eventualmente possam ocorrer, é certo afirmar que o trabalhador tem seu posto de trabalho como uma segunda casa e, muitas vezes vendo seus companheiros de trabalho com mais frequência que a própria família. Tendo em vista que muitas vezes a relação interpessoal em horas de trabalho sob estresse e pressão podem acarretar em um desgaste muito grande dos trabalhadores a ponto de tornar o referido artigo 67 da CLT insuficiente. Pois veja, se o trabalhador passa em média 8 horas diárias no labor é lógico concluir que seria mais eficaz promover meios de alívio de pressão e criar um ambiente agradável ao trabalho no próprio posto de prestação laboral.

RAFAEL TIDIOLI DEL NERO

THABATA CABRAL PRUDE

Oral

Avaliação da eficiência de geossintéticos na dessecação de lodo da Estação de Tratamento de Água (ETA) do município de Guaratinguetá - SP

Segundo Muller (2018), a maioria das atividades humanas que envolvem o uso da água recebem tratamento tanto anterior quanto posterior a sua utilização, através das Estações de Tratamento de Água (ETA) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de ciclo convencional ou completo, sendo imprescindível estudos que demonstrem a viabilidade dessas formas de tratamento. Durante este processo de tratamento da água são produzidos resíduos originados principalmente da lavagem dos filtros e da descarga do decantados, conhecidos como lodos. Estes variam de acordo com o tipo de quantidade de produto químico utilizado no tratamento e as características do manancial e são, frequentemente, dispostos e lançados diretamente nos corpos d'água, causando um impacto negativo ao meio ambiente. O presente artigo teve como objetivo a avaliação de dois tipos de geotêxteis, SoilTan DW e SoilTan High DW, e seis tipos de polímeros, sendo três aniônicos e três catiônicos, na filtração e dessecação do lodo gerado na ETA do município de Guaratinguetá – SP. A partir disso, a pesquisa aconteceu através da coleta do lodo da estação de tratamento, em seguida foi feita uma mistura dos polímeros com o lodo com diversas dosagens destes, fazendo assim uma avaliação visual do tamanho dos flocos que eram formados, a separação do floco com a água e a limpidez da água, a partir desse ensaio foi escolhido o melhor polímero bem como as melhores concentrações do mesmo, foi escolhido assim o polímero A100 nas concentrações de 90 e 100ppm (partes por milhão), com estas dosagens foi feita a passagem do lodo nos dois tipos de geotêxtil fazendo uma avaliação do lodo retido no geotêxtil, bem como com a água passante, a partir do retido foi feito ensaios de umidade, densidade e teor de sólidos, e com o passante foi feito ensaios de turbidez e cor. Depois de todos os ensaios realizados, percebeu-se que existe uma grande melhora na água que é devolvida aos rios, uma vez que houve uma redução considerável de sua turbidez e cor, foi possível perceber também que o processo ajuda a reduzir a quantidade de água retida, uma vez que a que passou pelo processo de dessecação apresentou 2,91g/g de umidade ao passo que o lodo bruto apresentava 4,34g/g. A água que passou pelo processo também apresentou ótimos resultados uma vez que foi obtido uma turbidez de 48,65 NTU sendo que o lodo bruto não apresentou dados de turbidez, tamanha a quantidade de resíduo na água. Além dos resultados de boa filtração do lodo após o processo de dessecação, foi possível averiguar também que o polímero A100 na dosagem de 90 ppm no geotêxtil SoilTan DW foi o que apresentou melhores resultados, sendo o mais indicado para essa Estação de Tratamento de Água de Guaratinguetá.

RAIANE DA SILVA CAVADAS
FONSECA

Pôster Medición de la aceleración gravitacional

En nuestro planeta existen distintas fuerzas naturales, que logran que todo lo que vemos diariamente parezca normal. Estas fuerzas son explicadas y razonadas por la física. Una de estas es la gravedad, cuya función es la de ejercer una atracción para todos los elementos que hay sobre la tierra. Esto hace que se genere una aceleración de cualquier cuerpo hacia la superficie, esta es la aceleración de la gravedad y físicamente es dada en 9.81m/s^2 aproximadamente. Este proyecto busca por medio de un prototipo, mostrar en la práctica, la veracidad de este valor correspondiente a la aceleración de la gravedad.

RAMIRO ELÍAS SIERRA MORALES

Oral ESTÉTICA DO DIREITO: A manifestação do belo presente no Pensamento Jurídico Hegeliano

A reflexão filosófica do direito de Georg Hegel é estruturada com o intuito de estabelecer uma autodeterminação objetiva que oriente a vontade humana a uma reta ação universal que considera todos os homens livres em sua realidade moral. Para isso, aborda-se o desenvolvimento do conceito de direito que acompanha as formas de liberdade presente na obra Princípios da Filosofia do Direito. Tendo em vista aprofundar a questão racional manifestada pelo Espírito que percorre a filosofia do autor, o que se pretende é tratar a conduta jurídica adotada nos estudos das relações sociais considerando a perspectiva estética hegeliana. Portanto, apresenta-se o desvelamento artístico do belo que resulta nos momentos de racionalidade contidos no todo do Espírito, trazendo luz ao espaço que o direito ocupa no convívio social da realidade humana.

RAMON CORREIA MIRANDA

Oral

ESTÉTICA DO DIREITO: A manifestação do belo presente no Pensamento Jurídico Hegeliano

A reflexão filosófica do direito de Georg Hegel é estruturada com o intuito de estabelecer uma autodeterminação objetiva que oriente a vontade humana a uma reta ação universal que considera todos os homens livres em sua realidade moral. Para isso, aborda-se o desenvolvimento do conceito de direito que acompanha as formas de liberdade presente na obra Princípios da Filosofia do Direito. Tendo em vista aprofundar a questão racional manifestada pelo Espírito que percorre a filosofia do autor, o que se pretende é tratar a conduta jurídica adotada nos estudos das relações sociais considerando a perspectiva estética hegeliana. Portanto, apresenta-se o desvelamento artístico do belo que resulta nos momentos de racionalidade contidos no todo do Espírito, trazendo luz ao espaço que o direito ocupa no convívio social da realidade humana. Para se aprofundar no grande plano do Espírito, que abrange racionalmente todo o real, faz-se necessário entender a natureza da realidade dialética que estrutura o pensamento do filósofo, para isso adota-se como ponto de partida o estudo da dinâmica presente na perspectiva estética do autor. Tornando-se assim, possível vislumbrar como o espírito cognoscente que se manifesta na revelação do belo artístico é percebido nas formas da Filosofia do Direito. Observa-se que a estrutura da arte vinculada ao desvelamento espiritual de Hegel oferece a formulação de um modelo estético que atenda a pretensão jurídica do filósofo. A esfera jurídica tem seu ponto de partida no mesmo domínio abstrato que constitui o progredir do espírito na forma de arte simbólica, sendo que a vontade que constitui o Direito Abstrato caracteriza-se por sua imediatez carente de conteúdo. No progresso do desvelamento espiritual, a determinação presente na Moralidade Subjetiva como produto da ação intencional do sujeito racional que abandona a abstração da vontade imediata refere-se à estrutura artística particularizada que atinge seu resultado sensível mais próprio, a arte clássica. Por fim, na manifestação do pensamento de Hegel, cabe à forma particular de arte romântica, assim como à Moralidade Objetiva, abordar o momento em que o Espírito ultrapassa as sensibilidades subjetivas tornando clara a univocidade de sua filosofia. No âmbito do belo romântico, a arte liberta-se da representação e torna-se consciente da realidade mundana através da expressão do reino de Deus no campo sensível da arte cristã. Esta beleza mais livre coloca sua efetividade real nas circunstâncias mundanas completando um modelo estético que atenda a pretensão da moralidade objetiva, que se autodetermina para além da abstração imediata do mesmo modo como a arte cristã rompe com a matéria artística. Os conceitos apresentados nos Princípios da Filosofia do Direito recebem uma perspectiva mais esclarecida a partir da exteriorização do belo oferecida pela estrutura estética hegeliana.

RAMON CORREIA MIRANDA

Sérgio Augusto Baldin Jún

Pôster

A Taxonomia de Bloom como metodologia ativa para o ensino de Física

A taxonomia de objetivos educacionais visa orientar docentes como transmitir o conhecimento para os alunos de maneira clara e eficiente, trabalhando com os três pilares principais do conhecimento segundo ele são os domínios cognitivos, afetivo e psicomotor. Quanto mais estimulados ao diálogo, às trocas de informações, trabalhos em equipe, debates e etc, mais fácil se torna a construção do conhecimento e o desenvolvimento do aluno. Este trabalho visa propor a taxonomia de Bloom, como ferramentas de ensino, aprendizagem ou avaliações. Especificamente no ensino da física, para que o aluno obtenha um conhecimento mais sólido sobre o que foi apresentado, garantindo o sucesso e qualidade no ensino. A Taxonomia de Bloom conhecida também como taxonomia dos objetivos educacionais, foi um método de ensino e aprendizagem classificado por Benjamin Samuel Bloom, um psicólogo educacional, juntamente com outros estudiosos na área da educação e psicologia classificaram o que hoje é conhecido como uma forma mais garantida de fazer com que o discente adquira o conhecimento, e que fique fixado em seu domínio cognitivo, fazendo que não esqueça o assunto tão cedo. É um método de aprendizagem bastante dinâmico, trabalhando com aluno em diversos segmentos hierárquicos como o domínio cognitivo, afetivo e psicomotor. A taxonomia de Bloom pode ajudar os alunos a entender como navegar em direção ao entendimento do assunto, por meio dessa estrutura conceitual concebida para auxiliar a definição de objetivos de aprendizagem. Trata-se de um tema é amplo e pode ser aplicado em assuntos que possuem uma correlação com ensino e aprendizagem, o problema relacionado é extremamente relevante a uma instituição de ensino superior sendo ela pública ou privada, entender como funciona o intelecto do aluno é de extrema relevância pois para o docente isso pode se tornar uma ferramenta para auxiliar em suas aulas e na evolução cognitiva do aluno. A mudança na aprendizagem ganha cada vez mais notoriedade no cenário educacional de ensino superior, pois os métodos de ensino vêm-se mostrando ultrapassados e muitas das vezes o aluno acaba não compreendendo muito bem os conteúdos disciplinares, então surgem ideias sobre inovação no ensino, sendo que a grande maioria destes métodos de ensino aprendizagem implicam que o aluno seja o centro das atenções e interaja mais com a aula. Métodos atuais como PBL (do inglês: Problem-Based Learning) e PLE (do inglês: ProjectLed Education), entre outros, têm se mostrado muito eficientes nos cursos de ciências exatas como física, matemática, química e engenharia, sendo esses cursos de caráter nacional e internacional. A Taxonomia de Bloom podem ser uma grande ajuda aos docentes. Essa metodologia merecem ser notada com total relevância, pois podem conter uma grande revolução educacional transformando a forma de pensar sobre avaliação e ministrar aulas.

RAMON OLIVEIRA BORGES DOS SANTOS

Regina Elaine Santos Cabe

Pôster

A Gamificação como metodologia ativa no ensino de Matemática e Física

O lúdico se faz presente e acrescenta um ingrediente indispensável no relacionamento entre pessoas, possibilitando a criatividade aflorar diante desta perspectiva, o jogo é uma atividade de suma importância no estímulo à vida social e à atividade construtiva da criança e do adolescente. Quanto mais estimulados ao diálogo às trocas de informações, trabalhos em equipe, debates e etc, mais fácil se torna a construção do conhecimento e o desenvolvimento intelectual do aluno. É necessário que os estudantes de ciências exatas possam compreender de forma objetiva e eficaz tópicos essenciais de matemática e física que serão abordados ao longo da graduação, em disciplinas do ciclo básico como cálculo, física, álgebra linear, geometria analítica entre outras, pode-se dizer que essa técnica será um diferencial nas disciplinas de graduação, pois vai trabalhar intimamente com a epistemologia do conhecimento estudantil e intelecto do discente. A gamificação compartilha dos elementos e do design dos jogos para atingir aos propósitos desejados pelo aplicador da técnica, como por exemplo lançar desafios, usar estratégias, obtenção de pontos para atingir determinados objetivos, acesso a itens bloqueados, conquistar espaço, ganhar visibilidade, recompensas, medalhas e prêmios. O lúdico possibilita o estudo da relação do aluno com o mundo externo, integrando estudos específicos sobre a importância do lúdico na formação da personalidade. Através da atividade lúdica e do jogo, o educando forma conceitos, seleciona ideias, estabelece relações lógicas, integra percepções, faz estimativas compatíveis com o crescimento físico e desenvolvimento, o que é mais importante, vai se socializando. Essa técnica de ensino e melhoria na aprendizagem, teve início na indústria como forma de motivar cada vez mais seus funcionários, cada vez mais essa técnica de aprendizado vem ganhando força no setor industrial, classifica-se essa nova técnica de aprendizagem conhecido no ambiente acadêmico internacional como estilos de aprendizagem (learning styles). Alguns pesquisadores atribuem à gamificação a adição de mecânicas de games como recompensas, pontos, medalhas, como forma de recompensar o esforço e empenho do discente ao solucionar tarefas designadas pelo docente. Assim a gamificação oferece a projetos, voltados ao processo de ensino e de aprendizagem, possibilitando integrar-se o uso de regras para que fatores emocionais e papéis sociais integrados a realização de uma determinada tarefa por parte do educando. Diante desta perspectiva, o jogo é considerado prazeroso devido a sua capacidade de absorver o indivíduo de forma intensa, criando um clima de aprendizado agradável. Este aspecto de envolvimento emocional que o torna uma atividade com forte teor motivacional, capaz de gerar um estado de vibração e euforia dando ao aluno um sentimento de um esforço total para conquistar seu objetivo.

RAMON OLIVEIRA BORGES DOS SANTOS

Regina Elaine Santos Cabe

Oral

Legalização da eutanásia: Direito a uma morte digna.

O direito à vida está presente na Carta Maior, sendo considerado um dos principais direitos inerentes ao homem, afinal, é através de uma vida digna que todos os outros direitos fundamentais são exercidos. Mais do que viver com dignidade e ter a garantia de todos os direitos do ser humano, é preciso falar sobre um aspecto oposto da vida: a morte. A morte é um acontecimento inerente a todo e qualquer ser vivo, entretanto, assim como viver com dignidade é algo extremamente necessário, morrer com dignidade também é um direito do cidadão que se encontra no seu leito de morte. O Código Penal veda a prática eutanásica, inclusive a considera como homicídio privilegiado em seu Art. 121, § 1º, entretanto, ao se abordar a eutanásia no aspecto de sua legalização, é preciso entender que essa conduta não se trata de forma alguma de homicídio, mas sim ao direito de morrer com dignidade. A eutanásia não pode ser vista como um homicídio piedoso e nem se quer como uma primeira opção a ser adotada em face daquele que se encontra em seu leito de morte, mas sim ser encarada como uma conduta necessária para aliviar o sofrimento do enfermo em momentos em que não há mais nada a ser feito. Antes mesmo de se cogitar a prática eutanásica, é extremamente necessário pensar em cuidados paliativos, afinal, estes garantem um conforto maior para aquele que não consegue se cuidar. A aplicação de cuidados paliativos, acompanhados da presença familiar garantem conforto para aquele que sofre, todavia, muitas vezes essa ação não é o suficiente, pois ainda há dor e sofrimento. A eutanásia legal deve ser encarada como um processo, e não como solução única e inquestionável. Deve-se ter em mente que antes de mais nada, os cuidados paliativos são fundamentais, desde que devidamente aplicados e supervisionados para que não se configure a distanásia, mas se mesmo assim não for o suficiente e a dor continuar insuportável, e existindo o consentimento válido do enfermo ou de quem o represente, somado com a avaliação prévia do Comitê de Ética Hospitalar, a eutanásia pode ser o meio para aliviar o sofrimento e garantir uma morte digna, afinal, não basta somente viver com a dignidade, pois também deve-se morrer de maneira digna. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é analisar de que forma a eutanásia pode ser legalizada em nosso país, possibilitando que todo e qualquer enfermo possa receber cuidados paliativos e se for de sua escolha, optar pela eutanásia para que o seu sofrimento seja aliviado, sendo que todo esse processo será analisado por um do Comitê de Ética Hospitalar, visando garantir que exista dignidade na hora da morte, pois enquanto existir o último sopro de vida, ainda há direitos a serem garantidos. Para tanto, utilizar-se-ão métodos bibliográficos e pesquisa de campo na realização deste trabalho.

RAPHAELA LOPES RODRIGUES

Oral

A violência obstétrica sob a ótica do
Direito Penal

O nascimento é algo natural e comum desde os primórdios do mundo, afinal, todo e qualquer ser humano passa por esse momento. A Constituição Federal destaca em seu artigo 196 que a saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo que este deve criar políticas sociais e econômica que visem o acesso universal e igualitário a todos, por sua vez, o artigo 12 da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra a mulher diz que “Os Estados-Partes garantirão à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário, e lhe assegurarão uma nutrição adequada durante a gravidez e a lactância”. Ora, neste momento tão delicado na vida de uma mulher, é extremamente necessário que esta receba total atenção e que não passe por nenhum tipo de violência ou constrangimento, entretanto, esta não é a realidade no Brasil. A violência obstétrica pode ser definida como toda ação ou omissão direcionada à mulher durante o pré-natal, parto ou puerpério, causando dor, constrangimento, mal-estar ou sofrimento desnecessário à mulher e também a seu filho, podendo ser praticada por qualquer profissional da saúde que de alguma forma desrespeite a sua autonomia e sua intimidade, podendo ocorrer desde um comentário até uma intervenção desnecessária no corpo feminino, como a episiotomia e manobra de Kristeller. De acordo com o artigo 129 do Código Penal, a lesão corporal é caracterizada como a ofensa à integridade corporal ou a saúde de outrem, por sua vez, o artigo 146 do codex trata do constrangimento ilegal, conduta esta caracterizada como redução da liberdade pessoal. Tais condutas estão presentes na violência obstétrica, mas, infelizmente, os profissionais da área da saúde, quando estão em contato com mulheres grávidas, exibem uma dominância sobre elas, uma vez que estas se encontram fragilizadas e dependem de seus cuidados, entretanto, esta dominação pode resultar em práticas indevidas e danosas, caracterizando a violência obstétrica e ferindo direitos fundamentais das vítimas. Ocorre que, no Brasil, tal violência passa despercebida e muitas dessas práticas são recorrentes, sendo consideradas normais, o que faz com que os abusos continuem existindo e que as vítimas, que não tem nenhuma autonomia nestas situações, fiquem desprotegidas e arquem com as consequências em silêncio. Este artigo tem como objetivo trazer à luz do Direito Penal o tema da violência obstétrica, tendo em vista que ele tem pouca notoriedade em nosso país, abordando, assim, as formas de como ela pode ocorrer e quais suas consequências para as vítimas, bem como tem a finalidade de exibir maneiras de inibi-las, deixando a experiência do parto, que é de extrema importância para a sociedade, mais humana e protegendo as vítimas de forma adequada contra este tipo de violência. Para tanto, utilizar-se-ão métodos bibliográficos e pesquisa de campo na realização deste trabalho.

RAPHAELA LOPES RODRIGUES

CAUANA LEMES DA SILVA

<p>Oral</p>	<p>Leitura em quatro rodas: Um projeto de promoção da leitura em um assentamento popular</p>	<p>O presente projeto de intervenção extensionista objetiva a implantação de uma Biblioteca Popular e/ ou Itinerante, como fonte de incentivo e promoção às práticas de leitura para as crianças que vivem em uma situação de vulnerabilidade social, de uma Escola Municipal. de Educação Infantil (EMEI), localizada dentro de um Assentamento num município no interior de São Paulo. Com a grande concentração industrial nas cidades, no século XX, muitas famílias foram à procura de empregos deixando a zona rural. Devido a uma crise econômica que marcou o início do século XXI, todos os desempregados foram em busca de recursos para sobreviverem a esse novo período. Encontraram assim, como alternativa a ocupação de terras, causando uma proliferação de favelas e um caos urbano (MARTINS, 2004). Devido à carência no acesso à políticas públicas de educação em regiões de alta vulnerabilidade e reconhecendo a importância da leitura como uma ferramenta importante para viver o cotidiano e a capacidade de transformar as relações entre pessoas e mundo (FREIRE, 1988; VIGOTSKY, 2006), nos baseamos em propostas como as de Biblioteca Itinerante e como orientação para o nosso trabalho destacamos a pesquisa de Andrade (2008), feita com estudantes de escolas públicas que lhe trouxeram resultados positivos, levando para os jovens além do desenvolvimento da leitura, a diversão e o prazer em executá-la. O objetivo deste projeto é promover as práticas de leitura de crianças e adolescentes entre 3 a 14 anos moradores de um assentamento estadual. O projeto inicialmente está focalizado na implementação da biblioteca, com o arrecadamento de livros, iniciado com ajuda do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNSA/ Americana) envolvendo os alunos e terceiros, bem como a Editora Adonis, que se prontificou a doar alguns livros, entre outras fontes. Após a primeira fase de arrecadações, começaremos a organização efetiva dos livros arrecadados. Foram realizadas algumas visitas ao local da implantação do projeto e participaram os funcionários da Secretaria, o Diretor da escola e professoras. Como um terceiro momento, pretendemos realizar atividades com as crianças, como “Contação de Histórias” usando os sucessos de teatro, fantoches, etc. Atividades sistematizadas como um guia de leitura, sempre priorizando atividades lúdicas para criação de vínculo. Desde o início, o projeto teve a aceitação dos profissionais da escola, que nos informaram que a implantação de uma biblioteca vem sendo solicitada junto ao poder público há alguns anos, mas o pedido não se concretizou. Conseguimos até o presente momento, algumas doações de livros, de um armário de aço e de um carrinho de servir, cedido pela própria escola do Assentamento, que a princípio, será customizado para realizar o espaço da biblioteca.</p>	<p>RAQUEL FLORENCIO DA SILVA</p>	<p>ANNA HELENE CHUMA PA CRISTIANE BERNADETE FA MARQUES FRANCISCO, M Pacheco Coelho, TAMIRIS RIBEIRO GODOY</p>
-------------	--	---	----------------------------------	---

Oral	A EFICÁCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS AMBIENTAIS	<p>A EFICÁCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL A Constituição Federal de 1988 foi considerada um marco histórico para o direito ambiental, sendo a primeira a trazer um capítulo destinado somente a este ramo do direito. Tal conteúdo está presente no artigo 225, a fim de garantir a preservação da fauna e flora para a presente e futura geração. Embora o Brasil conte com uma legislação completa destinada à proteção do meio ambiente, a situação atual corre de forma diversa do que pretendia o legislador ao implementá-la. Com base nisso, a educação ambiental uma vez que realizada de forma concreta e objetiva, aplicada do ensino fundamental até o superior, é um instrumento efetivo de ensino, obtenção de conhecimentos, habilidades e competências que cooperam significativamente para a mudança de prognóstico brasileiro, visto que trata-se da relação básica que envolve conhecimento prévio de determinado assunto e a aplicação do mesmo em situações de fato. Atualmente há um aumento da popularidade dos assuntos que envolvem educação ambiental, porém faltam mecanismos que sejam capazes de efetivar os ideais que englobam este tema e, além disso, grande parte dos debates ou projetos se desenvolvem a partir de problemas fatídicos, ou seja, atitudes são tomadas de forma paliativa e não preventiva. A implementação de projetos educacionais voltados à proteção do meio ambiente, uma vez que deixam o campo teórico e passam a ser materializados, surte impactos positivos na sociedade brasileira e exemplo disso é a Edukatu, uma plataforma tecnológica de aprendizagem sobre consumo consciente, direcionada aos alunos e professores do Ensino Fundamental e incentiva a troca de conhecimentos através de conteúdo e jogos, bem como a aplicação na comunidades em que os alunos residem. Outro exemplo de sucesso é a Infraestrutura Urbana Sustentável, projeto da cidade de Búzios-RJ que por meio de automação energética consegue diminuir o consumo em até 30%. Fato é que grande parte do território nacional carece de cuidados no que se refere à manutenção dos bens naturais, logo, há necessidade de popularização e implementação da educação ambiental, pois os projetos já existentes não suprem a demanda. A própria Constituição Federal institui que a perpetuação da humana de forma digna ocorre e ocorrerá mediante manutenção do meio ambiente, explicitando a relevância do presente tema para a sociedade. A pesquisa será realizada utilizando-se de um método tipológico, assim como do estudo bibliográfico embasado em artigos científicos e dados concretos acerca do tema. REFERENCIA: FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 17ª Edição. São Paulo-SP. Saraiva Jur. Educação Ambiental, Mundo Educação. Disponível em . Acesso em: 23 de agosto de 2019. Educação Ambiental, Ministério do Meio Ambiente.. Acesso em: 25 de agosto de 2019.</p>	RAYANE VITÓRIA PEREIRA GONÇALVES MARTON	MATEUS RIBEIRO DOS SANTOS RUTH MAGNUSSEN FORTES Sérgio Araújo Tavares
------	---	--	---	---

Oral

VULNERABILIDADE E REINTEGRAÇÃO
DOS JOVENS: APLICAÇÃO DE PROJETOS
ATRAVÉS DA ALDEIAS INFANTIS

O trabalho em questão visa o acompanhamento das Aldeias Infantis SOS Brasil em sua proposta de fortalecimento de famílias, com formação profissional e inserção ao mercado de trabalho, a partir de dados e visitas nos projetos desenvolvidos pela Aldeias será possível identificar meios efetivos de educação e empregabilidade juvenil. Instituições como esta, enfatizam a educação e profissionalização para construção de um universo de condições de reestruturação da vida pessoal e familiar de jovens, através de sua compreensão individualizada a fim de resgatá-lo enquanto cidadão. Aspiramos por uma prática incisiva do Art. 4º, paragrafo único, alínea a, da Lei 8.069, de Julho de 1990, “destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.”, para isso ocorre à busca de inspiração de novos meios educacionais e empreendedores. Tal objetivo foi embasado na perspectiva de uma falha gradual do Estado no Sistema Executivo e Administrativo, o investimento precário na sociedade civil, devido a um amplo cenário corrupto, que induz na desestruturação das famílias brasileiras que não conseguem garantir os direitos dos jovens. Embora o Estado ofereça políticas como PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e órgãos como CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), ainda há uma grande porcentagem de jovens que se encontram em famílias desestruturadas, acarretando um futuro hostil. A violência contra a juventude no Brasil atingiu índices alarmantes e precisa ser enfrentada com políticas públicas estruturadas que envolvam as diversas dimensões da vida dos jovens como educação, trabalho, família, saúde, renda, igualdade racial e oportunidades iguais para todos. Os jovens de 15 a 29 anos representam um quarto da população brasileira e estão entre as maiores vítimas de homicídios. Então o trabalho se desenvolve por meio de análise quantitativa, claro, e através dos projetos desenvolvidos pela Aldeias Infantis SOS Brasil, juntamente com o CRAS e CREAS de Lorena. Em síntese, a pesquisa destina-se para uma fundamentação diante do cenário social do município visando objetificação de um desenvolvimento compatível com o bem estar individual do jovem e coletivo, como família e sociedade; com o desafio de aprofundar-se no entendimento da realidade socioeconômica, política e institucional, para um aperfeiçoamento da ação governamental administrativa. O acompanhamento será feito na Casa de Oportunidades, que desenvolve um projeto que visa inserir da melhor forma os jovens do Aldeias Infantis em seu primeiro emprego.

REBECA ASSUMPÇÃO CUNHA

ANA JULIA MOTA BATISTA
Tadeu Maciel Nahur

Oral	Sistema Inteligente Aplicado em Diagnósticos Cardíacos	<p>A presente pesquisa científica tem como objetivo desenvolver um sistema especialista que realizará o monitoramento cardíaco e auxiliará na predição de cardiopatias. Para esse sistema, será utilizada uma tecnologia baseada no CASNET, um sistema médico especialista de apoio em diagnósticos do glaucoma, fazendo uso da linguagem Python. Uma linguagem de alto nível empregada amplamente em aplicações envolvendo sistemas especialistas e ciência de dados devido à facilidade de implementação e as vastas bibliotecas e ferramentas disponíveis. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 17,5 milhões de pessoas sofrem de problemas cardiovasculares. Esse número extremamente alto faz com que as doenças cardíacas fiquem no topo das patologias que mais matam no mundo. No Brasil, elas são responsáveis pelas mortes de 30% dos óbitos, são mais de mil mortes por dia e que representa em uma morte cada 90 segundos.. Na maioria dos casos, os altos índices de fatalidades poderiam ser reduzidos e/ou revertidos por atitudes simples como hábitos alimentares saudáveis, prática de atividades físicas, evitar o tabagismo e etilismo, realizar visitas regulares ao médico, entre outros, diminuindo assim as chances de morte precoce. Com base nestas informações, será desenvolvido um sistema especialista que usará dados fornecidos previamente pelos pacientes somados aos fisiológicos coletados em tempo real por sensores acoplados a um colete que interage com um software que auxiliará médicos na tomada de decisão. O software será utilizado como forma de monitorar, avaliar e prevenir patologias relacionadas ao coração, apresentando ao médico dados com possível diagnóstico, agilizando o tempo de atendimento de forma a acelerar o início do tratamento obtendo soluções mais rápidas e eficazes. Atualmente a pesquisa está na fase de identificar quais são os fatores que facilitarão na detecção de alguma anomalia relacionada às patologias cardiovasculares, buscando os mais completos datasets para modelar e treinar o sistema especialista em desenvolvimento para que seja capaz de auxiliar mais precisamente na tomada de decisão do médico. Com isso pretende-se oferecer aos pacientes maior conforto no monitoramento além de proporcionar um acompanhamento junto com especialista. Além de oferecer à sociedade uma ferramenta voltada à saúde que auxilia nos diagnósticos cardíacos, o desenvolvimento desse projeto ainda nos agrega profissionalmente com a prática de aprendizados oferecidos em sala de aula.</p>	RENAN AUGUSTO MENGUAL DE CARVALHO	JOHNNY NOBORU MINOW YAMANAKA, NATÁLIA CIPRIANO FREITAS, BRUNO BUSTAMANTE FERREIRA LEONOR, TIAGO NOGUEIRA SILVA
------	--	--	-----------------------------------	--

Pôster	O Conflito de gerações no ambiente laboral sob uma perspectiva atual	<p>O conflito de gerações no ambiente laboral sob uma perspectiva atual Tratando-se de relações interpessoais, sempre foi um grande desafio para as pessoas conviverem entre si, independente da esfera sob a qual tais relações são observadas, sejam estas em nível pessoal ou profissional. As diferenças de personalidade, costumes, crenças e valores frequentemente causam conflitos, sendo que uma das variáveis que mais influenciam nestas diferenças esta na idade. As diferenças sócio culturais que caracterizam o tempo e se alternam com a passagem dele, podem ser capazes de influenciar e segmentar gerações, originando alguns grupos. O que fica claramente expressado quando nomeia-se e observa-se as gerações baby boomer, x, y e z. O presente artigo tem por objetivo apresentar os conflitos existentes entre as gerações dentro dos ambientes laborais decorrentes das diferenças que caracterizam cada uma delas em paralelo a realidade do mercado de trabalho. Quando analisados os diferentes pensamentos e atitudes entre os grupos, é possível identificar de qual geração cada indivíduo provavelmente faz parte. Os chamados baby boomers, nasceram no final da 2ª guerra mundial e possuem mais de 50 anos, os integrantes da geração X estão na casa dos 40 anos, seguidos da geração Y que possui entre 25 e 39 anos, e a geração Z com cerca de 19 anos, considerando que alguns autores delimitam gerações não mais em um intervalo de tempo de 25 anos, mas somente 10 anos. Profundas mudanças paralelas a realidade geracional estão as transformações do mercado de trabalho decorrentes à crise que se instalou, tirando milhões de seus postos e impedindo a inserção de outros milhares. Muitos profissionais de diferentes idades que estavam em cargos intermediários ou avançados de determinada carreira, saíram do mercado, e poucas vezes retornam a algum posto na mesma ocupação em que estavam. O que ocasionalmente pode coloca-los em cargos de subordinação a coordenadores muito mais jovens e desencadear conflitos devido à divergência nas opiniões referentes aos métodos de trabalho e relacionamento interpessoal, ao mesmo tempo em que também chega ao mercado uma nova geração que é muito diferente da que pode estar ocupando cargos de liderança, questionando hierarquias e modelos de remuneração. É forte o impacto que estas variáveis causam, tanto para o mercado, quando observamos as previsões sobre o surgir e desaparecer de profissões nos próximos 10 anos, e para a população, no que tange as alterações dos planos de aposentadoria, que acabam por prolongar a estadia das pessoas no ambiente de trabalho e algumas teorias que estendem a adolescência até os 25 anos sobre pretextos sociais e biológicos. A junção deste contexto implica em muito trabalho para os gestores conseguirem adequar suas equipes de trabalho em um ambiente produtivo e harmonioso, o que exige qualificação da liderança em planejamentos estratégicos para o treinamento e desenvolvimento de uma cultura e clima organizacional diversificado</p>
--------	--	---

RENAN CORREIA MIRANDA

Márcia Cristina Ananias da
Rubez de Castro

Pôster

A EXTENSÃO NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL: UMA LEITURA SOBRE O
GRUPO DE GINÁSTICA E DANÇA DO
UNISAL (GGDSAL)

A ginástica e a dança são manifestações culturais presentes na vida dos seres humanos, por diversos motivos. Falando, especificamente, do curso de Educação Física são conteúdos a serem trabalhados no contexto escolar ou em outros espaços. No caso da Pedagogia, a dança é uma linguagem da Arte, presente no currículo de formação e a ginástica como trabalho lúdico é proposta de jogo para o contexto escolar. A Psicologia, apesar de não ter, essas temáticas no currículo, pode pensar na sua formação pessoal ou até mesmo no conhecimento delas para poder entender a vivência em prol do bem-estar psicológico de seus pacientes. No Direito a meta é a formação pessoal, tendo como foco a expressão corporal e o conhecimento do eu, como ampliação do seu conhecimento para a prática da profissão. O projeto é capaz de contribuir com a formação profissional em muitos parâmetros, inclusive a rever concepções, modos de pensar, analisar e interpretar a realidade em que vivem e encarar a diversidade que existe no ato de ensinar e atuar junto a sociedade. Esse estudo, apresenta uma revisão de literatura sobre extensão e formação profissional, bem como o processo cultural, educativo e científico que se materializa na participação de alunos/as que fazem o projeto. Os resultados da investigação apontam para os benefícios da extensão para formação de professores/as, bem como de outros profissionais, que valoriza o processo e que considera a complexidade dos atos de ensinar e de atuar em diversos segmentos da sociedade. O projeto em questão é uma possibilidade de entender a teoria na prática, para alguns cursos, bem como de trazer um pouco de cada aluno/a para fora de si mesmo, a partir da conscientização corporal e do entendimento de mundo por meio do viver, apreciar e criar a arte. E apesar de ser a extensão uma atividade de intervenção, pois os/as alunos/as lá estão para vivenciar e aprender com a prática dos movimentos, é também um espaço indireto de pesquisa, uma vez que a produção científica sai de um contexto reflexivo, coletivo e participativo, o que estimula à investigação, promovendo uma formação ampla, competente e ética. Esse projeto que acontece no UNISAL – Liceu/Campinas, existe desde 2014 e os seus principais objetivos são: proporcionar a formação de um profissional reflexivo que perceba a transitoriedade da realidade na qual está inserido e construir um espaço de conhecimento e de estímulo a criatividade, visando uma formação mais ampla, para além da sala de aula ou até mesmo seu curso de origem.

ROBERTA CORTEZ GAIO

Pôster

Tecnologia para Empreendedorismo e Desenvolvimento Social

A raiz do problema, objeto deste estudo, é o atual valor econômico para as classes sociais de menor poder aquisitivo no ato de adquirir a casa própria. Para conceber inovação nos materiais e diferentes métodos construtivos que têm forte influência no valor econômico da moradia é necessário observar se os materiais propostos têm ou não condições de oferecer conforto e segurança. Para isso o grupo de pesquisa dividiu-se em duas frentes de estudo: dois bolsistas estudaram tecnologia para medição indireta da irradiância e irradiação solar que têm grande influência no calor da edificação, com uso de microcontroladores e uma orientação do professor, para correlacionar a luz com irradiância solar, usando um instrumento calibrador da classe "C" como parâmetro de validação. Outros dois bolsistas estudaram a distribuição espacial de um ambiente projetado para abrigar com qualidade doze alunos de um internato de uma instituição de ensino, selecionando materiais e estabelecendo uma solução estática que concilie concreto armado em baixa quantidade, estruturas metálicas leves, fechamento moderado em alvenaria, gesso e telhado termo acústico. O projeto também vislumbra um plano de negócios e empreendedorismo, para tal consultou-se uma amostra piloto de dezessete professores de universidades públicas, visto que o Brasil abriga mais de trinta mil instituições de graduação nas áreas de engenharia e física entre instituições públicas e privadas que se obrigam a desenvolver pesquisa aos olhos do ministério de educação e cultura. O presente projeto alcançou importante desenvolvimento num protótipo inicial que mede a irradiância e irradiação solar sobre um plano horizontal na superfície terrestre, com custo fabril de escala inicial, cerca de vinte vezes mais econômico que um equipamento assemelhado de mercado da classe "B" mas com uma característica incomparável: facilidade de instalação, operação e aquisição de dados usando-se de uma rede privada Wi-Fi e um smartphone, notebook ou similar de qualquer marca e modelo. O protótipo já opera ininterruptamente desde agosto de 2019 num centro universitário que o financiou e o conserva em segurança, sob aval de um coeficiente de determinação $r^2 = 0,998$ com a hipótese matemática adotada, alavancando pesquisas de vários alunos e grupos desse centro. Também foi desenvolvida uma distribuição espacial (planta baixa) com memorial descritivo para uma acomodação de doze alunos para esse mesmo centro universitário que abriga um internato com mil alunos. A amostra piloto revelou que 88,2% dos professores consultados desejariam obter o equipamento produzido por este BITSAL e 100% da mesma amostra, desejariam adquirir outros instrumentos já desenvolvidos em projetos salesianos anteriores: coletor de temperaturas, umidade relativa, velocidade e direção do vento. Convencidos dos resultados e importante apoio salesiano, a equipe prepara-se para uma próxima etapa de desenvolvimento.

ROBERTO TILHAQUI JÚNIOR

VICTOR PAULO NUNES TE
Ítalo Alberto Gatica Ríspon
ÂNGELO SOUZA NUNES, T
SOUSA JORGE

Pôster	Concreto com pozolana eco-eficiente	<p>A construção civil destaca-se negativamente pelo alto número de materiais poluidores do meio ambiente, entre eles encontra-se o concreto, que é o principal material da engenharia civil e o mais utilizado no ramo em questão. Devido aos altos indicadores de agressão ao meio ambiente, existem diversos estudos para amenizar os impactos ambientais gerados pela construção civil e um dos principais é o concreto sustentável. O estudo do concreto sustentável visa amenizar os impactos do principal componente produzido no ramo da construção. Ao final, espera-se ensaiar concretos de traço convencional e com fins sustentáveis, para assim verificar e comparar o desempenho de ambos, projetando assim um possível uso do estudo apresentado.</p>	RODOLFO ZANATTA RABELO	JOSÉ HENRIQUE FERNANDES GABRIEL HENRIQUE PAULINO ZANETI, MATHEUS CORREIA DANTAS
Pôster	VEICULO ALIMENTADO POR ENERGIA SOLAR	<p>O grupo concluiu que o desenvolvimento do circuito elétrico teria que ser construído como citado a cima considerado as variáveis encontradas durante o processo de pesquisa, como as variações da irradiação aplicada no painel solar motivo que levou a utilização de circuitos com capacidade de controle e ajuste de tensão e corrente, esses que fizeram possível utilizar um painel solar com aplicação da recarga da bateria. Outro desafio encontrado foi a dificuldade na procura de materiais para a construção da estrutura metálica, uma vez que deveria ser robusto, acessível e durável</p>	RODRIGO DE ALMEIDA PESSOA DIAS	MAYARA LYLLYAN NEVES VÍTOR RIBEIRO, BRENO DIAS TEODORO, Carlos Renato Meneghetti

Oral

A Eudaimonia como o bem supremo do homem em Ética a Nicômaco

A EUDAIMONIA COMO O BEM SUPREMO DO HOMEM EM ÉTICA A NICÔMACO Na Ética Nicomaquéia, Aristóteles afirma que o bem é aquilo que todas as coisas tendem. Mas esta virtude não é única e universal, para cada atividade há um bem específico, além disso, o autor concebe a ideia de que há um bem que é supremo a todos e que é desejado por si mesmo. No livro I de Ética a Nicômaco, são apresentados dois tipos de bens, os que têm um fim em si próprio (ética e política) e aqueles que são meios para que se possa alcançar outras coisas (artes ou técnicas). Diante disso, destaca três tipos de vidas: a dos prazeres, a política e a contemplativa. Sendo a vida contemplativa a mais elevada, pois busca o bem pelo bem, sem interesses de encontrar outro fim, este tipo de vida é próprio dos sábios e filósofos. Sobre esta, é importante analisar que o seu ideal é dedicar-se ao conhecimento. Uma das suas consequências é o abandono do trabalho manual e a vivência no ócio, como também a valorização das ciências teóricas sobre as práticas. Sendo a razão a faculdade mais elevada, a vida contemplativa é a mais valiosa e feliz. Portanto, o sumo bem é a capacidade da contemplação racional, onde o homem, por meio do exercício da virtude, alcança a mais elevada faculdade humana: a razão. Já no capítulo X, Aristóteles explica a relação do homem com a polis. É importante também compreender, antes de tudo, que para o autor, o homem é sujeito da polis, toda sua obra se dá nesse contexto. O estagirita afirma que o homem é um animal político, destarte a ciência de maior importância é a política, assim, através das leis, o homem é educado para que tenha uma conduta virtuosa. Deste modo, o bem excelente do ser humano está na política, pois é nela que o homem é levado a realização dos bens mais elevados, criando cidadãos capazes de ações nobres e virtuosas, mas não se faz política sem ação, e esta deve ser desenvolvida na comunidade (polis), para o bem comum, agindo assim, o homem torna-se cada vez mais virtuoso, e isso acontece de forma mais excelente quando consegue transmitir esta realidade no seu comportamento cotidiano. Pois o homem precisa ser educado para utilizar a razão para encontrar um modo de viver que esteja em consonância consigo e com quem está ao seu redor, agindo em conformidade com a razão para o bem comum. Diante do exposto, é importante notar que o autor parece entrar em contradição quando diz no livro I que a vida Contemplativa (teórica) seria a mais excelente, no entanto no livro X, diz ser a vida política (prática) a mais ideal. Na vida contemplativa o homem se realiza como aquele que possui logos, já na vida política, o homem realiza-se como cidadão virtuoso da polis. Na verdade o que se tem aqui não são tensões entre dois estilos de vida desconexos, trata-se portanto, de duas formas fundamentais que se relacionam para que o homem alcance a felicidade, compreendendo sua natureza racional e a capacidade de relacionar-se.

Rodrigo Ferreira Nascimento

ÉDER JUNIOR OLIVEIRA FE
Rafael Morais

Pôster

Intolerância Religiosa no Brasil

Intolerância Religiosa no Brasil Desde a época da colonização, com vários povos oriundos de diversas partes do mundo, inicialmente com os europeus (portugueses) depois os africanos, orientais e demais povos, as religiões trazidas com eles contribuíram a difundir essas crenças pelo país, tornando assim o Brasil além de um país multirracial e cultural, um lugar onde era possível encontrar várias religiões. Entretanto, com o passar do tempo à desigualdade social aumentando relativamente e, por conseguinte as discriminações raciais principalmente com os negros e pardos, fizeram com que essas religiões advindas desses povos sofressem uma espécie de “perseguição” ao longo dos anos e que se prolongam infelizmente até os dias de hoje. De acordo com o Disque 100 (Disque Direitos Humanos) em 2018 foram recebidas 506 denúncias de intolerância religiosa, no Brasil. A religião que mais sofreu intolerância foi à umbanda (72 denúncias). Em seguida, vieram o candomblé (47), as testemunhas de Jeová (31), as matrizes africanas (28) e alguns segmentos evangélicos (23). As consequências trazidas por esses dados são preocupantes, pois além da violência que muitas das vezes ocorre (como destruição de terreiros, centro espíritas, por exemplo) a sociedade em geral perde o respeito diante das escolhas alheias e distintas de cada um, promovendo assim um cenário de disputa e rivalidade entre as religiões. O Brasil, pela constituição é um Estado Laico assegurando assim a liberdade de escolha individual. Além do mais o artigo 5º da Constituição prevê que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Diante desse cenário, é preciso ressaltar que as campanhas de conscientização não diminuam, e pelo contrário, sejam cada vez mais ressaltadas para população. As escolas poderiam disponibilizar aulas de ensino religioso nas quais sejam abordadas o estudo das mais diversas crenças, proporcionando conhecimento e criando maiores chances de pessoas tolerantes independente do que acreditam; além de maior veiculação na mídia de campanhas de conscientização e principalmente a participação da família reforçando e respeitando as diferenças com o intuito principal de tornarem seus filhos cidadãos de fato conscientes no futuro. O crime de discriminação religiosa é inafiançável, o acusado não pode pagar fiança para responder em liberdade, e imprescritível, ou seja, pode ser punido a qualquer tempo. A pena prevista para este crime é de: reclusão por um a três anos e multa. Para finalizar, uma citação do poeta italiano Giacomo Leopardi: “Nenhuma qualidade humana é mais intolerável do que a intolerância”.

RODRIGO HONORATO DA SILVA
FILHO

MARIA CLARA DE FREITAS
HONORATO DA SILVA

Pôster	Considerações acerca da importância da prática de atividade física e do acompanhamento psicológico para acometidos em esclerose múltipla.	O objetivo da presente pesquisa está em realizar um estudo aprofundado sobre como o impacto da capacidade funcional e o estabelecimento de estratégia de enfrentamento impacta na melhoria da qualidade de vida do acometido em esclerose múltipla (EM). A EM é uma doença de forte impacto na vida do paciente, prejudicando principalmente a coordenação motora e o estado emocional da pessoa diagnosticada. A aceitação da doença, juntamente com o acompanhamento psicológico se faz necessário para o estabelecimento de estratégias de enfrentamento. Exercícios físicos, tanto aeróbicos quanto anaeróbico, dependendo das especificidades de cada indivíduo e da progressão da doença são a base para estimulação dos movimentos corporais da pessoa e fundamentais para o treinamento motor. A presente pesquisa está envolta na área da saúde, pois visa discorrer sobre as maneiras de lidar com as implicações ocasionadas pela doença por meio de uma atuação multidisciplinar, a fim de favorecer o desenvolvimento psicossocial do indivíduo e melhorar sua qualidade de vida. Foi realizada uma revisão sistemática, em periódicos conceituados no meio acadêmico, por meio das bases de buscas PubMed, (BIREME/LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scholar Google e no Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia – PePSIC para levantamento de artigos publicados de 2011 a 2018, com os seguintes descritores: Esclerose Múltipla, Exercício Físico e Qualidade de Vida (QV). Após a seleção foram incluídos 6 artigos. Os estudos demonstraram que a prática de atividade física e/ou esportes foi benéfica do ponto da saúde. Percebeu-se que a esclerose múltipla é uma doença sem cura, pouco conhecida, difícil de ser diagnosticada, imprevisível e impactante fisicamente, emocionalmente e socialmente. Por meio dessa pesquisa, percebeu-se que os portadores de esclerose múltipla possuem a qualidade de vida afetada pelas implicações da doença. Conhecer a doença, suas implicações e seu impacto no dia a dia do acometido é fundamental para possibilitar a análise das dificuldades que essa doença traz na vida cotidiana de seu portador. Contudo, é necessário realizar a pesquisa de campo para proporcionar maior material para análise e discussão de resultados. Os dados serão fundamentais para possibilitar a análise das dificuldades que a doença no dia-a-dia do seu portador e, assim, auxiliá-lo a encontrar as estratégias de enfrentamento ideais para alcançar uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, observa-se que a relevância social da pesquisa está essencialmente alicerçada na conscientização acerca da esclerose múltipla e na promoção da saúde do diagnosticado, a fim de capacitar o indivíduo para se tornar agente de transformação da sua própria realidade, para que ele possa, por meio de estímulo da prática do exercício físico e do estabelecimento da autonomia, melhorar sua qualidade de vida. Palavras-chave: Qualidade de vida. Psicologia da Saúde. Roda de conversa.
--------	---	--

RONALD ROBSON SELINGARDI	LUANA FORTALEZA SELINGARDI GILDEISA DA PENHA SILVA HENRIQUE DE ARAGÃO, C Teixeira Amaral Camargo
--------------------------	---

Pôster	APLICAÇÃO DE UMA LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DESFIBRADOR PARA RECICLAGENS TÊXTEIS	APLICAÇÃO DE UMA LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DESFIBRADOR PARA RECICLAGENS TÊXTEIS Segundo ABIT (2017), o Brasil se encontra como o quinto maior produtor têxtil do mundo e o segundo maior empregador da indústria de transformação. Além de ser autossuficiente na produção de algodão é, ainda, a última cadeia têxtil completa do Ocidente, com cerca de 9,4 bilhões de peças confeccionadas ao ano (peças de algodão). Para mais, estima-se que o Brasil produza cerca de 170 mil toneladas de retalhos por ano, sendo que 30% das indústrias têxteis se localizam em São Paulo. Atualmente 80% desses resíduos são depositados em lixões (SEBRAE, 2018). Com uma ampla porcentagem de confecções que fazem o descarte incorreto desses resíduos, depositando-os em aterros sanitários, lixões ou até mesmo incinerando-os, acarretando em uma abundante degradação ambiental. Os produtos têxteis estão presentes no nosso dia a dia em todos os lugares e ocasiões. Com isso, a busca incessante por redução de custo e sustentabilidade fazem com que assuntos como limitação de recursos naturais, impactos ambientais e sociais sejam cada vez mais trazidos à tona. Hoje o ramo da indústria têxtil e de confecção é a segunda maior empregadora da indústria de transformação, o que, para a economia brasileira, acaba se tornando um ramo de grande importância. Segundo Machado e Leonel (2014), a indústria têxtil e de confecção vem impactando negativamente o meio ambiente, seja pela produção do algodão e consumo elevado de água, pela demorada decomposição dos tecidos, ou pelos gastos de energia e inseticidas (no plantio do algodão), degradando o solo, fazendo-se necessário avançar na discussão e implantação de práticas sustentáveis. Portanto, esse trabalho tem como objetivo aplicar os conceitos de uma logística reversa que seja sustentável para a reciclagem de resíduos têxteis, de modo que todos os refugos (sobras da confecção) sejam retornados para o processo produtivo em forma de matéria prima inicial (fibra). Estes resíduos serão tratados e desfibrados no equipamento desenvolvido a partir deste projeto, denominado desfibradora. Sua mecânica é basicamente composta por uma estrutura em forma de funil, confeccionada com aço carbono e que contem em seu espaço interno três rolos posicionados um acima do outro e neles são fixadas diversas agulhas de aço inox. A partir do acionamento de um motor elétrico estes rolos são ativados, cumprindo movimentos giratórios e desfazendo a posição das fibras modeladas nos resíduos têxteis e desta forma tornando-os matéria prima inicial e consequentemente minimizando os impactos ambientais, sociais e econômicos causados pelo descarte incorreto. Para desenvolvimento do projeto estão sendo realizados estudos em bibliografias nacionais e internacionais, além de network com profissionais inteirados do assunto.
--------	---	--

RONALDO PAIVA TOLEDO

LUCAS PRUDENTE DOS SANTOS
ISABELLE DOS SANTOS BUENO
GABRIEL GUIMARÃES DE SOUZA
REZENDE, Regina Elaine Siqueira
Cabette, Renann Pereira G

Pôster

AUTISMO E CONTEXTO ESCOLAR: considerações acerca das práticas pedagógicas

AUTISMO E CONTEXTO ESCOLAR: considerações acerca das práticas pedagógicas Autora: Rosimeire Nunes dos Santos Coautora: Valéria Maria Fusch Ferreira O Transtorno do Espectro Autista (TEA) manifestado nos primeiros anos de vida é diferente de outros distúrbios do desenvolvimento, pois a criança apresenta insatisfação de sinais sociais, de comunicação não verbal, emocional e valor simbólico. Seus sintomas são desconhecidos e vão surgindo ao longo do tempo, tornando-se uma condição para esse indivíduo. Atualmente, quando se fala em inclusão no ambiente escolar tem-se visto que, ainda há falta de preparo por parte dos professores e de toda equipe pedagógica para incluir o aluno com o Autismo. Os novos valores e princípios tem sido uma aquisição na sociedade, que vem se mostrando cada vez mais presente em debater sobre a seriedade da educação inclusiva, por meio disso, as políticas públicas vem promovendo a inclusão dessas crianças. O presente estudo fundamentado nos autores Praça (2011) e Cunha (2017), tem como objetivos contribuir para o processo de formação do professor e auxiliar no ensino e na aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, busca identificar práticas pedagógicas que possam auxiliar os educadores no cotidiano escolar de estudantes autistas. Este trabalho de abordagem qualitativa trata-se de uma revisão bibliográfica no período de 2010 a 2018, a partir de pesquisas realizadas no Google Acadêmico e no Scielo, utilizando-se na busca textual as palavras: autismo, educação, inclusão e professor, bem como em livros acerca da temática de autores como Cunha (2017), Praça (2011), Ramos (2010) e Brancher (2016). Pretendeu-se com este trabalho trazer a compreensão ao leitor de que o aluno autista enfrenta diversas dificuldades no mundo escolar, porém, o professor é capaz de transformar uma sala de aula inclusiva por meio da sua interação com o autista. O educador é um dos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento afetivo, cognitivo e social do aluno autista. Ele, juntamente com a equipe da escola e com a orientação de outros profissionais que acompanham o estudante com Autismo, podem intensificar a mediação no ambiente educacional. Vale ressaltar que o professor é uma das fontes de sabedoria dentro da sala de aula. Por isso, é importante que o mesmo mantenha uma formação continuada e, conheça as dificuldades de seus alunos para que assim, tenham uma aprendizagem qualificada. Professores dedicados são inspirações para todas as pessoas, principalmente para seus alunos. Desse modo, é importante que o docente lembre-se de que o afeto é uma das grandes contribuições para o aluno autista. Palavras-chave: Autismo; Inclusão; Escola; Professor.

ROSIMEIRE NUNES DOS SANTOS

Valéria Maria Fusch Ferreira

Oral

Pregão Eletrônico e suas vantagens para a administração pública

PREGÃO ELETRÔNICO E SUAS VANTAGENS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OBJETIVO: Abordar sobre a relevância que o Pregão Eletrônico proporciona ao fim das transações feitas para aquisição dos bens e serviços na administração pública. **PROBLEMA:** O processo de aquisição faz parte do ambiente de gestão administrativa, que decide no bom ou mal investimento de suas verbas. Na gestão pública esse processo é feito através do pregão eletrônico, visto como o mais vantajoso para aquisições na administração pública. Sendo assim, qual o papel que o pregão eletrônico desenvolve como um instrumento de controle dos gastos públicos? **DESENVOLVIMENTO:** Na Administração Pública, o processo de compras está fundamentado na Lei 8.666/1993, lei de Licitação, “tem por finalidade específica e objetiva selecionar a proposta mais vantajosa para o setor público” (BRASIL, 1993). Instituído pela Lei 10.520/2002, lei do pregão eletrônico, consiste no processo de compras, realizado em um ambiente virtual que visa proporcionar inúmeras vantagens a todos envolvidos no processo de aquisições para Administração Pública. Caracteriza-se especialmente pela inexistência da "presença física" do pregoeiro e dos demais licitantes, uma vez que toda interação é feita por meio de sistema eletrônico de comunicação pela Internet. (FONSÊCA, 2006). Utilizada pelo Governo Federal funciona por meio licitatório para assegurar que sejam selecionados sempre os melhores e as mais vantajosas condições para a Administração Pública. **RELEVÂNCIA SOCIAL:** Sua relevância social consiste em uma ferramenta de transparência colaborando diretamente com a prevenção do desvio de verbas públicas. Onde qualquer cidadão pode fiscalizar a maneira que as compras públicas estão sendo processadas e se os tributos estão sendo bem aplicados. **CONCLUSÃO:** O pregão eletrônico consolidou-se com resultados positivos, sendo o mais usado pela administração pública no anseio de impedir ou diminuir quaisquer tipos de atividades fraudulentas ou corruptas, tornando-a transparente e resgatando a credibilidade da sociedade, possibilitando o desenvolvimento e sucesso econômico do país conferindo maior visibilidade dos gastos públicos. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:** BRASIL. Diário Oficial da União. Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: .Acesso em: mai. 2019. FONSÊCA, Marco Adriano Ramos. Pregão eletrônico: uma análise de sua evolução histórico-legislativa e das inovações decorrentes do Decreto nº 5.450/2005. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1080, 16 jun. 2006. Disponível em:< <https://tconline.utp.br/media/tcc/2015/07/vantagens-e-desvantagens-das-aquisicoes-na-modalidade-pregao-para-administracao-publica.pdf>. Acesso em: mai. 2019.

RUDÁ FARES MOKARZEL BIONDI

Pôster

COMPLIANCE E OS SEUS DESAFIOS NO BRASIL

OBJETIVA-SE com esse trabalho demonstrar que muitas empresas têm implementado robustos programas de compliance, todavia muitos desses não passam de “programas de fachada”. O que faz com que os altos investimentos na área sejam desperdiçados e acarretam prejuízos econômicos, éticos e morais às organizações, aos acionistas e indiretamente a toda sociedade. O PROBLEMA que trataremos é como grandes empresas, como a Siemens, poderiam ter evitado casos de corrupção corporativa de grande repercussão internacional apesar de possuírem um programa de compliance implementado? A adoção de um programa de compliance permite que às organizações obtenham uma melhor posição frente ao mercado, visto que essa atitude demonstra o seu comprometimento no combate a fraudes e a corrupção, corroborando, portanto, para a transparência em suas negociações. O compliance ganhou ascensão no mundo corporativo ao demonstrar a sua eficácia através das instituições bancárias, onde teve sua origem. A presente pesquisa evidencia que a despeito da implementação de programas de compliance bem estruturados nas grandes empresas, estes não têm eficácia sozinhos. É de fundamental importância o desenvolvimento de uma cultura ética organizacional e que todos os colaboradores estejam envolvidos nesse processo. Por isso, a necessidade premente de se buscar soluções que visem a efetivação do programa de modo a proteger as organizações públicas e privadas, os investidores, os colaboradores e o sistema econômico nacional como um todo. Um dado alarmante é que todas as empresas envolvidas na Operação Lava Jato, que é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro do Brasil, possuíam um programa de compliance implementado e mesmo assim a corrupção e outras atitudes ilícitas, como por exemplo desvios e lavagem de dinheiro, não foram evitados. Apesar de ainda ser um programa restrito, em grande parte, às grandes empresas devido à complexidade e os custos para se adequar às legislações e as regras internas e externas, o compliance vem sendo aprimorado para ser aplicado inclusive em pequenas empresas para que estas também sejam blindadas de comportamentos ilícitos que possam vir a minar seu desenvolvimento e existência. Isso passa a ter uma RELEVÂNCIA SOCIAL quando atinge o menor elo dessa cadeia de elementos, que é o indivíduo. A geração de valores como honestidade e transparência dentro da empresa, serão refletidos não só em seu local de trabalho mas em todo seu convívio, criando ao seu redor um ambiente mais íntegro repassando os valores a seus pares. CONCLUSÃO Em um mundo de constante evolução científica, tecnológica, financeira, todos, desde as grandes até as pequenas empresas precisam se alinhar a um programa de compliance e desenvolver uma definição de valores éticos que serão passados a todos os seus colaboradores de modo a aprimorar suas práticas de gestão e controle a fim de estarem adequadas e preparadas para o competitivo mercado financeiro.

RUTH MAGNUSSEN FORTES

RAYANE VITÓRIA PEREIRA
GONÇALVES MARTON, M
RIBEIRO DOS SANTOS, Pa
Araújo Tavares

Oral	O cidadão com transtorno mental e a sua capacidade civil no âmbito jurídico e social	<p>Sob o ponto de vista do direito civil, todo indivíduo possui determinadas atribuições únicas que permitem atuar na órbita social, submetido a adquirir direitos e obrigações, nomeada de personalidade jurídica. A personalidade jurídica é a capacitação plena da pessoa natural de adquirir direitos e obrigações. A capacidade jurídica é a medida da personalidade, podendo ser plena ou limitada, o que irá defini-la é a capacidade de fato ou exercício, quando essa se ausentar, podemos nomear de incapacidade. 'A incapacidade é a restrição legal ao exercício dos fatos da vida civil, devendo ser sempre encarada estritamente, considerando-se o princípio de que "a capacidade é a regra e a incapacidade a exceção"' (DINIZ 2016, p. 171). É interessante dar relevância no que diz a legislação a respeito da capacidade, pois no que tange os indivíduos que possuem deficiência mental/intelectual, houveram grandes mudanças, como a implementação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 denominada "Estatuto da Pessoa com Deficiência" e alterações no Código Civil para delimitar sua personalidade jurídica. O art. 1º do Estatuto tem o objetivo de "assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a inclusão social e cidadania". O art. 6º declara que "a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa". Ainda, o art. 84, caput, discorre que "a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas" (BRASIL, 2015). Podemos dizer que essa construção de pensamento foi um grande passo para o reconhecimento social desses cidadãos, visto que a legislação brasileira confere proteção e reconhecimento às pessoas com deficiência mental/intelectual, espera-se que haja um acolhimento social também, inexistindo preconceitos e discriminações. O designio desse trabalho é compreender o papel social que pessoas com deficiência mental/intelectual exercem na sociedade e se são efetivamente reconhecidos, tanto na esfera jurídica quanto social. Para desvendar a realidade preconceituosa que essas pessoas enfrentam, elucidando fenômenos de causa e efeito, bem como o papel do Estado e legislação, a fim de transparecer para a população leiga os problemas enfrentados pelos deficientes que podem obter resoluções sociais. Para tanto, se fez uso de fontes bibliográficas, doutrinas e pesquisa de opinião do público alvo para a realização desse trabalho.</p>	SABRINA MACIEL BACHA	BRUNA CRISTINA DE MOURA SANTOS, AMANDA VITÓRIA SANTOS SILVA, GABRIELA DE ANDRADE
------	--	--	----------------------	--

Oral	Reutilização de Resíduo de Rocha Ornamental e Gesso na Produção de Tijolo Solo-Cimento	<p>REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUO DE ROCHA ORNAMENTAL E GESSO NA PRODUÇÃO DE TIJOLO SOLO-CIMENTO Cada vez mais a utilização de recursos juntamente com o fator do descarte irregular dos resíduos se tornam perceptíveis, principalmente no ramo da construção civil, acarretando no crescente impacto ambiental. Com o intuito de desenvolver habilidades de planejamento e projeção, foi proposto o desenvolvimento do tipo de tijolo conhecido como solo-cimento ecológico, de maneira que durante o processo seja aplicado o traço de um material ou resíduo alternativo. O tijolo solo cimento caracteriza-se como uma forma mais sustentável e de menos impactos ao meio ambiente, todavia não é utilizado tão comumente. Por definição de acordo com a Associação Brasileira de Cimento Portland (2004) o solo-cimento é o produto endurecido resultante da mistura íntima compactada de solo, cimento e água, em proporções estabelecidas através de dosagem racional, executada de acordo com as normas aplicáveis ao solo em estudo. Que ainda conforme a NBR 10833 possui furos na direção de prensagem e pode apresentar eventualmente aditivos em proporções que permitam atender às exigências da norma. Assim, o seguinte trabalho buscou examinar a incorporação de resíduos como rocha ornamental e gesso no tijolo solo cimento, com base principal na norma NBR 8491 e NBR 10833 sucedendo como metodologia pesquisas na rede mundial de computadores e realização de testes para comprovação dos dados, no qual obteve-se como conclusão resultados satisfatórios compreendidos nas normas vigentes. Dessa forma, tendo em vista que o tijolo ecológico evidencia uma melhora nos processos construtivos referente a diminuição da degradação ambiental por conta da presença de resíduos poluentes que normalmente são descartados de forma inadequada mas que tiveram o seu destino modificado afim de se ter um melhor aproveitamento e contribuir para o estudo, além de outros fatores agregados como custos menores, este trabalho tem como objetivo relatar a técnica de elaboração do tijolo solo-cimento, desde a escolha do solo até a conclusão, de modo que adicionando o traço escolhido contenha requisitos como uma boa resistência a compressão e ser em ampla parte sustentável. Segundo Fittipaldi (2008) Propor uma arquitetura voltada para o meio ambiente, utilizando-o para prover materiais alternativos para a construção, que podem ser encontrados na região, além de escolher materiais industrializados que não interferem na saúde do ser humano, é a alternativa mais consciente para sobreviver no futuro.</p>	SABRINA SANTOS DE SOUSA	VIVIAN LOPES TAVARES PI BETHÂNIA DE TOLEDO PA ELEM LUISI EVANGELISTA
------	--	---	-------------------------	--

Pôster	BLACK IS BEAUTIFUL? A imagem da mulher negra na moda brasileira	<p>A mulher negra é vítima da precariedade do mercado de trabalho brasileiro de modo geral. Assim também é no mercado de moda. Mesmo os estudos que se aprofundaram na perspectiva de gênero raramente levam em consideração a variável cor, como se o fator racial inexistisse. Mas as especificidades da mulher negra não podem se limitar aos problemas gerais referentes às mulheres. A escassa representatividade da mulher negra na moda confirma a falta de importância dada ao tema. As representações sobre as modelos profissionais se constituem numa idealização de tipo físico que contribui para reforçar uma identidade feminina socialmente distorcida. Principalmente em sociedades regidas pelo capitalismo, onde o consumo é demasiadamente incentivado, a valorização de um modelo de beleza feminino é relevante para as relações sociais. Atualmente, o protagonismo das modelos negras restringe-se basicamente à chamada “Afromídia”, peças publicitárias voltadas exclusivamente para o consumidor negro e campanhas de linhas de produtos étnicos, por exemplo: sabonetes e xampus. Em funções para as quais são exigidos específicos atributos estéticos, as brancas e amarelas, tipos físicos característicos europeus e asiáticos, possuem maior representação. O Brasil, apesar de ser um país miscigenado, não costuma apresentar de forma proporcional sua diversidade de beleza nas passarelas. A modelo negra é mais valorizada no exterior, pois para o mercado estrangeiro, possuem beleza exótica, enquanto no Brasil, apenas as modelos brancas, loiras e com corpos sem curvas recebem melhores oportunidades de trabalho. Apesar da diversidade na moda estar na pauta, de acordo com um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2015, sobre a situação da discriminação racial no país, a ideia de democracia racial é uma fantasia muito disseminada na sociedade brasileira, e boa parte dela ainda nega a existência de racismo. Uma ideologia de “branqueamento” construída e acolhida no Brasil no final do século XIX, como um “bom recurso para o excesso de negros” no país, ainda continua a afetar a mentalidade de uma porção significativa da sociedade, e conseqüentemente mantém alusões na área da moda. Diante do exposto, este trabalho pretende despertar e aprofundar a discussão da questão racial na indústria da moda com vistas a dar subsídio a estudos sobre a visibilidade da mulher negra, especialmente nos desfiles de grandes marcas. Investigar as causas da desigualdade étnica e racial que ocorre no mundo da moda, apesar do notado acréscimo da presença de modelos negras em capas de revistas, editoriais, campanhas e desfiles nos últimos anos. E como a atual abertura da sociedade para discussões sobre temas como o racismo e diversidade tem contribuído para quebrar paradigmas e fornecer condições para dissolver o estigma de que no Brasil o racismo é estrutural, institucionalizado e permeia todas as áreas da vida.</p>
--------	---	---

SOLANGE DE SOUZA FERREIRA	VITÓRIA CRISTINE ALVES V EVELYN SILVA DE LIMA, Fa Racaneli
---------------------------	--

Pôster

Da destituição do poder familiar por maus-tratos ocasionados pelos genitores em razão da confiança e da afetividade familiar

Da destituição do poder familiar por maus-tratos ocasionados pelos genitores em razão da confiança e da afetividade familiar A presente pesquisa tem como objetivo o estudo do menor e sua destituição familiar, em razão, de maus-tratos destinados contra sua dignidade da pessoa humana. O menor será discutido ao longo de toda a pesquisa com enfoque sobre sua proteção assegurada pelo Estado e família. O tema visa abordar a caracterização do menor e seu papel, perante a família e o Estado, os direitos e deveres da tutela conferidos ao responsável legal, em face do menor que será compreendido aqui aqueles em que estiverem em idade de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. No momento atual, da sociedade é explícito que o menor faz parte dos grupos das minorias no qual é preciso uma atenção especial dirigida a ele, o menor está constantemente nas telas de nossas casas, jornais e rádios sendo destaques em notícias por abusos produzidos contra eles por seus responsáveis legal. A relevância desta pesquisa para o dia atuais, está diretamente ligado ao fato de que, o menor que passa pelo sofrimento de um abuso sexual, psicológico, físico em seu convívio familiar, muitas vezes aguenta de forma silenciosa tais abusos, por não ter condições de sobrevivência fora de sua casa. Trataremos na pesquisa o Estatuto da Criança e do Adolescente como uma norma que efetiva a segurança dos que estão sobre o seu amparo e quanto ao fim de abusos cometidos pelo responsável contra o menor. Os abusos sexuais, psicológicos, físicos e morais durante a infância tornaram-se parte de um contexto social executado por atos desumano de homens e mulheres que se encontram responsáveis pela criação dos menores por eles tutelados perante o Estado. A responsabilidade dos pais e a tutela executada muitas vezes os levam a acreditar que adquirem direitos sobre o corpo do menor em qualquer situação, podendo com isso obter vantagens lucrativas e até mesmo prazeres carnis com o tocar ou vender o corpo de uma criança e do adolescente, o que é absolutamente contrário à realidade da tutela. O projeto de pesquisa fundamenta-se, no intuito de desconstruir uma habitualidade barbárie dos abusos sexuais, psicológicos, morais e físicos efetivados na infância por aqueles que são titulados perante o Estado como os responsáveis legais da criança e do adolescente. A discussão do tema retratará o fato de que nenhum homem terá direito sobre o corpo do outro durante sua infância. O que nos leva a uma problemática quanto aos limites dos pais e da tutela exercida por pessoas perante o Estado que assumem a responsabilidade de proteção integral ao menor sobre qualquer situação no contexto social que estes se inserem.

TAINÁ RAISSA DE AQUINO LOPES

CAIO VINICIUS ALVIM DE O
CAROLINE COUTO MENDES

Oral

Amor, você é como o sol, ilumina meu dia, mas queima minha pele: a vivência de relacionamentos amorosos abusivo na juventude

Atualmente, tem-se falado muito sobre a juventude e seus desdobramentos. As (os) jovens, que segundo o Estatuto da Juventude (2013), são as pessoas entre 15 e 29 anos, estão cada vez mais ativas (os) na política, no exercício da cidadania, nos debates sobre gênero, sexualidade e papéis sociais e fazendo sua voz ecoar na sociedade, também, através das mídias, especialmente, na internet. Vivenciam diversos acontecimentos decisivos inerentes ao desenvolvimento psicossocial e biológico, como a ebulição hormonal, a escolha da profissão e os desafios de transição para a vida adulta. Nesse contexto, um ponto se destaca pela sua volumosa ocorrência, sendo ele o grande número de casos de relacionamentos amorosos disfuncionais e que, muitas vezes, resultam em situações de violência física, além da psicológica. Objetivo: compreender como a juventude vivencia e reage aos relacionamentos abusivos Problema: qual o contexto no qual as relações amorosas ou de intimidade acontecem na juventude? Conseguem identificar questões abusivas? O presente trabalho é fruto de uma pesquisa exploratória, realizada através da revisão bibliográfica e de documentos referentes ao problema em questão. Para isso, autoras (e autores) que discutem os aspectos psicológicos da juventude, os aspectos sociais contemporâneos e que dissertam sobre relações e relações amorosas abusivas são visitadas (os) e analisadas (os) de forma qualitativa. Ao tratar de relacionamentos amorosos abusivos (relações, nas quais, existe um jogo de poder e dominação instituindo por alguém que submete a outra pessoa, por meio de agressões psicológicas e físicas), precisa-se considerar que, hoje, existe uma maior abertura para falar sobre o tema. As (os) jovens estão vivendo o que se chama de Terceira Onda Feminista, a qual incluiu o recorte de raça, gênero e os aspectos sócios históricos na discussão, vinculando o empoderamento feminino na mídia e sendo caracterizada pela formação de coletivos, que discutem as experiências individuais e divulgam seus aspectos utilizando a militância. Além disso, a legislação vigente no país considera a violência doméstica e a dirigida ao gênero feminino, com extensão para casais homoafetivos, como situações passíveis de punição específica, pela Lei Maria da Penha (2006) e Lei do Feminicídio (2015). O resultado da instituição dessas leis é o nomear e delimitar esses fenômenos, que embora já acontecessem, agora tem sua existência comprovada. A televisão e os jornais colocam o tema em pauta, de forma massificada e, até, sensacionalista ou banalizada. Este trabalho encontra-se em andamento. Palavras chave: relacionamentos abusivos; juventude e relacionamentos amorosos; juventudes e atualidade.

TAYLA CASTRO MOLINA

Jéssica de Sousa Villela

Pôster

Implementação da Teoria das Inteligências Múltiplas na Educação

O presente projeto idealiza o estudo da teoria do psicólogo norte-americano Howard Gardner, "Teoria das Inteligências Múltiplas", na base curricular do ensino fundamental, compreendendo criança entre 10 a 15 anos. A ideia é estimulá-los às formas de pensamento e estágios de desenvolvimento das várias inteligências, fomentando as já desenvolvidas, bem como incentivando as demais, isto porque as visões unitárias das inteligências existentes hoje, ligadas à linguagem e raciocínios lógicos os limitam, podendo desencorajá-los. Referida teoria conclui que o cérebro humano possui oito formas de inteligências, sendo uma pessoa capaz de desenvolver uma ou duas destas, o que explica uma determinada pessoa ser capaz de resolver diversos problemas matemáticos, mas não ter habilidades artísticas ou não saber se expressar, por exemplo. Gardner propõe as oito inteligências como sendo: inteligência linguística; inteligência lógico-matemática; inteligência espacial; inteligência musical; inteligência cinestésica ou corporal; inteligência interpessoal; inteligência intrapessoal e inteligência naturalista, sendo que, há princípio, todos os indivíduos possuem habilidades de questionar e procurar respostas utilizando de todas as inteligências, porém, a linha de desenvolvimento de cada inteligência, é determinada por fatores genéticos, neurobiológicos e até mesmo ambientais, tendo cada inteligência, sua forma própria de pensamento ou processamento de informações. Portanto, a realização de trabalhos assimilados à teoria com as crianças, permitiria aos professores, à escola e aos pais entenderem o processo de aprendizagem da criança, fomentando a inteligência pré-desenvolvida. A razão pela qual o projeto visa compreender as crianças e não os jovens e adultos, é porque quando criança, de acordo com Gardner, o indivíduo já possui certa competência no uso das simbolizações e escritas, mas é nesta fase que ela irá aprimorá-las e sofrerão impactos consideráveis quanto à aspectos culturais, assim, por exemplo, em uma cultura onde a música é altamente valorizada, um maior número de pessoas atingirão uma produção de alto nível. Logo, as implicações para a introdução da teoria na educação são claras quando se analisa a importância das diversas formas de pensamento, estágios de desenvolvimento e a aquisição de conhecimento e cultura, afinal, o mundo não é formado de engenheiros ou médicos. Ainda, por fim, segundo Gardner, há grande importância em ter proveito de suas habilidades individuais, sendo também importante os estudantes obterem auxílio para desenvolver essas capacidades, ocasionando na utilização de avaliações não só como forma de aprovar ou reprovar os alunos, mas também para informá-los sobre tais capacidades, garantindo uma educação que favoreça cada potencial.

THABATA CABRAL PRUDENTE

RAFAEL TIDIOLI DEL NERO

Pôster

O impacto da inteligência artificial na área jurídica

Com a crescente evolução da tecnologia os olhos dos bacharéis em direito se atentam aos novos recursos apresentados para o mercado de trabalho. O qual também não se faz esquecer, sendo estritamente pontuado, que o campo jurídico sofre um grande impacto com a tecnologia, sendo questionado que a cada inovação tecnológica, uma obra de mão humana a menos. Portanto, a presente mostra científica nasce de acordo com a criação das novas tecnologias, softwares, diversos programas e suas eficiências abordando os benefícios e prejuízos dentro do campo jurídico. Será explicado como se compreende a inteligência artificial no campo jurídico, onde surgiu, proteção de dados, como ela é usada atualmente. Fazendo esclarecer como a inteligência artificial está cada dia mais presente no meio jurídico e vem se tornando tendência em todos os aspectos. Dentro da esfera a questão da inteligência artificial e a extinção da advocacia é um tema intrigante, bem como, qual será o futuro do advogado com a incidência da inteligência artificial que está cada dia mais presente. Tendo como fundamentação/inspiração as constantes modificações no cenário tecnológico, mostrando diversos pontos dando mais visibilidade às pessoas sobre o presente tema. O trabalho se justifica de forma a findar o assombro das pessoas em relação à inovação da tecnologia, que é a inteligência artificial. Fazer o uso da inteligência artificial trazendo mais próximo da realidade, facilitando sua visualização. Como a inteligência artificial está sendo aplicada no Direito? Ademais, mostrar como funciona essa tecnologia, e aplicá-la dentro da esfera jurídica.

THAINARA LEITE DE SOUZA

DANIEL MACEDO PACHECO

Oral

O ESTRESSE E A QUALIDADE DE VIDA
NO AMBIENTE DE TRABALHO NO
SETOR DE TELEMARKEETING

Este trabalho tem como principal objetivo demonstrar o estresse e a qualidade de vida no ambiente de trabalho no setor de telemarketing, expondo métodos de como diagnosticar e avaliar a qualidade de vida dos funcionários da organização através da Gestão de Pessoas. Ao longo da evolução do meio de trabalho, é notório que em qualquer ambiente de trabalho há algum tipo de estresse, desde o nível operacional até o nível estratégico das organizações, no entanto, o nível de estresse nos profissionais de telemarketing é alto. De acordo com a pesquisa do G1(2016) o estresse é o terceiro motivo que mais provoca afastamento do trabalho por mais de 15 dias atualmente e segundo a Previdência Social, no ranking de doenças que mais afastam os trabalhadores das atividades, o estresse fica atrás somente de traumas provocados por acidentes e pelas doenças por esforço repetitivo. O estresse pode se manifestar de varias formas, como Gastrite nervosa, Doença respiratória como Asma, Ansiedade, Ataque de Pânico e até mesmo Depressão. Foi realizada uma pesquisa com profissionais que exercem a função de telemarketing, e eles mencionaram como o estresse é presente em seu ambiente de trabalho, relataram sobre as condições dos equipamentos de trabalho, que estavam em más condições, e em relação ao desempenho dos funcionários, eles não eram acompanhados pelo RH da empresa, pois não se importavam com o bem estar do funcionário, e também profissionais que hoje em dia não trabalham mais na área de telemarketing, porém ainda sofrem com problemas causados durante o período de trabalho como estresse excessivo, má postura e problemas para ouvir devido ao serviço. Mediante essas informações recolhidas, este projeto vem demonstrar como o estresse pode desmotivar o funcionário, e como pode afetar o rendimento tanto pessoal, quando da equipe em que esta inserida. Dessa forma, a Organização pode se atentar aos sinais que o colaborador emite, e o que pode ser feito para melhoria de ambas as partes, procurar entender suas ações e como pode motiva-lo, através de benefícios, promoção, reconhecimento e oportunidade de crescimento, melhorando a qualidade de vida, proporcionando sempre um ambiente agradável para convivência, com companheirismo e um bom relacionamento interpessoal.

THAÍS DE ALMEIDA VICENTE

José Augusto Paes Decca

Oral

DANÇA, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO
PROFISSIONAL: um estudo sobre os
profissionais da dança de Campinas/SP

Na presente pesquisa foi feito um levantamento dos profissionais que atuam na cidade de Campinas/SP, investigando a formação, a atuação e o perfil desses/dessas profissionais, com o intuito de trazer um panorama atual do mercado de trabalho na área da dança. Com as análises obtidas, pôde-se identificar que 37,5% dos profissionais de Campinas/SP são graduados em Educação Física, 15% em Dança e, o mais alarmante, 17,5% não possuem qualquer formação, já que a área não exige tal. Apesar da miscelânea de profissionais que compõe o mercado da dança, foi identificado que 45% deles, incluindo os que não possuem formação, consideram um mercado de trabalho desvalorizado, porém 40% acredita que apenas a vivência é o suficiente para se tornar um bom professor, descreditando na formação em cursos superiores. Dessa maneira, nota-se um impasse a regularização e fiscalização, evitando, conseqüentemente, uma possível valorização do profissional da dança.

THAÍS PAULINO RODRIGUES

Oral

DANÇA, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO
PROFISSIONAL: um estudo sobre os
profissionais da dança de Campinas/SP

Na presente pesquisa foi feito um levantamento dos profissionais que atuam na cidade de Campinas/SP, investigando a formação, a atuação e o perfil desses/dessas profissionais, com o intuito de trazer um panorama atual do mercado de trabalho na área da dança. Com as análises obtidas, pôde-se identificar que 37,5% dos profissionais de Campinas/SP são graduados em Educação Física, 15% em Dança e, o mais alarmante, 17,5% não possuem qualquer formação, já que a área não exige tal. Apesar da miscelânea de profissionais que compõe o mercado da dança, foi identificado que 45% deles, incluindo os que não possuem formação, consideram um mercado de trabalho desvalorizado, porém 40% acredita que apenas a vivência é o suficiente para se tornar um bom professor, descreditando na formação em cursos superiores. Dessa maneira, nota-se um impasse a regularização e fiscalização, evitando, conseqüentemente, uma possível valorização do profissional da dança.

THAÍS PAULINO RODRIGUES

ROBERTA CORTEZ GAIO

Oral

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO PEDAGOGO: um processo que começa antes do ofício.

A concepção da docência tem se transformado ao longo dos anos devido às mudanças e desenvolvimento da sociedade em seus aspectos culturais, políticos e econômicos. Assim sendo, a função de “ser professor” tem assumido novas concepções e exigências profissionais em sua atuação. Diante disso, permanece a problemática da construção da identidade profissional docente, especificamente nos cursos de Pedagogia, os quais visam preparar o pedagogo profissional mediante o desenvolvimento de competências e habilidades específicas para sua atuação. Entretanto, nota-se que os processos de construção da identidade do pedagogo não se restringem apenas à dimensão acadêmica, mas em um processo que antecede ao ingresso no Ensino Superior. Muitos estudiosos afirmam que a construção da identidade do professor é um processo contínuo que acontece em toda a trajetória de sua carreira no magistério. Isso significa que a identidade profissional do professor pode transformar-se na medida em que constrói seus conhecimentos e práticas pedagógicas por meio de suas experiências acadêmicas e sociais. No entanto, no momento de sua atuação, o profissionalismo do professor deve ser preciso e formidável, ou seja, faz-se necessário comprometimento com seu ofício, construção coletiva do trabalho pedagógico, dedicação ao desenvolver suas aulas, domínio do conteúdo, maturidade intelectual, autodomínio, respeito à condição social do aluno e compromisso em cumprir todas as suas responsabilidades enquanto professor. Dessa forma, o trabalho, refere-se a uma revisão bibliográfica a respeito dos aspectos fundamentais para a formação do pedagogo docente e as dimensões necessárias para a construção de sua identidade profissional com base nos estudos de Inês Bragança (2012) que discorre, a partir de sua pesquisa qualitativa envolvendo docentes da Educação Básica, sobre cada tipo de dimensões necessárias para a construção da identidade do professor. Além disso, o trabalho discorre sobre uma pesquisa de campo envolvendo discentes do 8º semestre do curso de Pedagogia, as quais refletem sobre suas experiências que sucederam a escolha do referido curso e as competências adquiridas ao longo de sua trajetória acadêmica. Com base nas pesquisas apresentadas conclui-se que ser um professor pedagogo vai muito além do que a mera decodificação de métodos pedagógicos ou a formação acadêmica. Trata-se de um processo gradual sobre a construção de uma identidade profissional que inicia antes mesmo do ingresso no Ensino Superior, mas na trajetória de vida pessoal e profissional. Dessa forma, as representações da docência são manifestadas na entrada formal no ensino básico, nas relações familiares, sociais e históricas e no percurso profissional, independentemente da escolha docente ou não.

THAYNAN DE OLIVEIRA SOARES
RODRIGUES

Valéria Maria Fusch Ferrel

Pôster

Revolução ao mundo jurídico: Impacto das Startups na coordenação da Resolução de Conflitos

O Poder Judiciário brasileiro é assolado pela alta demanda de ações que são iniciadas exigindo então a solução do litígio com eficiência e eficácia. A estrutura do mesmo não atende ao volume de demandas de modo satisfatório, trazendo grande morosidade e alto custo. Nesta linha de raciocínio, podemos afirmar que o Estado tem deixado a desejar neste aspecto prejudicando as partes que provocam a Jurisdição aguardando um meio justo de satisfação de seu litígio. Ou seja, o ambiente jurídico brasileiro sofre com tais características e precisa ser efetivamente alcançado por soluções, inclusive, tecnológicas, que permitam diminuir o volume de processos e com isso garantir maior velocidade e baixo custo para a solução da lide. Destacando-se atualmente de forma estrondosa, entende-se por Startups novos modelos negociais que tem como principal característica a inovação. Visam criar mecanismos que solucionem aspectos referentes a problemas legais. Apresenta grande potencial para mudar aspectos práticos no que se refere à solução de conflitos sem a presença direta do Poder Estatal. Essa inovação promete ser enfática na prática jurídica, tornando-se uma ferramenta cada vez mais usual ao advogado em diversas perspectivas que vão desde o acesso facilitado à informação até mesmo a efetiva contribuição da inteligência artificial para resolver um conflito. Portanto, conclui-se que o objetivo deste projeto é a pesquisa de novas formas de aprimoramento da prática jurídica para o melhor atendimento ao cliente e para um resultado ainda mais qualificado, visando sempre a evolução dos métodos utilizados para a solução de conflitos. A pesquisa será realizada utilizando-se de um método tipológico, assim como do estudo bibliográfico embasado em artigos científicos e dados concretos acerca do tema.

THEODORO AQUINO MARQUES
RIBEIRO

MATEUS RIBEIRO DOS SANTOS

Pôster	Utilização de laboratórios remotos em estudos de Python	Este projeto tem como propósito apresentar experimentos utilizando acesso remoto para controlar diferentes jogos que visam facilitar o aprendizado de alunos na linguagem de programação Python. Os experimentos fazem uso de um sistema de gerenciamento de laboratórios remotos colaborativo chamado SARL – Smart Adaptative Remote Laboratory. Esses experimentos também podem ser aplicados a outros estudantes de cursos de programação. Os alunos também podem utilizar esses laboratórios de qualquer lugar ou dispositivo, sendo que o único requisito é que o dispositivo tenha acesso a internet e um navegador web. Os laboratórios podem ser usados como tarefas de aprendizado. A interface oferece diferentes níveis de dificuldade, fazendo com que os alunos de diferentes níveis de conhecimento possam aprender e se nivelar. Esse trabalho é baseado em prova de conceito para laboratórios híbridos e favorece a aprendizagem de alunos de programação através do uso de jogos de diferentes localidades.
--------	---	---

THIAGO LUIZ DE MORAES BARBOSA Anderson Luiz Barbosa

Pôster

Pós-verdade, a força política da crença cega.

No passado, as práticas e os conhecimentos necessários para a averiguação e veiculação de algo como fato encontravam-se monopolizados nas mãos das consagradas agências de notícias, além do óbvio poder monetário necessário para a manutenção do canal de divulgação das informações. Porém, com a evolução inexorável da tecnologia, a linha que separa o pensar, o emitir opinião, e a divulgação da opinião como fato está se tornando tão tênue quanto a velocidade de digitação pode permitir. Esse caráter íntimo e pessoal que passou a permear o ato de introduzir uma notícia a um círculo social viabilizou um terreno fértil para o aparecimento de certos efeitos colaterais, dentre eles, a exclusão de responsabilidade por ter compartilhado uma inverdade é uma das mais comuns. Este fenômeno da modernidade que engloba a falta de senso de responsabilidade com o que se compartilha, aliada a um viés seletivo de divulgação de argumentos só porque eles corroboram sua visão de mundo tem o nome de Pós-verdade. Pós-verdade é o principal paradigma que rege a maioria das relações políticas da atualidade e possui lugar de destaque nos estudos de inúmeros sociólogos contemporâneos, inclusive mostrou-se relevante nas discussões políticas nacionais.

TOBIAS ROCHA CARDOSO

MARINA ROCHA CARDOSO

Oral

A Oficina Pedagógica como um projeto extensionista: um espaço para aprender a aprender

Em nosso país são grandes as desigualdades e oportunidades enfrentadas por famílias que desejam ver seus filhos em um ambiente familiar saudável e atendidos por uma escola de qualidade. Porém, esta situação não se dá de maneira igualitária para todas as famílias. A educação é, conforme Serrão (1999) um meio de transformação social, que permite ao indivíduo sentir-se parte integrante da sociedade e elevar sua condição social. Assim, um dos propósitos deste Projeto de Extensão, com a Oficina Pedagógica é poder contribuir para que, crianças que enfrentam problemas de vulnerabilidade social possam ter, por meio dos encontros na Oficina, oportunidades de aprendizagem que supram suas dificuldades e as tornem protagonistas de uma história mais justa e igualitária. Além, disso, outros fatores de ordem biológica, psicológica e emocional podem influenciar no baixo rendimento escolar. Dessa forma, parte do presente projeto justifica-se por oferecer à essas crianças, um ambiente adequado à aprendizagem, complementando e reforçando as aprendizagens desenvolvidas na escola de origem, por meio de atividades voltadas para trabalharem as dificuldades específicas de cada aluno. Outra questão importante que justifica este projeto é oferecer às alunas do curso de Pedagogia do Unisal – Campus Liceu – um contato direto de aprendizagem e aplicabilidade dos conteúdos apreendidos desde o primeiro semestre do curso, como forma de estimular o exercício da profissão, de tomar contato com situações reais de ensino-aprendizagem e de proporcionar às alunas, um ambiente rico para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, pautado nos estudos de caso, inspiradores para estudos que possibilitem a maior compreensão das possibilidades de atuação do futuro pedagogo. O projeto tem como objetivos atender crianças carentes com dificuldades de aprendizagem e estimular nos alunos do curso de Pedagogia UNISAL a integração entre os estudos teóricos e práticos, promovendo a intersecção ensino-pesquisa-extensão em atividades capazes de atender às necessidades de melhoria da prática pedagógica dos profissionais da educação em consonância com o mundo do trabalho. Para embasamento metodológico, utilizaremos como referência a Base Nacional Comum Curricular, as pesquisas da arte-educadora Ana Mae Barbosa e, também, os modelos de aprendizagem autorregulada, de Rosário e Boruchovitch. Além desses pesquisadores, outros educadores estudados durante o curso de Pedagogia podem ser aplicados, como Jean Piaget, Lev Vygotsky e modelos de atividades de escolas como as construtivistas, da Ponte (Portugal) ou da Reggio Emília (Itália). Atualmente estão sendo atendidas 34 crianças, por 38 alunos voluntários ou estagiários do curso de Pedagogia de todos os semestres. Busca-se que as crianças consigam superar suas dificuldades e que os alunos reflitam sobre suas práticas à luz dos conceitos e teóricos estudados nas aulas, além de desenvolverem suas pesquisas a fim de que contribuam com a sociedade.

Valéria Maria Fusch Ferreira

Lilian Rosária Gonçalves d

Pôster

O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O DIÁLOGO DA CRIANÇA COM O MUNDO

O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O DIÁLOGO DA CRIANÇA COM O MUNDO Vany Zacharias Ida Carneiro Martins Roberta Cortez Gaio

Introdução: A brincadeira infantil é uma temática muito relevante na educação da infância e, apesar de muito se discutir sobre o tema, nem sempre a encontramos presente nas práticas educativas da Educação Infantil. Do mesmo modo, apesar de tratarmos desta atividade nos discursos educacionais, ainda há muita confusão referente aos seus conceitos, características, princípios a serem observados e diferenças entre as diversas categorias e, por vezes, o que prevalece é o discurso do senso comum. Tais condições acabam por determinar a não utilização de todo o potencial educativo dos jogos e das brincadeiras. Esta é a temática desse projeto que se encontra em desenvolvimento, ou seja, os jogos e as brincadeiras inter-relacionados à prática educativa na educação infantil. Objetivos: Este estudo tem como apresentar a relação que a criança estabelece com o mundo por meio dos jogos e das brincadeiras, tendo como foco de análise, os/as educadores/as e as aulas de educação infantil. Por meio das contribuições da pedagogia de Paulo Freire o que se pretende é analisar os jogos e as brincadeiras como uma linguagem corporal, de diálogo com o mundo, no desenvolvimento da autonomia e, também, na constituição do conhecimento da criança e, em especial, a compreensão dos professores sobre essa prática social. Metodologia: Para seu desenvolvimento se utilizará de uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo e de caráter descritivo. A análise se estabelecerá por eixos temáticos que emergiram das observações a partir da teoria freireana que dará suporte à investigação. Pretende-se realizar uma pesquisa de observação, com o intuito de averiguar a realidade existente nos espaços de educação infantil, especificamente, na organização e efetivação dos jogos e das brincadeiras. Resultados: Está previsto a elaboração de diário de campo e entrevistas semiestruturadas com os/as envolvidos no processo de educação das crianças. Conclusão: Tal estudo tem como propósito a ampliação da compreensão das possibilidades e do potencial educativo do brincar para o desenvolvimento humano da criança, em especial, das possibilidades de transformação na formação de professores em educação física, nos quais as pesquisadoras atuam. Palavras-chave: Jogos; Brincadeiras; Educação Infantil.

vany zacharias

Ida Carneiro Martins, ROBERTA
CORTEZ GAIO

Oral

O ressentimento como a causa da inversão de valores em Max Scheler

Nos dias atuais é perceptível uma certa perda de referências nas questões da ética e da moral. Essa perda não acontece somente nesse aspecto, mas também no âmbito antropológico. Mesmo tendo vivido no século XIX e XX, Max Scheler ainda pode ser revisitado para tais questões como no mínimo, uma referência para novos horizontes. Esse trabalho buscou encontrar caminhos no agir e ser do homem atual como uma fonte de esperança para atualidade. Scheler primeiramente coloca o homem como um ser complexo, além de razão e corpo, um ser dotado de espírito, que se constitui de vários aspectos: ele é dotado de razão, intuição, conteúdos eidéticos, atos volitivos e emocionais. São esses aspectos que permitem ao Espírito a intuição das essências do mundo. Do mesmo modo que se encontram as essências, também se encontram os valores. Scheler acredita que eles estão no mundo de maneira material e a priori, e que com o espírito e sua capacidade de idear (“intuir afetivamente”) o homem pode percebê-los. Essa percepção se dá na experiência fenomenológica, que aqui, se dá na mesma maneira que o processo de ideação do espírito. Os valores, por sua vez, possuem uma ordem hierárquica, que se dá da seguinte maneira em ordem crescente: valores sensíveis, do agradável; pragmáticos; vitais; espirituais; e sagrado. Acompanhando essa hierarquia, existem as características que justamente os classificam assim, pois quanto mais as possuem, mais nobres o são, sendo elas: durabilidade; indivisibilidade; fundamentação; satisfação; relatividade. Scheler acredita que o homem é capaz de intuir e viver tudo isso de maneira natural. O que faz, porém, com que ele não consiga intuir os valores superiores é o ressentimento. O ressentimento está presente na modernidade, principalmente pela manifestação do “espírito burguês” (como um Ethos). Esse ressentimento é potencialmente ligado à impotência de manifestações dos sentimentos típicos do homem, como a vingança por exemplo. Uma vez que há uma sociedade onde se tenha uma constante repressão, ou seja, onde seja impossível a manifestação (como válvula de escape) dos sentimentos que são constantemente reprimidos no espírito, há uma distorção na percepção dos valores, graças à incapacidade do indivíduo de intuir, vivenciar e participar dos e nos valores alheios, sendo-lhe possível somente uma comparação tóxica entre seus próprios valores e o dos outros. Esse processo cega o indivíduo para os valores superiores pois ele acredita ser impossível adquiri-los, desta forma, seus valores inferiores são lançados como superiores a si mesmo. Finalmente está feita a inversão de valores, onde a utilidade pode ficar na frente do vital por exemplo. Uma complexa, porém, muito resumida ideia de Scheler no porquê o homem perdeu sua compreensão de quem é, por isso se permite colocar objetos, estéticas, finanças, interesses e poder acima de tudo, da natureza, de si mesmo, do sagrado, do essencial para a vida.

VICTOR BRUNO DE SOUZA
SERMARINI

Oral

O ressentimento como a causa da inversão de valores em Max Scheler

Nos dias atuais é perceptível uma certa perda de referências nas questões da ética e da moral. Essa perda não acontece somente nesse aspecto, mas também no âmbito antropológico. Mesmo tendo vivido no século XIX e XX, Max Scheler ainda pode ser revisitado para tais questões como no mínimo, uma referência para novos horizontes. Esse trabalho buscou encontrar caminhos no agir e ser do homem atual como uma fonte de esperança para atualidade. Scheler primeiramente coloca o homem como um ser complexo, além de razão e corpo, um ser dotado de espírito, que se constitui de vários aspectos: ele é dotado de razão, intuição, conteúdos eidéticos, atos volitivos e emocionais. São esses aspectos que permitem ao Espírito a intuição das essências do mundo. Do mesmo modo que se encontram as essências, também se encontram os valores. Scheler acredita que eles estão no mundo de maneira material e a priori, e que com o espírito e sua capacidade de idear (“intuir afetivamente”) o homem pode percebê-los. Essa percepção se dá na experiência fenomenológica, que aqui, se dá na mesma maneira que o processo de ideação do espírito. Os valores, por sua vez, possuem uma ordem hierárquica, que se dá da seguinte maneira em ordem crescente: valores sensíveis, do agradável; pragmáticos; vitais; espirituais; e sagrado. Acompanhando essa hierarquia, existem as características que justamente os classificam assim, pois quanto mais as possuem, mais nobres o são, sendo elas: durabilidade; indivisibilidade; fundamentação; satisfação; relatividade. Scheler acredita que o homem é capaz de intuir e viver tudo isso de maneira natural. O que faz, porém, com que ele não consiga intuir os valores superiores é o ressentimento. O ressentimento está presente na modernidade, principalmente pela manifestação do “espírito burguês” (como um Ethos). Esse ressentimento é potencialmente ligado à impotência de manifestações dos sentimentos típicos do homem, como a vingança por exemplo. Uma vez que há uma sociedade onde se tenha uma constante repressão, ou seja, onde seja impossível a manifestação (como válvula de escape) dos sentimentos que são constantemente reprimidos no espírito, há uma distorção na percepção dos valores, graças à incapacidade do indivíduo de intuir, vivenciar e participar dos e nos valores alheios, sendo-lhe possível somente uma comparação tóxica entre seus próprios valores e o dos outros. Esse processo cega o indivíduo para os valores superiores pois ele acredita ser impossível adquiri-los, desta forma, seus valores inferiores são lançados como superiores a si mesmo. Finalmente está feita a inversão de valores, onde a utilidade pode ficar na frente do vital por exemplo. Uma complexa, porém, muito resumida ideia de Scheler no porquê o homem perdeu sua compreensão de quem é, por isso se permite colocar objetos, estéticas, finanças, interesses e poder acima de tudo, da natureza, de si mesmo, do sagrado, do essencial para a vida.

VICTOR BRUNO DE SOUZA
SERMARINI

Jefferson da Silva

Oral

Reciclagem dos resíduos sólidos da construção civil

Centro Universitário Salesiano de São Paulo Campus São Joaquim Curso de Administração
RECICLAGEM DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL Victor Marques dos Reis
André Luís Ortiz Pirtouscheg O presente trabalho tem o objetivo de mostrar a importância da reciclagem dos resíduos sólidos da construção civil (RCC) demonstrando o que são esses resíduos e suas classes, o método utilizado para realizar a reciclagem. Segundo Tarcísio Pinto (1999) desde o fim da segunda guerra mundial um tema muito discutido pela sociedade é a solução para os resíduos sólidos, buscando a sua reutilização ou a destinação correta, para que não tenha problemas para seu destino final, como por exemplo o grande volume de lixo que demanda grandes aterros para suportar a quantidade de descartes. Segundo Zanta (2010) a indústria da construção civil apresenta-se como um dos segmentos industriais mais críticos no que se refere aos impactos ambientais, sendo o principal gerador de resíduos sólidos da sociedade. Segundo o Manual Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (2001) A indústria da construção civil é a que mais explora recursos naturais. Além disso, a construção civil também é a indústria que mais gera resíduos. No Brasil, a tecnologia construtiva normalmente aplicada favorece o desperdício na execução das novas edificações. As áreas destinadas à produção do agregado reciclado são identificadas como usinas de reciclagem de RCC e devem ser reconhecidas como mecanismos de redução do desperdício de matéria-prima mineral reempregável na construção civil (MELO, 2011). Do ponto de vista ambiental, a ausência de gestão dos RCC por parte das empresas construtoras tem provocado uma série de impactos nas cidades, uma vez que estes resíduos ainda são dispostos clandestinamente em locais impróprios, como terrenos baldios, margens de rios e córregos, e geram problemas como: enchentes, poluição visual, proliferação de vetores de doenças e contaminação do ar, água e solo (NETO, 2005). Segundo Moghadama, Mokhtarani e Mokhtarani (2009), a poluição e os riscos para a saúde gerados pela gestão inadequada de resíduos sólidos são questões importantes relacionadas à gestão ambiental e qualidade de vida da população nos países mais pobres. Durante a ECO-92 e a definição da Agenda 21, houve destaque a necessidade urgente de se implementar um adequado sistema de gestão ambiental para os resíduos sólidos (GÜNTHER, 2000). Uma das formas de solução para os problemas gerados é a reciclagem de resíduos, em que a construção civil tem um grande potencial de utilização dos resíduos, uma vez que ela chega a consumir até 75% de recursos naturais (JOHN, 2000; LEVY, 1997; PINTO, 1999). Concluindo demonstrando do porquê da pouca utilização desses meios para a reciclagem

VICTOR MARQUES DOS REIS

André Luís Ortiz Pirtouscheg

Oral	INCIDÊNCIA DOS DÉBITOS FISCAIS PERANTE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS	<p>O presente estudo tem por OBJETIVO analisar o instrumento da Recuperação Judicial, implementado pela Lei 11.101/05 como mecanismo de efetivação do princípio de preservação da empresa, já que a lei supramencionada alterou profundamente o processo de falência ao substituir o instrumento da concordata pela recuperação judicial ou extrajudicial, possibilitando, dessa forma, a reorganização da empresa em crise. Neste sentido, imperioso assegurar que a preservação da empresa é essencial para a sociedade, mas, no entanto, o mercado empreendedor pode passar por oscilações e causar abalos econômicos na estrutura e sustentabilidade de uma empresa. O grande PROBLEMA a respeito desse tema está relacionado à coerência da aplicação e cobrança dos débitos fiscais às empresas que estiverem passando pelo processo de recuperação judicial, haja vista que a suscitada lei determina em seu artigo 6º que a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso de prescrição de todas as ações de execuções em face do devedor. No entanto, o parágrafo 7º do mesmo artigo determina que as execuções de natureza fiscal não serão suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional. Tratando-se, portanto, de uma exceção à regra, sobre a qual se transcorrerá ao decorrer deste trabalho. Historicamente, temos que a empresa, em sentido amplo, exerceu e continua exercendo um importante papel na sociedade, tendo em vista que é responsável pela movimentação da economia, circulação de produtos e prestação de serviços, criação de postos de trabalhos e geração de tributos para o Estado. Portanto, o CONTEÚDO SE DESENVOLVE enfrentando a discussão que divide a balança do equilíbrio existente entre a função social da empresa e o interesse estatal. Sendo fato que a questão é de grande RELEVÂNCIA SOCIAL e que qualquer definição a respeito do assunto pode, e vai, impactar de maneira grandiosa a sobrevivência das empresas no mercado. De outro lado, justificando este imbróglio, tem-se que o crédito tributário reveste indiscutível interesse público, tendo em vista que os valores que abrange visam atender às amplas necessidades da coletividade. Em CONCLUSÃO, importante dizer que, com este estudo, constatou-se que o Poder Judiciário já tem se posicionado de forma favorável às empresas, tendo entendido que, mesmo sem a apresentação da certidão negativa de débitos tributários, as empresas podem obter a recuperação judicial, uma vez que a exigência de apresentação de Certidão Negativa de Débitos é diametralmente incompatível com o princípio da preservação da empresa.</p>	VINÍCIUS LAMIM DA FONSECA	VIVIANE DE ALMEIDA DINIZ KARINE JUVENAL DE ARRUDA SILVA, VINÍCIUS RAFAEL ARAÚJO PIRES
------	---	---	---------------------------	--

Oral

DIREITO DAS MINORIAS: ANÁLISE LEGISLATIVA NACIONAL E INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O OBJETIVO desta pesquisa, que foi proposta e aceita pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, é provocar uma reflexão no tocante às minorias, que, ao contrário do que geralmente se pensa, tal termo não se associa a grupos em menor número em uma sociedade, mas, sim, ao controle de um grupo majoritário sobre os demais, independentemente de quantidade numérica, ou seja, não se fala sob uma ótica quantitativa, mas sim sob um ponto de vista qualitativo. Sendo assim, as minorias são classificadas como grupos marginalizados dentro de uma sociedade devido aos aspectos econômicos, sociais, culturais, físicos ou religiosos. Ao passo que a sociedade entra em contato com dilemas éticos e quebra paradigmas, vislumbra-se o grande PROBLEMA acerca deste assunto, já que o ordenamento jurídico precisa estar inter-relacionado aos fatos sociais e precisa ser capaz de dar respostas às suas demandas. Nesse sentido, o CONTEÚDO SE DESENVOLVERÁ com embasamento nos Direitos Humanos, que diante da sua característica de historicidade, acompanham e protegem os direitos das minorias, encontrando-se dentro desta classificação as pessoas com deficiência, objeto do presente estudo. Sob essa perspectiva, o trabalho se propõe a apresentar os direitos das pessoas com deficiência a partir de explicações de termos técnicos dentro do segmento jurídico e análise da legislação nacional e internacional. Sobretudo, em análise externa, narrar-se-á a respeito da Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e sobre a Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. Neste esquadro, nesta oportunidade, em análise interna, narrar-se-á a respeito das previsões a respeito do tema exaradas pela Constituição Federal Brasileira, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência e pelo Código Civil. O fato é que este tema possui grande RELEVÂNCIA SOCIAL, pois, percebe-se que inúmeras foram as conquistas de direitos para as pessoas com deficiência ao longo dos anos, mas, no entanto, verifica-se, também, que ainda há um longo caminho a ser percorrido. O Brasil, apesar de ter um aparato legal bastante inclusivo, pautado pelos princípios da dignidade da pessoa humana, igualdade, isonomia, não-discriminação, etc., é um país deficiente de políticas públicas eficazes que deem aplicabilidade a todos esses princípios e à letra das leis. Portanto, em CONCLUSÃO, ressalta-se a necessidade, pela prevalência do bem comum, objetivo maior de uma organização estatal, de se promover uma mudança cultural que mostre à sociedade, incluindo-se poder público e coletividade, que a pessoa com deficiência é um sujeito de direito ativo, detentor de potencialidades e agente de transformação social, ainda que em face de suas aparentes limitações.

VINÍCIUS LAMIM DA FONSECA

Oral	A lei nº 8.069/90 e a rede de proteção social à criança e ao adolescente	<p>Em uma análise histórica pode-se perceber que as crianças e adolescentes nem sempre foram sujeitos de direito. No Brasil, existiram dois Códigos de Menores anteriores ao ECA, o primeiro disciplinado no Decreto nº 17.943 de 1927 (conhecido como Código Mello Mattos) e o segundo disciplinado na Lei nº 6.697 de 1979 (conhecido como Código de Menores). Porém, tais códigos tratavam os menores em situação irregular como objetos de políticas públicas estatais. Somente com o advento da Constituição Federal de 1988 é que os menores passaram a ser vistos como sujeitos de direitos. Deste modo, o artigo 227 da Constituição Federal determinou como atribuição do Estado, da família e da sociedade a proteção dos direitos dos menores, determinando que tais direitos fossem regulados em lei especial. Com isso, surgiu o O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/90, visando assegurar e proteger os direitos infanto-juvenis, haja vista a situação de vulnerabilidade e de condição peculiar de desenvolvimento das crianças e adolescentes. Neste passo, tanto a Constituição Federal quanto o ECA estabelecem uma série de direitos fundamentais infanto-juvenis, quais sejam, direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à profissionalização e proteção ao trabalho e direito à convivência familiar e comunitária. Ocorre que, muitos desses direitos são violados cotidianamente em nosso país, deixando as crianças e adolescentes em situação de risco à sua integridade física e psíquica. Assim, o ECA estabeleceu mecanismos para garantir a efetivação desses direitos e a cessação da situação de risco que muitos jovens enfrentam atualmente. Nesse passo, a lei nº 8.069/90 estabeleceu em seu artigo 86 e seguintes uma política de atendimento à criança e ao adolescente articulada em formato de rede composta por órgãos governamentais e não governamentais de todos os entes da federação, quais sejam o Estado, a sociedade, a família, as entidades de atendimento, os conselhos nacional, estadual e municipal dos direitos da criança e do adolescente, o conselho tutelar, o judiciário e o Ministério Público. É importante ressaltar que cada município deve articular a sua rede obedecendo o comando constitucional da descentralização político-administrativa do Estado e o princípio da municipalização dos direitos das crianças e adolescentes. Deste modo, o intuito do presente trabalho é analisar como essa rede de proteção é articulada na prática e quais as atribuições dos órgãos e agentes que a compõem. Para tanto, utilizar-se-ão métodos bibliográficos e dedutivos.</p>	VINÍCIUS RAFAEL ANDRADE PIRES	VIVIANE DE ALMEIDA DINIZ VINÍCIUS LAMIM DA FONSECA
------	--	---	-------------------------------	---

Oral

Análise da Decisão da ADO 26/2019 sob a luz da Constituição Federal de 1988

A CF/88 determina, em seu artigo 5 que todos são iguais perante a lei, vedando atos preconceituosos, racistas e discriminatórios, bem como determinando a criação de leis infraconstitucionais com intuito de punir aqueles que infringirem direitos fundamentais. Hodiernamente nosso ordenamento jurídico reconhece as diferentes orientações sexuais como direito do ser humano, ou seja, cada indivíduo pode viver de acordo com sua orientação, não podendo, portanto, sofrer discriminação pelo fato. Ocorre que, até o presente momento, o Poder Legislativo não atuou nesta esfera, desrespeitando o inciso XLI da CF, o qual manda punir as discriminações, para que seja dada efetividade à garantia constitucional do direito à liberdade. Por este motivo, no mês de junho deste ano, o STF equiparou aos crimes de racismo, determinados pela Lei 7.716/89, as práticas discriminatórias cometidas em razão da homossexualidade, por meio do julgamento da ADO 26, proposta pelo Partido Popular Socialista. O presente artigo, visa avaliar tal decisão à luz do disposto na Constituição Federal, analisando a constitucionalidade do feito, bem como se foi a melhor solução a ser aplicada ao caso. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão, dos princípios constitucionais existentes no ordenamento, da ADO 26, bem como da Lei 7.716/89 e das definições que cercam o tema. A Lei 7.716/89 conceitua o racismo como sendo qualquer prática preconceituosa ou discriminatória cometida em razão da raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, e, em cima de tais termos, impõe sanções para aqueles que a desrespeitarem e cometerem algum dos tipos penais previstos no texto da lei. A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) tem a finalidade de reconhecer a omissão legislativa, estipulando prazo, para que o Poder Executivo se manifeste, ou comunicando o Poder Legislativo, para que este cumpra com sua função primária. Assim, visto que o Congresso Nacional possui independência, o Poder Judiciário não pode obriga-lo a criar uma lei, não possuindo a ADO eficácia real no plano prático. Portanto, tendo em vista que a homossexualidade não se encaixa, *ipsis literis*, na definição de crimes de racismo descrita no art. 1º da Lei supra, seria correta a aplicação desta para os crimes relativos à homofobia? E, ainda, se for este o entendimento, seria correto o STF opinar sobre o assunto e dar uma solução prática, ainda que temporária, como ocorreu, sobre o tema? Referências: MELO, Adriana Zawada... [et al.]; Constituição Federal interpretada. organização MACHADO, Costa; coordenação FERRAZ, Anna Candida da Cunha. 10. ed. Barueri [SP]: Manole, 2019. SALEME, Edson Ricardo. Direito constitucional. 2. ed. Barueri [SP]: Manole, 2019.

VITÓRIA APARECIDA OLIVA

MELISSA ANDRADE DIAS
GONÇALVES, JESSICA RODRIGUES
DA SILVA, PEDRO GABRIEL
BITTENCOURT GONÇALVES

Oral	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS SUCESSORES EM CASO HERANÇA DE PESSOA FÍSICA: APLICABILIDADE, TEMPESTIVIDADE E CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DO ITCMD	<p>A partir da morte de uma pessoa, considera-se, de acordo com o art. 1.784 do Código Civil, aberta a sucessão e, por consequência, a herança deste transmite-se aos herdeiros. Após, é devido que os sucessores façam a abertura do inventário, para que o patrimônio deixado pelo de cujus possa ter sua transmissão regularizada. O que acontece é que, por falta de educação técnico-normativa, os sucessores acabam sendo surpreendidos com alguns percalços tributários, os quais podem gerar multas. A primeira situação a ser ressaltada é a obrigatoriedade do pagamento do Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doação (ITCMD), devido desde o fato gerador da transmissão dos bens que acontece logo do falecimento. A competência deste tributo é estadual e possui variabilidade. Ainda, conforme o art. 983, do CPC, o inventário deve ser aberto dentro de 60 dias a contar da abertura da sucessão, e concluído em 12 meses. Contudo, dispõe a Súmula nº 542 do STF que cada Estado poderá instituir punições por conta da não observância deste prazo. Diante disso, São Paulo, por exemplo, aufere multa de 10% no ITCMD, caso não seja respeitado o prazo de 60 dias, e esta poderá ser majorada para 20%, caso o atraso seja superior a 180 dias, conforme art. 21, inciso I, da Lei Estadual nº 10.705/00. Portanto, se torna imperioso observar os prazos para abertura do inventário. Além disso, é imprescindível atentar-se também à responsabilidade tributária prevista no Código Tributário Nacional (CTN), relativa ao espólio e aos sucessores, quais sejam: inicialmente, o art. 130, do CTN, dispõe sobre a sub-rogação, ou seja, a substituição do responsável pela obrigação, alertando que, os créditos tributários decorrentes de impostos ou taxas pela prestação de serviços referentes aos imóveis do falecido, serão de responsabilidade do adquirente. Após, o art. 131, II e III, do CTN, dita que, enquanto não houver a partilha, o espólio é responsável pelos débitos tributários do de cujus até a data de seu falecimento, e, após a meação, os sucessores, na medida de seu quinhão, são responsáveis pelo pagamento dos tributos até a data da referida partilha. Todas as disposições citadas estão expressas na lei brasileira, mas o que se percebe é um desconhecimento da norma pelos cidadãos de que precisam buscar assessoria jurídica para o devido cumprimento das obrigações. Contudo, isso muitas vezes não ocorre, pois parte da população acredita que o ato de receber uma herança se restringe a direitos. Todavia, com a prática, o Direito nos revela que todo direito recebido vem atrelado a diversas obrigações, principalmente tributárias, quando se trata de transferências de bens em razão da vocação hereditária. Dessa forma, é imprescindível a disseminação da informação jurídico-tributária quanto a práticas preventivas que, se adotadas no momento certo, protegerão o patrimônio do contribuinte de multas e majoração tributária possivelmente aplicáveis, bem como, proporcionarão o efetivo compliance com a legislação.</p>
------	--	--

VIVIANE DE ALMEIDA DINIZ

GIOVANA MARIA NALDI
MARCONDES

Oral

Elisão x Evasão Fiscal nas Relações de Venda e Compra e Locação de Imóveis: Uma Linha Tênu e Entre o Planejamento Tributário Lícito e Ilícito.

A Evasão Fiscal nos últimos anos tem-se mostrado como um problema jurídico com aspecto cultural de difícil repressão, principalmente, quando analisamos esta sob um olhar técnico voltado ao mercado imobiliário. Notamos que, ao se tratar de operação imobiliária, um dos assuntos que provavelmente fará parte das tratativas, será aquele relacionado ao recolhimento de tributos cujo fato gerador será a venda e compra do imóvel ou sua locação. O que surge como um problema é que, ao invés de o contribuinte criar um bom planejamento tributário, fazendo uso da Elisão Fiscal – prática que é lícita e se caracteriza pela estratégia contábil de pagar tributos da forma mais vantajosa, reduzindo-os com o uso de benefícios que a própria lei concede, tanto para a venda e compra quanto para a locação –, o mesmo adota caminhos ilícitos para se evadir do pagamento de impostos, seja pela venda e compra por valor inferior ao que realmente transacionou, seja pela locação de imóveis que sequer será declarada. O que se demonstra mais alarmante em todas essas operações é que os contribuintes, ao praticarem a Evasão Fiscal ao invés de optar pela Elisão Fiscal, sequer conhecem os riscos de se evadir dos impostos relacionados a essas transações. Atualmente, a Receita Federal, os Bancos, bem como os Cartórios de Notas e de Registro de Imóveis, possuem sistemas que se comunicam, por meio do cruzamento de dados. Como se pode prever, as operações imobiliárias e os valores mais vultosos depositados (típico de alugueis de imóveis de alto padrão e até mesmo de galpões industriais) são informados à Receita Federal, e, na maioria dos casos, o contribuinte acaba sendo identificado pela prática ilegal das operações imobiliárias e cai na malha fina, o que gera consequências gravíssimas, como, v.g., imposição de multas e até mesmo de tributos proporcionais ao que foi evadido. Portanto, diante dessa realidade cultural na seara imobiliária, bem como da falta de educação técnico-jurídica dos contribuintes, é imprescindível um estudo que demonstre as consequências geradas pela falta de um bom planejamento tributário para aqueles que operam no mercado imobiliário, de modo a especificar até que ponto “pagar menos impostos” é lícito e quando a prática deixa de ser lícita. E, ao final de todo apanhado, conseguir, através da pesquisa, demonstrar que a Evasão Fiscal, além de ilícita, é uma prática economicamente inviável, pois, se for utilizado o artifício da Elisão Fiscal, os custos com o pagamento de impostos de forma lícita serão muito menores e seguros do que o que será pago se a evasão for descoberta, visto que acarretará multas e o pagamento proporcional daquilo que não foi recolhido com juros, além de correção monetária aplicados ao montante evadido.

VIVIANE DE ALMEIDA DINIZ

VINÍCIUS LAMIM DA FONSECA
VINÍCIUS RAFAEL ANDRADE

Oral

A Importância da Qualidade do Atendimento Como Vantagem Competitiva: Um Estudo de Caso

Este trabalho tem como principal objetivo realizar uma análise geral do atendimento, ressaltando a sua importância como uma ferramenta competitiva e como algo que pode fazer com que uma empresa se destaque das demais concorrentes, e consiga captar cada vez mais clientes, conseguindo até mesmo fidelizá-los. Porém, muitas empresas não tem dado atenção a esta ferramenta, pois não acreditam que o atendimento possa fazer uma diferença significativa nos resultados finais, então, muitas dessas empresas não fazem o devido treinamento quando é necessário, não conseguem perceber que os clientes estão insatisfeitos com o atendimento, e não aceitam sugestões e feedbacks de seus clientes e de seus colaboradores. Por conta disso, muitos clientes procuram concorrentes que oferecem um melhor atendimento, pois esse será o diferencial que a concorrência poderá ter, já que, com o mercado cada vez mais disputado nos preços dos produtos e serviços, cada pequeno diferencial que uma empresa poderá ter, será onde ela terá o seu destaque. Para atender bem o cliente é necessário que o profissional desta área esteja bem preparado, saiba se comunicar e informar ao cliente tudo aquilo que ele precisa saber, e de uma forma que ele compreenda e fique satisfeito, pois um cliente só poderá ser fidelizado quando as suas expectativas são superadas e ele fique tão satisfeito que deseja voltar sempre. Segundo Cobra (2009) "o bom atendimento é fundamental para a imagem e a eficiência das organizações. Mas não é tudo, as empresas precisam estar preparadas e arrumadas para receber os clientes". Para contribuir com a relevância deste trabalho, foi realizado um estudo de caso, e aplicado um questionário em uma loja varejista, localizado em Aparecida, SP, com 10 perguntas para 15 pessoas, sendo 9 do sexo feminino e 6 do sexo masculino, tendo uma faixa etária entre 18 a 25 anos, 26 a 30 anos, 31 a 45 anos e 46 a 50 anos. Todos trabalham com atendimento na loja, seja pessoalmente ou digitalmente (via redes sociais), e maior parte diz estar satisfeito em trabalhar com atendimento, além disso, a maioria também busca melhorar o atendimento geral da loja, oferecendo sugestões de melhorias e atendendo da melhor forma para que o cliente tenha uma boa imagem de todos, além disso, todos relataram que tiveram casos de clientes que voltaram à loja somente pelo bom atendimento. Os dados apresentados foram analisados a partir dos resultados obtidos neste questionário, sendo assim, foi retirado as informações de maior importância para a realização deste estudo de caso.

WILLIAM UCHÔAS DE SOUZA

José Augusto Paes Decca

Oral

RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE
SOCIOAFETIVA PELA VIA
EXTRAJUDICIAL

O tema abordado neste presente trabalho é a parentalidade socioafetiva, e seu reconhecimento pela via Extrajudicial. Com o objetivo de demonstrar a mudança na sociedade e, em especial, na família brasileira e sua forma de composição, onde o patrimônio não é mais o eixo central, mas sim o afeto como o principal fundamento das famílias, o presente trabalho trata da importância do reconhecimento da filiação ou parentalidade socioafetiva por parte do Judiciário. A análise do tema volta-se também para o importante papel dos Cartórios Extrajudiciais, em especial os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais na efetivação dos direitos e garantias individuais, no sentido de desburocratizar o reconhecimento da socioafetividade no contexto familiar, apesar de inúmeros preconceitos e barreiras, dadas aos conceitos históricos e religiosos sobre família, e o reconhecimento, ainda por muitos, do vínculo familiar ser respaldado somente pelo critério biológico. Para tanto, a presente pesquisa visa destacar a importância do maior princípio do Direito das Famílias: o afeto, sob o qual todos os outros princípios estão abarcados, tendo como base o princípio da dignidade da pessoa humana, realçando a importância da afetividade para definir as relações familiares. O - Provimento n. 63 do CNJ de 14 de Novembro de 2017, recentemente alterado pelo Provimento n. 83 do CNJ de 14 de Agosto de 2019, trata do procedimento para o reconhecimento da parentalidade socioafetiva pela via Extrajudicial, facilitando para as famílias terem seu vínculo socioafetivo reconhecido com maior facilidade, diretamente nos Cartórios de Registro Civil.

WILLIAN CALDAS DA SILVA
PORTELLA

Pôster

MOVIMENTO HIP HOP: DA PERIFERIA PARA UNIVERSIDADE - CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PESSOAL

Este trabalho tem como objetivo apresentar os estudos realizados no projeto de extensão intitulado GGDSAL – Grupo de Ginástica e Dança do UNISAL, que acontece na unidade Liceu em Campinas/SP, sobre o Movimento Hip Hop. Hip Hop é a denominação de um Movimento social de contestação e luta, que aconteceu em meados do século XX, inicialmente, nos bairros pobres de Nova York - USA, tenho como objetivo a busca pela valorização da cultura popular dos afro-americanos. O Movimento Hip Hop se deu por uma ação política, por meio de corpos que dançaram, cantaram, desenharam, falaram, protestaram sobre os problemas relacionados com discriminações social e racial que esses mesmos corpos sofriam na época. O estudo realizado no GGDSAL sobre esse Movimento tem como objetivo contribuir com a formação profissional e pessoal dos/das alunos/as dos cursos de Educação Física, Pedagogia e Psicologia, pois o Hip Hop é muito mais que um espaço de coreografias de dança ao som de DJs, é um conjunto de acontecimentos artísticos (dança, DJ, grafite e mais recentemente Rap e Mestre de Cerimônia – MC), em constante busca pela valorização das diferenças, mostrando que não há uma cultura que seja ou possa ser superior a outra. Os estudos realizados pelos participantes do GGDSAL se iniciam por pesquisas bibliográficas, em artigos científicos, que possam esclarecer o contexto que se origina esse Movimento, como também os acontecimentos que envolvem a mídia e a indústria cultural, no que tange a transformação de um processo de luta em um produto de consumo. Em função disso a investigação caminha para o entendimento do Movimento Hip Hop nas duas vertentes, sendo elas: Velha Escola (Movimento original) e Nova Escola (Movimento e a participação midiática). Num segundo momento, a vivência, em especial, da dança é o ponto alto do trabalho e as coreografias nascem do contexto da Velha Escola. Os resultados são socializados em diversos eventos científicos e artísticos que acontecem em Campinas e região. Falando nesse momento, não mais de formação pessoal, mas de formação profissional, o trabalho contribui para o entendimento do Hip Hop como um Movimento sociocultural, de resistência, fruto da Arte que se materializa nas ruas, em meio a miséria, fome, tráfico, desrespeito e outros. Um Movimento que busca a valorização dos que dele participam, pela educação, revolução e emancipação. Guardada as devidas proporções é uma realidade muito presente nas escolas brasileiras, em especial, nas estaduais até os dias atuais e, os/as professores/as devem promover uma reflexão sobre a temática, em diversas disciplinas, entre elas Educação Física e Arte, com o objetivo de combater o racismo, a discriminação e o estigma que ainda acometem a população negra, mesmo com a abolição da escravidão, há aproximadamente 131 anos.

WILLIANS OSWALDO BENICIO
FILHO

PEDRO MIGUEL TAVARES
SOUZA, MARIANA CRISTINA
ERNESTO, JÉSSICA CAROLINA
ALVARENGA LEITE, ROBERTO
CORTEZ GAIO

Oral

Factores asociados al cumplimiento de la norma en el transporte terrestre de mercancías peligrosas en la ciudad de Cartagena

La industrialización y el aumento del nivel de vida han incrementado el uso de mercancías peligrosas por ende su transporte, este es fundamental para el desarrollo del país dado a que contribuye a desarrollar otros sectores de la Economía. El incremento del comercio internacional y la posición geográfica de nuestro país así como su infraestructura vial aumentan el potencial de crecimiento del transporte carretero de mercancías peligrosas, las cuales tienen implícito riesgos ambientales, físicos y laborales. Es por ello por lo que el personal de las empresas que participan en esta actividad debe apropiarse del conocimiento de la normatividad reguladora de la misma a fin de poder enfrentar las posibles contingencias que se puedan presentar. El puerto de Cartagena por ser el de mayor conectividad internacional mueve la mayor carga de tránsito internacional; así mismo es el de mayor movimiento de carga contenerizada, por su ubicación tiene conexión con el resto del país vía fluvial y carretero generando el 58% de las operaciones de aduanas en los últimos años. Por ello es necesario conocer las clases de mercancías peligrosas más transportadas en la Ciudad de Cartagena, el cumplimiento de la normatividad por parte de los conductores de mercancías peligrosas por carretera en las empresas dedicadas al transporte de este tipo de carga ubicadas en la Ciudad, y las condiciones sociodemográficas de estos. La metodología utilizada es un diseño descriptivo transversal con enfoque mixto, la población la conformaron 262 conductores de 50 empresas dedicadas al transporte de mercancías peligrosas. La información fue recolectada mediante una encuesta compuesta de 23 preguntas validadas por un panel de expertos. Se concluye que un gran porcentaje de conductores cumple las normas reguladoras del transporte terrestre carretero de mercancías peligrosas, siendo la clase 3 correspondiente a líquidos inflamables la mercancía más transportada.

YULIANIS OJEDA ARZUZA